

Maio 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 como objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimentos socio-economicos do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão de disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7	
1.1	Executivo promove programas para a criação de empregos	7
1.2	Combate ao desemprego	7
1.3	Sindicatos pedem revisão da actual Lei Geral do Trabalho	9
1.4	Batalha contra o desemprego ganha apoios	9
1.5	O desemprego também é um 'inimigo público'!	10
1.6	Plano de acção de promoção de empregabilidade vai reduzir a taxa de desemprego	11
1.7	O emprego que não temos e o desemprego que abunda	12
1.8	Milhares de cidadão no país vivem em condições precárias	14
1.9	Milhares de trabalhadores podem ficar no desemprego	15
1.10	Taxa de desemprego na província do Huambo atinge 19,2%	15
1.11	Empregadores obrigados a pagar o salário mínimo	16
2. MICROFINANÇAS	18	
2.1	Lucros dos três maiores bancos privados caem 27%	18
2.2	OGE para 2019 é revisto em baixa	18
3. MERCADO INFORMAL	20	
3.1	Governo pretende retirar serviços do sector informal	20
3.2	Abordado papel da “Zungueira” na sociedade	20
3.3	Pesca artesanal no Uíge será legalizada este ano	21
3.4	Quimera do Ouro leva à morte no Chipindo	21
3.5	Moto-taxistas ferem agentes da Polícia	23
3.6	Vendedoras de fardo concorrem com as boutiques	24
3.7	Oferta no informal com pó à mistura	24
3.8	Oferta no informal com pó à mistura	25
3.9	Travado contrabando de combustível	26
3.10	"A lei vem proibir práticas, mas não garante direito"	26
3.11	A odisseia para o licenciamento	27
3.12	A segurança social é uma bomba relógio para o futuro, a manter-se a situação actual	29
3.13	Essência 'proibitiva' e exigências tornam difícil aplicação da lei de venda ambulante	30
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	32	
4.1	O Orçamento Geral do Estado e o Sector de Saúde	32
4.2	Executivo baixa receitas do OGE	33
4.3	Revisão ao OGE 2019 com cortes de 9% penaliza os investimentos públicos	33
4.4	Municípios recebem 6 mil milhões de Kz	35
4.5	OGE revisto já no Parlamento	36
4.6	Reavaliação em baixa da produção de petróleo provoca “rombo” no OGE	36
4.7	Despesas públicas triplicam em 2018 atingindo máximo do triénio 2016/18	37
4.8	“ O gap entre a aprovação e a execução de OGE é constrangedor”	38
4.9	Cartoon	39
4.10	BREVES	39
4.11	Impostos geram 1,81 biliões de kwanzas na contabilidade do primeiro trimestre	40
4.12	Os grandes números das receitas e despensas do Estado	41

4.13	Revisão do OGE penaliza o investimento e a diversificação	42
4.14	Só Educação e Economia sobrevivem aos cortes orçamentais	43
4.15	Verdades ocultas do Orçamento Geral do Estado Revisto 2019	43
4.16	Orçamento da Saúde aumenta para 12%	45
4.17	Os grandes números do Programa de Investimento Público no OGE Revisto	45
4.18	Programa de Investimento Público perde 1.280 milhões USD com revisão ao OGE	45
4.19	Oposição diz que OGE é «enganador» e não traz benefícios	47
4.20	OGE 2019 revisto à medida das exigências do Fundo Monetário Internacional	47
4.21	OGE Revisto discutido hoje na especialidade	49
4.22	O Orçamento Geral do Estado e o Sector de Saúde	50
4.23	O Peso do “Brent” no OGE	51

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA 53

5.1	A ideia de gradualismo de base maioritária oferece muito mais garantias de sucesso	53
5.2	Por detrás do Gradualismo há uma luta pelo poder autárquico	54
5.3	Precisa-se de transparência nas Autarquias Locais	55
5.4	UNITA divulga o papel das autarquias locais	56
5.5	Municípios recebem 6 mil milhões de Kz	56
5.6	Poder local na antiga Lei Constitucional	57
5.7	Os cidadãos e o poder autárquico	58
5.8	Deputada da Unita ganhos das autarquias	58
5.9	Resgatar e dar valor ao poder tradicional	59
5.10	Resgatar e dar valor ao poder tradicional	61
5.11	Desenvolvimento passa pela municipalização dos Serviços	62
5.12	As administrações municipais e os cidadãos	63
5.13	Académico advoga difusão nas línguas das comunidades	64
5.14	Plano concretiza acções em todos os municípios	65
5.15	A intervenção nos municípios e a responsabilidades dos quadros	66
5.16	Gestão Municipal	66
5.17	Intervenção nos municípios tem plano integrado	67
5.18	Nova divisão administrativa para Cacucaco em concertação	68

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 69

6.1	“Cidades sustentáveis” dominam debate em Luanda	69
6.2	A revisão e actualização de rendas à luz da lei do arrendamento urbano	69
6.3	Planos directores promovem desenvolvimento sustentável	70
6.4	71 planos directores podem ser aprovados até 2020	71
6.5	Planos Directores vão regular custos nos Municípios	72
6.6	Executivo quer Luanda ao nível das grandes cidades Africanas	72
6.7	Camazigo em vias de ser requalificado	74
6.8	Angola concorre a um dos lugares no conselho Executivo do UN-Habitat	75

7. TERRA 78

7.1	Bairros ao redor da centralidade constam do plano de requalificação	78
7.2	Construção anárquicas nas reservas fundiárias	78
7.3	Conflitos de terra são muito frequentes	79
7.4	Idoso desalojado de casa onde vivia há 44 anos	80
7.5	Moradores à beira do rio Malanje vão ser realojados nas “500 casas”	81
7.6	“Transferência dos moradores é para já”	81
7.7	Famílias transferidas para locais seguros	82
7.8	Executivo Simplicia atribuição de títulos de terra	83

8. SERVIÇOS BÁSICOS 84

8.1	EPAL com dificuldade para abastecer capital	84
8.2	Cidade do Soyo privada do abastecimento de água	85
8.3	Estudantes criam sistema pré-pago de abastecimento de água potável	86
8.4	Banco Mundial promete financiar projecto Bitá	86
8.5	Benguela quer melhorar gestão de recursos hídricos	87
8.6	Camiões-cisternas de água atenuam impacto da seca	88
8.7	Mais água potável na região	89
8.8	Executivo estuda formas para o tratamento do lixo	89
8.9	Executivo estuda formas para o tratamento do lixo	90
8.10	Falta Tudo no Curoca, mas o pior é viver sem água	91
8.11	Seca já ceifou vidas	92
8.12	Seca no Cunene: Quando a água é pouco, primeiro bebem os animais	93
8.13	Gestão de tratamento de água no Kilamba é dada privado	95
8.14	Vice-Presidente visitou a estação de tratamento de água do Kilamba	96
8.15	Camazigo em vias de ser requalificado	96
8.16	EPAL	98
8.17	Cuito sem aterro sanitário	98
8.18	Consumidores de energia vão migrar para o pré-pago	99
8.19	Mbanza Kongo reforça abastecimento de água	99
8.20	Viana e Cacuoaco estão sob restrição	101
8.21	Dois mil milhões em furos de água na Huíla	101

9. GÉNERO E VIOLENCIA 103

9.1	Seguranças Privados continuam a...matar	103
9.2	Registados novos casos de violência	104
9.3	Ação Social regista 132 casos de violência doméstica	104
9.4	Violência contra homens com tendência a aumentar	105
9.5	Casos de violência contra criança aumentam no país	105

10. AMBIENTE 106

10.1	UNICEF diz que é pouca a ajuda para seca no sul	106
10.2	Apresentados programas para conter efeitos da seca	106
10.3	Nem a seca trava o mercado	107
10.4	Pesca artesanal no Uíge será legalizada este ano	108
10.5	Desalojados pelas chuvas recebem apoio	108
10.6	Presidente de República recomenda reforça das medidas de emergência	109
10.7	Juntos na busca de soluções para mitigar os males da seca	110
10.8	Afectados pela estiagem beneficiam de mais apoio	111
10.9	Mortes no Cunene valem perda de mais de KZ 27 Milhões	112
10.10	Seca no Cunene: Quando a água é pouco, primeiro bebem os animais	113
10.11	“Há 857 mil pessoas afectadas pela seca no Cunene”	114
10.12	Cacimbo prolonga a seca no sul	117
10.13	Entrepósitos florestais vão `apertar o cerco ao comércio de madeira`	118
10.14	Seca endinheirada	118
10.15	Combater a seca ou aprender a viver com ela?	119
10.16	ONU disponibiliza 6,4 milhões de dólares para vitaminas da seca	120
10.17	ONU disponibiliza 7% do valor necessário para combater a seca	121

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA 123

12. MIGRAÇÃO

123

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

124

13.1	Angola na rota comercial Chinesa	124
13.2	260 mil chineses nos projectos de infra-estrutura em Angola	124
13.3	China anuncia fundo para o sector económico	125
13.4	China anuncia novo mecanismo de financiamento a Angola diferente das linhas de crédito	126
13.5	Conferência estabelece compromissos para a cooperação	126
13.6	Chineses propõem fábrica de carros	127
13.7	Continente africano precisa de experiência da China	127
13.8	China disposta a colaborar no combate à corrupção	129
13.9	Chineses “assaltam” agro-pecuária no Huambo	129
13.10	Dois em cada três barris de petróleo angolano são encaminhados para a China	130
13.11	Financiamento da China para Pólo industrial em negociação	130
13.12	Chefe de Estado anula contratos do Projecto Marginal da Corimba	131
13.13	Embaixador chinês pede tratamento justo às empresas	132
13.14	Dinheiro da China na saúde	132
13.15	Trabalhadores Angolanos nas empresas Chinesas subiram em 10 anos	133
13.16	Médico chinês atende pacientes com tradução de telemóveis na Huíla	134
13.17	Pesquisas da UCAN agradam a chineses	135
13.18	Angola é convidada à feira sino-africana	136

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Executivo promove programas para a criação de empregos

Jornal de Angola

01 De Maio de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Desde 2002, o Executivo tem implementando, por todo o país, programas de formação profissional, que têm capacitado milhares de pessoas, dando-lhes oportunidades de integração sócio-produtiva, que tem servido para o sustento de muitas famílias. Dados avançados ontem ao Jornal de Angola, pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, mostram que o Sistema Nacional de Formação Profissional conta, neste momento, com 722 unidades formativas, das quais 544 são privadas e 34 de outros organismos. Do total, 144 são públicas, controladas pelo Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP).

As declarações do ministro inserem - se no Dia Internacional do Trabalhador, que hoje se assinala, e estendem-se a dados sobre a empregabilidade e o sistema de formação profissional nos últimos anos. Jesus Maiato disse que, de 2018 até este ano, foram criados 30 mil vagas. Jesus Maiato referenciou que a revisão da tabela indiciária, feita recentemente, resultou no aumento do salário da Função Pública, em Janeiro último, e permitiu a recuperação significativa do poder de compra.

"A nova tabela salarial da Função Pública foi uma medida do Executivo, que serviu para acabar com as assimetrias salariais e promover o equilíbrio", assegurou o governante.

Considerou, neste âmbito, que o sector da Educação conseguiu dar solução definitiva ao problema dos professores que tinham habilitações literárias superiores às suas categorias, ou seja, "eram licenciados, mas ainda estavam inseridos no ensino médio".

Em relação aos cursos ministrados, o INEFOP (Instituto Nacional de Formação Profissional) ajustou, ao longo dos anos, cursos que correspondem à demanda do mercado de trabalho e à dinâmica da evolução tecnológica, que contam hoje com 144 especialidades.

"O Sistema Nacional de Formação Profissional é um modelo inserido no programa de modernização e desenvolvimento do país, para estimular a criação do emprego e concretizar o sonho de muitos jovens", esclareceu.

De acordo com o ministro, programa "empreendedorismo na Comunidade" tem mudado a vida de muitas famílias e o actual contexto do país aponta que os sectores empresarial público e privado têm como papel fundamental e decisivo a qualificação e valorização da mão-de-obra nacional.

Para as acções deste ano, no domínio da Administração do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, o MAPISS tem um plano de acção de promoção da empregabilidade, que contempla o reforço da capacidade institucional dos centros de formação profissional, o aumento da oferta formativa e ajustamento dos perfis de saída dos formandos.

A atribuição de micro créditos, oferta de estágios profissionais, competência de carteiras profissionais, melhoria da disponibilidade financeira e orçamental, de modo a garantir condições de funcionamento dos centros, intensificação da implementação ao programa de registo e apoio aos centros de formação privados e a sua simplificação durante o licenciamento estão igualmente entre as acções previstas.

Os investimentos no sector da Economia, segundo o interlocutor, têm sustentado a geração de empregos, com destaque para as áreas da Agricultura, Pescas, Construção Civil e Obras Públicas, Geologia e Minas, Transporte, Comunicações, Indústria e Turismo.

"A gestão do sistema de formação é feita com base nas regras metodológicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com a criação do Instituto Nacional de Formação Profissional, tem sido possível assegurar a execução das políticas relativas à organização do mercado de emprego, bem como a direcção e coordenação do sistema de formação profissional", assegurou.

I.2 Combate ao desemprego

Jornal de Angola

03 De Maio de 2019

Texto: Sousa Jamba

Se os planos de combate à pobreza tivessem saída no mercado internacional, o continente africano seria riquíssimo. Há calhamaços e calhamaços sobre como melhorar a vida dos africanos; vários peritos fizeram

fortunas elaborando receitas para superar a pobreza africana.

Cá mesmo, na nossa querida Angola, há o último lançamento, o "Plano de Acção e Promoção de Empregabilidade", que, aparentemente, poderá conter a elevadíssima taxa de desemprego sobretudo entre a juventude. Em quase vinte anos que venho a escrever para a imprensa angolana. Não hesitei sempre em premir uma nota para advertir e afirmar que muitos desses planos têm acabado em nada. O Planalto Central, onde estou, está cheio de centenas e centenas de projectos que visavam ajudar a juventude, mas eventualmente enriqueceram alguns Chico Espertos que distorceram tudo em seu favor.

Há o plano de dar kits para formar pedreiros, carpinteiros, canalizadores etc. Imagino exactamente o que poderia acontecer: os kits são dados a indivíduos, que nunca trabalharam (é por isso que são desempregados) e os mesmos vão vender os instrumentos que iriam melhorar as suas vidas. Fala-se, até, de empréstimos (equivalentes a cinco mil dólares) a pequenos empresários que vão ser proferidos através do Banco Sol. Temos aqui um perfeitíssimo cenário, para um falhanço.

Nos últimos três anos, tenho passado muito tempo no Planalto Central sobretudo na Aldeia Camela Amões, que fica na comuna do Chiumbo, de onde sou oriundo. A vida de muitos primos meus na aldeia do Manico, que fica da Aldeia Camela Amões, mudou consideravelmente; eles não só passaram a ter um salário mas o mais importante é obter um ofício.

Quando o empresário Segunda Amões começou o projecto de transformar a aldeia típica da Camela Amões numa localidade do primeiro mundo, vários jovens na área foram convidados. Muitos não tinham nenhuma profissão. O empresário Segunda Amões identificou aqueles que tinham trabalhado em vários projectos e misturou com os outros que foram aprendendo.

Lembro-me claramente do tempo em que só uma equipa pequena é que sabia fazer os adobes usados para a construção de casas sociais. Hoje há centenas e centenas de jovens na Camela que produzem os mesmos. Na aldeia da Cavava, que fica ao lado da Camela Amões, lembro-me de ter tido conversas com mestres que tinham trabalhado com várias empresas de construção de renome internacional, que passaram por Angola. Noutra dia, vi jovens a construir uma lindíssima casa (que faz parte do projecto Camela Amões) usando a perícia que adquiriram no terreno. Vi, na Camela Amões, jovens que vieram que mal conduziam um carrinho de mão, a serem

transformados em operadores de máquinas escavadoras, O Domingos, o meu amigo jovem da aldeia de Sanchipanguele, que sempre ia comigo para explorar a mata, já que tenho muito medo de cobras, já não está lá; ele agora trabalha numa gigantesca operação em Luanda, onde opera uma máquina graças ao tempo que ele esteve na Camela Amões.

Claro que a operação da Aldeia Camela Amões, que vou seguindo de perto, não foi fácil. Houve várias situações em que pensava que o meu Mestrado de uma universidade conceituada dos Estados Unidos, iria me ajudar a encontrar soluções. Havia situações em que eu não entendia bem o que a Segunda Amões estava a fazer. Lá estamos: há situações que não se encaixam nas análises vindas da KPMG ou Boston Consulting Group, situações que só podem ser bem entendidas por operadores que são mestres do terreno.

A maioria das análises do sucesso dos ditos "tigres asiáticos" insistem que, entre várias coisas, o que esteve por trás do avanço impressionante foi sempre ter as características específicas dos países em conta. Sim, o Governo foi garantindo que as rotas fossem operacionais, que certas indústrias (voltadas para a exportação) tivessem vários empurrões governamentais; que a cultura da elevadíssima poupança privada servisse as comunidades, etc. Porém, ao fim do dia, os governos foram apoiando empresários como Segunda Amões, que eram indiscutivelmente bons na implementação de projectos, para transformar a economia. Lá, os governos valorizavam muito a capacidade de implementar os planos. O operador que sabia quais seriam os constrangimentos, os imprevistos, os factores culturais, etc., é, na maior parte dos casos, quem participava em parcerias público-privada.

O outro dia, no São João, Huambo, vi uns asiáticos a operar uma gigantesca máquina de costura de sofás. Pensei que não havia razão nenhuma porque os angolanos poderiam fazer aquilo. Curiosamente, na Aldeia Camela Amões, há um programa em que senhoras e senhores da aldeia passaram a obter máquinas a crédito para produzirem roupas, cortinas etc. O empresário Segunda Amões pegou nos seus próprios fundos, emprestou os mesmos a vários operadores de pequenos negócios e todos estão a florescer. Um casal, em particular, teve um projecto agrícola cujo rendimento está a ser impressionante. Eu vi, com os meus próprios olhos, famílias a saírem daquela pobreza humilhante do Terceiro Mundo e a passarem para uma existência respeitável em poucos meses.

Na Aldeia Camela Amões será inaugurada, brevemente, uma belíssima capela católica; todo

mundo que vai para lá pensa que os bancos, lindos e bem polidos, foram importados. A realidade é que são produtos de carpinteiros angolanos. Algumas semanas atrás, estive com amigos vindos de outros países africanos que não acreditavam que a Aldeia Camela Amões era mesmo o resultado de uma sincronização dos esforços de vários angolanos. A redução significativa do desemprego em Angola dependerá, sem dúvida, da reprodução de várias aldeias do estilo da Camela Amões...

1.3 Sindicatos pedem revisão da actual Lei Geral do Trabalho

Novo Jornal

03 De Maio de 2019

Texto: Adjali Paulo

Um grupo de trabalhadores, que esta semana participou da habitual marcha alusiva ao Dia do Trabalhador (assinalado a 1 de Maio), organizada pela União Nacional dos Trabalhadores Angolanos Confederação Sindical (UNTA-CS), reivindicou a revisão da actual Lei Geral do Trabalho (LGT), em vigor deste Setembro de 2015.

Entre, as reclamações apresentadas por trabalhadores de diversos sectores, constam ainda a melhoria das condições salariais, de trabalho e a celeridade na resolução de conflitos laborais.

A elevada taxa de desemprego, principalmente entre os jovens, e a baixa taxa de cobertura do salário mínimo nacional em relação à cesta básica alimentar são outros problemas que preocupam a classe, aspectos que na visão dos sindicalistas têm sido factores de instabilidade laboral.

Os sindicalistas defenderam, por exemplo, a aplicação de um salário mínimo na ordem dos 80mil kwanzas, para minimizar o impacto da actual situação económica das famílias.

Uma das novidades da LGT vigente tem a ver com os contratos de trabalho. O diploma prevê uma contratação por tempo determinado, ao contrário da anterior legislação, facto que, do ponto de vista técnico-jurídico e laboral, pode pôr em causa o princípio da estabilidade do emprego, segundo alguns juristas.

Em Luanda, cerca de 15 mil trabalhadores participaram da marcha, acto que decorreu em outras capitais de províncias.

Nas províncias do Uíge, Cunene e Namibe, os governadores locais manifestaram solidariedade à

classe e garantiram que o executivo está apostado em melhorar as condições sociais.

À imprensa, Pinda Simão, governador do Uíge, afirmou que o governo continua a trabalhar para que as classes menos favorecidas tenham um salário mínimo necessário e para recuperar o poder de compra dos cidadãos.

Já no Cunene, o governador Virgílio Tyova apelou para um maior empenho dos trabalhadores no desenvolvimento do país, visando o bem-estar dos cidadãos e a estabilidade do país.

Por seu turno, o governador do Namibe, Carlos da Rocha, disse haver um esforço do governo central para dar resposta às reivindicações da classe trabalhadora.

A efeméride teve a sua origem no massacre de Chicago, em Maio de 1884, quando a polícia americana disparou a matar contra manifestantes desarmados que exigiam uma jornada de oito horas e melhores condições de trabalho

Já no Cunene, o governador Virgílio Tyova apelou para um maior empenho dos trabalhadores no desenvolvimento do país, visando o bem-estar dos cidadãos e a estabilidade do país.

Por seu turno, o governador do Namibe, Carlos da Rocha, disse haver um esforço do governo central para dar resposta às reivindicações da classe trabalhadora.

A efeméride teve a sua origem no massacre de Chicago, em Maio de 1884, quando a polícia americana disparou a matar contra manifestantes desarmados que exigiam uma jornada de oito horas e melhores condições de trabalho.

1.4 Batalha contra o desemprego ganha apoios

Jornal Economia e Finança

3 De Maio de 2019

Texto Pedro Peterson

O desemprego elevado é um problema económico e simultaneamente social. É um fenómeno económico porque representa um desperdício de recursos valiosos, e social porque causa enormes sofrimentos aos desempregados que se debatem com menores rendimentos.

Por isso, a taxa de desemprego é o indicador do mercado de trabalho mais amplamente usado para a tomada de decisão e referência para os programas de

desenvolvimento, pois transmite a percentagem de pessoas, na força de trabalho, que não têm emprego, mas estão disponíveis.

Em outras palavras, expressa a capacidade do mercado de trabalho de satisfazer a demanda explícita das pessoas por empregos.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no período entre Março de 2018 a Fevereiro de 2019, a taxa de desemprego na população em Angola, foi estimada em 28,8 por cento (3.675.819 pessoas) e a taxa de emprego em 61,6 (9.073.321 pessoas).

O relatório enfatiza que, a taxa de emprego da população, situou-se em 61,6 por cento, sendo mais elevada nos homens (64,8) do que nas mulheres (58,7). A taxa de emprego na área rural é 75,7 e na área urbana de 53,5, apresentando uma diferença de 22,2 pontos percentuais.

Já o anuário do INE de 2017, assegura que no mesmo ano, o mercado de trabalho apurou 20 mil 308 novos empregos, onde o sector da agricultura o que mais se destacou com 38,8, seguido dos transportes com 21,4 por cento. A administração pública registou a inserção de 328 novos empregos, no âmbito do projecto geração de empregos. As empresas, efectuaram 27.276 colocações directas, dos quais 37,7 por cento do sector de prestação de serviços que maior número de colocações registou, seguido do sector da construção civil com 26,9.

Apesar desses indicadores, a situação continua preocupante, pois tem sido o motivo dos constrangimentos de vários programas e políticas de desenvolvimento traçados pelo Executivo.

Promoção da empregabilidade

Para se pôr cobro a este fenómeno, que está igualmente associado à queda de produtividade na economia, o Governo lançou recentemente o Plano de Acção para a Promoção da empregabilidade (PAPE), para os próximos três anos (2019/2021).

Este programa, prevê a formação de 12 mil jovens nos domínios do empreende do empreendedorismo e gestão de negócios e 15 mil capacitados em cursos de curta duração em que os beneficiários serão dotados de ferramentas essenciais para levar a cabo pequenos negócios capazes de gerar renda familiar.

O programa, cujo valor de execução está avaliado em 21 mil milhões de kwanzas, foi aprovado recentemente pelo Presidente da República, João Lourenço, em decreto 113119 de 16 deste mês, e inclui, ainda, 10 mil microcréditos e a distribuição de 42 mil kits profissionais.

De acordo com o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, que procedeu ao lançamento do plano, serão também apoiados os empreendedores já estabelecidos, bem como os emergentes, contribuindo-se assim para o processo de promoção da inclusão financeira, fiscal e social, além de fomentar o cooperativismo e o associativismo juvenil.

Por isso, assegurou que os jovens; a serem formados nos diversos centros de formação existentes no país, deverão beneficiar de estágios em determinadas empresas, que poderão empregá-los mediante as necessidades.

Realçou que os estágios terão uma duração de três meses a um ano, devendo os empregadores beneficiar de incentivos fiscais.

O acompanhamento e avaliações das acções realizadas, e do impacto na comunidade será da responsabilidade do Inefop, envolvendo outros sectores.

A implementação do programa, segundo o governante, contará com a intervenção de diversos sectores ministeriais, como a agricultura, pescas, pecuária, construção civil, energia e águas, turismo e outros, propondo-se o ajustamento dos perfis profissionais dos cidadãos às reais necessidades do mercado de emprego e da economia nacional.

I.5 O desemprego também é um 'inimigo público'!

Jornal Expansão
3 De Maio de 2019

Na edição 454 de 5 Janeiro de 2018 interrogámo-nos se a população jovem angolana seria para o Governo força para o desenvolvimento ou ameaça, olhando para o discurso do então ministro da Defesa e hoje Presidente, João Lourenço, na 29.º Cimeira da União Africana. No texto indicámos que hoje talvez a 'emigração dos nossos jovens, sobretudo para a Europa, em condições bastante perigosas e, (. . .), vergonhosas', comodisse João Lourenço, no seu discurso, fosse o mal menor. Concluímos na altura que o fraco crescimento da indústria transformadora para 2018 deixava-nos cépticos no que toca à possibilidade de a juventude ver materializado em 2019 o seu direito constitucionalmente consagrado, artigo 76.º, de terem trabalho. Pois bem, o Instituto Nacional de Estatística acaba de divulgar os últimos dados sobre o emprego e lamentavelmente a nossa análise e prognóstico estavam correctos.

O relatório sobre Indicadores de Emprego e Desemprego: Inquérito Sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola de Abril 2019 indica que a população economicamente activa aumentou de 53% em 2014 (dados do Censo) para 86,5% em 2019. Todavia, a taxa de desemprego aumentou de 20% entre a população com 15 - 64 anos para 28,8%, e de 38% entre os jovens dos 15 - 24 anos entre 2015 e 2016 para os 52,4%.

O sistema de Segurança Social nacional funciona, de uma maneira simples, como um 'esquema de pirâmide', i.e. aqueles que trabalham hoje pagam a reforma daqueles que trabalharam ontem. Ora bem, se hoje 68,8% dos jovens entre os 15 - 24 anos de idade tem um emprego informal e 52,4% dos jovens estão desempregados, a pergunta que urge fazer é quem vai pagar amanhã pela pensão de reforma dos que hoje não trabalham? Visto desta forma fica claro que reduzir a alta taxa de desemprego e de informalidade no mercado laboral, tornando viável a segurança social no futuro, deve ser visto pelo Executivo de João Lourenço como um imperativo de segurança nacional.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial elaborado pelo Banco Mundial em 2013 e que pela primeira vez aborda a questão do emprego mostra que à medida que os países se desenvolvem o auto-emprego reduz e aumenta o emprego assalariado. Esse dado contraria a actual pretensão do Executivo de disponibilizar kits de auto-emprego, como propõe o decreto 113/19 que aprova o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade e antes, que falhou, o Programa de Governo de 2012-2017. O problema de Angola não é apenas a falta de qualificação dos jovens, mas acima de tudo o encerramento das empresas.

De facto, o Boletim Estatístico do Ensino Superior indica que, em 2015, foram colocados no mercado 12 395 graduados aumentando para 14 735 em 2016. Já o Anuário de Estatísticas das Empresas referente a 2013-16 indica que das 152 359 empresas registadas em 2016 estavam em actividade apenas 46 096 empresas. Dessas empresas 50,3% pertencem ao sector do comércio e, sendo Angola dependente da importação, não deveria ser surpresa a recente redução das reservas internacionais líquidas. O que mudou no contexto actual para os jovens empreendedores serem melhores sucedidos?

A visão de um "aumento da produção nacional e a diversificação da economia", como indicado por João Lourenço no último Estado da Nação, esbarra na situação conjugada de desemprego e informalidade, o que pode desencadear instabilidade social. A retirada dos subsídios à electricidade (e água) e aos

combustíveis, necessária para se reduzir a despesa pública, no contexto actual, torna essa possibilidade mais real. Tudo isso ocorre num momento em que a ONU pretende graduar Angola, desfavoravelmente, para País de rendimento médio em 2021. Essa graduação seria um empecilho para o desejado desenvolvimento harmonioso, já que Angola não teria acesso aos créditos concessionais das instituições financeiras internacionais para diversificar a base produtiva bem como ao mercado Europeu através do Programa EBA, e norte-americano AGOA.

Os números do INE sustentam o que temos vindo a propor neste espaço, i.e. que o Executivo não dedique esforços apenas para liberalizar o mercado. Angola precisa sim de uma transformação estrutural i.e. deixar de essencialmente exportar bens primários, como o petróleo e diamantes, ou banana, café, rochas ornamentais, madeira, conforme propõe o PRODESI. Isso só é possível através da dinamização do sector produtivo é muito particularmente da indústria transformadora suportada por um aumento da produtividade no sector agrícola, i.e. rentabilizando os perímetros irrigados e infra-estrutura os pólos industriais.

Enfim, essas acções vão exigir pragmatismo e disciplina mas, acima de tudo, capacidade de disciplinar os mentores e empreendedores em caso de incumprimento das metas definidas para a produção, emprego, receitas e volume para exportação. Pelo que, acreditamos que o Presidente João Lourenço precisa de colocar também o desemprego na lista de 'inimigo público'!

1.6 Plano de acção de promoção de empregabilidade vai reduzir a taxa de desemprego

Jornal Economia e Finanças

3 De Maio de 2019

Texto Alberto Quiluta e Regina Handa

O Executivo angolano aprovou um decreto que prevê a disponibilização de 21.000 milhões de kwanzas para combater a pobreza e o desemprego. Assim como vai potenciar financeiramente os agentes produtivos através de linhas de crédito disponibilizados pelas instituições financeiras estrangeiras para serem pro-activos e gerar postos de trabalho.

O programa será desenvolvido em todo o território nacional por um período de três anos, e o acompanhamento e avaliações das acções realizadas e

do impacto na comunidade será da responsabilidade do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, INEFOP, envolvendo os demais sectores.

Cerca de 83.500 jovens serão directa e preferencialmente abrangidos pelo Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE, incluindo 12 mil jovens capacitados nos domínios dos empreendedores e gestão de negócios, 15 mil capacitados em cursos de curta duração, três mil inseridos no mercado informal, através da reconversão de pequenas actividades geradoras de ocupação e renda, e 1.500 formados nos níveis 3 e 4 de Formação Profissional, inseridos em programas de estágios profissionais. Além dos beneficiários directos, pretende-se com a distribuição dos 'kits' profissionais, promover o associativismo e, beneficiar indirectamente cerca de 243 mil cidadãos, pois serão disponibilizados os meios para brigadas de três a cinco profissionais.

De acordo com o diploma, "o ano de 2019 é crucial, pois será o de lançamento e poderá amortecer a pressão social provocada pela situação de desemprego", pelo que os recursos para o efeito serão assegurados essencialmente no âmbito da Lei de Bases da Protecção Social.

O JE saiu à rua para avaliar o grau de satisfação dos cidadãos com relação ao plano do Executivo sobretudo na criação de emprego para a juventude.

O docente Pedro Vicente é de opinião que se invista mais na agricultura por ser uma das maiores áreas de empregabilidade de qualquer país e por representar 80 por cento da população.

Para ele, o sector da indústria tem potencial para tirar a juventude do desemprego, mas apela para que os valores sejam alocados à empresários com idoneidade reconhecida.

Já o funcionário Pedro Avelino, é de opinião que o Executivo repense as políticas que o Presidente prometeu na criação de 500 mil novos postos empregos até final da legislatura, em 2022.

Porém defende a necessidade, de se criar mecanismos para aglutinar a juventude em Fóruns onde estes possam dar às suas opiniões para que o projecto tenha "Pés para andar".

Diz que é chegado o momento do país começar a apostar na produção interna, facilitando o crescimento económico.

"A dependência de recursos externos não geram produção interna' tem tão pouco empregos".

Por seu turno, a funcionária pública Beatriz Tati é de opinião que se melhor o quadro de gestão, rigor na fiscalização nos concursos públicos para a empregabilidade e paulatinamente terminar com alguns vícios que enfermam os concursos.

A cidadã é contra a exigência de cinco anos de experiência laboral, requisito que maior parte dos jovens não possuem.

Como solução, diz que o Estado deve instalar um leque de serviços que possam dar abertura de novos postos de emprego (negócios, indústrias, entre outros), mais centros de formação técnica e profissional, atendendo às especificidades de cada região.

No entanto, Alfredo Pedro Relações Públicas, disse que é necessário uma maior aposta no empreendedorismo e na identificação de novas áreas de exploração para impulsionar a formação dos jovens noutros sectores que não sejam os tradicionais (petrolífero e mineiro) e gerar mais postos de trabalho.

Já a economista Domingas Pedro acha que o Governo deve resolver o problema do desemprego e criar uma política de fazer reformas a partir dos 50 anos de idade.

Segundo afirma, muitos jovem que se formam no exterior e que não conseguem, não é porque não existe, mas é porque as vagas estão todas ocupados com idosos que já deveriam ir para a reforma.

Para o professor, Miguel Domingos o país se encontram numa crise de total desemprego, por isso assegura que o Governo de abrir mais oportunidade para o aparecimento de firmas familiares, ou seja, para a criação de micro pequenas e médias empresas no país.

1.7 O emprego que não temos e o desemprego que abunda

Jornal Expansão

10 De Maio de 2019

Texto: Alves da Rocha

Absolutamente aterradoras as estatísticas do INE sobre emprego muito difícil de ser criado nas presentes condições e o desemprego (que me deixaram perfeitamente siderado). O abundante desemprego identificado é sinónimo de pobreza e de fome (ver meu artigo neste mesmo semanário sobre a necessidade de um Programa de Ajustamento Social)

e os cenários sobre a mesa são pessimistas quanto a este item.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional nas vertentes assinadas é compromissadas vai agravar a presente situação. Sem qualquer espécie de dúvida, pois os anunciados programas (tantos programas que o País tem!) de combate ao desemprego não passam de meras intenções, penso que sem respaldo científico. Os empregos não se criam e o desemprego não se diminui só porque se quer, ou só porque se elaboram programas tendentes a isso.

A análise do emprego/desemprego tem uma teoria subjacente (que os economistas têm obrigação de conhecer e dominar), envolvendo relações com a maior parte das variáveis macro e microeconómicas. Quanto custa, por exemplo, criar 500.000 postos de trabalho? Custo financeiro, custo económico e custo social. Num qualquer exercício de política económica, todas as medidas a serem tomadas devem ser quantificadas nos seus custos, sacrifícios e benefícios. O balanço entre estes efeitos é o que, no final do dia, conta, para se decidir pela implementação dessa medida. É um exercício complexo e demorado, mas necessário e fundamental para se gerarem poupanças de meios e maximizarem resultados. Em todos os casos, mas sobretudo quando os países (os Estados e a governação) atravessam situações de carência generalizada de meios financeiros, como é o caso de Angola. Ainda que difícil, este exercício de calibragem entre meios e resultados é possível de ser efectuado, bastando conhecerem-se as metodologias associadas.

A intenção de se gerar 500.000 empregos até 2022 é semelhante à promessa de criação de 1.100.000 até 2017, feita nas eleições de 2012, incumprida, por excessivo optimismo e carência de abordagem teórica e metodológica. O CEIC, nos seus Relatórios Económicas de 2012 e 2013, apresentou os termos dessa equação impossível nos marcos colocados: período de tempo curto, afrouxamento do crescimento económico (lembre-se que o processo de desaceleração estrutural da dinâmica de crescimento se iniciou em 2009) e valor reduzido da produtividade bruta aparente do trabalho. Considerando as taxas médias anuais de crescimento da actividade económica oficialmente assumidas e já com a anuidade do Fundo Monetário Internacional, a criação de emprego entre 2018 e 2022 será de 253.515 postos de trabalho.

Utilizando-se as cifras previsionais de crescimento do não petrolífero na verdade, o de maior apetência à criação líquida de emprego, dada pelo uso de processos mais intensivos em trabalho, mas com os dias contados perante os desafios da competitividade a criação de emprego situar-se-á em

740.878 postos de trabalho, entre 2018 e 2022. Boas notícias. Mas (em economia há sempre um ou mais "mas", dada a sua natureza profunda de vasos comunicantes) com ganhos de produtividade muito pequenos (cerca de 1,5% ao ano), absolutamente insuficientes para se construir uma competitividade estrutural compaginável com a inserção mundial da economia nacional e a disputa dos mercados regionais da SADC e CEEAC. Basta que se situem os incrementos da produtividade bruta aparente da força de trabalho em 2,75% ao ano, para que o cenário se altere profundamente: 390.287 empregos até 2022, 110.000 a menos das pretensões do Governo. Ou seja: nas condições enunciadas e trabalhadas anteriormente, a taxa de desemprego em 2022 poderá situar-se em 32,9%, absolutamente em linha com as estimativas do INE para 2018 (28,8%, com crescimento anémico e necessidade de ganhos de produtividade, a taxa de desemprego só poderá aumentar). Produtividade, emprego e crescimento económico são variáveis indissociáveis de qualquer exercício de previsão do comportamento do emprego.

O chamado PAPE (Plano de Acção Para a Promoção da Empregabilidade) é o instrumento que o membro do Governo responsável por esta área de enorme sensibilidade (social, desde logo, económica e política) houvessem sindicatos independentes e fortes, dominando as minudências da economia e do emprego, a paz social existente seria seguramente abalada pelas insuficiências e incapacidades de o sistema económico e as políticas governamentais serem capazes de, a médio prazo, dirimirem estas amarras e finalmente garantirem o necessário "(re) take-off") apresentou publicamente como a esperança para uma alteração do quadro de desemprego existente. Em termos de intervenção efectiva que diz este Plano de Acção? Coloca a ênfase na empregabilidade, admitindo-se à partida a necessidade de se melhorarem os índices e resultados da formação, capacitação, empreendedorismo através de cursos de curta duração, envolvendo-se um universo de 37.000 jovens. Nada a dizer, especialmente entendendo-se o PAPE como uma intenção e intervenção focada na diminuição do desemprego jovem, cuja taxa atinge a astronómica cifra de 52,4% em 2018.

Como conseguiram estes jovens sobreviver? Naturalmente por intermédio da economia informal. De que modo esta juventude se pode tornar numa verdadeira força de trabalho para a economia, não tendo réditos para custear a sua formação de médio e de longo prazo? Dramático.

Não menos o é a taxa de desemprego total: 28,8% da população economicamente activa, correspondente a

3.675.819 de cidadãos e cidadãs sem fontes de rendimento monetário e sem participação nas dinâmicas da economia (muitas ou poucas, não fazem parte delas), compreendendo-se os elevados níveis de informalidade, criminalidade, frustração e ganância que grassam pelo País. Estando muito acima da taxa natural de desemprego, quanta quantidade de crescimento potencial encerra? Diminuindo-se, por exemplo, para 10% em 2022, o PIB poderia ser aumentado em 21.670 milhões USD. Aquela taxa de desemprego global significa uma perda de oportunidades de crescimento avaliada, em termos nominais, em 62.490 milhões USD.

Outra forma de colocar o problema é: a que taxa média anual devem os PIB's crescer para que seja possível ajustar os 500.000 postos de trabalho? Os economistas dispõem de instrumental analítico, estatístico e econométrico para darem as respostas.

Conhecem-se os canais por onde se perde muito crescimento económico (corrupção, opacidade, impunidade, indisciplina e desorganização institucional, perdas de produtividade, etc.), mas o desemprego é, entre todas, a maior fonte de desperdício. Tanto maior quanto tratar-se de pessoas.

1.8 Milhares de cidadão no país vivem em condições precárias

Jornal de Angola

14 De Maio de 2019

Texto: Marcelo Manuel

Pelo menos 50 mil pessoas, entre crianças, idosos e portadores de deficiência, vivem em situação de vulnerabilidade e com necessidades de intervenção do Estado e parceiros sociais em todo o país, afirmou ontem, na cidade do Dondo, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Faustina Alves, que falava durante a abertura do segundo Conselho Consultivo do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que decorre até hoje no município de Cambambe, província do Cuanza-Norte, afirmou que os dados apresentados correspondem a um total de 15 pessoas por agregado familiar e foram diagnosticados durante o primeiro trimestre deste ano, através do Sistema de Informação e Gestão da Acção Social.

A par do levantamento das pessoas vulneráveis, a responsável declarou que o departamento ministerial que dirige prestou assistência social a cerca de 24.196 pessoas, em todo o país, e protecção a 8.718 crianças carentes, em 104 instituições de acolhimento. Os cidadãos com deficiência representam 2,5 por cento

da população geral no país, perfazendo um total de 656.258, dos quais 293 receberam meios de locomoção e ajuda técnica, durante os primeiros três meses deste ano.

Faustina Alves também confirmou que o sector que dirige apoiou e protegeu 2.233 velhos, destes 878 foram direccionados para 18 lares, localizados em 11 das 18 províncias do país.

Sublinhou ainda que as famílias afectadas por calamidades naturais constituem um grupo de referência de Intervenção do Estado. A ajuda no decurso deste ano vai abranger mais de 6 mil cidadãos com bens alimentares e outros não perecíveis, como chapas de zinco e cobertores.

A província do Cunene é das que mais sofre com o impacto da seca, enquanto a de Benguela se depara com problemas de fortes chuvas, facto que obriga o Executivo a continuar a unir esforços para mitigar as dificuldades e encontrar os melhores caminhos para a solução dos problemas que afectam as populações, através de soluções sustentáveis e duradouras, segundo a ministra.

Com o objectivo de aproximar os serviços junto das comunidades, a ministra anunciou que está em execução o programa de municipalização da acção social, elaborado com o propósito de responder às preocupações e prioridades dos grupos vulneráveis, através de projectos assentes em actividades de empreendedorismo.

Faustina Alves mostrou-se preocupada com o surgimento de episódios de violência doméstica no seio das famílias, acrescentando que os mesmos devem ser ultrapassados com a promoção do amor ao próximo, incentivo ao diálogo e desencorajamento de Práticas nocivas no seio das comunidades.

O governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, mostrou-se preocupado com a situação da fuga à paternidade, prostituição infantil e elevado índice de HIV a nível da região, salientando que o Governo local trabalha na melhoria do fornecimento de água potável, energia eléctrica e maior prestação de serviços nos sectores da Saúde, Educação e saneamento básico.

A nível das diversas comunidades da região, decorrem serviços de melhoria de acesso às principais zonas de cultivo, com o propósito de garantir o aumento da produção agrícola e viabilizar o escoamento dos produtos, visando o aumento do rendimento familiar, disse Adriano Mendes de Carvalho, que falou da importância do empoderamento da mulher na luta contra o

analfabetismo, combate à pobreza e da necessidade de esta franja da população ocupar cargos de destaque a nível das instituições do Estado.

O II Conselho Consultivo do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher decorre na vila do Dondo, município de Cambambe, sob o lema "Acção Social: Um compromisso com a Nação".

1.9 Milhares de trabalhadores podem ficar no desemprego

Jornal de Angola
19 De Maio de 2019
Texto: Helma Reis

Os trabalhadores afectos às sete indústrias situadas na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, que podem ser privatizadas, mostram-se preocupados com o possível rompimento do vínculo jurídico-laboral.

Carlos Manuel Neto, presidente do Sindicato Democrático dos Trabalhadores da Indústria Comércio e Serviço de Luanda, apelou à necessidade das instituições de direito no sentido de se encontrar equilíbrio nos interesses dos trabalhadores.

Por essa razão, foi realizada, na manhã de sexta-feira, uma marcha pacífica defronte à Unidade Industrial Angola-Cabos, Limitada, situada na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, que culminou com uma assembleia geral, nas instalações da unidade fabril Vedatela.

De acordo com Carlos Manuel Neto, o encontro serviu para analisar as constantes violações da Lei Geral de Trabalho, bem como das convenções 87, 98, 154 e 15, ambos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificados por Angola.

"Não existe comunicação e diálogo entre a Comissão Multisectorial e o Sindicato dos Trabalhadores, quanto à privatização e venda das primeiras sete unidades industriais na ZEE", lamentou o presidente da associação.

O presidente do sindicato informou que, nos próximos dias, será apresentada uma missiva ao Presidente da República, denunciando as violações da Comissão Multisectorial do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) e da Sonangol Investimento Industrial para com os trabalhadores.

Para ele, o objectivo é denunciar a forma como está a ser manuseado o processo de venda e privatização das sete unidades fabris. Trata-se das fábricas

Univetro, Juntex, Carton, Absor, Indugited, Coberlen e Saciango.

A indexação dos salários também é uma das questões abordadas na assembleia. Pedro Kingalo, secretário para os Assuntos Jurídico-Laboral e Social, do Sindicato dos Trabalhadores, explicou que na altura da admissão, aquando da assinatura dos contratos, os salários foram indexados ao dólar e pagos em kwanzas, ao câmbio oficial (BNA), e até à data nada foi feito.

"O jogo do rato e o gato levou ao desespero aos mais de mil trabalhadores de diversas unidades fabris na Zona Económica Especial, que se viram obrigados a escrever uma carta para o Ministério das Finanças, no sentido de receberem um esclarecimento sobre o que foi lavrado no contrato, e até à data também não obtivemos resposta", disse o secretário para os Assuntos Jurídico-Laboral e Social do Sindicato dos Trabalhadores sublinhou ainda que a Sonangol Investimento Industrial fez sair uma nota a pedir à direcção das empresas para mobilizar os trabalhadores no sentido de resolver o problema da indexação para evitar que estes façam greve.

Pedro Kingalo disse que o sindicato quer dialogar com as direcções das unidades fabris e delas obter esclarecimentos sobre o processo de privatização, uma vez que "é quase de domínio público que todas as unidades de produção ligadas à Sonangol Investimento Industrial vão passar para os privados". Segundo Pedro Kingalo, as direcções das empresas estão a transmitir aos trabalhadores que vão ser indemnizados, pelo facto de o contrato assinado ser por tempo indeterminado, sem que tenham chegado a um acordo com o sindicato.

1.10 Taxa de desemprego na província do Huambo atinge 19,2%

Novo Jornal
24 De Maio de 2019
Texto: César Magalhães

Um estudo realizado recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que 19% de cada grupo de 100 cidadãos em idade activa na província do Huambo se encontra no desemprego.

Segundo o director local do INE, Ruben Gomes, citado pela Angop, os dados foram obtidos a partir do inquérito de despesas, receitas e empregos em Angola (IDREA), realizado de Fevereiro de 2018 a Março deste ano.

Os resultados do IDREA, segundo o responsável, dão conta que a taxa de desemprego na província (19,2%) equivale a 184.089 cidadãos, de um total de 960.552 da população, cuja idade vai dos 15 aos 65 anos, considerada economicamente activa.

Ruben Gomes acrescentou que do total da população desempregada constam 105.948 mulheres e 78.241 homens.

Estes dados estão a ser actualizados no âmbito do Inquérito de Emprego em Angola (IEA), iniciado em Abril, processo que decorrerá em cada trimestre.

Durante esta tarefa, informou, foram inquiridos 288 agregados familiares, dos 576 previstos até final do segundo trimestre deste ano, distribuídos em 24 conglomerados, dos 48 seleccionados.

A província do Huambo possui uma população estimada em dois milhões, 309 mil e 829 habitantes, dos quais um milhão, 103 mil e 336 homens e um milhão, 203 mil e 493 mulheres.

Segundo o INE, a taxa de desemprego em Angola atinge 28,8% da população entre os 15 e os 64 anos.

1.11 Empregadores obrigados a pagar o salário mínimo

Jornal de Angola

28 De Maio de 2019-06-10

Texto: Edivaldo Cristóvão

A partir de Agosto próximo, a Inspeção Geral do Trabalho (IGT) vai passar a responsabilizar as empresas públicas e privadas que não cumprirem com a lei de pagamento do salário mínimo nacional garantido único, disse ao Jornal de Angola O inspector do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Leandro Cardoso.

Segundo o inspector, a medida vai começar a ser aplicada depois da recente divulgação, em Diário da República, do Decreto Presidencial nº89/19, de 21 de Março, que estabelece a exigência das empresas em cumprirem com o artigo 161 da Lei nº 7 /15, de 15 de Junho, da Lei Geral do Trabalho.

Para o efeito, a Inspeção Geral do Trabalho deu início em Malanje, à divulgação do diploma, com realização de encontros de sensibilização com as entidades patronais, actividade que vai decorrer até Junho deste ano, com o objectivo de educar, fiscalizar e depois repor a legalidade.

" A província de Malanje foi escolhida por registar um número elevado de empresas incumpridoras, no

tocante à aplicação do salário mínimo nacional garantido único. O processo de sensibilização às empresas teve início em Março e termina em Julho deste ano", disse.

Leandro Cardoso explicou que, havendo necessidade de proceder-se à afixação dos valores do salário mínimo nacional garantido único e o montante do salário mínimo, por grandes agrupamentos económicos, foi decretada a quantia de 21.454,10 kwanzas.

O diploma refere que os salários mínimos por agrupamentos económicos são fixados para os seguintes montantes: nos sectores do Comércio e Indústria Extractiva em 32.181,15, dos Transportes, Serviços e Indústria Transformadora, 26.817,63 e o da Agricultura 21.454,10 kwanzas.

O decreto orienta que as empresas dos sectores da Agricultura e da Indústria Transformadora podem estabelecer salários abaixo do salário mínimo nacional, desde que comprovem documentalmente a impossibilidade de efectuarem o pagamento dos valores fixados por lei, uma tarefa que deve ser autorizada pelo titular do departamento ministerial, responsável pelo sector do trabalho.

Leandro Cardoso disse que, nos últimos cinco anos, em Malanje, foram inspeccionadas 631 empresas, sendo 446 sociais e 285 técnicas, onde estão abrangidos 29.334 trabalhadores, dos quais 23.977 são homens e 5.578 são mulheres, deste número 2.013 são estrangeiros.

Das visitas realizadas, no penado em referência, foram registadas 4.771 infracções à legislação laboral que logrou no levantamento de 797 autos de notícias (multas), num valor total de 62.537.599,71 kwanzas, depositados na conta única dos serviços centrais da Inspeção Geral do Trabalho, em Luanda.

Foram ainda emitidas 3.262 recomendações das transgressões constatadas em empresas. No penado em análise, as componentes inflacionárias mais violadas foram a não inscrição no Sistema de Segurança Social Obrigatório e o não pagamento das contribuições do INSS no prazo estabelecido por lei.

Como transgressões, constam ainda a utilização indevida de valores destinados ao cofre da protecção social, falta de elaboração do qualificador ocupacional, não preenchimento do mapa de caracterização (RENT), violação do salário mínimo nacional e atraso no pagamento de salário.

A IGT constatou também em muitas empresas a falta de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, falta de serviço de segurança, higiene e

saúde no trabalho, ausência de exames médicos de admissão e periódicos e demissão obrigatória.

Registou-se despedimento de trabalhadores, bem como a sua comunicação às entidades competentes, não desconto de cinco por cento do contrato de expatriados, falta de comunicação de acidentes de trabalho, não concessão de férias, nem registo das horas extras e falta de certificados de trabalho.

Acidentes de trabalho

A IGT, em Malanje, registou 141 casos de acidentes de trabalho, sendo 111 leves, 19 graves e dez fatais, com custos directos e indirectos não discriminados. Os sinistros foram verificados com maior realce em empresas do ramo de Construção Civil, Serviços e Indústria,

Foram recebidos, de 2014 a 2018 cerca de 2.028 requerimentos de pedidos de mediações de conflitos de trabalho, dos quais 1.800 foram resolvidos, sendo 1.668 a favor dos trabalhadores, 60 a favor das entidades empregadoras, 73 remetido em tribunal e 205 estão em tramitação. Leonardo Cardoso disse que, dos pedidos de mediações resolvidos a favor dos trabalhadores, o valor total pago de indemnizações foi de 999.308.738,065 kwanzas.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Lucros dos três maiores bancos privados caem 27%

Novo Jornal

17 de Maio de 2019

Texto: Maurício Viera Dias

Os lucros dos três maiores bancos privados em activos recuaram 27% no primeiro trimestre do ano em curso face ao período homólogo de 2018, saindo de 93.4 mil milhões de kwanzas de Janeiro a Março do ano passado contra os actuais 67,8 mil milhões Kz, apurou o Novo Jornal junto dos balancetes do Banco Angolano de Investimentos (BAI), Banco de Fomento Angola (BFA) e do Banco Millenium Atlântico (BMA).

A quebra dos resultados líquidos dos três bancos deve-se, sobretudo, ao BFA, o segundo maior banco privado em activos do sistema bancário nacional, por este ter encerrado o trimestre com uma queda nos lucros a rondar os 55% comparativamente o mesmo período de 2018. Ou melhor, nos primeiros três meses do ano em marcha o BFA encaixou lucros de 25,8 mil milhões Kz, ao passo que na data homóloga o encaixe foi de 57 mil milhões Kz.

Os lucros do BFA no 'primeiro trimestre de 2018, por exemplo, representaram 61% do acumulado de 93 mil milhões Kz que os três maiores bancos privados obtiveram como rendimentos. Um ano depois, porém, dos 67,8 mil milhões Kz que o trio de bancos encaixou o rendimento do BFA correspondeu apenas 38%, indicam os dados calculados pelo NJ.

O BAI, maior banco privado em activos do país, foi o campeão dos lucros, ao fechar o primeiro trimestre do ano com resultado líquido de 34,4 mil milhões Kz, um acréscimo de 10,4% face aos lucros de 31 mil milhões Kz alcançados no mesmo período de 2018. O resultado do

BAI representa, por outro lado, 51% dos 67,8 mil milhões Kz amealhados pelos três maiores bancos privados.

Na cauda do pódio ficou o Millenium Atlântico, o terceiro banco privado com maior volume de activos viu os seus resultados líquidos crescerem significativamente, saindo de 5,2 mil milhões Kz para os actuais 7,6 mil milhões Kz.

Especialistas atestam que o negócio bancário vai continuar a ser dos mais lucrativos, porque o Estado

continua a emitir dívida pública e os bancos preferem emprestar dinheiro ao Estado por via de Títulos e Bilhetes do Tesouro em detrimento de outras pessoas.

Entre as 26 instituições bancárias que operam no mercado, três não cumprem o aviso 15/07 do Banco Nacional de Angola (BNA) que as obriga à publicação dos balancetes trimestralmente "até 45 dias após o término do trimestre". Destacam-se o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o BIC e o Banco Económico (BE), uma vez que tinham que publicar os balancetes do primeiro trimestre até dia 15 de Maio, mas não o fizeram como manda a lei.

2.2 OGE para 2019 é revisto em baixa

Jornal de Angola

27 De Abril de 2019

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ontem, em Luanda, a proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para 2019, com receitas estimadas em dez biliões, trezentos e setenta e dois mil milhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e doze kwanzas e noventa e dois cêntimos (10.372.864.674.112,92). As despesas estão fixadas em igual montante, com base no preço de referência de 55 dólares por barril de petróleo, segundo o comunicado saído da 4ª reunião ordinária, orientada pelo Presidente João Lourenço.

A revisão do OGE-2019, acrescenta o documento, decorre da necessidade do ajustamento do actual montante de receitas e despesas a nova realidade económica, consubstanciada numa redução da receita fiscal, motivada pela intensificação da volatilidade do preço do petróleo no mercado Internacional.

A volatilidade do preço do crude, refere a nota, tem criado desequilíbrios macroeconómicos, prejudicando a execução do Orçamento Geral do Estado e pondo em perigo o alcance dos objectivos estratégicos macro-executivos.

O OGE para 2019, aprovado em Dezembro do ano passado, contempla receitas e despesas no valor de 11,2 biliões de kwanzas. O montante tinha sido projectado com base no preço do barril de crude a 68 dólares.

Durante a sessão, foi aprovado o relatório de balanço do Programa de Estabilização Macroeconómica referente a 2018, documento que reporta o ponto de situação sobre a execução das medidas adoptadas

pelo Executivo, visando ultrapassar os constrangimentos e desequilíbrios existentes em diversos sectores da economia e propiciar a melhoria dos indicadores macroeconómicos.

No essencial, explica o comunicado, o balanço do Programa de Estabilização Macroeconómica aponta para uma recuperação, mesmo que ainda tímida, dos principais indicadores macroeconómicos da economia nacional.

No domínio das finanças públicas, foi aprovado o relatório de balanço da execução do OGE referente ao IV trimestre de 2018, documento que apresenta dados sobre a execução do Orçamento Geral do Estado, incluindo os balanços orçamental, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações orçamentais.

Durante o período em referência foram arrecadadas receitas no valor de 2.664,775 milhões de kwanzas, realizadas despesas no valor global de 2.832.342 milhões de kwanzas, tendo resultado num défice global de 167.587 milhões de kwanzas. A reunião aprovou, de igual modo, a programação financeira do Tesouro para o IIº trimestre de 2019, documento que apresenta os fluxos de entrada de recursos, de pagamentos, as operações de financiamento e os riscos associados à execução financeira durante período em referência.

A reunião aprovou também o relatório de balanço do Plano de Caixa do Tesouro Nacional, referente ao mês de Fevereiro de 2019, onde está reflectido o desempenho dos principais pressupostos que estiveram na base da sua elaboração, os fluxos de entrada e saída de recursos e a execução da despesa com e sem incidência de tesouraria.

Seguro de Importação

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou também o decreto presidencial que regulamenta a Contratação do Seguro de Importação de Bens, com vista a colocar em prática uma das recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED).

A intenção do CNUCED é de que todos os países em vias de desenvolvimento, essencialmente importadores, devem tornar obrigatória a contratação dos seguros de importação de mercadorias com seguradoras dos seus próprios Estados, evitando, deste modo, a fuga de capitais para o estrangeiro.

No domínio da Economia e Planeamento, a Comissão Económica aprovou o Cronograma e Plano de Acção para a revisão da estratégia de desenvolvimento de longo prazo "Angola 2025" para

o horizonte 2050, documento que vem estabelecer um modelo de governação que garanta uma supervisão adequada e um acompanhamento regular da implementação da mesma estratégia, de modo a produzir os resultados esperados.

O documento propõe que a supervisão geral seja trimestral e exercida pelo Conselho de Ministros e suas comissões especializadas, e que o acompanhamento seja regularmente efectuado pelo Ministério da Economia e Planeamento, através de uma unidade técnica.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Governo pretende retirar serviços do sector informal

Jornal Economia e Finança
3 de Maio de 2019

O Executivo, através do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, pretende retirar os serviços praticados na economia informal para a formal, com objectivo de gerar mais empregos e contribuir para o PIB nacional.

A garantia foi manifestada, recentemente em Luanda, pelo secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Jesus Moreira, que falava durante a apresentação dos indicadores sobre o mercado de trabalho em Angola, num seminário realizado na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP). Um dos exemplos mais concretos apontados pelo responsável para a transformação do sector informal para o formal, é a actividade realizada pelos taxistas, vulgo, candongueiros.

Manuel Moreira informou que o serviço de táxi é um dos sectores da economia informal que pode contribuir significativamente para a diminuição do desemprego e ser um grande contribuinte fiscal para o desenvolvimento da economia do país.

Anunciou que a Associação dos Taxistas de Luanda apresentou, recentemente, um relatório que revela um lucro anual de um bilião de dólares em todo o país, valores que servem para "pagar salários dos motoristas, cobradores e outras necessidades decorrentes, mas estes ganhos, não são reflectidos na economia do país.

O secretário de Estado apontou que essa transformação deve começar pela identificação de todos envolventes no serviço de táxi, desde atribuição de uma carta de condução específica, porque a condução será feita para transportar pessoas, bem como a distribuição da carteira profissional, para que de forma organizada juntamente com a Direcção Nacional de Viação e Trânsito, possa se definir e determinar as rotas, sem esquecer o período ideal de trabalho.

Manuel Moreira garantiu que o MAPTSS já manteve várias reuniões com a associação dos taxistas para acertar todos os detalhes, faltando apenas alguns acertos para que essa transformação se efective o mais breve possível.

Considerou que os taxistas dominam um mercado abrangente onde existe a procura e a oferta de bens e serviços, usado por grande parte da população, por isso, constitui uma área que pode ser bem aproveitada para ajudar na redução do desemprego, o mesmo acontece com os moto-táxis.

Manuel Moreira reconheceu que a taxa de desemprego em Angola, de 28,8 por cento é preocupante.

3.2 Abordado papel da “Zungueira” na sociedade

Jornal de Angola
04 de Maio de 2019
Texto: Alfredo Ferreira

Mais de 30 jovens filiada na Juventude Estudante Católica de Angola (JECA), na província do Bengo, analisaram, em Caxito, no fórum sobre o empoderamento da jovem mulher, o papel da zungueira na sociedade e na promoção dos valores morais, cívicos e culturais.

O encontro, orientado pelo coordenador nacional da JECA, Osvaldo José Mavenda, visa influenciar a juventude e a sociedade no sentido de descobrirem e aplicarem os valores que visam a promoção humana, no quadro do programa das acções apostólicas e sociais.

Osvaldo Mavenda frisou que o fórum sobre o empoderamento da jovem mulher abordou ainda "A jovem e a fé celebrada", cujos pontos serviram para mobilizar a sociedade feminina para a aquisição de conhecimentos sobre o seu verdadeiro papel na sociedade.

"Muitas mulheres por não saberem o papel que devem desempenhar são ofuscadas e muitos aproveitam -se disso em distintos ramos de actividade socioeconómica e política, prejudicando o seu desempenho", ressaltou.

Sobre a vandalização de bens públicos, o responsável disse que a JECA condena e desencoraja tais actos, que nada contribuem para o desenvolvimento do país. Aconselhou os jovens no sentido de absterem se do alcoolismo, drogas e dedicarem se mais aos estudos.

3.3 Pesca artesanal no Uíge será legalizada este ano

Jornal de Angola

04 de Maio de 2019

Texto: Valter Gomes

O Ministério das Pescas vai implementar, a partir deste ano, um processo de legalização da pesca artesanal, anunciou, ontem, na cidade do Uíge, o director técnico do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura.

Henriques Gonçalves disse que a iniciativa visa ordenar a pesca, que actualmente é feita de forma desordenada. "O Executivo pretende, através das administrações locais, organizar e apoiar as médias e pequenas associações de pescadores artesanais".

O responsável garantiu que o Ministério tem o propósito de transformar o sector numa verdadeira fonte de rendimentos' arrecadação de receitas, autossustento das famílias, «bem como o desenvolvimento da pesca no país.

Henrique Gonçalves realçou que a pesca artesanal organizada é uma actividade económica que gera rendimentos e pequenos empregos para os cidadãos, sobretudo nas zonas rurais, pelo que os administradores municipais devem cumprir com as orientações da Direcção Nacional das Pescas, "para que esta actividade seja bem organizada e legalizada à nível dos municípios".

Henriques Gonçalves fez tais pronunciamentos no fim de uma acção de formação promovida pelo Ministério das Pescas e do Mar, destinada aos administradores municipais adjuntos para a Área Social, directores provinciais, chefes de repartições municipais da Agricultura, Pecuária e Pescas na província do Uíge.

Os formandos foram capacitados sobre os métodos e técnicas a serem aplicadas na passagem de licenças para o exercício da actividade piscatória artesanal, inspecção e fiscalização das pescas bem como os métodos e técnicas de processamento do pescado. Pretende-se com este processo, que está a ser promovido ao nível do país, reduzir a fome e a pobreza. no seio das famílias, a integração da pesca artesanal na cadeia de abastecimento alimentar, organização do sector para que possa também oferecer aos cidadãos empregos e autossustento.

O director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, Eduardo Gomes, em nome da maioria dos formandos, aplaudiu a iniciativa e disse que "a medida não só vai ajudar na arrecadação de

receitas para os cofres do Estado, mas também melhorar o exercício da mesma actividade".

3.4 Quimera do Ouro leva à morte no Chipindo

Jornal de Angola

05 De Maio de 2019

Texto: Arão Martins

O percurso de acesso às localidades de Tchikuele-Kapembe e Cassanda é feito com normalidade. Os espaços deixados livres pelo derrube de árvores pelos garimpeiros facilitam a circulação das viaturas.

Manuel Lemos, 71 anos, que já participou no processo de exploração desse minério, é um famoso conhecedor do potencial de ouro existente no Chipindo. Ele explicou ao Jornal de Angola que, dado o seu conhecimento das áreas onde no tempo colonial foram realizados trabalhos de prospecção e exploração, chegou a servir de guia às empresas contratadas pelo Governo para reactivar os trabalhos de exploração de ouro.

"Trabalhei na exploração do ouro no tempo colonial. Quando veio a empresa Ferrangol, mostre-lhes as áreas onde foram feitas as pesquisas e a exploração", disse.

As localidades de Tchiliva, Kandjanda e Tchikuele, segundo Manuel Lemos, são as áreas com maior reserva de ouro no município. No passado, a lavaria estava instalada na localidade de Kandjandja. "Éramos poucos e a população não conhecia à valor do ouro", informou.

"Chipindo tem ouro, mas enfrenta dificuldades que vão desde as más vias de acesso à falta de escolas, serviços bancários e outros. Havia a promessa de várias empresas prospectoras de ajudar a abrir estradas. mas a efectivação disso é quase nula", lamentou Manuel Lemos.

Atraídos pelo brilho

O ouro no município de Chipindo tem atraído pessoas oriundas das províncias do Uíge, Huambo, Cuando Cubango, Bié e Luanda, segundo o soba geral João Njimbo.

"Chipindo é frequentado por pessoas de todos os estratos sociais que aliciam populares com motorizadas, bebidas alcoólicas e outros bens, em troca do ouro", disse o soba, para depois pormenorizar: "A motorizada é um meio muito utilizado na circulação e transporte de pessoas aqui, onde há zonas longínquas da sede do município com

pontes e vias danificadas. Entre os negociantes aliciadores estão empresários, responsáveis de denominações religiosas, autoridades tradicionais, e outros".

No Chipindo está comprovada a existência de ouro nas localidades de Tchikuele, Cassanda, Kambanda, Tchiliva, Bambi, Kapuka e Vim-bumbula.

Para combater os aliciadores do garimpo, aquela autoridade tradicional defende o reforço dos efectivos da Polícia Nacional e o encorajamento das denúncias "sobre a presença de qualquer pessoa estranha".

João Njimbo reconheceu que a pobreza é o que faz os jovens aceitarem as propostas aliciantes dos forasteiros.

Acidentes acontecem

O desaparecimento de Joaquim Katumbaviongo, 38 anos, proveniente da localidade de Catata, comuna do Cuima, província do Huambo, fez deslocar à sede municipal de Chipindo Felícia Natchio (irmã) e Albina Chilombo (esposa). A morte de Katumbaviongo, segundo a irmã, viria a ser confirmada por um grupo de garimpeiros.

"Vivemos na Catata, Huambo, e o meu irmão recebeu uma chamada de amigos para ir juntar-se a eles com enxada, pá e picareta. Posto no terreno, o poço com mais de 10 metros de profundidade desabou", disse.

É frequente os garimpeiros, depois de atingirem uma profundidade considerável, utilizarem pedaços de madeira, como forma de contenção de um eventual desmoronamento de terra. É o que aconteceu no passado 19 de Abril, quando várias pessoas se encontravam no interior de um buraco a procura de ouro primário.

"Em Março já choramos um nosso irmão, que fazia parte do grupo que estava no Tchikuele, onde morreram 13 pessoas", explicou Felícia Natchio.

A notícia da suposta morte viria a revelar - se, afinal, falsa. "Pensamos que o nosso irmão morreu no primeiro incidente e afinal de contas não. Ele estava no buraco, mas o que o salvou é o facto de ter ido a busca de água. Na altura realizamos o óbito e ele depois reapareceu vivo.

Não podemos cometer o mesmo erro. Nessa segunda ocorrência queremos organizar o óbito na presença do corpo, para termos a certeza", disse, solicitando a ajuda das autoridades para a localização

do corpo do irmão, para os devidos procedimentos.

O resgate do corpo está a ser dificultado pelas chuvas e as características do terreno. "É preciso que as chuvas parem de cair, para prosseguir com as buscas, disse o administrador municipal do Chipindo, Hélder Lourenço.

Constantes mortes

O sector industrial de extracção de ouro já teve algum impacto no desenvolvimento do país. Mas, em consequência da sua quase literal destruição, o sector paralisou. Uma paralisação que já leva quase 40 anos.

A exploração de ouro no município do Chipindo retoma no decurso deste ano, pela empresa DEIMANG - Desenvolvimento de Infra-estruturas e Mineração de Angola, numa área de 67 hectares.

O administrador do Chipindo deu a conhecer a existência de outras empresas com processos de licenciamento em curso no Ministério de tutela. Perante a enorme ausência da exploração industrial regista - se a prática' do garimpo por cidadãos provenientes dos quatro cantos do país.

Sem quaisquer medidas de segurança, numa precariedade assustadora, a prática do garimpo tende a provocar o deslizamento de terras, o que está na origem das várias mortes.

Governo preocupado

O governo provincial da Huíla já manifestou a sua preocupação pelas mortes. Segundo o vice-governador para o sector Técnico e Infra - estruturas' Nuno Mahapi Ndala, as autoridades "vão continuar a potenciar as famílias camponesas para intensificarem a actividade agrícola e absterem-se de recorrer ao garimpo ilegal de ouro".

Chipindo, reconheceu Nuno Ndala, tem vastas áreas aráveis, propícias ao cultivo de cereais. "O incentivo à produção agrícola é nossa prioridade, no quadro do programa de combate à fome e a pobreza", disse.

Uma comissão, integrada pelo vice-governador Nuno Ndala e o delegado do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional, comissário Arnaldo Carlos, reuniu-se nos dias 23 e 24 de Abril com as autoridades tradicionais e membros da sociedade civil do município do Chipindo. A intenção era compreender melhor a situação e reverter definitivamente o quadro.

uno Ndala afirmou que apesar da sensibilização da administração municipal e dos órgãos do Ministério do Interior, "para estancar o garimpo ilegal é fundamental o trabalho", no mesmo sentido, das autoridades tradicionais.

"É fundamental a participação das autoridades tradicionais. As vidas de jovens que se estão a perder no Chipindo fazem muita falta", disse.

Por outro lado, o vice-governador salientou que a exploração de ouro de forma coordenada e legal vai proporcionar benefício para o município do Chipindo, a província da Huíla e o país, em geral.

O comissário Amaldo Carlos informou que além do ouro está generalizada a ideia da existência de mercúrio no Chipindo, o que acaba, muitas vezes, em burlas.

"A mineração artesanal de ouro na região está proibida", disse Arnaldo Carlos, garantindo que as autoridades vão responsabilizar todos aqueles que insistirem nessa prática, que segundo ele, constitui crime.

Actuação melhorada

As medidas de proibição e prevenção da exploração de ouro no município do Chipindo estão reforçadas como aumento dos efectivos policiais, integrados por diversos especialistas.

Arnaldo Carlos avançou que no dia 15 de Março registou - se a morte de 13 pessoas e no dia 19 de Abril o mesmo fenómeno voltou a acontecer na localidade de Cassanda, onde morreram 3 pessoas. Uma das medidas tomadas, deu a conhecer o alto oficial da Polícia Nacional, é o reforço do policiamento nas áreas do garimpo. "Reforçamos o patrulhamento e melhoramos a sua eficácia, para que a acção policial possa inibir a actividade dos garimpeiros ilegais", assegurou.

Mas tudo isso não basta. "É preciso o envolvimento das empresas que exploram os recursos locais, para gerar emprego e riqueza para o município", frisou o comissário Arnaldo Carlos, que foi mais longe: "a questão do ouro no Chipindo é uma ilusão e uma desinformação, em que a população está envolvida. Há pessoas - que aliciam populares para efectuarem escavações, que depois resultam em mortes sem lucro".

"Limpar" os bairros

Eram 4 horas da manhã e a Polícia Nacional levava a cabo uma mini-operação, que consistia na revista a residências dos bairros Mbuandanguí e Tchombole,

nos arredores do Chipindo. Ambos os bairros são os mais populosos do Chipindo. A mini- operação especial resultou na apreensão de quantidades elevadas de cascalho de ouro, que estavam na posse do cidadão Rafael Tchindovi.

Na companhia de Tchindovi foi encontrado outro indivíduo, na posse de uma motorizada que se destinava à troca com ouro. O Jornal de Angola soube que os respectivos processos estão a ser instruídos, para depois serem remetidos ao tribunal.

3.5 Moto-taxistas ferem agentes da Polícia

Jornal de Angola

15 de Maio de 2019

Texto: André da Costa

Cinco moto-taxistas, com idades entre os 19 e 40 anos, foram detidos, segunda-feira, pela Polícia Nacional, em Viana, por supostamente terem agredido fisicamente dois agentes da corporação que tentavam desimpedir o encerramento da rua da Quinta Rita, no distrito da Estalagem, onde decorria o velório de um membro desta classe de profissionais.

Por se tratar de uma rua comunitária de movimentação de bicicletas e pedestres, a Polícia Nacional, de acordo com a fonte do jornal de Angola, foi chamada para o local, e quando estes chegaram foram recebidos com agressão física, chegando um dos agentes a sofrer lesões graves na coluna vertebral e na perna, com o arremesso de um bloco de cimento, e a vandalização de uma motorizada da corporação.

De acordo com a nossa fonte, o agente ferido foi socorrido de emergência para o posto médico do Comando Municipal da Polícia em Viana e devido à gravidade das lesões foi transferido para o Hospital Militar Principal, onde está a receber assistência no Banco de Urgência.

Elementos do Serviço de Investigação Criminal (SIC) estão a fazer diligências no sentido de prenderem outros indivíduos implicados neste crime e que se encontram foragidos.

Os cinco indivíduos já detidos pelo Serviço de Investigação Criminal serão presentes ao Ministério Público para a legalização da detenção e este órgão, depois, vai remeter o processo a tribunal para julgamento e reparação dos danos causados às vítimas e aos meios do Estado, disse a fonte que vimos citando.

3.6 Vendedoras de fardo concorrem com as boutiques

Jornal de Angola

15 de Maio de 2019

Texto: Madalena José

Uma colossal oferta de roupas de fardo (geralmente usadas e provenientes de doações no estrangeiro) domina o comércio de vestuário de Luanda, inviabilizando as transacções das lojas da especialidade que, hesitantes, colocam de forma tímida nas montras o vestuário da época de frio, que hoje inicia.

O Jornal de Angola apurou, ao percorrer o comércio de vestuário de Luanda, que a opção da imensa maioria das lojas ainda reside nos saldos sobre a oferta do tempo quente, algo explicado pela restrição dos consumidores, os quais preferem os fardos pelos preços mais baixos, o que já acontece de forma generalizada desde há dois anos.

Teresa Neves, funcionária de uma boutique do São Paulo, considera que os preços estão cada vez mais baixos por causa da roupa de fardo que há em abundância e é barata. "Há poucos clientes e, desde há quase dois anos, assiste-se a uma queda nos negócios", acrescentou.

"As roupas de calor ainda têm saída, principalmente para as mulheres, que constituem o maior número de clientes. Por isso, fazemos uma promoção de quase todas as peças de 30 a 50 por cento, com excepção das peças recém-chegadas", afirma Margareth Vassole, funcionária da boutique "Casa Kima", para explicar a estratégia de vendas adoptada naquela casa comercial.

Margareth Vassole também alega que, nesta altura, a clientela que procura roupas de Cacimbo ainda é reduzida, com as decisões de compra a surgirem com maior força apenas no início de Junho, quando a loja projecta expor uma oferta mais abundante. • "Nesta altura a procura é mais para as meias de vidro, meias altas, casacos, lençóis, cobertas e edredões", avançou.

Henrique Neves, funcionário da loja de roupas "Rufa", na Baixa de Luanda, disse que, nos dias que antecedem o Cacimbo, ganha-se mais dinheiro com a promoção sobre a oferta do tempo quente.

Os comerciantes também se queixam de uma crescente oferta de produtos fabricados na China, muito mais baratos e, tanto quanto o fardo, também eles "campeões" do mercado, absorvendo mais clientes que os importados do Ocidente.

"A roupa da China, se por um lado veio resolver os problemas de muitos cidadãos, por outro veio atrapalhar o negócio das boutiques", disse Teresa Neves. Ao percorrer o comércio de vestuário de Luanda, a nossa reportagem deparou-se com fartas ofertas de camisolas e camisas de mangas compridas, fatos para homem, calças, casacos, meias altas e sapatilhas.

Henrique Neves considera que o sucesso do negócio está na venda de roupas de algodão, casacos (desde os de napa aos de tricôt), meias para senhora, bem como calças. A maior parte das roupas nas boutiques é oriunda de Portugal, Congo Brazzaville (Ponta Negra), Brasil, China e Estados Unidos.

Os preços no mercado formal vão dos cinco mil aos 75 mil kwanzas, enquanto no mercado informal vão dos 50 kwanzas a um máximo de oito ou dez mil kwanzas.

3.7 Oferta no informal com pó à mistura

Jornal Economia e Finanças

24 De Maio de 2019

Texto: Xavier António

O mercado informal regista pouca oferta de café, numa altura em que começou oficialmente a época de cacimbo em que se verifica maior procura deste produto, conforme avançam as vendedoras de alguns mercados de Luanda.

Relatam que a procura tem sido constante, mas a oferta é muita baixa relativamente aos anos anteriores. Os preços variam entre kz 500 e 600/quilo. Ngonguita Paulo, de 36 anos de idade, é vendedor de café no mercado do KM 30, município de Viana, há mais de cinco anos. Conta que até antes do cacimbo procurou-se mais pelo café.

"Antes vendíamos apenas três a quatro quilos por dia, mas desde que começou o cacimbo registamos um aumento considerável na solicitação do produto. Vendo 10 a 15 quilos/dia", disse, acrescentando que cada quilo custa kz 500.

De acordo com a comerciante o café é proveniente das províncias do Cuanza Sul e Uíge, "mas eu compro por quilo para revender a um preço que me permite uma margem de lucro".

No mercado do "Asa Branca", no Cazenga, o cenário é diferente. As vendedoras adquirem o café ainda em grãos, torram em casa e posteriormente é levado a uma pequena indústria moageira para o

transformarem em pó. Sem muitas condições de higiene e num espaço apertado, a máquina chega a moer 15 a 20 sacos por dia.

Instalado no lado oposto do mercado, a moagem tem dois trabalhadores que diariamente transformam os grãos em "produto acabado". O horário de funcionamento é das 07 da manhã às 16. Simão Emílio é o responsável do local e adianta que o processo não tem sido fácil, uma vez que trabalham em condições precárias por falta de mais investimentos.

"Penso que temos que valorizar mais. o nosso produto que é muito procurado e consumido, começando no apoio aos agricultores até às pequenas indústrias que transformam o café em pó", sublinhou.

Escassez

Maria Inês é comerciante de café no mercado do Asa Branca desde 2013, e conta que sempre que se aproxima a fase de colheita há escassez do produto no mercado. Acrescentou que entre as províncias abastecedoras do produto destacam-se o Uíge, Malanje e Cuanza Sul.

Afirmou que vendem o quilo de café por kz 600, mas para aqueles que procuram grandes quantidades o valor é fixado em kz 500, e o saco de 50 kg é vendido a kz 4°.000.

"O mercado do café já não é como antes e para agravar a situação temos tido alguma concorrência desleal com o café proveniente da fronteira do Luvo, República Democrática do Congo (RDC). Eles trazem em contentores já refinado e vendem a um preço muito baixo (kz 300)", revelou.

Nos; vários supermercados visitados pelo JE constatou-se uma variedade de marcas de café entre as quais destacam-se o café "Cazengo", produzido na província do Cuanza Norte, "Ginga", na província de Benguela "Delta" e "Nescafé", cujo preço por pacote varia de kz 1.675, 1.65°, e 1.320.

Consumidores

Na baixa da cidade de Luanda (Mutamba) uma chávena de café média custa de kz 250 a 300, enquanto o duplo está no valor de kz 500 .. 0 consumidor Paulo Santos, por exemplo, conta que não consegue ficar um dia sem tomar pelo menos três chávenas de café.

"Estudos revelam que as pessoas que bebem café vivem mais e reduzem os riscos de desenvolver

doenças. Para mim, já é uma tradição no menu", disse.

Considera que o país tem clima favorável para a produção de café em grande escala, pelo que no seu entender é desnecessária a importação:

Carlos João é outro apreciador de café e prefere sempre o mais forte. "Quando não consigo tomar durante o período laboral faço-o em casa onde tenho reservado umas cápsulas de. café solúveis e uma máquina que facilita o processo", apesar de reconhecer que o preço subiu nos últimos tempos.

3.8 Oferta no informal com pó à mistura

Jornal Economia e Finanças

24 De Maio de 2019

Texto: Xavier António

O mercado informal regista pouca oferta de café, numa altura em que começou oficialmente a época de cacimbo em que se verifica maior procura deste produto, conforme avançam as vendedoras de alguns mercados de Luanda.

Relatam que a procura tem sido constante, mas a oferta é muita baixa relativamente aos anos anteriores. Os preços variam entre kz 500 e 600/quilo. Ngonguita Paulo, de 36 anos de idade, é vendedor a de café no mercado do KM 30, município de Viana, há mais de cinco anos. Conta que até antes do cacimbo procurou-se mais pelo café.

"Antes vendíamos apenas três a quatro quilos por dia, mas desde que começou o cacimbo registamos um aumento considerável na solicitação do produto. Vendo 10 a 15 quilos/dia", disse, acrescentando que cada quilo custa kz 500.

De acordo com a comerciante o café é proveniente das províncias do Cuanza Sul e Uíge, "mas eu compro por quilo para revender a um preço que me permite uma margem de lucro".

No mercado do "Asa Branca", no Cazenga, o cenário é diferente. As vendedoras adquirem o café ainda em grãos, torram em casa e posteriormente é levado a uma pequena indústria moageira para o transformarem em pó. Sem muitas condições de higiene e num espaço apertado, a máquina chega a moer 15 a 20 sacos por dia.

Instalado no lado oposto do mercado, a moagem tem dois trabalhadores que diariamente transformam os grãos em "produto acabado". O horário de funcionamento é das 07 da manhã às 16. Simão

Emílio é o responsável do local e adianta que o processo não tem sido fácil, uma vez que trabalham em condições precárias por falta de mais investimentos.

"Penso que temos que valorizar mais. o nosso produto que é muito procurado e consumido, começando no apoio aos agricultores até às pequenas indústrias que transformam o café em pó", sublinhou.

Escassez

Maria Inês é comerciante de café no mercado do Asa Branca desde 2013, e conta que sempre que se aproxima a fase de colheita há escassez do produto no mercado. Acrescentou que entre as províncias abastecedoras do produto destacam-se o Uíge, Malanje e Cuanza Sul.

Afirmou que vendem o quilo de café por kz 600, mas para aqueles que procuram grandes quantidades o valor é fixado em kz 500, e o saco de 50 kg é vendido a kz 4°.000.

"O mercado do café já não é como antes e para agravar a situação temos tido alguma concorrência desleal com o café proveniente da fronteira do Luvo, República Democrática do Congo (RDC). Eles trazem em contentores já refinado e vendem a um preço muito baixo (kz 300)", revelou.

Nos; vários supermercados visitados pelo JE constatou-se uma variedade de marcas de café entre as quais destacam-se o café "Cazengo", produzido na província do Cuanza Norte, "Ginga", na província de Benguela "Delta" e "Nescafé", cujo preço por pacote varia de kz 1.675, 1.65°, e 1.320.

Consumidores

Na baixa da cidade de Luanda (Mutamba) uma chávena de café média custa de kz 250 a 300, enquanto o duplo está no valor de kz 500 .. O consumidor Paulo Santos, por exemplo, conta que não consegue ficar um dia sem tomar pelo menos três chávenas de café.

"Estudos revelam que as pessoas que bebem café vivem mais e reduzem os riscos de desenvolver doenças. Para mim, já é uma tradição no menu", disse.

Considera que o país tem clima favorável para a produção de café em grande escala, pelo que no seu entender é desnecessária a importação:

Carlos João é outro apreciador de café e prefere sempre o mais forte. "Quando não consigo tomar

durante o período laboral faço-o em casa onde tenho reservado umas cápsulas de. café solúveis e uma máquina que facilita o processo", apesar de reconhecer que o preço subiu nos últimos tempos.

3.9 Travado contrabando de combustível

Jornal de Angola

17 De Maio de 2019

Texto: Silvino Fortunato

Seis cidadãs nacionais foram detidas na terça-feira, Polícia Nacional, em posse de 20.560 litros de combustível, que se destinavam a contrabando na República de Democrática do Congo(RDC).

Segundo o director do gabinete de comunicação e Imprensa da Corporação, Daniel Francisco Matias, as visadas, com idades compreendidas entre 25 e os 40 anos, foram surpreendidas quando embarcar para a RDC, onde pretendiam entrar com o combustível, a partir do município do Kuimba, na província do Zaire.

As presumíveis contrabandistas, residentes no município do Kuimba, poderiam contar com o auxílio de pessoas que se encontram na cidade do Uíge. Interrogadas, nenhuma assumiu ser a dona da carga.

Um guarda de uma das empresas próximas do local onde se encontrava a carga, confirmou ao Serviço de Investigação Criminal(SIC) serem elas as proprietárias do gásóleo, gasolina e petróleo iluminante, adquiridos em bombas de abastecimento da cidade do Uíge.

O porta-voz da Polícia Nacional, Daniel Francisco Matias, informou que o Serviço de Investigação Criminal do Uíge trabalha na instrução dos processos-crimes correspondentes para, posteriormente, serem encaminhados ao Ministério Público.

Durante a crise de abastecimentos de combustível, para além de viaturas e motociclos, a população foi adquirindo qualidades elevadas de derivados de petróleo, alegadamente para abastecer geradores.

3.10 "A lei vem proibir práticas, mas não garante direito"

Jornal Expansão

31 De Maio de 2019

Qual é a maior dificuldade que a lei coloca aos comerciantes que se dedicam ao comércio ambulante,

nomeadamente aos Informais, como é o caso das Zungueiras?

A maior dificuldade da lei 15/19 prende-se com a sua essência proibitiva. Ela vem proibir práticas, acesso a locais, impor condições e limites, mas não vem garantir direitos. Deixa inclusive em aberto a possibilidade da proibição da venda ambulante (Art.2 17) em todo o município e não declara sob que circunstância tal proibição deve acontecer.

O nº 3 do Artigo 15º diz que "só podem ser licenciadas pessoas singulares ou colectivas que demonstrem terem cumprido, nos termos da lei, as suas obrigações fiscais no ano anterior ao do pedido de licenciamento ou da respectiva renovação". Isto não exclui a maioria das Zungueiras, que vivem totalmente na Informalidade?

Claro que exclui. É um exemplo claro de uma imposição de limites sem muito sentido. Se anteriormente não existia (até ainda não existe para as zungueiras) um mecanismo para eu cumprir com as minhas obrigações fiscais como eu posso ter descumprido?

O que vai acontecer é que todas as pessoas singulares que queiram ser licenciadas se apresentarão como comerciante de primeira viagem ou seja: nunca venderam antes e estão a pedir o licenciamento para iniciar a sua actividade.

Qual é o aspecto mais positivo da lei?

É, sem dúvida, a imposição de que elas devem ser tratadas com dignidade e respeito [Art.2 16 - a)], e isso deve ser interpretado o mais amplamente possível.

3.11 A odisseia para o licenciamento

Jornal Expansão
31 De Maio de 2019

LEI DA ORGANIZAÇÃO, EXERCÍCIO E FUNCIONAMENTO DAS ACTIVIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, FEIRANTE E DE BANCADA DE COMERCIO

Aplica-se às pessoas singulares ou colectivas que exerçam as actividades de comércio ambulante;

Não se aplica à distribuição domiciliária efectuada por conta de comerciantes com estabelecimento fixo, à venda de lotarias e outros jogos sociais, à venda de jornais e outras publicações periódicas;

O que fazer para o licenciamento?

Os interessados devem dirigir-se aos serviços municipais da administração local, que têm competência para:

Definir lugares de desenvolvimento da actividade mercantil;

Definir as condições necessárias ao desenvolvimento da actividade;

Quem pode exercer a venda ambulante

Pessoas singulares ou colectivas não licenciadas para o exercício de outras actividades comerciais, não podendo ser praticado por interposta pessoa;

Só podem ser licenciadas pessoas singulares ou colectivas que demonstrem ter cumprido as suas obrigações fiscais no ano anterior ao do pedido de licenciamento ou da respectiva renovação;

Comércio ambulante – tipo

Tradicional - Feita em locais variáveis, podendo ser interdita a partir do momento que são estabelecidos pontos fixos de venda.

Feita em locais fixos - Atribuídos em número limitado, em acto público, por sorteio, e por tempo determinado.

CADUCIDADE DA AUTORIZAÇÃO

Por extinção de actividade ou morte do titular

Por renúncia

Por falta de pagamento das taxas

Quando o vendedor ambulante não cumpra as obrigações

Produtos proibidos e interditos

Medicamentos e produtos farmacêuticos

Veículos automóveis, reboques, velocípedes com ou sem motor e seus acessórios

Combustíveis líquidos, sólidos, gasosos e álcool desnaturado

Armas, munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos e detonantes

Moedas e notas de banco, excepto quando o ramo de actividade do lugar de venda corresponda à venda desse produto estritamente direccionado ao colectivismo

Carnes verdes, salgadas e em salmoura, ensacadas, fumadas e enlatadas e miudezas comestíveis

Bebidas, excepto refrigerantes e águas minerais nas embalagens de origem

Desinfectantes, insecticidas, herbicidas, fungicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes

Sementes, plantas e ervas medicinais

Móveis e artigos de mobiliário, colchoaria e antiguidades

Tapeçarias, alcatifas, carpetes, passadeiras, tapetes, oleados e artigos de estofador

Aparelhagem radioelétrica, máquinas e utensílios eléctricos ou gás candeeiro, lustres, seus acessórios ou partes separadas e materiais para instalações eléctricas

Instrumentos musicais, discos, cassetes, vídeos, DVDs e afins e outros artigos musicais

Materiais de construção, metais e ferragens

Instrumentos profissionais e científicos e aparelhos de medida e verificação, com excepção dos de uso doméstico e artesanal

Material para fotografia e cinema e artigos de óptica, oculista, relojoaria e respectivas peças separadas ou acessórios

Borracha e plásticos em folha, tubo ou acessórios

Cartões SIM de telefonia móvel por agente não autorizado

Produtos de joalheria e ourivesaria

SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS EM UNIDADES MÓVEIS – REBOQUES E ROULOTTES

Só é permitida para a confecção e fornecimento de refeições ligeiras, sandes, prego, cachorros quentes, etc. E para o comércio de bebidas engarrafadas e enlatadas, não sendo permitida em caso algum a venda exclusiva de bebidas alcoólicas.

A venda só é permitida a veículos devidamente inspeccionados pelas autoridades sanitárias e licenciados pelos órgãos competentes da administração local.

Os veículos, reboques e roulottes devem preencher uma série de requisitos:

As áreas interiores devem ser construídas em material liso, resistente à corrosão, impermeável e de fácil lavagem, que não emitam nem absorvam odores

Têm de dispor de área adequada para as operações de preparação e manuseamento de produtos alimentares

Dispor de equipamentos adequados à armazenagem aos produtos, em boas condições de higiene e de fácil desinfeção e lavagem

Dispor de recipiente com tampa de metal e saco plástico no interior em boas condições de funcionamento

De acordo com a natureza dos produtos alimentares, os veículos ou reboques devem ainda ter:

Abastecimento de água potável

Depósito para recolha de águas residuais

Meio adequado para a lavagem e desinfeção dos utensílios e equipamentos

Ventilação adequada à actividade exercida

Lava-Ioiça em aço inoxidável com torneira de comando não manual e dispositivos com toalhas descartáveis

Equipamentos de frio para manutenção e controlo das condições de temperatura, etc.

Os pratos, copos e toalhas utilizadas devem ser de material descartável

Os veículos automóveis ou reboques não podem ficar estacionados permanentemente no mesmo local, excepto os locais autorizados pela autoridade local competente para o efeito

Não é permitida a montagem de esplanadas junto de parques de veículos automóveis ou reboques, salvo com a devida autorização da administração local

Quem pode exercer o comércio feirante ou de bancada de mercado

Pessoas singulares ou colectivas não licenciadas para o exercício de outras actividades comerciais, que demonstrem ter cumprido as suas obrigações fiscais no ano anterior ao pedido de licenciamento ou da respectiva renovação

QUEM UCENCIA E QUEM ATRIBUIÇÕES ESPAÇO DE VENDA

A competência para a realização e organização das feiras cabe às autoridades da administração local

A atribuição do espaço de venda em feiras realizadas em recintos públicos cabe à autoridade local, que deve anunciar a decisão em edital, no seu sítio na internet, num dos jornais de maior circulação no município e ainda no balcão único electrónico dos serviços, prevendo um período mínimo de 20 dias para a aceitação de candidaturas.

Os espaços de venda são concedidos por tempo determinado

O montante da taxa ou o preço de atribuição de espaço de venda é fixado por acto próprio do titular do Poder Executivo e é determinado em função do valor por metro quadrado ou linear, tendo em conta uma série de factores:

Tipo de local de estacionamento

Localização e acessibilidades

Infra-estruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede eléctrica, de telecomunicações, pavimentação do espaço

Proximidade do serviço público de transportes, de parques ou zonas de estacionamento

Duração da atribuição

Para efeitos de atribuição de espaço de venda é proibida a cobrança de qualquer outra taxa ou preço

Tipos de feiras

Feiras populares

Feiras livres

Feiras temáticas

Feiras de equipamentos e serviços

Feiras de decoração

Feiras de mobiliário

Feiras de artesanato

Feiras agrícolas

Feiras de produtos alimentares

Feiras de vestuário e acessórios de moda

Outras permitidas por lei

Organização dos mercados municipais em espaços de venda independentes

LOJAS Espaços de venda autónomos, que dispõem de área própria para exposição e comercialização de produtos

BANCAS espaços de venda situados no interior dos mercados municipais, constituídos por uma bancada fixa ao solo, sem área privativa para permanência de compradores

LUGARES DE TERRADO Espaços de venda situados no interior dos edifícios municipais, demarcados no pavimento, sem uma estrutura própria para exposição

3.12 A segurança social é uma bomba relógio para o futuro, a manter-se a situação actual

Jornal Expansão
31 De Maio de 2019

o facto de a lei impedir o licenciamento de quem não demonstre ter cumprido as "suas obrigações fiscais no ano anterior ao do pedido de licenciamento", conforme o n.º 3 do Art.º 15 da Lei de Organização do Comércio Ambulante, e a ausência de referência à segurança social são motivos de preocupação das associações que representam os vendedores ambulantes e do investigador do CEIC. Quanto à segurança social, Precioso Domingos adverte que, a manter-se a actual situação, tendo em conta a explosão demográfica, "é uma bomba relógio para o futuro".

"E urgente corrigir isso, incentivando e facilitando a contribuição dos trabalhadores informais", defende o professor da Universidade Católica de Angola. Precioso Domingos nota que Angola tem uma "população economicamente activa jovem na sua maioria, mas tem uma segurança social deficitária", como se a sua população fosse maioritariamente velha.

O secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira, admitiu que o caminho é "problemático", mas sublinhou que o Governo pretende trabalhar com várias entidades e associações para "criar perfis profissionais que se adequem a essa promoção de empregabilidade".

Delma Monteiro conclui que para chegar aí é preciso reconhecer as zungueiras como "cidadãs plenas de direitos e merecedoras da protecção do Estado".

Já quanto à exigência do cumprimento das obrigações fiscais, no ano anterior ao licenciamento, a directora executiva do Observatório afirma que é um exemplo claro de uma imposição de limites sem sentido. "Se não existia, e ainda não existe para as zungueiras, um mecanismo para eu cumprir com as minhas obrigações fiscais, como eu posso ter descumprido?", interroga. Isto vai fazer com que muitas pessoas se apresentem como "comerciantes de primeira viagem", sentencia Delma Monteiro.

Para José Casso ma, este ponto da lei não tem em conta a realidade, nem o facto de 70% dos comerciantes ambulantes em Luanda exercerem a actividade sazonalmente, como revelou um estudo, realizado em 2016 pelo Governo Provincial de Luanda.

Trata-se, como explica, de angolanos que "nasceram no interior do País e que na época das chuvas regressam às suas províncias", facto que faz com que não tenham situação fiscal regularizada, nem possam proceder ao licenciamento junto de administrações municipais ou solicitar pontos de venda fixos. "O que é que acontece nos seis meses em que não estão na província? Perdem o direito ao cartão ou ao lugar?", questiona Cassoma.

Precioso Domingos refere-se a esta exigência como uma "autêntica incoerência", tendo em conta os últimos dados sobre o emprego do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) que "demonstram que a taxa de desemprego de 29% teria sido quase 80%, se não se levasse em consideração o emprego informal".

Tendo em conta a metodologia utilizada pelo INE, o investigador do CEIC conclui que "o sector informal "não só embeleza a taxa de desemprego", como "contribui muito para a geração de rendimentos e consumo de muitas famílias".

3.13 Essência 'proibitiva' e exigências tornam difícil aplicação da lei de venda ambulante

Jornal Expansão

31 De Maio de 2019

Texto Isabel Costa Bordalo

Angola tem, finalmente, uma lei que organiza o exercício e funcionamento da venda ambulante, assim como a actividade comercial nas feiras e nos mercados, mas a sua aplicabilidade é questionada

pelos principais visados, que concordam que é necessário legislar para pôr ordem no comércio informal.

O presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes de Angola, José Cassoma, considera que a Lei n. o 17/19, de 23 de Maio, aprovada pela Assembleia Nacional a 21 de Fevereiro e promulgada pelo Presidente da República no dia 13 de Maio, "denota fragilidade" porque há um "excesso" de deveres, lamentando que a associação que representa os vendedores informais não tenha sido consultada, durante a sua discussão. "A lei não foi pensada tendo em conta a realidade angolana", resume, dando como exemplo o excesso de produtos cuja comercialização fica proibida aos vendedores ambulantes, para além do excesso de condições que são impostas aos informais para regularizar a actividade, quando se sabe "que o zungueiro faz negócio com mil Kz".

Delma Monteiro, directora executiva da Associação Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva do Género (ASSOGE), concorda que as exigências impostas pela lei tornam difícil o seu cumprimento. Aponta como exemplos a exigência de bilhete de identidade para o licenciamento, quando, segundo um estudo da ASSOGE, "cerca de 56% das zungueiras não tem documento de identificação", e a exigência de apresentação de facturas dos produtos que comercializam. "Muitas vezes elas adquirem a mercadoria nos mercados, que não passam factura e outras vezes nos armazéns, onde as facturas não têm NIF, número e, muitas vezes, a identificação da instituição", nota Delma Monteiro.

A directora executiva do Observatório, refere-se em concreto aos Artigos 5.0 e 7. o da Lei Sobre a Organização, Exercício e Funcionamento das Actividades de Comércio Ambulante, Feirante e de Bancada de Mercado, o último dos quais obriga os comerciantes a fazerem-se "acompanhar das facturas ou de documentos equivalentes, comprovativos da aquisição dos produtos para venda ao público, contendo os elementos prescritos na legislação em vigor, para consulta e fiscalização pelas entidades competentes".

Precioso Domingos, economista e investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica, considera que a "lei impõe uma burocracia que a própria administração pública não está preparada para corresponder".

"Em 2019, o País tem mais habitantes, tem mais procura por serviços públicos e o Estado conta apenas com 25% do montante que tinha disponível no período referido. A tendência será a degradação do já de per si degradado serviço público, mais

procura do que capacidade de resposta e maior propensão para as 'gasosas:', argumenta o também professor universitário.

Às exigências impostas pela lei, nomeadamente a obrigatoriedade de licenciamento da actividade nas administrações municipais, Precioso Domingos contrapõe o estabelecimento de um montante a ser pago por quem exerce a actividade de vendedor ambulante, a "ser pago via multicaixa" e cujo "comprovativo de pagamento serviria como licença".

"As zungueiras não tinham necessidade de manter contacto com qualquer administração municipal ou comunal para obterem licença, bastava, no actual contexto, uma política mais simples como, por exemplo, a exibição de um talão de multicaixa", justifica. Medida que devia ser antecedida de uma campanha que viesse garantir o direito a todos os angolanos de terem acesso ao bilhete de identidade, pois sem ele não têm sequer acesso a uma conta bancária. "Seria muito mais simples, haveria menos pressão sobre a administração pública, menos pequena corrupção, resolvia-se o problema da bancarização e mais facilmente se resolveriam outros problemas relacionados", elenca.

Nos aspectos positivos da lei, José Cassoma e Delma Monteiro coincidem: é a imposição de os vendedores ambulantes serem tratados com dignidade e respeito, conforme o Art. 016. Precioso Domingos salienta, como mais positivo, a "preocupação do Estado com a saúde pública", revelado nas exigências relativas à higiene, conservação dos produtos e origem.

Regras que, para Delma Monteiro e José Cassoma, são difíceis de cumprir e não têm em conta, uma vez mais, o País. "A questão de só poderem vender em locais que ofereçam as condições aceitáveis de higiene é quase inatingível, tendo em conta a sujeira existente na cidade. Nestes termos, resta a opção de vender em locais onde a presença delas significaria uma "transgressão administrativa" por comprometer a "estética e mosaico da cidade", sustenta a directora executiva do Observatório de Género.

José Cassoma aponta o investimento necessário para cumprir os requisitos impostos na comercialização de produtos alimentares, no que toca ao transporte, arrumação, exposição e arrecadação, da parte de pessoas sem capacidade financeira para os suportar. E, temendo o regresso da operação "Resgate", que visou tirar os vendedores informais da rua, pede cautela para que a repressão não resulte em conflitos e morte.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 O Orçamento Geral do Estado e o Sector de Saúde

Novo Jornal

31 De Maio de 2019

Sérgio Calundungo

Os nossos representantes na Assembleia Nacional estão a debater o principal documento, no qual se estimam as receitas que se espera arrecadar ao longo do corrente ano e, com base nelas, o volume de despesas a serem realizadas. Ao englobar receitas e despesas, o documento mostra para a sociedade as prioridades, em vários sectores, definidas pelo Poder Executivo.

Um dos sectores que merece uma especial atenção é o da Saúde, uma vez que, segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, se prevê investir até 2022, pelo menos 15% do total do Orçamento Geral do Estado em linha com as recomendações e compromissos internacionais. Sem sombra de dúvidas que qualquer tentativa de aumento da verba no sector da Saúde será sempre positiva embora acredite que para 2019 a verba destinada ao sector será insuficiente a julgar pela demanda que todos e todas fazem por um serviços de saúde público e universal de qualidade.

Mas nem tudo é uma questão de aumento de verbas. Com vista a ampliar a transparência sobre um orçamento que até é público, sou de opinião que quer o Executivo, quer o poder Legislativo devem fazer um pouco mais de esforços de modo a garantir que as informações sobre os diagnósticos feitos, os estudos realizados e toda a panóplia de conhecimentos e lógicas que determinam as opções de gastos em relação ao sector da Saúde sejam acessíveis aos cidadãos.

Sem essas informações, que em meu entender deveriam ser de domínio público, é difícil compreender o que está por detrás de muitas opções durante todo o ciclo orçamental. Por exemplo, sem acesso aos dados sobre os mapas sanitários, como vamos saber se existe alguma correlação entre o volume financeiro alocado à determinada unidade sanitária e à suacapacidade instalada, os recursos

humanos existentes, e assim poder entender a lógica por detrás das opções feitas? Trata-se de informações e conhecimento essencial para que as instituições responsáveis pela decisão possam atribuir recursos com base em critérios objectivos (população e capacidade instalada) e os cidadãos monitorarem o uso de recursos que são públicos em termos de resultados obtidos, bem como aferir o mérito de tal decisão

Será que existe alguma base de dados para as 18 províncias contendo informações importantes, tais como localização geográfica das unidades sanitárias, propriedade e gestão das mesmas, estado das infra-estruturas e equipamentos que possuem, pacotes de serviços que oferecem, recursos humanos, camas disponíveis, etc.?

Caso sim, são dados actualizados? Como os cidadãos poderão ter acesso a, pelo menos, parte destas informações?

Se não, com que critérios as pessoas que tomam decisões estabelecem prioridades na atribuição de recursos ao nível das diferentes rubricas do sector da Saúde? Será que uma das prioridades ao nível do sector não passaria pela actualização (caso não estejam) e publicação do mapa sanitário de todas as províncias?

Sem estas informações, vamos continuar a assistir casos em que aparecem sempre inscritos no Orçamento Geral do Estado projectos que visam a construção de mais unidades sanitárias mesmo existindo alguns por reabilitar ou até dificuldades para manter e equipar os que já existem.

Tendo em conta a actual realidade demográfica de muitas províncias e municípios do país, considerando a estruturação da oferta sanitária (pacotes de serviços e cuidados de saúde) e as condições de acessibilidade da população, torna-se necessário prever uma estruturação racional e mais eficiente dos serviços de saúde. Para tal, opino que em paralelo com a exigência de mais recursos para o sector, os nossos deputados e deputadas deveriam exigir uma maior reorganização da oferta sanitária em função das unidades, equipamentos, recursos humanos e outras valências disponíveis em cada uma das províncias.

O facto de existirem problemas - tais como: unidades sanitárias que não cumprem com as normas de prestação de serviços, deterioração dos pacotes de serviços oferecidos, centros de saúde que não conseguem, sequer, fornecer o pacote mínimo de serviços - deveria igualmente merecer a nossa atenção ao invés de se pensar apenas em construir novas infra-estruturas,

Falamos todos e todas que deveríamos construir mais hospitais, porque são absolutamente necessários, mas esquecemo-nos de mencionar o facto de que existem muitos hospitais municipais que, apesar de terem esta designação, não conseguem fornecer os serviços mínimos, nomeadamente na área de cirurgia, ginecologia ou pediatria.

4.2 Executivo baixa receitas do OGE

3 De Maio de 2019

Jornal Economia e Finanças

O conselho de Ministros aprovou nesta terça-feira, em Luanda, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para o exercício económico de 2019, diploma legal que visa proceder ao ajustamento do actual montante de receitas e despesas à nova realidade económica.

Segundo o comunicado de imprensa distribuído no final da reunião orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, o reajuste consubstancia-se numa redução da receita fiscal, devido a volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional. Este facto tem criado desequilíbrios macroeconómicos, que prejudica a execução do OGE e põe em perigo o alcance dos objectivos estratégicos macro-executivos.

A proposta do OGE revisto, com receitas estimadas em kz 10.372.864.674.112,92 (dez biliões, trezentos e setenta e dois mil milhões, oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e cento e doze kwanzas e noventa e dois cêntimos), será submetida à Assembleia Nacional.

Na mesma ocasião, o Conselho de Ministros aprovou o relatório de balanço da execução do OGE, referente ao IV trimestre de 2018, documento que apresenta dados sobre a sua execução nesse período, incluindo os balanços orçamental, financeiro e patrimonial, bem como a demonstração das variações patrimoniais, e recomendou o seu envio à AN.

No domínio da economia e planeamento, foi aprovado o cronograma e o plano de acção para a revisão da estratégia de desenvolvimento de longo prazo "Angola 2025" para o horizonte 2050, documento que estabelece um modelo de governação que garanta uma supervisão adequada e um acompanhamento regular da implementação da referida estratégia, de modo a que possa produzir os resultados esperados.

A sessão aprovou, igualmente, o relatório e contas do Banco Nacional de Angola, referente ao ano de 2018,

documento que permite a correcta avaliação do desempenho económico e financeiro daquela instituição, face ao enquadramento económico nacional e internacional.

Organização do Estado

O manual que regulamenta as especificações técnicas e as disposições sobre a deferência e o uso da Bandeira Nacional, da Insígnia Nacional e do Hino Nacional, documento que estabelece as circunstâncias de utilização dos símbolos nacionais, definidos na Constituição da República de Angola, tendo em atenção a sua importância, enquanto referências relevantes para a identificação do Estado e para a defesa da independência e unidade nacional, também foi aprovado.

O Conselho de Ministros ratificou os planos directores dos municípios da província de Benguela, instrumentos de gestão territorial que contêm directivas estratégicas, critérios e parâmetros que deverão ser desenvolvidos e aplicados pelos demais planos municipais, urbanísticos e rurais, sectoriais e especiais.

Foi extinguida a concessão para prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de gás natural, condensados e líquidos extraídos do gás natural atribuída à Sonangol-EP, nos termos do Decreto-Lei nº 11/09, de 8 de Junho, por incumprimento das obrigações assumidas pelo consórcio, no que diz respeito à apresentação de um projecto de gás economicamente viável.

Sector das Telecomunicações

No âmbito das telecomunicações, foi submetida a aprovação do plano nacional de numeração, documento que estabelece os princípios, critérios e objectivos de atribuição, recuperação, substituição e reserva dos diversos códigos de serviços de comunicações electrónicas, para assegurar um ambiente de concorrência no mercado.

4.3 Revisão ao OGE 2019 com cortes de 9% penaliza os investimentos públicos

Jornal Expansão

3 De Maio de 2019

Texto Nelson Francisco Sul

A proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado para 2019, que prevê um corte de quase 9% na previsão de receitas e despesas para 10,4 biliões Kz, foi apreciada esta semana em Conselho de

Ministros e deverá dar entrada na Assembleia Nacional dentro de dias.

Esta revisão resulta da diminuição do preço de referência do barril de petróleo de 68 USD para uns "conservadores" 55 USD, bem como da revisão em baixa da produção de crude para todo o ano.

Assim, o OGE 2019 passa de 11,4 biliões Kz para 10,4 biliões Kz. O comunicado final da reunião do Conselho de Ministros, órgão de consulta do Presidente da República, João Lourenço, na qualidade de Titular do Poder Executivo, garantiu que apesar dos cortes, serão mantidos como prioridade do Executivo os sectores da Saúde, Educação e da Justiça.

Numa breve declaração à imprensa, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, avançou que "a rubrica mais penalizada, vai ser a de bens e serviços e a do programa de investimentos públicos".

"Quando apresentámos o OGE à Assembleia Nacional em Outubro de 2018, o preço do petróleo situava-se acima dos 70 USD por barril, chegando a atingir o pico de 86 USD em finais de Outubro de 2018", lembrou Archer Mangureira. Acrescentou que outra das razões que levaram à revisão tem a ver com a redução da produção de petróleo na ordem de 136 mil barris por dia.

Mangureira justificou, por outro lado, que a proposta de revisão "está consubstanciada numa redução da receita fiscal, motivada pela intensificação da volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, facto que tem criado desequilíbrios macroeconómicos, prejudicando a execução do OGE e pondo em perigo o alcance dos objectivos estratégicos macroeconómicos".

O petróleo representa 95% das exportações nacionais e é a principal fonte de arrecadação de receitas do Estado.

De resto, as declarações do responsável financeiro do Governo vai de encontro às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), que obriga o Governo a efectuar cortes no programa de investimento público para não aumentar a dívida do País, devido à redução da receita fiscal para 2019. O Executivo está ainda obrigado a rever as metas do Programa de Financiamento Ampliado, muito por culpa do crescimento económico para valores próximos da estagnação, em 0,4%, depois de três recessões, apurou o Expansão.

Peritos alertam para cortes na despesa

Peritos económicos da revista britânica "The Economist" também tinham alertado para se avançar com cortes na despesa, no sentido de ajudar o Governo a equilibrar as contas e "ganhar crédito" junto do FMI, do qual aceitou um empréstimo de 3,7 mil milhões USD.

A ideia da revisão do documento já tinha sido defendida pelos partidos na oposição e até mesmo por alguns deputados do MPLA, o partido que suporta o Governo, durante as discussões nas comissões de especialidade, como chegou admitir a presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes.

Acontece que o Governo Lourenço tinha optado em manter a proposta do orçamento inicial, que foi aprovada a 14 de Dezembro de 2018, tendo, por altura da aprovação do documento que dita as linhas mestras de previsão das receitas e despesas a realizar pelo Estado, admitido esta possibilidade para lá do primeiro trimestre de 2019, o que vai acontecer dentro de dias quando o diploma der entrada na 'Casa das Leis'.

Em Março, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, em entrevista ao Expansão, já tinha admitido que o Governo iria mesmo avançar com a revisão do OGE 2019 para adoptar um preço de referência "mais alinhado com a actual tendência" do mercado.

O governante admitiu que desde a aprovação do OGE estavam em cima da mesa várias hipóteses, já que em Setembro, quando se preparava o documento, o preço do barril nos mercados internacionais "parecia bastante razoável". No entanto, em Dezembro, quando o orçamento foi aprovado na Assembleia Nacional, estava já abaixo do preço de referência. "A questão que se colocava era decidir se uma alteração do preço de referência do petróleo se deveria fazer naquela altura ou mais tarde. A posição que acabou por prevalecer e que consta da Resolução aprovada pela Assembleia Nacional a respeito do OGE 2019 é a de que deveríamos acompanhar o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional nos primeiros meses de 2019 e, se o preço se mantivesse abaixo do preço de referência aprovado, então aí far-se-ia a revisão do orçamento", afirmou.

4.4 Municípios recebem 6 mil milhões de Kz

Jornal de Angola

10 De Maio de 2019

Texto: Edvaldo Cristóvão

Os municípios receberam de Junho de 2018 até ao final do mês de Abril de te ano cerca de 6 mil milhões de kwanzas para o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, anunciou ontem, em Luanda, O ministro d Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

Manuel Nunes Júnior, que discursava na abertura do encontro de avaliação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, disse 'que estes recursos estão a ser usados, efectivamente, em prol do programa de combate à pobreza, para que no fim do mesmo possa ser possível medir os impactos e as metas definidas pelo programa.

"Com base no respeito à lei, os municípios devem promover a abertura imediata de concursos públicos para a construção de escolas e outras infra-estruturas previstas no programa de investimentos públicos, para que nos próximos seis meses tenhamos condições de inaugurar muitas destas obras", frisou.

O ministro de Estado referiu que as verbas do programa contemplam acções geradoras de emprego, desenvolvimento da economia local, reforço do papel das comunidades na construção de vala de rega e drenagem, melhoramento para a qualidade dos produtos para o mercado, transformação e conservação dos alimentos produzidos na comunidade, promoção dos circuitos comerciais para que a geração de rendimento familiar seja uma constante.

Manuel Nunes júnior reforçou que deve ser prioritário o enquadramento dos desmobilizados de guerra nas actividade produtivas como força activa e impulsionadora da economia nos municípios, Esta medida, acrescentou, tem de ser uma referência obrigatória nos relatórios apresentados pelos administradores,

"Perante este quadro, será importante reforçar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização deste programa, para permitir que se faça prestação de contas sistemáticas, através de relatórios de progressos", salientou,

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, disse, comporta um total de 83 programas, sendo o de Desenvolvimento Local e Combate à

Pobreza um dos mais importantes, tendo em conta a sua incidência na vida de uma parte significativa da população,

Segundo o ministro de Estado, o referido programa tem como objectivo a implementação de acções destinadas aos grupos em situação de extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento local. "Com essa iniciativa, o Executivo pretende criar condições para que tenhamos uma sociedade mais justa, onde a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades funcionem em pleno".

Manuel Nunes Júnior apontou como objectivos específicos do programa a redução do nível de pobreza extrema, quer no meio rural como no urbano, a elevação do padrão de vida dos cidadãos em situação de pobreza extrema, através de transferências sociais, assegurar 'até 2022 o cadastro gradual dos beneficiários da acção social na base de dados da vulnerabilidade por meio de um cadastro único.

O programa promove ainda o desenvolvimento local, através dos processos de desconcentração, descentralização e municipalização e vai contribuir para a reintegração efectiva dos ex-militares, promover e alargar o acesso das populações aos serviços básicos.

Para que os .objectivos sejam concretizados, disse, é importante reforçar a orientação técnica e metodológica na elaboração de projectosviáveis e os respectivos planos de acção em cada município.

Constrangimentos

O encontro, promovido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, reuniu 164 municípios do país, que aproveitaram para trocar impressões, mitigar os constrangimentos que cada um enfrenta com a implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, tendo em conta a realidade de cada região.

A ministra Faustina Fernandes Inglês de Almeida disse que o encontro serviu para avaliar o grau de execução dos recursos disponibilizados em 2018, em termos físicos e financeiros, bem como informações do seu impacto no seio das comunidades.

Referiu ser importante a ' conclusão urgente da carteira de projectos em cada município, para permitir que as acções de acompanhamento e supervisão tenham Uni carácter de apoio técnico e metodológico,

O Programa, disse, vem justamente ajudar a minorar as várias dimensões dos problema locais.

4.5 OGE revisto já no Parlamento

Jornal Economia e Finanças
10 de Maio de 2019

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 revisto, com despesas e receitas fixadas em 10,3 biliões de kwanzas (Akz), foi oficialmente entregue na passada terça-feira à Assembleia Nacional (AN), pela equipa económica do Executivo angolano evai à discussão e votação, na generalidade, na 7.ª Reunião Plenária Ordinária da Assembleia Nacional, agendada para o dia 22 deste mês. O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, fez a entrega formal do documento ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

a OGE 2019 ainda vigente, aprovado em Dezembro último, estava avaliado em 11,2 biliões de kwanzas, um valor superior aos 9,6 biliões do exercício de 2018, e elaborado com base numa referência de 68 dólares do preço do barril de petróleo. Sem défice orçamental e a privilegiar o sector social com 33,5 por cento da despesa total, a proposta do OGE foi revista com uma referência do preço do petróleo em USD 55. a preço do crude, no mercado internacional, ronda actualmente os USD 71/dia, mas a média pode chegar a 59 dólares até ao final do ano, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI). A revisão foi motivada pela baixa da produção petrolífera nacional, que passou de um milhão 570 mil barris/dia para um milhão e 434 mil barris.

Manuel Nunes Júnior entende que seria um risco manter a referência inicial de 68 USD, apesar de o preço do barril do petróleo estar quotado em 71 dólares americanos. Para o governante, a revisão do OGE 2019 é uma atitude prudente e segura e vai proteger o país contra as flutuações do preço do petróleo no mercado internacional.

4.6 Reavaliação em baixa da produção de petróleo provoca “rombo” no OGE

Jornal Expansão
10 DE Maio de 2019
Texto: Joaquim José Reis

A reavaliação em baixa da produção petrolífera em 2019, de 1,570 milhões de barris diários para 1,434 milhões (menos 9%) e do preço de referência do barril para 55 USD, provocou um 'rombo' nas previsões de receitas fiscais na proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado 2019, já que a nova previsão aponta a uma descida de 32,9% nestas

receitas, de acordo com o documento entregue na Assembleia Nacional a que o Expansão teve acesso.

No documento ainda em vigor, estava previsto a captação de 7,4 biliões kz em receitas fiscais, dos quais 5,3 eram relativos a impostos petrolíferos. Na proposta de revisão, está agora previsto uma redução em 19% nas receitas fiscais para quase 6 biliões kz, e uma quebra, por sua vez, de 32,9% na previsão às receitas com impostos petrolíferos para cerca de 3,6 biliões kz. No OGE 2019, os impostos petrolíferos representavam quase 72% das receitas fiscais que o Governo previa captar. Com a revisão em baixa ao orçamento, o peso dos impostos petrolíferos também desce e passa a representar 59% do valor total das receitas fiscais.

O OGE 2019 Revisto está avaliado em 10,4 biliões kz, uma redução nas previsões de receitas e despesas em 8,4% relativamente aos 11,3 biliões que constam no orçamento em vigor. E a 'culpa' acaba por ser do petróleo, não pelas razões que têm sido apontadas sobre a necessidade de revisão ao preço de referência - dizem alguns especialistas que no OGE em vigor apontava a um preço médio do barril para 2019 nos 68 USD, revisto agora para 55 USD, mas sim pelo 'rombo' na previsão de produção. Mesmo que seja essa uma das justificações que constam na proposta de fundamentação do OGE Revisto: "A revisão do OGE 2019 é marcada por um cenário fiscal menos expansionista do que o projectado no OGE 2019.

Isto explica-se pelo baixo desempenho do preço do petróleo, que afecta de igual modo a arrecadação da receita das contas públicas no que se refere a receita petrolífera", revela o documento. Ainda assim, antecipa-se uma "redução do volume de produção em cerca de 8,7%, face à previsão do OGE 2019, contrariando o perfil de aumento verificado em 2018".

As projecções fiscais do OGE 2019 Revisto apontam para um défice global de 0% do PIE, isto depois de o actual OGE prever um superavit de 1,5% do PIB.

A reprogramação macroeconómica que serve de base à revisão do OGE 2019 (mas que também servirá para a revisão das metas do programa de financiamento do FMI), aponta a uma descida de 11% na previsão sobre o Produto Interno Bruto nominal, que passa de 34,8 biliões kz para 30,9 biliões, que resulta, essencialmente, da quebra em 34% do PIE petrolífero (ver tabela).

À semelhança do que aconteceu na proposta do actual OGE, o relatório de fundamentação da proposta de revisão não diz qual será o stock da dívida pública no final do próximo ano, fazendo

apenas referência ao stock da dívida no ano de 2018, quando "estava avaliado em 23,0 biliões kz, ou seja, 84,8% do PIE". No entanto, a proposta que será debatida na generalidade na Assembleia Nacional a 22 deste mês prevê uma redução abaixo de 1 % nas necessidades brutas de financiamento para 4,4 biliões kz, cerca de 14% do PIB. Este montante será arrecadado através da captação de financiamento nos mercados interno (41%) e externo (59%), assim como pela venda de activos.

Quanto ao crescimento económico, depois da forte revisão em baixa inscrita no cenário macroeconómico que serviu de base à estratégia de endividamento de médio prazo 2019-2021 divulgada no início de Abril no site do Ministério das Finanças, passando dos 2,8% previstos no actual OGE para 0,4%, que coloca a economia praticamente estagnada este ano, depois de três recessões sucessivas em três anos, a proposta de revisão ao OGE aponta a uma nova revisão em baixa, desta feita para 0,3%.

4.7 Despesas públicas triplicam em 2018 atingindo máximo do trienio 2016/18

Jornal Vanguarda

10 de Maio de 2019

Texto André Samuel

Em 2018 as despesas públicas triplicaram face ao ano anterior, justificado pelo esforço do Executivo no reactivar do programa de investimentos públicos, de acordo com as prioridades definidas no plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, tendo em conta o incremento no número de procedimentos de contratação pública (PCP) registados.

O orçamento do ano 2018 foi estimado em 9,6 triliões Kz e os dados preliminares da sua execução pelas várias Unidades Orçamentais revelam que, no 4º trimestre de 2018, a execução do OGE foi de, aproximadamente, 72%.

Quem o diz é o relatório do sobre contratação pública divulgado pelo Serviço Nacional de Contratação Pública, SNCP, referente ao último quarto do ano em análise.

Os dados para o 4º trimestre revelam um orçamento de 2,2 triliões Kz para compras públicas. De acordo com o valor total cabimentado/liquidado, pode-se deduzir que o valor estimado/contratualizado para este período esteve na ordem dos 1,6 triliões KZ/1,5 triliões Kz.

De acordo com o documento o PCP, ou seja, as autorizações de despesas inerentes ao contrato a celebrar, registados pelo SNCP totalizaram os 996 face aos 287 do ano anterior. Tal incremento deveu-se essencialmente a abertura de procedimentos para formação e execução dos projectos de investimentos públicos prioritários.

A empreitada de obras públicas e a aquisição de bens foram os principais objectos na origem dos PCP lançados no período em análise, tendo as empreitadas representado cerca de 40% do total.

Uma análise mais centrada no quarto trimestre, revela que do 220 PCP abertos neste período os departamentos ministeriais foram os órgãos com maior número de PCP, com um peso de 64%, mantendo a tendência do trimestre anterior. Os Governos Provinciais e os Outros Órgãos têm um peso de 18% no número de PCP registados.

O Ministério das Obras Públicas (MINCOP) e o Ministério das Finanças (MINFIN), com destaque para a Administração Geral Tributária, a Comissão de Mercado de Capitais e a agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, são os ministérios com maior número de PCP registados no último quarto de 2018.

Contratação pública por procedimento adoptado

A tipologia com maior registo durante primeiro semestre foi o concurso público tendo o quadro invertido na última metade do ano com a contratação simplificada a assumir os procedimentos adoptados, denotando-se a predominância de procedimentos não concorrenciais, se somados os pesos da contratação simplificada e do concurso limitado por convite.

Quanto à Classificação orçamental, foi possível apurar que PCP foram abertos no âmbito dos projectos de investimento público (PIP), tendência verificada também no trimestre anterior.

Ainda no quarto trimestre, quanto à fonte de recurso, do que foi possível identificar, o financiamento externo foi a mais utilizada foi, com um peso de 9% (20 PCP), à semelhança do que foi registado no trimestre anterior.

De ressaltar que foram registados 24 PCP, cujo indicador, "fonte de recurso", não se aplica por se tratar de concursos públicos para a privatização de vários projectos.

O ano de 2018 fica também marcado pela entrada em funcionamento do Serviço Nacional de Contratação Electrónica, SNCPE. Após a fase piloto realizada em Abril de 2018, em Dezembro foi realizado mais um concurso, via esta plataforma para a aquisição de medicamentos, meios e dispositivos médicos para o Serviço Nacional de Saúde.

Os objectivos da utilização do SNCPE estão directamente relacionados com a transparência nas aquisições públicas, desmaterialização e desburocratização, poupanças transaccionais e melhoria na qualidade da despesa. Os níveis de poupança para este concurso estarão na ordem dos 64%.

Outro dos marcos do período foi, como já referido, a abertura de concursos públicos para privatização de diversos empreendimentos estatais, nomeadamente matadouros industriais, entrepostos frigoríficos, projectos de desenvolvimento agrícola, entre outros, sendo a Entidade Pública encarregue por este processo o Ministério das Finanças por via do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado.

O peso da contratação pública na actividade económica dos Estados

De acordo com o especialista em contratação pública, Artur Trindade Mimoso, a promoção de eficiência e a optimização de processos na aquisição de bens e serviços de saúde e bens e serviços transversais com vista ao funcionamento da Administração pública são hoje determinantes no equilíbrio das contas de qualquer Estado.

O equilíbrio entre a prossecução do interesse público e a racionalização da despesa é hoje encarado como o maior desafio do sector público em diversos países. A contratação pública ineficiente leva ao desperdício de fundos públicos, que poderiam ser redireccionados para outros fins de interesse público, como saúde, ciência, justiça, educação ou infraestruturas.

A situação económico-financeira de vários países com elevados déficits tem vindo a demonstrar a necessidade cada vez maior de uma gestão mais eficiente, de processos mais inovadores, por via da optimização de meios humanos e materiais existentes, ou seja, "fazer mais com menos", através de criação de valor.

A promoção dos princípios da concorrência, participação, transparência, da economia, da eficiência, da eficácia e do respeito pelo património público é determinantes para gerar mais e melhor participação, mas insuficientes para atingir objectivos

estratégicos da contratação pública, designadamente, a racionalização da despesa pública, optimização do processo de compras pela redução de actividades sobrepostas, criação de economias de escala pelo aumento negocial, eficiência na aquisição através da padronização e elaboração de processos, sinergias, redução dos tempos de tramitação procedimental e consequente aumento da produtividade, aumento da qualidade, produtividade e profissionalismo.

Estes objectivos estratégicos da contratação pública apenas se conseguem com a implementação de um modelo de centralização de compras (compras públicas centralizadas) através da criação de centrais de compras em rede de serviços partilhados.

4.8 “ O gap entre a aprovação e a execução de OGE é constrangedor”

Journal EXPANSÃO
17 De Maio de 2019

Foi apresentado o orçamento rectificativo. Impunha-se?

Houve redução da despesa, mas não sei o tipo de despesa. Acredito que a única despesa afectada é a de investimento porque a despesa corrente exigiria a reforma total do Estado, o que passaria pela redução do pessoal no sector público e isso não foi feito. Quanto aos investimentos, acredito que existem muitos em curso e muitas obras a meio, por isso, defendo que haja continuidade destes investimentos. Entendo também que haja mudanças na estrutura para investimentos existentes. Ao longo dos anos, fomos inscrevendo sempre despesas novas sem que houvesse uma avaliação dos investimentos dos anos anteriores. A qualidade também é questionável.

Com o barril de petróleo de referência no OGE a rondar os 55 USD, o que fazer com o excedente?

O Governo deve criar um fundo de estabilização ou de desenvolvimento para apoiar o programa de diversificação da economia. Relativamente ao OGE, deixo uma preocupação, que gostaria que este ano não se repetisse. E a questão do gap entre a aprovação e a execução do orçamento, que tem sido constrangedor.

Isso tem criado transtornos na economia e na sociedade. É o caso das empresas que prestam serviços ao Estado e acabam ficando anos sem serem pagas e, como consequência, os despedimentos porque o Estado não honra os seus compromissos.

São situações como estas que estão a contribuir para o aumento da dívida interna?

É um dos factores da acumulação da dívida interna. Várias empresas encerraram devido aos atrasados do Estado. Quando falamos de economia, há duas questões fundamentais, nomeadamente a produção, e aqui não falo de servir de intermediário, como o comércio, apesar de ser importante para completar a cadeia de produção. E a outra é o emprego. É preciso apoiar as grandes e pequenas empresas. As micro, pequenas e médias empresas devem constituir o objectivo principal do Estado para alavancar o crescimento, com base em exigências e evitar laxismos. Tem de haver disciplina.

Falta estabelecer uma cadeia de valores?

Aos produtores deve ser garantido o mercado dos seus bens e deve ser assegurada a mobilidade das pessoas do campo para os centros urbanos para comercializarem os seus produtos. É papel do Estado criar esta cadeia para assegurar o crescimento da economia e aumentar os rendimentos das famílias.

Temos uma dívida pública a rondar os 90% do PIB. Este indicador preocupa-a?

Temos de saber as causas dessa dívida, os fundos e as condições do endividamento do País, sem esquecer as consequências. Grande parte da dívida pública foi assumida para fazer obras em Angola. Mas, recorrendo à pesquisa do CEIC, num dos seus relatórios, diz que 30% da dívida foram fundos desviados. Isso revela que não teríamos esse tecto da dívida. Agora é preciso conhecer publicamente os beneficiários directos dos fundos que entraram para o País como endividamento público.

Acredita na luta contra a corrupção em Angola?

Uma das lutas é saber onde foi parar este dinheiro, porque os dados do CEIC são científicos. Mas tenho certeza que com a forma determinada como o Presidente assumiu essa luta ainda vamos ter muitas, boas, surpresas. João Lourenço é corajoso e está a colocar os interesses do País acima de qualquer outro interesse.

Acredita mesmo que pode dar resultados?

Não estou por dentro dos processos, mas o repatriamento de capitais é um dos caminhos para trazer para o País os dinheiros desviados para o exterior. O Presidente já disse que vai recorrer a todas as instituições que conhecem como esses processos acontecem para trazer de volta os activos financeiros desviados. Ainda é fundamental reavaliar

os investimentos realizados com os empréstimos contraídos.

Muitos investimentos foram em elefantes brancos?

Com toda a certeza. Trata-se da qualidade do investimento como temos observado. Há coisas que não foram devidamente equacionadas.

4.9 Cartoon

Jornal EXPANSÃO
17 De Maio de 2019



4.10 BREVES

Novo Jornal
17 de Maio de 2019

CEIC denuncia desvios de até 20% do valor das obras

De 15 a 20% do valor empregado em programas de obras públicas de 2011 a Setembro de 2017, antes da entrada em funções do novo Governo, foram desviados, declarou o director-geral do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, citando o Banco Mundial (BM). As estimativas foram avançadas terça-feira, 14, na apresentação de um relatório consagrado aos processos de contratação pública ligados à construção de infra-estruturas naqueles sete anos.

Inflação acumulada de 12 meses é a mais baixa desde 2016

Os preços em Angola aumentaram 1,05% entre Março e Abril, valor que coloca a inflação acumulada a 12 meses em 17,36%, o valor mais baixo desde Janeiro de 2016. De acordo com o relatório mensal

do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o comportamento da inflação, divulgado quarta-feira, o índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) baixou face aos 1,07% registados em Março e a variação acumulada desde Janeiro é de 4,40%.

Disponibilizados 450 milhões USD para estradas

Quatrocentos e cinquenta milhões de dólares é o valor disponível pelo Ministério da Construção e Obras Públicas para financiar as obras de reabilitação da Estrada Nacional 230, no percurso Malanje-Lunda-Sul. A informação foi avançada esta semana pelo responsável máximo do Ministério, Manuel Tavares de Almeida, referindo que os projectos devem obedecer a critérios de qualidade técnica que atendam as necessidades das populações, pelo que, tais acções devem reflectir-se nas estradas, pontes e outras infra-estruturas públicas.

4.11 Impostos geram 1,81 biliões de kwanzas na contabilidade do primeiro trimestre

Jornal Economia e Finanças
17 De Maio de 2019

Administração Geral Tributária (AGT) arrecadou 1,81 biliões de kwanzas (equivalentes a 5,5 mil milhões de dólares), durante o I trimestre deste ano, tendo registado um aumento na ordem dos 34 por cento em relação ao período homólogo de 2018 em que a receita se cifrou em 300 mil milhões.

As receitas não-petrolíferas, obtidas até Abril deste ano, foram obtidas por via do Imposto Industrial, de Rendimento de Trabalho (IRT), de Consumo, de Aplicação de Capitais (IAC), de Selo, Predial Urbano (IPU) e outros.

Segundo a Angop, os números foram avançados esta terça-feira, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da AGT, Sílvio Burity, na abertura do seminário "Ordem dos contabilistas e peritos contabilistas de Angola", que se realizou terça-feira sob o lema "IVA A sua entrada em vigor".

Sem avançar mais detalhes, referiu que, actualmente, a AGT controla 48 repartições fiscais, 79 fronteiras terrestres e cerca de 36 delegações aduaneiras em todo o país.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 indica que a receita tributária ascendeu de 2.833,2 mil milhões de kwanzas, em 2018, para 4.220,4 mil milhões, em 2019, uma diferença de mais 1.417,2 mil milhões. Entretanto, não menciona se tais projecções

já incorporam o potencial do IVA, que vai vigorar a partir de 01 de Julho.

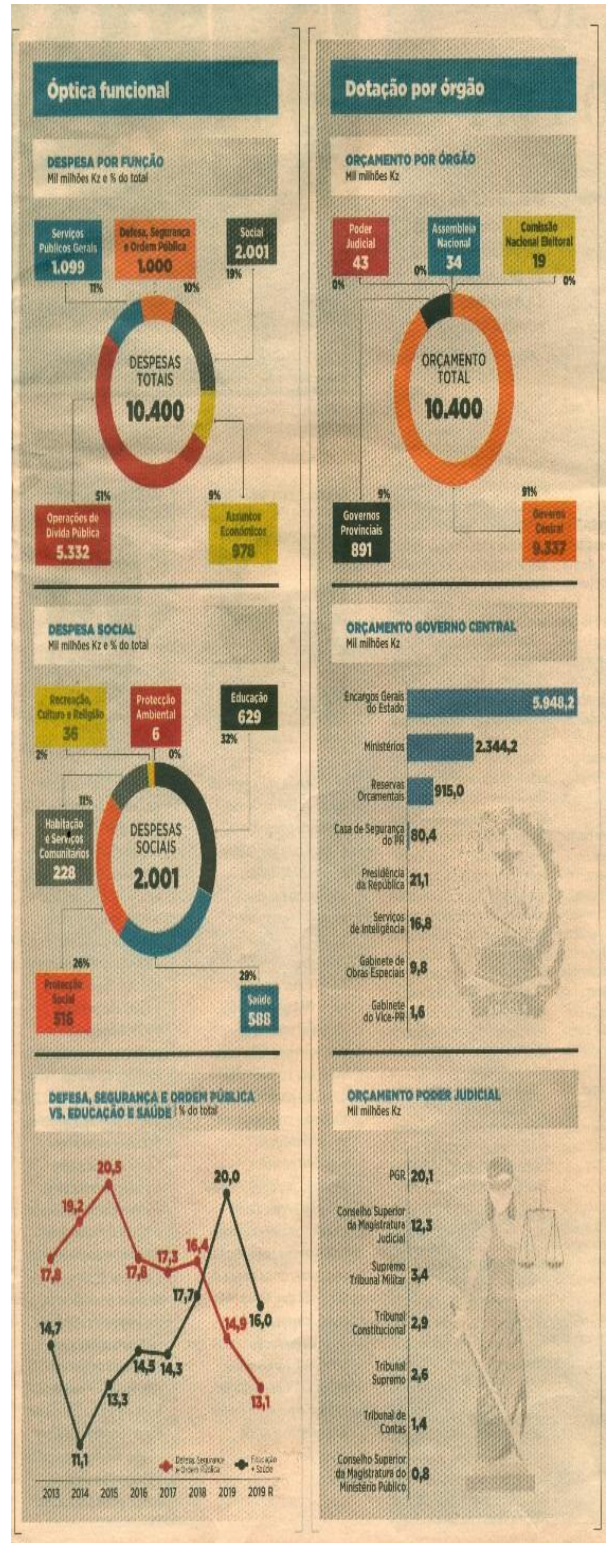
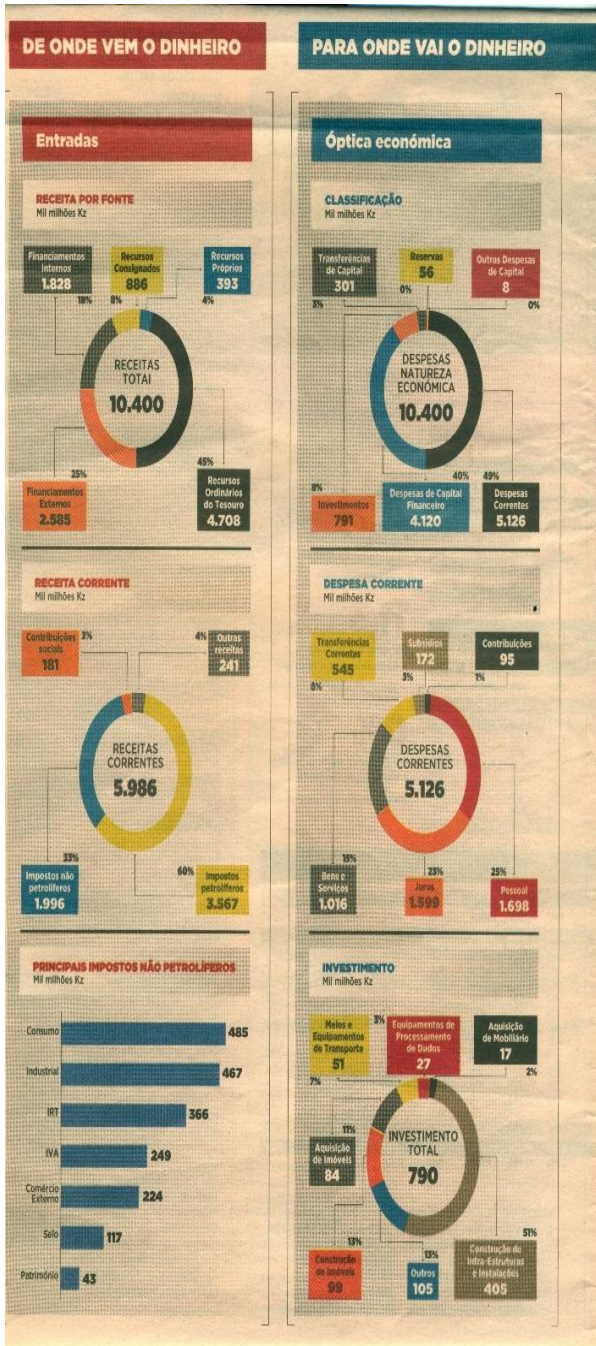
A receita total arrecadada em 2018 superou em 27 por cento a meta estabelecida no OGE, ascendendo a 4.790 mil milhões de kwanzas, e em 96 por cento a obtida no ano de 2017.

Em Angola está em curso a reforma do sistema tributário, um processo que engloba alterações na legislação fiscal, reabilitação de infra-estruturas e, ainda, a implementação de novos impostos, no caso particular, o IVA Imposto sobre Valor Acrescentado, que vai incidir sobre o consumo de bens e serviços e sobre às importações.

A AGT tem como principal propósito arrecadar, apoiar os contribuintes a cumprir com as suas obrigações fiscais, promover o alargamento da base tributária e, sobretudo, potenciar a receita não petrolífera, constituindo uma das principais orientações do Executivo angolano.

4.12 Os grandes números das receitas e despesas do Estado

Jornal EXPANSÃO
17 De Maio de 2019

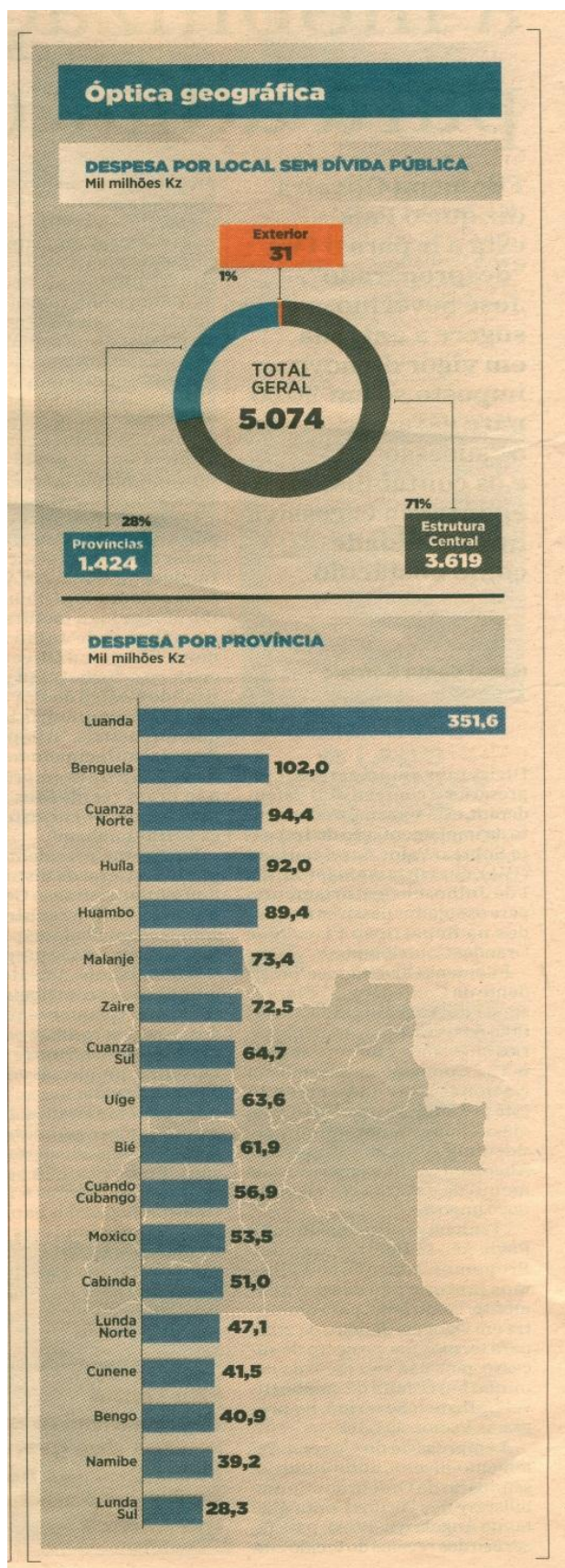


4.13 Revisão do OGE penaliza o investimento e a diversificação

Jornal EXPANSÃO

17 De Maio de 2019

Texto: Joaquim José Reis



O investimento público vai sofrer um corte de 21 % para pouco mais de 1 bilhão Kz, de acordo com a proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado 2019, que revê também em baixa a afectação de despesa em 24% para as áreas económicas, como a agricultura e a indústria.

Em termos nominais, a proposta de revisão que será votada na especialidade na quarta-feira na Assembleia Nacional, prevê um corte de 272 mil milhões Kz no investimento público, aquela que é considerada a 'boa despesa', já que, se bem projectado, bem construído e bem fiscalizado, este dinheiro público tem efeitos positivos na economia do País nos anos seguintes. Ao contrário do que acontece com a despesa corrente - para pagar salários de funcionários, bens e serviços, juros e transferências - despesa que se esgota no ano em que é efectuada, sendo, por isso, considerada a "despesa má".

Mas as despesas correntes também sofrem um corte, de 12%, passando de 5,6 biliões Kz para um pouco menos de 5 biliões, graças, sobretudo, à revisão em baixa de despesas com bens e serviços, que será cortada em 40% para 847 mil milhões Kz.

À semelhança do que consta no OGE ainda em vigor, as despesas com juros - reduzem 2% para 1,6 biliões Kz - ultrapassam as da Educação e Saúde que, juntas, 'valem' 1,2 biliões Kz, ou seja, 12% do total da despesa da proposta de orçamento, ou 16%, se não forem contabilizadas as amortizações de passivos financeiros. No OGE em vigor, sem contabilizar as amortizações, a Educação 'vale' 9,4% das despesas e a Saúde 10,6%, mas face ao corte orçamental ficam com 8,3% e 7,7% da despesa, respectivamente. No global, Educação e Saúde 'valem' mais que a Defesa, Segurança e Ordem Pública, que vai consumir cerca de 1 bilhão Kz do total que o Governo prevê gastar este ano.

Entre os vários cortes no orçamento, destaque para a revisão em baixa das verbas para os assuntos económicos, nomeadamente para a Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça, que perde 50% das verbas previstas no documento ainda em vigor, passando

para 97 mil milhões Kz. Ainda no sector económico, as verbas para os Transportes perdem 40,8% para 200,8 mil milhões, combustíveis e energia (-33,2%), Indústria Extractiva, Transformadora e Construção(-19%), entre outros. Ao todo, esta área perde 23,5% das verbas, passando a 'valer' 967,9 mil milhões Kz, 9% da despesa total, ou 12,7% sem contabilizar as amortizações.

O 'parente pobre' deste orçamento continua a ser o poder judicial, apesar da subida de 24,2% para 43,5 mil milhões Kz das verbas a afectar aos tribunais, que representa apenas 0,4% da despesa total. Só para comparar, a Casa de Segurança do Presidente da República, tem quase o dobro das verbas destinadas aos tribunais.

O relatório de fundamentação da proposta de revisão ao OGE 2019 é omissivo quanto ao nível de endividamento público, seja em valor absoluto, seja em percentagem do PIB. "As necessidades brutas de financiamento do presente orçamento estão avaliadas em cerca de 4.420,9 mil milhões Kz, correspondendo a 14,3% do PIB. Este montante será arrecadado através da captação de financiamento nos mercados interno e externo, assim como pela venda de activos, refere somente a proposta.

O OGE 2019 Revisto está avaliado em 10,4 biliões Kz, uma redução nas previsões de receitas e despesas em 8,4% relativamente aos 11,3 biliões que constam no orçamento em vigor.

As projecções fiscais do OGE 2019 Revisto apontam para um défice global de 0% do PIE, isto depois de o actual OGE prever um superavit de 1,5% do PIB, que o Governo atribui, em parte, à "redução significativa da receita petrolífera". A reavaliação em baixa da produção petrolífera em 2019, de 1,570 milhões de barris diários para 1,434 milhões (menos 9%) e do

preço de referência do barril para 55 USD, provocou um 'rombo' nas previsões de receitas fiscais na proposta de revisão ao Orçamento, já que a nova previsão aponta a uma descida de 32,9% nestas receitas.

4.14 Só Educação e Economia sobrevivem aos cortes orçamentais

Jornal EXPANSÃO
17 De Maio de 2019

Os ministérios da Educação e da Economia e Planeamento são os únicos ministérios a sobreviver

aos cortes previstos na proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado 2019; enquanto que as pastas dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Indústria e Transportes são os que levam a maior 'talhada'.

No conjunto, os ministérios vão sofrer um corte de 16,5%, passando dos actuais 2,8 biliões Kz para 2,4 biliões. A excepção aos cortes são a Educação (+67%) e Economia e Planeamento (22,3%).

João Ernesto 'Liberdade', responsável pela pasta dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, é o ministro que sofre o maior corte no orçamento, ao passar de 7,8 mil milhões Kz para 2,2, uma descida de 71 %. Já a titular da pasta da Indústria, Bernarda Gonçalves Martins, terá menos 14,4 mil milhões Kz para 'gastar', depois de a proposta de revisão ao OGE apontar a uma queda de 54% no orçamento deste ministério. Já Ricardo d'Abreu, ministro dos Transportes, completa o pódio dos 'campeões dos cortes' orçamentais, já que terá menos 45,4% para gerir, passando de 195,5 mil milhões Kz para 106,7 mil milhões (ver tabela). Isto em termos percentuais. Já em termos nominais" o Ministério das Energia e das Aguas é o 'campeão' dos cortes, ao perder 130,5 mil milhões Kz com a revisão ao OGE, seguido do Construção e Obras Públicas, que 'perde' 93,5 mil milhões.

Por outro lado, as verbas cabimentadas para os governos provinciais também sofrem um corte, de 21,9%, passando de 1,1 biliões Kz para 891 mil milhões. Em termos percentuais, o Cuando-Cubango recebe menos 29,2% de orçamento, passando de 40 mil milhões Kz para 28,3 mil milhões. Por outro lado, o Governo Provincial de Benguela é o que sofre o menor corte; de 18,7%.

Em termos nominais, o Governo Provincial de Luanda vai receber menos 42,7 mil milhões Kz, um corte de 19, % face aos 218,2 mil milhões Kz previstos no actual OGE. Olhando para os 175,5 mil milhões Kz que representa o orçamento do Governo Provincial de Luanda, só quatro ministérios têm orçamento superior: Defesa Nacional, Interior, Energia e das Aguas e Administração Pública Trabalho e Segurança Social.

4.15 Verdades ocultas do Orçamento Geral do Estado Revisto 2019

Jornal EXPANSÃO
17 De Maio de 2019

Tal como previsto por muitos analistas, o Orçamento Geral do Estado para 2019 será revisto e a proposta

foi submetida à Assembleia Nacional pelo Executivo no dia 7 de Maio de 2019. As metas e os resultados optimistas apresentados pelo Governo nos sucessivos orçamentos contradizem a realidade socioeconómica caracterizada pela degradação das condições de vida dos angolanos.

E aqui que entra a nossa contribuição, com o intuito de demonstrar que através da manipulação da taxa de câmbio os orçamentos têm sido elaborados não para atender a realidade económica nacional, mas para apresentar uma boa imagem à comunidade internacional. Esta é a primeira verdade oculta.

Naturalmente, não pretendemos validar a consistência dos pressupostos, conforme as ocasiões anteriores, nem fazer uma análise meticulosa ao OGE-19 revisto. Porém, não poderíamos deixar de apresentar três exemplos de falta de rigor na preparação da proposta de revisão do OGE-19. O primeiro exemplo refere-se à previsão de decrescimento do PIE Petrolífero entre 2,6% na tabela nº 8 [do relatório de Fundamentação da proposta de OGE Revisto 2019] e 2,8% na tabela nº 9. A pergunta que não se quer calar, - qual será o verdadeiro decrescimento do PIE Petrolífero e, por conseguinte, o PIE irá crescer mesmo em 0,3%? Segundo engano está na previsão de 523,7 milhões de barris que para tabela nº 9 corresponde à Produção de Petróleo mais Gás Natural ao passo que na tabela nº 7 corresponde apenas à produção de petróleo. Terceiro e, não menos importante, a utilização incorrecta da sigla AKz para expressar a moeda Kwanzaconforme a tabela nº10.

Voltando à problemática da taxa de câmbio, mais uma vez, o Executivo omite propositadamente a taxa de câmbio de referência do OGE-19 revisto. Pelo que, segundo os nossos cálculos a taxa omissa é de 286 kz por USD, resultante da divisão entre os direitos da concessionária, concretamente 2.061,2 mil milhões Kz e 7.200,9 milhões USD, este último é o produto entre preço de referência do barril de petróleo (55 USD), a produção petrolífera anual de 523,7 milhões de barris e 25% da quota-parte dos direitos da concessionária nos últimos 5 (cinco) anos.

Apesar da taxa de câmbio do OGE-19 revisto estar acima, em 10%, face à média de 2018 de 259 para 286 Kz por USD. Todavia, a mesma é inferior em 7% (309 Kz/USD) e 10% (317 Kz/USD) face ao mês de Dezembro de 2018 e ao primeiro trimestre de 2019, respectivamente. Se, por um lado, a desvalorização cambial aumenta as receitas fiscais em moeda nacional, sobretudo o fluxo de receita petrolífera, por outro lado, também aumenta o serviço da dívida externa e in terna indexada à variação cambial.

Desta forma, da análise efectuada, conclui-se que o Governo adoptou uma taxa de câmbio irrealista para diminuir a necessidade de financiamento do OGE, visto que a desvalorização cambial aumenta o serviço da dívida num volume superior em 97 mil milhões Kz ao acréscimo das receitas em moeda nacional (conforme as tabelas ao lado). Esta situação deve-se às correcções em baixa dos determinantes da receita petrolífera, nomeadamente, 14% na produção petrolífera de 1,668 para 1,435 milhões de barris e 19% no preço do barril de petróleo de 68 para 55 USD.

Certamente, convém ao Governo apresentar uma taxa de câmbio irreal de modo a influenciar positivamente na obtenção de novos empréstimos e na atracção de investimentos externos, uma vez que diminui o stock da dívida, através da redução da desvalorização do Kz, que é o principal fluxo criador de dívida.

Dito de outra forma, o aumento do peso do stock da dívida sobre o produto interno bruto (PIB) exige um esforço adicional do Governo para captação de recursos financeiros necessários para financiar o OGE. Pelo que, a desvalorização do Kz corresponde a um aumento da dívida governamental, quando expresso em Kz, uma vez que se verifica a predominância da dívida denominada em moeda externa, entre as quais se incluem as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional indexadas a variações da taxa de câmbio e Obrigações do tesouro e Contratos de Mútuo em moeda externa, 'euro bonds', para além de outros.

Tal como queríamos demonstrar, à priori, o Governo sabe que as suas necessidades de financiamento serão superiores às apresentadas, todavia, não informa os agentes económicos, pelo que o Governo absorverá, mais do que previsto, os recursos financeiros destinados a financiar a economia, com impactos negativos sobre a realidade socioeconómica dos angolanos, quer pelo aumento do custo e da inacessibilidade ao crédito e, por conseguinte, redução na geração de emprego e pela perda do poder de compra.

A segunda verdade não revelada consiste no aumento da conta de reserva do tesouro nacional "caixa dois", que cuida do dinheiro do petróleo escondido, cuja movimentação depende do Presidente da República, em detrimento da conta única do tesouro "caixa'um", que cuida do dinheiro do petróleo previsto no OGE. Ou seja, quer a subestimação da taxa de câmbio, quer a adopção de um preço de 55 USD por barril inferior a 20 USD face à primeira quinzena de Maio aumentam o excesso sobre a receita petrolífera prevista. .

Por fim, a título de contribuição, em nome da transparência, a proposta de revisão do OGE-19 devia contemplar uma matriz de alocação dos fundos destinados à conta de reserva do tesouro nacional. Por exemplo, pelo menos 40% para projectos estruturantes (refinaria de petróleo, barragens, parques eólicos ou solares, caminhos de ferro, estradas nacionais, entre outros) e até 15% para amortizar antecipadamente o serviço da dívida, até 10%, para emergências (seca no Cunene, epidemiologia de surtos de doenças), até 10% para apoio à diversificação da economia, até 20% para aplicação em fundos de investimento e até 5% para suporte à tesouraria, este último deverá ser restituído até 31 de Dezembro de 2019. Desta forma, o dinheiro referente ao excesso sobre a receita petrolífera prevista deixa de estar ao livre arbítrio do Presidente da República, reduzindo os riscos de alocação indevida destes fundos.

4.16 Orçamento da Saúde aumenta para 12%

Jornal de Angola
22 De Maio de 2019

Plano de Desenvolvimento Nacional prevê um aumento de 12 por cento no orçamento da Saúde até 2022, para melhorar o acesso e a qualidade na prestação dos serviços, anunciou ontem, em Genebra, Suíça, a ministra da Saúde.

Actualmente, o sector beneficia de sete por cento do Orçamento Geral do Estado. Sílvia Lutucuta, que discursava na 72ª sessão da Assembleia da Organização Mundial da Saúde, sublinhou que os esforços nacionais passam igualmente pela contratação de mais profissionais de saúde e o desenvolvimento de um sistema de compras agrupadas de medicamentos essenciais.

O pacote prevê também uma isenção de taxas aduaneiras na importação de medicamentos, reagentes e equipamentos hospitalares e o agravamento das taxas de tabaco, bebidas espirituosas e outros produtos de luxo, com vista a suportar os custos dos programas de saúde pública.

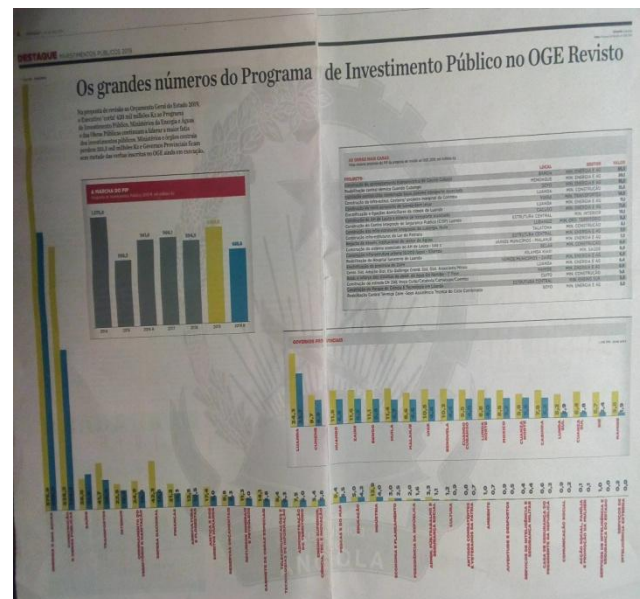
Sílvia Lutucuta reconheceu que Angola, assim como os demais países em desenvolvimento, apesar dos ganhos alcançados na última década nos indicadores de saúde, em particular na redução da mortalidade materno-infantil e no aumento da esperança de vida, ainda enfrenta um pesado fardo das doenças transmissíveis, má nutrição e a ocorrência frequente de epidemias.

A taxa de seroprevalência de VIH/Sida fixada em dois por cento, indicou a ministra, é a mais baixa na subregião austral de África. Em 2014, disse, "fomos declarados países livres da pólio, mas ainda assim continuamos a trabalhar rigorosamente no controlo e no plano de transição, mobilizando fundos adicionais".

Para a ministra Sílvia Lutucuta, a visão e os objectivos do Executivo angolano colocam a saúde como um factor incontornável do desenvolvimento global do país e da justiça social.

4.17 Os grandes números do Programa de Investimento Público no OGE Revisto

Jornal EXPANSÃO
24 de Maio de 2019



4.18 Programa de Investimento Público perde 1.280 milhões USD com revisão ao OGE

Jornal EXPANSÃO
24 De Maio de 2019
Texto: Joaquim José Reis

O Programa de Investimentos Públicos (PIP) inscrito na proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 vai sofrer um corte de 38% ao passar dos 1,1 biliões Kz (do orçamento ainda em vigor) para os 686 mil milhões, equivalente a 2.100 milhões USD.

Contas feitas, são menos 420 mil milhões Kz, equivalentes a 1.280 milhões USD, que resultam na sua maioria dos cortes nos projectos dos ministérios e outros órgãos centrais que, ao todo, perdem 331,5 mil milhões Kz na revisão ao orçamento que foi aprovado na generalidade esta quarta-feira, com 118 votos a favor, 28 contra e 13 abstenções da CASA-CE, FNLA e PRS. O documento que prevê uma redução em 8,4% das despesas e receitas para 10,4 bilhões Kz segue agora para discussão na especialidade.

Dos 686 mil milhões Kz inscritos no PIP 2019 do OGE Revisto, 75% vão para as províncias, 12% referem-se a projectos inter-provinciais e os restantes 13% Kz são investimentos da estrutura central. Em relação aos projectos destinados a províncias específicas, a maior fatia continua a pertencer a Luanda, a capital do País.

O Ministério da Energia e Águas mantém-se como O órgão do Estado que mais verbas terá ao seu dispor este ano para a implementação de projectos, apesar de na revisão estar prevista uma redução em 33,9% dos 375,9 mil milhões Kz orçamentados para 248,3 mil milhões. Serão menos 127,6 mil milhões Kz (ver página 4). O corte neste ministério 'vale' mais que os 94 mil milhões Kz que representam o orçamento para o PIP de todos os governos provinciais do País, o que dá ideia da dimensão deste ministério no PIP.

Além de ser o 'campeão' do PIP, o Ministério da Energia e Águas é órgão do Estado que vai gerir os projectos mais caros, à semelhança do que acontece nos últimos anos, por força da aposta do Executivo nestes dois sectores. No top 20 dos projectos mais caros, este ministério será o gestor de um total de 11, tendo os três mais avultados desta lista, como são a construção do aproveitamento hidroeléctrico de Caculo Cabaça, cujo o valor inserido é de 56,5 mil milhões Kz, a reabilitação central térmica do Cuando Cubango (20,1 mil milhões Kz) e a instalação central ciclo combinado Soyo e o sistema de transporte associado (18,3 mil milhões).

Do total de 204 projectos do PIP geridos pelo Ministério da Energia e Águas, 130 pertencem ao sector das águas, seja por via da reabilitação ou construção de redes de distribuição ou sistemas de abastecimento e de tratamento, cujas verbas atingem os 70,4 mil milhões Kz, ou seja, 28% do total das verbas deste órgão do Estado para o Programa de Investimentos Públicos.

Já o Ministério das Obras Públicas 'perde' quase 40% das verbas para o PIP, passando de 235,2 mil milhões para 144,3 mil milhões, ou seja, menos

90,1 mil milhões. Do total dos 144,3 mil milhões do PIP geridos por este ministério, 23%, ou 31,2 mil milhões terão como destino a reabilitação de estradas um pouco por todo o País. Destaque para a reabilitação da Estrada Dombe Grande, que liga Benguela ao Namibe, que custará 3,7 mil milhões Kz.

O Ministério da Saúde completa ranking dos ministérios com mais verbas para PIP; beneficiando de um aumento de 14% dessas verbas face ao OGE em vigor, passando de 28 mil milhões para 31,9 mil milhões. Destaque para o aumento de verbas destinadas a obras de hospitais, como o do Hospital Materno Infantil Da Huíla, que passa de 334,8 milhões para 1,9 mil milhões, ou do Hospital Provincial Do Cuanza Sul, cuja verba passa a 1,2 mil milhões contra os 166 milhões referidos no OGE em vigor.

Desta forma, a pasta da Saúde 'ultrapassou' o Ministério dos Transportes, que perde 36,6% do seu orçamento para PIP, ao passar de 41,7 mil milhões para 26,4 mil milhões. O Ministério gerido por Ricardo d'Abreu, 'perde' quase 6 mil milhões na verba inscrita para a construção do novo aeroporto de Luanda, cuja verba inscrita é agora de 14,5 mil milhões Kz. Outro dos projectos que deixam de constar no PIP é o desenvolvimento de um estudo para construção do Aeroporto Mbanza Kongo, cujo valor rondava os 1,5 mil milhões.

Em termos percentuais, o 'campeão' dos cortes no PIP é o Ministério da Indústria, pois sofre uma redução de 41,4% para 5,5 mil milhões Kz, contribuindo para isso a retirada dos 7,7 mil milhões Kz destinados à construção do Polo De Desenvolvimento Industrial do Fútila, em Cabinda.

Ministérios gerem 86% do PIP

A maior parte das verbas (86%) dos projectos de investimento público são geridos centralmente, o que é o mesmo que dizer que apenas 14% dos investimentos públicos são geridos pelos governos provinciais. Ao todo, os ministérios gerem 601,3 mil milhões Kz do PIP total.

Já os projectos PIP geridos por governos provinciais levam um corte em 50% nas verbas, passando de 182,9 mil milhões para 94,1 mil milhões. O Governo Provincial de Luanda continua a liderar o total das províncias, mas ainda assim recebe um corte de 11,6 mil milhões com a revisão ao OGE. Destaque para o corte de 1,5 mil milhões Kz nas verbas iniciais para a manutenção das vias principais, secundárias e terciárias da capital do País, que inicialmente estavam previstas ser de 2,4 mil milhões e passa, agora, a 1,0

mil milhões. A seguir a Luanda, O Governo Provincial do Cunene é o que mais verbas irá receber para projectos públicos, ultrapassando o Huambo na revisão ao OGE 2019.

4.19 Oposição diz que OGE é «enganador» e não traz benefícios

Novo Jornal

24 De Maio de 2019

Os partidos na oposição consideraram esta quarta-feira, 22, que a proposta de Orçamento do Estado (OGE) revisto é “enganador” e não traz “um conjunto de medidas de sentido positivo”.

Segundo o presidente da CASA-CE, André Mendes de Carvalho «Miau», a proposta do OGE continua a não englobar as ideias basilares respeitantes à economia e finanças.

"Passados quase dois anos de governação de João Lourenço, constatamos que a presente proposta de OGE revisto continua sendo de transição. À semelhança dos dois últimos orçamentos aprovados, não vemos nesta proposta a adopção de qualquer opção que nos leve a compreender a via pela qual o Executivo pretende resolver os problemas económicos e financeiros que afectam o país", disse.

Por seu turno, o líder do PRS, Benedito Daniel, salientou que já era previsível que, se o OGE de 2018 fosse aprovado, sofreria revisão meses depois por não respeitar algumas conjunturas. "Os partidos na oposição alertaram sempre o Executivo para que levasse em conta a conjuntura económica e a volatilidade do preço do petróleo. Mas o MPLA ignorou as nossas preocupações e aprovou o OGE mesmo sabendo que não serviria e voltaria novamente para revisão", explicou.

Para a UNITA, o Governo apresenta sempre indicadores que "até não acredita mas mesmo assim manifestam para, no entanto, pouparem tempo e não se darem ao trabalho. Trazem sempre as mesmas fundamentações com metas nunca alcançáveis" .•
ANTÓNIO GASPAR

4.20 OGE 2019 revisto à medida das exigências do Fundo Monetário Internacional

Jornal EXPANSÃO

24 De Maio de 2019

Apesar das indicações positivas da conjuntura do último trimestre de 2018 - que inverteu em alguma medida a trajectória decendente da dinâmica de variação do PIB - o OGE 2019 Revisto baixou as suas previsões de crescimento (em relação ao Orçamento de Estado aprovado em Dezembro de 2018) de 2,8% para 0,3%, para a actividade económica geral e de 3,1% para -3,5% para o sector petrolífero e de 2.6% para 1,6% para o não petrolífero. Como explicar que, face a um comportamento mais positivo nos últimos 3 meses de 2018, o OGE 2019 Revisto acabe por ser muito mais pessimista do que o seu progenitor? Significa que o I Trimestre de 2019 - normalmente o Governo pode ter acesso, preferencial, antecipado e prioritário aos dados do INE não rubricou comportamentos económicos compagináveis com as políticas, medidas e acções contidas nos diferentes programas e planos de política económica e entretanto levadas à prática? Será que falhou, em alguma medida, a capacidade de coordenação institucional de tantas políticas a serem implementadas ao mesmo tempo, e que seguramente consequencializou uma redução da sua eficiência institucional e eficácia económica? Exigências do Fundo Monetário Internacional no sentido de a economia e o seu funcionamento e a sua dinâmica se terem de ajustar à capacidade financeira do OGE 2019 Revisto'?

O risco de a economia, durante 2019, entrar novamente em recessão é elevado (adiando-se, uma vez mais, o combate consequente à pobreza), porque bastará que o sector petrolífero se torne mais negativo na variação da sua produção, para que isso possa acontecer, face à inexistência ou debilidade de outras almofadas e alavancas do crescimento (se, por exemplo, em vez da diminuição ser de -3,5%, passar para -4,5%, a taxa geral de crescimento da economia será de -0,6%).

Sabe-se, há muito tempo, que esta é a realidade e a despeito de a nova governação do País estar consciente da seriedade e gravidade da situação, muitos empresários, muitas igrejas, bastantes investigadores e docentes universitários comprometidos com o País têm muitas reservas quanto aos resultados efectivos de tantas políticas - muitas entre si com sinais de inconsistência e contradição entre meios e objectivos e mesmo entre as medidas de ataque aos problemas - em tão pouco tempo.

Ainda por cima com as exigências do FMI, que coloca o essencial da política orçamental na redução de despesas e na criação de novos impostos. Os incómodos que a classe empresarial privada sente, quanto à intervenção do FMI e à "obediência" que o Governo lhe deve, têm contribuído para a não recuperação dos índices de confiança, havendo como respostas a organização de Fóruns empresariais com o fito de chamarem a atenção das entidades governamentais para os perigos existentes na implementação de políticas naturalmente recessivas.

Programas de ajustamento

Em algumas das minhas intervenções públicas sobre os Programas de Ajustamento Estrutural do FMI, que vinha defendendo uma mudança de olhares e de interpretações desta instituição de Bretton Woods sobre as realidades africanas, evidentemente subdesenvolvidas do ponto de vista económico e necessitando de modelos de intervenção arrojados e diferentes dos mais convencionais e clássicos. Subscrevi, muitas vezes, que se estaria perante um, senão novo, diferente FMI. Creio que estou a perder esse convencimento e ainda que compreenda perfeitamente - diferente não podia ser sendo eu um economista - que a recuperação de equilíbrios macroeconómicos básicos seja fundamental, o ponto está em saber-se depois de quanto tempo é que esses reajustamentos macroeconómicos darão lugar à recuperação da economia e ao estabelecimento de equilíbrios sociais, provavelmente mais importantes e estruturantes do que os macroeconómicos (admitindo a reequilibragem, como recuperar a economia com níveis salariais médios mensais de 60.000 Kz?).

A visão contida no OGE 2019 Revisto, bem assim como no OGE 2019 é essencialmente clássica, desvalorizando-se o potencial de crescimento reconhecido das despesas públicas, especialmente na componente do investimento público, enquanto gerador de produto potencial da economia, incentivador da iniciativa privada e maximizador da rentabilidade dos investimentos empresariais. As despesas públicas totais vão diminuir 13,6% e o

investimento público em 21%, reduzindo-se a taxa de investimento do Estado para 3,3%, apesar de se considerar, na página 44, parágrafo 164, um compromisso com a sua redinamização, que "de- verá estar ao serviço de um crescimento económico mais sólido a médio e longo prazo". Estas despesas de investimento apresentam uma capacidade elevada de reprodução económica, embora sejam exigentes em capacidade de estudo, avaliação, fiscalização e controlo. Sustenta-se, igualmente, no Relatório de Fundamentação do OGE 2019 Revisto que "se dará uma forte atenção ao investimento público estruturante e reprodutivo, criador de facilidades infra-estruturais para o funcionamento mais eficiente das actividades produtivas e de uma maior ligação dos mercados económicos, com grande incidência nos domínios dos transportes, logística de distribuição. Energia eléctrica e água". Num contexto de diminuição do seu montante, de falta de avaliação dos projectos e de capacidade de fiscalização, atrever-me-ia a dizer, usando uma expressão que não é minha, que acaba por ser muita retórica. Para transportar é preciso primeiro produzir, e a despeito de o OGE 2019 Revisto considerar que o papel principal da retoma do crescimento económico compete ao sector privado - não se regateando o apoio do Estado -, como compreender a diminuição das despesas orçamentais voltadas para a dinamização da economia e que no OGE estão sob a designação genérica de "função económica": o seu peso relativo já era despiciendo no OGE original (4,1% do PIB), baixa para 3,1% na revisão orçamental. Mas a pouca importância dada pelo OGE à agricultura - reincidente ano após ano - estimada em 0,6% do PIB no OGE original e 0,3% no revisto e à indústria (0,2% do PIB) é o que mais contradita a ênfase dada pelo Governo ao seu vigoroso compromisso com o crescimento, a produtividade e a diversificação das exportações.

Nem o sector empresarial angolano, nem o estrangeiro (as declarações oficiais apontam para incrementos significativos e sucessivos do investimento estrangeiro directo, aparentemente ausentes da Balança de Pagamentos) estão em condições de se assumirem como os principais condutores desse processo, nas condições de apertos de toda a natureza circundantes do exercício da sua actividade.

Mas é nos sectores sociais que a doutrina clássica impera, sendo claramente insuficientes as declarações de compromisso, amiudadas e repetidas vezes apresentadas pelo Governo. A sua representatividade está expressa na tabela seguinte:

(1) Na página 40. parágrafo 148. do Relatório de Fundamentação do OGE 2019 Revisto afirma-se: "a

Implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica conta com o apoio financeiro e técnico do Fundo Monetário Internacional, através do Programa de Financiamento Ampliado (Extended Fund Facility) que se encontra em execução desde finais de 2018"

(2) Ver as principais conclusões de um estudo conjunto CEIC-CMI intitulado "O Custo de Desenvolvimento de Infra-estruturas em Angola", lançado e apresentado no dia 17 de Maio no Salão Nobre da Universidade Católica de Angola

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

4.21 OGE Revisto discutido hoje na especialidade

Jornal de Angola

27 De Maio de 2019

Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional inicia hoje a discussão, na especialidade, da proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado Revisto. O porta-voz da Assembleia Nacional, Raul Lima, adiantou que o documento vai à votação final global no dia 6 de Junho.

Os deputados vão receber contribuições dos vários sectores e parceiros sociais do Executivo e definir as prioridades neste Orçamento Revisto.

O Orçamento Geral do Estado 2019 - Revisto tem receitas estimadas em KZ 10.400.865.675.100,00 (Dez Biliões, Quatrocentos Mil Milhões, Oitocentos e Sessenta e Cinco Milhões, Seiscentos e Setenta e Cinco Mil e Cem Kwanzas) e despesas fixadas em igual montante.

A revisão foi feita com o preço do petróleo em baixa", a 55 dólares o barril, ao contrário dos 68 dólares por barril adoptados inicialmente.

Hoje, os deputados têm encontros com os membros da equipa económica, órgãos de Defesa e Segurança, órgãos da administração do Estado e Poder Local, sector económico e social.

De acordo com o relatório de fundamentação, o OGE Revisto estima as receitas que o Executivo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, fixa um limite de despesas a serem realizadas.

O documento explica que ao englobar receitas e despesas, o Orçamento Revisto constitui uma peça importante para a gestão e o equilíbrio das contas públicas, tendo em consideração os

desenvolvimentos e as perspectivas das envolventes macroeconómica e financeira, externa e interna.

As despesas contempladas no OGE Revisto sinalizam as prioridades de política económica, social e institucionais estabelecidas pelo Executivo, bem como as prioridades de desenvolvimento das infra-estruturas, enquadradas no Plano de Desenvolvimento Nacional.

O sector social continuará a merecer elevada prioridade na distribuição funcional das despesas. O mesmo representa um peso de 33,6 por cento. Embora se regista uma redução na despesa social, comparativamente ao OGE de 2018 acrescenta o documento, o sector da Educação representará 5,8 por cento e a Saúde 6,6 por cento.

As incertezas do preço do petróleo e a elevada oscilação estão na base da revisão do Orçamento Geral do Estado. No OGE Revisto o Executivo indicou uma meta de inflação de 15 por cento.

Os sectores não petrolíferos terão um crescimento inferior ao anteriormente previsto e espera-se um crescimento de 1,6 por cento "muito superior ao registado nos últimos três anos".

O ministro das Finanças afirmou, na apresentação da proposta, que apesar da queda nas receitas em comparação com as despesas, a proposta do OGE Revisto apresenta um saldo fiscal equilibrado. O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, disse, na mesma ocasião, que embora modesto, prevê-se para este ano uma taxa de crescimento real da economia de 0,3 por cento contrariamente à taxa inicialmente prevista de 2,8 por cento. Manuel Nunes Júnior justificou que este crescimento modesto tem a ver com o crescimento negativo que se prevê para o sector petrolífero, incluindo a produção de LNG, que ficará em 3,5 por cento.

O ministro de Estado disse que o Executivo prevê um crescimento positivo do PIE não petrolífero em cerca de 1,6 por cento, com realce para os sectores da Agricultura, Pescas e Energia e Águas.

A tendência decrescente da inflação no país, segundo Manuel Nunes Júnior, vai manter-se. A taxa de inflação baixou de 41,1 por cento em 2016 para 18,6 por cento em 2018, podendo este ficar em 15 por cento.

4.22 O Orçamento Geral do Estado e o Sector de Saúde

Novo Jornal

31 De Maio de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

Os nossos representantes na Assembleia Nacional estão a debater o principal documento, no qual se estimam as receitas que se espera arrecadar ao longo do corrente ano e, com base nelas, o volume de despesas a serem realizadas. Ao englobar receitas e despesas, o documento mostra para a sociedade as prioridades, em vários sectores, definidas pelo Poder Executivo.

Um dos sectores que merece uma especial atenção é o da Saúde, uma vez que, segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, se prevê investir até 2022, pelo menos 15% do total do Orçamento Geral do Estado em linha com as recomendações e compromissos internacionais. Sem sombra de dúvidas que qualquer tentativa de aumento da verba no sector da Saúde será sempre positiva embora acredite que para 2019 a verba destinada ao sector será insuficiente a julgar pela demanda que todos e todas fazem por um serviços de saúde público e universal de qualidade.

Mas nem tudo é uma questão de aumento de verbas. Com vista a ampliar a transparência sobre um orçamento que até é público, sou de opinião que quer o Executivo, quer o poder Legislativo devem fazer um pouco mais de esforços de modo a garantir que as informações sobre os diagnósticos feitos, os estudos realizados e toda a panóplia de conhecimentos e lógicas que determinam as opções de gastos em relação ao sector da Saúde sejam acessíveis aos cidadãos.

Sem essas informações, que em meu entender deveriam ser de domínio público, é difícil compreender o que está por detrás de muitas opções durante todo o ciclo orçamental. Por exemplo, sem acesso aos dados sobre os mapas sanitários, como vamos saber se existe alguma correlação entre o volume financeiro alocado à determinada unidade sanitária e à suacapacidade instalada, os recursos humanos existentes, e assim poder entender a lógica por detrás das opções feitas? Trata-se de informações e conhecimento essencial para que as instituições responsáveis pela decisão possam atribuir recursos com base em critérios objectivos (população e capacidade instalada) e os cidadãos monitorarem o uso de recursos que são públicos em termos de resultados obtidos, bem como aferir o mérito de tal decisão

Será que existe alguma base de dados para as 18 províncias contendo informações importantes, tais como localização geográfica das unidades sanitárias, propriedade e gestão das mesmas, estado das infra-estruturas e equipamentos que possuem, pacotes de serviços que oferecem, recursos humanos, camas disponíveis, etc.?

Caso sim, são dados actualizados? Como os cidadãos poderão ter acesso a, pelo menos, parte destas informações?

Se não, com que critérios as pessoas que tomam decisões estabelecem prioridades na atribuição de recursos ao nível das diferentes rubricas do sector da Saúde? Será que uma das prioridades ao nível do sector não passaria pela actualização (caso não estejam) e publicação do mapa sanitário de todas as províncias?

Sem estas informações, vamos continuar a assistir casos em que aparecem sempre inscritos no Orçamento Geral do Estado projectos que visam a construção de mais unidades sanitárias mesmo existindo alguns por reabilitar ou até dificuldades para manter e equipar os que já existem.

Tendo em conta a actual realidade demográfica de muitas províncias e municípios do país, considerando a estruturação da oferta sanitária (pacotes de serviços e cuidados de saúde) e as condições de acessibilidade da população, torna-se necessário prever uma estruturação racional e mais eficiente dos serviços de saúde. Para tal, opino que em paralelo com a exigência de mais recursos para o sector, os nossos deputados e deputadas deveriam exigir uma maior reorganização da oferta sanitária em função das unidades, equipamentos, recursos humanos e outras valências disponíveis em cada uma das províncias.

O facto de existirem problemas - tais como: unidades sanitárias que não cumprem com as normas de prestação de serviços, deterioração dos pacotes de serviços oferecidos, centros de saúde que não conseguem, sequer, fornecer o pacote mínimo de serviços - deveria igualmente merecer a nossa atenção ao invés de se pensar apenas em construir novas infra-estruturas,

Falamos todos e todas que deveríamos construir mais hospitais, porque são absolutamente necessários, mas esquecemo-nos de mencionar o facto de que existem muitos hospitais municipais que, apesar de terem esta designação, não conseguem fornecer os serviços mínimos, nomeadamente na área de cirurgia, ginecologia ou pediatria.

4.23 O Peso do “Brent” no OGE

Economia & Finanças

31 De Maio de 2019

Texto: Armando Estrela

Numa altura em que faltam-nos dados actualizados sobre o número de poços de petróleo que Angola possui em actividade, o mais certo é que o país deve produzir este ano, diariamente, mais de 1,4 milhões de barris de petróleo que, nas contas vulgares de quem não percebe nada sobre o assunto e com base no valor de 55 dólares o barril do OGE 2019 revisto, em aprovação pela Assembleia Nacional, equivalem a 77 milhões de dólares por dia, 2.310 milhões/mês e 27.720 milhões/ano (9,070 biliões de kwanzas ao câmbio do BNA).

Na verdade, as contas na área dos petróleos não são feitas ao ritmo da programação que se tem em casa na produção de uma refeição, quando o pressuposto é medir a sua incidência nas contas do Estado. No sector dos petróleos, cada variável tem um preço, bastante elevado, seja ele justo ou não, no qual deduz-se, necessariamente, investimento, tecnologia, recursos humanos, impostos e lucros, entre outras condicionantes, como custos operacionais.

Por força disso, o peso do petróleo no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, em revisão, foi fixado em 11,5 por cento, dos quais 6,7 correspondem aos direitos da concessionária. O PIB petrolífero revisto, incluindo LNG, é de aproximadamente 7,741 biliões de kwanzas, com o preço do barril de petróleo a 55 dólares.

Concluindo, o OGE 2019 está a ser revisto por culpa do petróleo, ainda que especialistas do sector assumam já que, finalmente, no orçamento revisto o país assumiu os números reais de produção. "O OGE está mais realista e se existir diferença na quantidade produzida, não será superior a 200 mil barris de petróleo por dia (bpd)", disse ao programa Táxi Amarelo da LAC o comentarista Patrício Kigongo.

Para os analistas, se no início o Executivo tivesse tomado um OGE com base nos dados reais de produção e do preço do barril de petróleo ajustado aos sinais anteriores do mercado, seria positivo demais e o país não teria algum alarmismo, por causa de uma revisão orçamental já a meio do ano. Contudo, como o OGE agora está muito realista em termos de preço e de produção, o Estado fica salvaguardado de externalidades, defendem os especialistas.

De qualquer forma, e em linhas gerais, quando se fala de OGE e da redução do preço do barril de petróleo, isto não significa que o Estado deixa de arrecadar mais com o petróleo. As receitas sempre vão entrar e o que diferencia é a forma como se pode gerir o fundo com o montante excedente.

Por exemplo, no presente caso em que o Estado coloca o barril a 55 dólares e o preço conhecer uma estabilidade nos 70 dólares, o país fica com um diferencial de 15 dólares por barril no fundo. Logo, pode-se perceber que o Estado não deixa de arrecadar.

Porém, nessas projecções o problema reside no facto de o Estado colocar um preço de 68 dólares e o barril atingir, ao longo do ano, uma média de 60 dólares. Logo, essa diferença provoca uma lacuna de 8 dólares que, irremediavelmente, cria um défice orçamental muito elevado.

Por isso, avalia Patrícia Kigongo, "o diagnóstico feito ao OGE 2019 foi positivo e só peca por ser consumado, já que não havia necessidade de se chegar ao ponto onde se está agora, de se fazer uma revisão, pois, se já se tivesse tido em conta todos os factores anteriores, ganhava-se tempo".

Impostos em 2018

Nas contas da Sonangol, cuja produção esteve em 2018 em 1,478 milhões de barris por dia, a concessionária pagou de impostos 1.572 mil milhões de dólares, sendo 1.003 mil milhões em impostos petrolíferos e os demais 36,3 por cento em impostos gerais.

Dos impostos petrolíferos que caíram nas contas do Estado, 655.858.000 dólares são da concessionária e o remanescente da Sonangol. Relativamente aos impostos gerais pagos, 408,926 milhões de dólares correspondem ao "mid-downstream", 102,863 ao "upstream" e 58,087 milhões ao "non core".

Em 2018, a Sonangol conseguiu proveitos operacionais de 17,763 mil milhões de dólares, que representam um crescimento de 2,00 por cento. Nesse ano, a concessionária exportou 125,998 milhões de barris de petróleo bruto (mais 6,00 por cento em relação ao ano de 2017) e a Sonangol 72,028 milhões de barris (menos 9,00 por cento em comparação com 2017), que renderam um pouco mais de 8.908 milhões de dólares (concessionária) e 5.093 milhões (Sonangol).

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 A ideia de gradualismo de base maioritária oferece muito mais garantias de sucesso

Nova Jornal

03 De Maio de 2019

Texto: Ismael Mateus

Há exactamente um ano, no dia 1 de Maio de 2018, dirigi ao senhor ministro da Administração do Território uma carta em que apresentei uma proposta para a definição de critérios de selecção dos municípios para a primeira fase.

Um ano depois, tomo a liberdade de endereçar esta carta aberta para explicitar aos caros deputados à Assembleia Nacional a ideia de "Gradualismo de base alargada", apresentada na altura. Antes de mais, caros deputados, permitam-se o atrevimento de falar em nome de muitos concidadãos nossos que esperam que os senhores saibam estar à altura deste momento histórico, que tenham uma atitude acima das convicções políticas; que pensem, em primeiro lugar, no país, no seu desenvolvimento equilibrado e sustentável, no combate às assimetrias e decidam, com o vosso voto consciente, colocar uma pedra no futuro. Não queiram ficar na história por não terem sido suficientemente patriotas ou por terem perdido uma oportunidade soberana de decidir o futuro.

A ideia de um gradualismo de base maioritária assenta no raciocínio de que a implementação das autarquias decorre de uma opção constitucional clara do legislador quanto ao modelo descentralizado como a base do nosso ordenamento administrativo a nível local. A Constituição da República define no n.º 1 do seu art.º 213 que "A organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa", devendo ser esse articulado a chave mestra para a compreensão do espírito do legislador neste e nos postulados subsequentes.

Demandam, pois, da própria CRA as seguintes leituras:

Em primeiro lugar, a opção inequívoca do legislador constitucional pela descentralização político-administrativa como base da organização do Estado sublinha a necessidade de criação de novas entidades

que, não tendo uma relação de subordinação ou de supremacia em relação ao Estado, coexistam e coordenam a actuação na busca de interesses distintos, sendo, por um lado, nacionais e, por outro, locais.

A "descentralização" não se confunde com a "desconcentração". Resulta evidente que o legislador decreta o fim do modelo desconcentrado em favor de um modelo descentralizado.

Em segundo lugar, são as eleições autárquicas que efectivam o princípio da descentralização ao concretizar a aceitação, de facto e de jure, da existência de um poder local autónomo e independente do Estado. É a descentralização que faz nascer a autarquia como seu instrumento administrativo. No seu conjunto, o número de circunscrições em que se criarem autarquias vai determinar se a coluna vertebral da organização administrativa do Estado angolano a nível local passa ou não a ser a descentralização. Mais autarquias mais descentralização, mais desconcentração menos descentralização.

Em terceiro lugar, a ideia do Gradualismo igualmente consagrada na CRA não é, em si, impeditiva da consagração do modelo descentralizado (autarquias) como opção para a organização do nosso Estado. A ideia de organização do Estado pressupõe uma competência territoriale material. Territorialmente, significa que na grande maioria das circunscrições do país o modelo de decisão, os serviços a prestar, os órgãos de governação e de escolha dos governantes serão na base da descentralização. Se o número de municípios que passarem para autarquias estiver abaixo dos 75-80% do total, não haverá clara e inequivocamente maioria do modelo descentralizado e não estaremos a alterar o modo de organização do Estado a nível local, como diz a CRA.

Em quarto lugar, a eventual coabitação numérica e procedimental entre os modelos desconcentrado e descentralizado pode decretar uma falência do processo autárquico, já que o novel modelo descentralizado pode sucumbir ao contágio e à manutenção de quarenta anos de vícios do modelo centralizado.

Uma eventual coabitação dual de um sistema de planeamento nacional, que nunca funcionou correctamente, e de um sistema descentralizado nunca implementado, levanta obviamente reservas sobre competências técnicas humanas e organizativas para a coordenação e articulação entre os dois modelos. É grande o risco de falência do modelo descentralizado se os digníssimos deputados não tomarem uma decisão que afirme: clara e

inequivocamente, a supremacia do modelo descentralizado, com pequenas exceções particulares, que se venham a manter sob o modelo anterior. É o que chamamos de gradualismo de base maioritária.

5.2 Por detrás do Gradualismo há uma luta pelo poder autárquico

Novo Jornal

03 De Maio de 2019

Texto: Sérgio Dunda

O debate sobre o processo de institucionalização das autarquias locais em Angola está a ser marcado, desde o seu início, pela questão interpretativa da Constituição de 2010 quanto à natureza do gradualismo a ser adoptado. De um lado estão os defensores do Gradualismo geográfico (o Executivo e o MPLA) e, do outro, os do gradualismo funcional (os partidos da oposição). Para sustentar as duas perspectivas, o Governo e a oposição colocaram no terreno mediático e institucional os juristas, como já é de hábito em Angola.

A questão do gradualismo esconde em si uma razão de ser (a luta pelo poder), na medida em que a medida em que a instauração das autarquias locais irá implicar um processo de partilha de poder. Por isso, o gradualismo pode ser encarado como um instrumento essencial de contenção do grau de partilha de poder, por parte das forças do governo, e de ampliação da fragmentação do poder, por parte da oposição.

Por exemplo, se for implementado um gradualismo funcional, então serão realizadas eleições em toda a extensão territorial. Por conseguinte, o MPLA terá que competir em diversas frentes e com diferentes adversários políticos, visto que a proposta de sistema eleitoral autárquico apresentada pelo Executivo incluirá não apenas os partidos, mas também as listas de cidadãos. Espera-se, pois, uma competição política não exclusiva aos partidos, ao contrário do que sucede ao nível das eleições gerais.

Por outro lado, se for admitido um gradualismo geográfico, espera-se um jogo eleitoral menos intensivo, onde o MPLA não jogará em todas as frentes, o que terá menor impacto na realização de partilha de poder. Com isto, há um menor risco político para o próprio MPLA e, em caso de vitória, assistir-se-á a um aumento dos níveis de confiança política. Por isso, o gradualismo geográfico funcionará como uma espécie de spillover para o próprio MPLA.

Os teóricos funcionalistas explicam que " se adoptou um percurso por fases no processo de construção da União Europeia, porque existia, à data, um elevado nível de desconfiança política. Nesta medida, era vital ultrapassar-se essa barreira psicológica entre as partes para se caminhar conjuntamente. O processo europeu fez-se por fases para garantir que cada Estado-membro pudesse ter a certeza que os seus interesses seriam respeitados. Por essa razão, até ao Tratado de Lisboa, o processo decisório na Europa era baseado no princípio da unanimidade. Nesta medida, no caso angolano, tenho recomendado que a única forma de se realizar este desiderato é por via de um diálogo entre os partidos e os actores sociais, com vista a alcançar um amplo consenso social e político, e não se alimentar este debate técnico-constitucional sobre o gradualismo.

Não posso deixar de considerar que este debate sobre o tipo de gradualismo é extremamente ilusório por razões técnicas. Vejamos outros casos históricos, como os direitos sociais e civis nos EUA, onde os activistas negros, as minorias sexuais e o movimento feminista lutaram por uma inclusão política e o reconhecimento dos seus direitos como iguais. A mesma Constituição que impossibilitava a realização dos

seus direitos permitiu, mais tarde, que as pessoas historicamente discriminadas tivessem igual tratamento. Já em Portugal, o casamento de pessoas do mesmo sexo passou a ser permitido e sem que houvesse necessidade de alterar a Constituição de 1976. Nos dois casos, estava apenas em causa o modo de interpretar o princípio da isonomia (igualdade).

Para se desfazer ainda mais essa ilusão técnico-constitucional recorrente em Angola, torna-se necessário recordar Benjamin Constant. Este filósofo estabeleceu uma diferença interpretativa sobre o significado e a representação política do conceito de liberdade para os antigos e os modernos, defendendo que o mesmo princípio pode ser interpretado de acordo o contexto e tempo. Este processo histórico-social foi designado por Sartori como conceptual stretchin

No caso concreto do conceito de gradualismo não há apenas essa possibilidade interpretativa, que é historicamente irresolúvel em matéria de interpretação, como ensina Paul Ricoeur na obra *Tradução*. Importa ainda realçar que no acto de interpretar um princípio jurídico-político, há sempre uma vontade política subjacente que dará um sentido interpretativo de uma norma. Algo que ocorrerá, certamente, na disputa sobre qual o tipo de

gradualismo a ser adoptado. Por isso, Karl Marx referiu que "o direito é a expressão do poder".

Evoco, precisamente, a vontade política como um factor determinante para o resultado desta contenda política, porque, actualmente, o legislador ordinário, está sob o domínio do MPLA, que detém numa maioria qualificada no parlamento. Ou seja, a vontade maioritária irá impor-se naturalmente. No entanto, é importante precisar que a vontade representada (dos deputados) mantém-se sempre politicamente inferior à vontade soberana (do povo), tal como resulta da Constituição de 2010. Por isso, cabe à oposição dar voz ao povo e, deste modo, condicionar o debate institucional. Caso contrário, de nada serve entrar neste debate sobre o gradualismo quando o resultado é favorável ao Governo e ao seu partido na arena de poder.

5.3 Precisa-se de transparência nas Autarquias Locais

Novo Jornal

03 de Maio de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

Em nome da transparência na gestão da coisa pública ao nível local, seria muito bom se houvesse união de todos os cidadãos para assegurar que, ao votarem a Lei sobre Finanças Locais, os nossos representantes na Assembleia Nacional tivessem alguns cuidados face ao péssimo historial de transparência que se tem vindo a registar na gestão da coisa pública entre nós.

A futura lei deveria, por exemplo, obrigar as autarquias locais a elaborarem e a disponibilizarem para os cidadãos interessados, de forma regular, periódica e acessível, um conjunto de documentos relativos à gestão das Finanças Locais.

Não consigo imaginar grandes progressos a nível da transparência na gestão da coisa pública a nível local caso a Lei sobre Finanças Locais não estabeleça qualquer obrigatoriedade das autarquias locais em disponibilizar para os cidadãos documentos contendo as seguintes informações: (i) Dados financeiros relativos ao endividamento, receitas e despesas municipais, e outras informações pertinentes para que os cidadãos possam compreender todos os aspectos fundamentais relativos a gestão financeira da sua autarquia; (ii) Dados relativos ao número, perfil, funções e categorias dos recursos humanos ao serviço da autarquia, sobre a contratação pública e todas as informações julgadas fundamentais para assegurar que os cidadãos possam ter um entendimento mais claro em relação à maneira como está a ser feita a gestão administrativa da autarquia e, por conseguinte,

aferir se esta decorre com os níveis de transparência por si julgados satisfatórios ou não.

Com vista a tornar acessível para os cidadãos informações relativas às decisões fiscais tomadas ao nível do município, as autarquias podem e devem igualmente ser obrigadas por lei a fornecer ao público interessado informações claras e acessíveis acerca das taxas, derramas, emolumentos e eventuais impostos decididos por estas, bem como a justificação destas decisões.

Não podemos continuar a visitar municípios e perceber que, em relação à sua dinâmica económica, as autoridades locais não dispõem de qualquer informação oficial e credível sobre as actividades económicas realizadas, quer pelas empresas, quer pelos cidadãos no município. É muito grave quando tal acontece, e por isso a lei também deveria acautelar esta situação, para isto basta colocar um dispositivo legal que obrigue as autarquias a elaborarem e actualizarem regularmente qualquer informação, de forma participativa, que espelhe a dinâmica económica do município.

Ainda nesta senda, e olhando para número de municípios que possuem e disponibilizam a todos os cidadãos interessados informações actualizadas relativas aos serviços existentes em cada um deles, entendo que não há razões que possam justificar o facto de não estarem acessíveis ao público até ao presente momento em todos os municípios do país informações relativas aos principais serviços públicos existentes em todas as suas localidades. O mais grave é que nem sequer podemos aceder facilmente a informações relativas aos serviços públicos que são da responsabilidade das autoridades locais, nem muito menos daqueles serviços que são relevantes para os munícipes (água, tratamento de resíduos, educação, saúde, habitação, etc.).

Finalmente, sendo esta uma questão plasmada no plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, a participação dos cidadãos no processo orçamental autárquico deveria também ser obrigatória por lei. A lei deveria ser muito clara em relação à participação dos cidadãos nas fases de identificação das prioridades, escolhas dos locais onde se farão determinados investimentos, monitoria dos resultados alcançados e da implementação das actividades.

Não faz sentido lutarmos para a implementação das autarquias locais sem que asseguremos que estas venham também a significar progressos em matéria de transparência. Caso contrário, teremos apenas eventos que se consubstanciam na realização de eleições locais e anúncio dos resultados das votações

locais. Será pedir muito aos nossos e as nossas representantes na Assembleia Nacional?»

5.4 UNITA divulga o papel das autarquias locais

Jornal de Angola
05 De Maio de 2019

Os militantes da UNITA no município de Talatona, província de Luanda, realizaram ontem, uma campanha de sensibilização para esclarecer a população sobre o "verdadeiro espírito" das eleições autárquicas, previstas para 2020.

Em declarações à Angop, o secretário municipal da UNITA em Talatona, Altino Kapango, disse que a iniciativa visa responder ao "desconhecimento profundo" que a população tem sobre o processo autárquico.

O político afirmou que a população não sabe, por exemplo, que com o poder autárquico, ela será parte integrante da resolução dos problemas do seu município.

Com as autárquicas, disse, haverá pouca interferência do Governo na gestão de questões básicas do município, como o saneamento básico, energia eléctrica, água e emprego.

Uma outra questão em abordagem são os passos que estão a ser dados para consagrar a memória do líder fundador do partido, Jonas Savimbi, que, segundo o político, deve ocorrer na segunda quinzena do corrente mês, tão logo se tenham os resultados do ADN.

Respondendo ao repto lançado pela administração municipal de Talatona, os militantes da UNITA vão sensibilizar os vendedores ambulantes a evitar comercializar em zonas proibidas.

5.5 Municípios recebem 6 mil milhões de Kz

Jornal de Angola
10 De Maio de 2019
Texto: Edvaldo Cristóvão

Os municípios receberam de Junho de 2018 até ao final do mês de Abril de este ano cerca de 6 mil milhões de kwanzas para o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, anunciou ontem, em Luanda, O ministro do Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

Manuel Nunes Júnior, que discursava na abertura do encontro de avaliação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, disse 'que estes recursos estão a ser usados, efectivamente, em prol do programa de combate à pobreza, para que no fim do mesmo possa ser possível medir os impactos e as metas definidas pelo programa.

"Com base no respeito à lei, os municípios devem promover a abertura imediata de concursos públicos para a construção de escolas e outras infra-estruturas previstas no programa de investimentos públicos, para que nos próximos seis meses tenhamos condições de inaugurar muitas destas obras", frisou.

O ministro de Estado referiu que as verbas do programa contemplam acções geradoras de emprego, desenvolvimento da economia local, reforço do papel das comunidades na construção de vala de rega e drenagem, melhoramento para a qualidade dos produtos para o mercado, transformação e conservação dos alimentos produzidos na comunidade, promoção dos circuitos comerciais para que a geração de rendimento familiar seja uma constante.

Manuel Nunes Júnior reforçou que deve ser prioritário o enquadramento dos desmobilizados de guerra nas actividades produtivas como força activa e impulsionadora da economia nos municípios. Esta medida, acrescentou, tem de ser uma referência obrigatória nos relatórios apresentados pelos administradores,

"Perante este quadro, será importante reforçar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização deste programa, para permitir que se faça prestação de contas sistemáticas, através de relatórios de progressos", salientou,

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, disse, comporta um total de 83 programas, sendo o de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza um dos mais importantes, tendo em conta a sua incidência na vida de uma parte significativa da população,

Segundo o ministro de Estado, o referido programa tem como objectivo a implementação de acções destinadas aos grupos em situação de extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento local. "Com essa iniciativa, o Executivo pretende criar condições para que tenhamos uma sociedade mais justa, onde a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades funcionem em pleno".

Manuel Nunes Júnior apontou como objectivos específicos do programa a redução do nível de

pobreza extrema, quer no meio rural como no urbano, a elevação do padrão de vida dos cidadãos em situação de pobreza extrema, através de transferências sociais, assegurar até 2022 o cadastro gradual dos beneficiários da acção social na base de dados da vulnerabilidade por meio de um cadastro único.

O programa promove ainda o desenvolvimento local, através dos processos de desconcentração, descentralização e municipalização e vai contribuir para a reintegração efectiva dos ex-militares, promover e alargar o acesso das populações aos serviços básicos.

Para que os objectivos sejam concretizados, disse, é importante reforçar a orientação técnica e metodológica na elaboração de projectos viáveis e os respectivos planos de acção em cada município.

Constrangimentos

O encontro, promovido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, reuniu 164 municípios do país, que aproveitaram para trocar impressões, mitigar os constrangimentos que cada um enfrenta com a implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, tendo em conta a realidade de cada região.

A ministra Faustina Fernandes Inglês de Almeida disse que o encontro serviu para avaliar o grau de execução dos recursos disponibilizados em 2018, em termos físicos e financeiros, bem como informações do seu impacto no seio das comunidades.

Referiu ser importante a conclusão urgente da carteira de projectos em cada município, para permitir que as acções de acompanhamento e supervisão tenham um carácter de apoio técnico e metodológico,

O Programa, disse, vem justamente ajudar a minorar as várias dimensões dos problemas locais.

5.6 Poder local na antiga Lei Constitucional

Jornal Vanguarda

10 De Maio de 2019

Texto: Carlos Teixeira

A construção do conceito de poder local alicerça-se necessariamente num direito positivo em concreto, ainda que ele possa ser inspirado em realidades jurídicas alheias e de contextos históricos ou políticos de outrem.

Para o nosso caso interessa analisar o conceito constante da Constituição da República de Angola, que mereceu do Legislador Constitucional a devida atenção dedicando-lhe o título VI e 3 capítulos e 13 artigos. Olhando para o passado histórico constitucional recente de Angola, veremos que mesmo a anterior Lei Constitucional tratava-o em termos conceituais de modo diferente.

Este exercício de conceptualização nos oferece o trabalho que como académicos nos cabe. Assim, o poder local é a luz da Constituição da República de Angola um fenómeno da esfera do poder político alicerçado na descentralização, tal como preceitua o artigo 213º. A anterior Lei Constitucional indexava o conceito de poder local a organização democrática do Estado, dando-lhe um reconhecimento e projecção de grande importância.

A actual Constituição da República de Angola, dá ao conceito de poder local uma valência tridimensional, ao consagrar três formas organizativas: as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 213º. Seguindo de perto o Professor Doutor José MeIo Alexandrino, ao analisar o conceito de poder local na Constituição da República de Angola, o texto constitucional assinala a dimensão do poder político (democrático e tradicional). Diferentemente do que ocorria na Lei Constitucional, o poder local tem hoje, ele dedicado na Constituição da República um título em separado. Quanto as autarquias locais, já a anterior Lei Constitucional a ela se referia no artigo 146º, definindo-a como pessoas colectivas territoriais que visam a prossecução de interesses próprios das populações, dispondo para o efeito de órgãos representativos eleitos e de liberdade de administração das respectivas colectividades. Actualmente, é o artigo 217º da Constituição da República de Angola que o conceptualiza como pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos representativos eleitos das populações. Estão, pois, aqui implícitos os elementos constitutivos do conceito de autarquia local, designadamente: personalidade jurídica, comunidade de residentes território, interesses próprios, carácter electivo dos órgãos e poderes locais.

A Constituição da República de Angola consagra no artigo 219º atribuições e poderes funcionais nos domínios da educação, saúde, energias, águas, equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, transportes e comunicações, tempos livres e desportos, habitação, acção social, protecção civil,

ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e social, ordenamento do território, polícia municipal, cooperação descentralizada e geminação.

5.7 Os cidadãos e o poder autárquico

Jornal de Angola

11 De Maio de 2019

É inquestionável que as matérias relativas à implementação do poder autárquico no nosso país são um assunto incontornável. Os cidadãos vão progressivamente compreendendo que a existência do poder local no país constitui um passo importante para avançarmos para formas organizativas que possam promover o nosso desenvolvimento económico e social.

A descentralização administrativa, prevista pela nossa Constituição, vai permitir que órgãos autónomos do poder local possam exercer, nos termos da Constituição, o "direito e capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, sob sua responsabilidade e no Interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais,"

Tendo em conta a importância do poder local, que tem dignidade constitucional, justifica-se que os cidadãos tenham um amplo e profundo conhecimento sobre o funcionamento de órgãos autónomos num Estado democrático de direito,

Tem se dito que a vida começa no município, fazendo todo o sentido que se divulgue aos cidadãos muita Informação sobre o poder autónomo, a fim de que venha a haver Uma massiva participação dos cidadãos nas futuras eleições autárquicas, previstas para o próximo ano,

Uma deputada do nosso Parlamento disse certa vez que o nosso país é demasiado extenso e complexo para depender de decisões de Um homem só. Uma efectiva descentralização administrativa podia libertar o poder central de tarefas que podem ser executadas pelos municípios, no âmbito do poder local, o que poderia evitar que a resolução dos problemas seja permanentemente adiada, por serem muitos e complexos.

A descentralização administrativa é pois uma Via para que os municípios possam encontrar, com a autonomia local, soluções rápidas para os problemas das populações.

Há no mundo exemplo de como a descentralização administrativa gerou desenvolvimento substancial em boa qualidade de vida para as populações. As discussões em torno do modelo para a implementação das autarquias no país são bem-vindas, devendo-se dar a possibilidade de todos os actores políticos emitirem as suas opiniões, para se encontrar o rumo que melhor pode vir a satisfazer os interesses dos cidadãos. Que no processo de discussão do modelo de implementação das autarquias locais haja tolerância suficiente por parte dos partidos com assento no Parlamento para a abordagem exhaustiva de um assunto que interessa a muitos milhões de cidadãos.

Questões sobre a tutela administrativa das autarquias devem ser abordadas com muita ponderação, para que a estruturação do estado ao nível local se faça sem grandes perturbações de ordem política, económica e social.

5.8 Deputada da Unita ganha das autarquias

Jornal de Angola

12 De Maio de 2019

Texto: Kindala Manuel

A deputada da UNITA Mihaela Webba indicou a criação de postos de trabalho nos municípios como uma das vantagens da implementação das autarquias, previstas para o próximo ano.

Mihaela Webba disse que, com a realização das eleições autárquicas, surgirão mais investimentos de empresas públicas e privadas locais que permitirão o surgimento de postos de trabalho para os jovens dos municípios.

A deputada, que falava na mesa-redonda sobre "As autarquias locais: desafios e oportunidade para o desenvolvimento de Angola", considerou que as autarquias contribuirão também para garantir a maior democratização na gestão dos bens dos municípios por parte dos cidadãos eleitos.

No encontro dirigido a estudantes do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), a parlamentar sublinhou que outra vantagem está no facto de contribuir para o desenvolvimento equilibrado de municípios menos avançados.

No encontro, o docente universitário Adão Maria Agostinho, que falou da "Implementação das autarquias e a experiência de outros países", defendeu que a execução seja gradual, por considerar que esta é a melhor forma de organizar-se eleições autárquicas.

O académico explicou que, numa primeira fase, não será possível implementar as autarquias em todos os municípios sendo, por este facto, a sua defesa neste sentido.

O docente da Universidade Agostinho Neto (UAN) Patrício Manungo Mangovo, que desenvolveu o tema "Cidadão e o desenvolvimento territorial", considerou que as autarquias permitem que cada município crie as suas condições para o bem-estar social.

O presidente da Associação dos Estudantes do ISCED, Reinaldo Inácio, sublinhou que o evento teve como objectivo dar a conhecer aos estudantes matérias relacionadas com o poder autárquico no país.

5.9 Resgatar e dar valor ao poder tradicional

12 De Maio de 2019

Texto: Joaquim Júnior

Conta Miguel Vingo que não queria ingressar na vida militar, tendo por isso ido a procura do soba grande de Caondo, onde estudava, pedindo para que fosse submetido a uma "preparação" que o colocasse na condição de inapto para a vida militar. "O mais velho, que tinha o sobrenome Vengueta, mandou-me saltar a sua bengala por rês vezes. Isso foi suficiente para perder o meu peso corporal, e conseqüentemente, ditar a minha desqualificação para o serviço militar". .

Resolvida a situação, com o peso do corpo restabelecido, afirma o próprio, Miguel Vingo interiorizou-se "do poder e da importância do poder tradicional e da sua contribuição na defesa dos povos nativos".

Hoje Soba Nvingo

Passaram os anos, o mundo girou, o país tornou-se independente, o menino de 15 anos cresceu e hoje é mais conhecido por Soba vingo. Actualmente, ele que nasceu na aldeia de Muanda, no município da Damba, tem 74 anos e é o presidente da Associação das Autoridades Tradicionais (ASAT) na província do Uíge. É também o soba grande do Uíge.

Miguel Vingo Filho fazia parte de uma linhagem da soberania tradicional da região. Pertence a tribo Ngu-lu-a-Nsakala, que já teve como sobas saka-a-Mbunga, Mbanda-a-Yakala, Tunga-día-Mbunga, entre outros.

Obviamente, cresceu rodeado de fortes tradições. Na sua trajectória viu e viveu inúmeras cenas que despertam a curiosidade de qualquer um, Além do

ritual que lhe diminuiu o peso corporal, entre outras experiências eventualmente melhor compreendidas num contexto tradicional, aprendeu a "repelir os maus espíritos de um bairro, a travar tempestades, a transformar uma aldeia numa mata ou a torná-la invisível para defender os seus habitantes".

Enfim, dizemos nós, são coisas do espírito, da tradição e de um mundo movido pelas crenças oriundas dos ancestrais. Acredita quem quiser, ou tiver olhos para ver, ouvidos para ouvir e uma mente limpa de preconceitos para compreender.

Rituais de protecção

Soba experiente, Miguel Vingo usa o domínio que tem das coisas e dos fundamentos da tradição em prol da protecção das coisas da modernidade. É como se ele se situasse precisamente na fronteira entre o tradicional e o moderno e fosse o guardião dos dois mundos.

Como ele explica, na recepção de uma entidade recém-nomeada para dirigir uma província, município ou comuna, os regedores ou sobas devem obedecer ao ritual de recepção usando objectos como "mpemba" (pó branco feito de argila), que significa "alegria", "matondo" (pó acastanhado feito com mistura de raízes), que significa "agradecimentos", folhas de "malembalemba" para "apaziguar os espíritos", "macazo" (cola) a significar unidade ou união, e o "sal de cozinha", que no contexto significa "palavras doces". "A aplicação do ritual obedece aos seguintes passos: a autoridade tradicional deverá colocar o governante, ora empossado, assentado no chão de um jango ou de uma casa protocolar. Ungindo-o com o 'mpemba' sobre a face, em conjunto devem comer o 'matondo', o sal de cozinha e no fim o 'macazo'. Após isso pegará a mão esquerda da entidade, colocará ele em pé e então deverá apresentá-lo às demais autoridades tradicionais, com gestos de boas vindas", narra Soba vingo.

Bens públicos seguros

Miguel Vingo revela que, ao participar na inauguração de uma infra-estrutura oficial, o soba oferecerá aos "deuses da terra" gestos de humildade. Antes do corte da fita, deverá aspergir o maruvo (seiva de bordão), proferindo as seguintes palavras: "O território está sob minha autoridade, vós os que já adiantastes no mundo dos mortos, recebam o maruvo como sinal da nossa petição à vossa protecção da infra-estrutura".

O passo seguinte, prossegue o soba, é pegar a mão direita do representante do Governo e fazer-lhe a entrega da tesoura. Assim ele estará "autorizado" a inaugurar o empreendimento. Esse ritual, explica o

soba, visa "prevenir o desabamento da obra e outros acidentes malignos".

Disputas entre sobas

Nos últimos tempos, segundo Miguel Vingo Filho, muitos cidadãos querem ser sobas ou seculos. "Basta organizar uma pequena comunidade na localidade onde reside e se auto-denomina logo autoridade tradicional".

É uma situação que a ASAT quer banir, pois no dizer do seu representante máximo na província do Uíge, a luta para ascender ao cargo de soba indicia crise de valores e o amor exacerbado ao dinheiro proveniente dos subsídios que o Governo dá aos sobas. "Muitos caíram na vingança e na cobiça para ocupar a posição tradicional, mesmo sem conhecimento das regras e ritos. Mas isso vai acabar, com o novo levantamento que vai acabar com o novo levantamento que vai ser feito na província", garante soba vingo.

Mucaba guardião

Dados do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado atestam que até 2014 a província do Uíge possuía 7.359 sobas, número que precisa ser reajustado. Entre os municípios por si já visitados, na qualidade de responsável provincial da ASAT, o soba Miguel Vingo considera o de Mucaba como "o que mais guarda e ainda cumpre muitos dos rituais deixados pelos ancestrais".

Miguel Nvingo disse querer ver recuperado este domínio através de um trabalho de retransmissão e "insinuação" das práticas tradicionais perdidas ao longo dos tempos por conta da guerra e do advento da globalização.

Soba Vingo está a efectuar urna digressão que o levará aos 16 municípios da província do Uíge, para abordar os seus colegas, os regedores, sobas e alguns mais velhos "conhecedores das artes que mantinham a segurança e o respeito ao poder das lideranças no seio dos clãs, aldeias e povoações"

Com algum desencanto o soba grande prossegue: "A figura da autoridade tradicional perdeu valor, nas comunidades já não se faz sentir o poder tradicional, tudo porque o poder cultural do soba foi confundido com o poder da Administração Local do Estado. O soba nunca foi e nunca será funcionário do Estado, mas sim representante da autoridade tradicional dos povos nativos".

Tradição por resgatar

Na visão do "soba grande" do Uíge, da província, nos últimos anos, regrediu muito em termos tradicionais.

Soba Vingo fala da "mistura" da autoridade tradicional com a política e do surgimento de "muitos sobas oportunistas", sem o conhecimento profundo da tradição. Ele estima que actualmente, num universo de 100 sobas, apenas dez dominam o usos e costume locais, sobretudo "a capacidade para resolver problemas familiares, óbitos, retirar pragas, entre outras".

Para Miguel Vingo Filho, uma autoridade tradicional séria "tem poder tradicionalmente comprovado e aceite, não pode ser uma pessoa dada ao álcool e a outros comportamentos negativos, mas sim respeitada pelo povo que dirige. Deve conhecer a tradição local, no caso contrário é um administrativo ou soba emprestado".

O soba Miguel vingo de fende a sensibilização e retransmissão dos hábitos e costumes às novas gerações. Quer que se investigue "aqueles sobas que foram introduzidos na ordem tradicional por força da guerra, mesmo sem terem domínio do poder tradicional, e que se procurem os mecanismos da sua substituição ou invalidação da autoridade que detêm, para devolver o poder aos autóctones que conhecem e guardam os segredos ancestrais".

Transmissor de valores Segundo afirma ainda, a autoridade tradicional deve cumprir o papel de transmissor de valores culturais e morais aceitáveis na convivência social, e com isso ajudar no fortalecimento das instituições do Estado, "que hoje se debatem com grandes problemas ligados a ausência dos valores culturais e morais em todas as suas vertentes".

Soba Vingo tem o seu credo assente numa filosofia. "Queremos materializar o pensamento do primeiro presidente, António Agostinho Neto que defendia o retorno às tradições".

As autoridades tradicionais, no entendimento do líder da SAT, são como que "juizes de base", a quem recai a responsabilidade de dirimir conflitos conjugais ou familiares e repreender pessoas que tenham violado princípios comuns nas suas comunidades.

"Hoje, por tudo por nada, os cidadãos recorrem ao Serviço de Investigação Criminal para formalizar queixas-crime. Julgamos nós que há situações que podem ser resolvidas no fórum tradicional", diz o soba grande do Uíge, exemplificando com as situações de briga de crianças, o roubo d um cacho de banana e as acusações de feitiçaria, que muitas vezes desembocam em mortes.

5.10 Resgatar e dar valor ao poder tradicional

12 De Maio de 2019

Texto: Joaquim Júnior

Conta Miguel Vingo que não queria ingressar na vida militar, tendo por isso ido a procura do soba grande de Caondo, onde estudava, pedindo para que fosse submetido a uma "preparação" que o colocasse na condição de inapto para a vida militar. "O mais velho, que tinha o sobrenome Vengueta, mandou-me saltar a sua bengala por três vezes. Isso foi suficiente para perder o meu peso corporal, e conseqüentemente, ditar a minha desqualificação para o serviço militar".

Resolvida a situação, com o peso do corpo restabelecido, afirma o próprio, Miguel Vingo interiorizou-se "do poder e da importância do poder tradicional e da sua contribuição na defesa dos povos nativos".

Hoje Soba Nvingo

Passaram os anos, o mundo girou, o país tornou-se independente, o menino de 15 anos cresceu e hoje é mais conhecido por Soba vingo. Actualmente, ele que nasceu na aldeia de Muanda, no município da Damba, tem 74 anos e é o presidente da Associação das Autoridades Tradicionais (ASAT) na província do Uíge. É também o soba grande do Uíge.

Miguel Vingo Filho fazia parte de uma linhagem da soberania tradicional da região. Pertence a tribo Ngu-lu-a-Nsakala, que já teve como sobas saka-a-Mbunga, Mbanda-a-Yakala, Tunga-día-Mbunga, entre outros.

Obviamente, cresceu rodeado de fortes tradições. Na sua trajetória viu e viveu inúmeras cenas que despertam a curiosidade de qualquer um, Além do ritual que lhe diminuiu o peso corporal, entre outras experiências eventualmente melhor compreendidas num contexto tradicional, aprendeu a "repelir os maus espíritos de um bairro, a travar tempestades, a transformar uma aldeia numa mata ou a torná-la invisível para defender os seus habitantes".

Enfim, dizemos nós, são coisas do espírito, da tradição e de um mundo movido pelas crenças oriundas dos ancestrais. Acredita quem quiser, ou tiver olhos para ver, ouvidos para ouvir e uma mente limpa de preconceitos para compreender.

Rituais de protecção

Soba experiente, Miguel Vingo usa o domínio que tem das coisas e dos fundamentos da tradição em prol da protecção das coisas da modernidade. É como se ele se situasse precisamente na fronteira

entre o tradicional e o moderno e fosse o guardião dos dois mundos.

Como ele explica, na recepção de uma entidade recém-nomeada para dirigir uma província, município ou comuna, os regedores ou sobas devem obedecer ao ritual de recepção usando objectos como "mpemba" (pó branco feito de argila), que significa "alegria", "matondo" (pó acastanhado feito com mistura de raízes), que significa "agradecimentos", folhas de "malembalemba" para "apaziguar os espíritos", "macazo" (cola) a significar unidade ou união, e o "sal de cozinha", que no contexto significa "palavras doces". "A aplicação do ritual obedece aos seguintes passos: a autoridade tradicional deverá colocar o governante, ora empossado, assentado no chão de um jango ou de uma casa protocolar. Ungindo-o com o 'mpemba' sobre a face, em conjunto devem comer o 'matondo', o sal de cozinha e no fim o 'macazo'. Após isso pegará a mão esquerda da entidade, colocará ele em pé e então deverá apresentá-lo às demais autoridades tradicionais, com gestos de boas vindas", narra Soba vingo.

Bens públicos seguros

Miguel Vingo revela que, ao participar na inauguração de uma infra-estrutura oficial, o soba oferecerá aos "deuses da terra" gestos de humildade. Antes do corte da fita, deverá aspergir o maruvo (seiva de bordão), proferindo as seguintes palavras: "O território está sob minha autoridade, vós os que já adiantastes no mundo dos mortos, recebam o maruvo como sinal da nossa petição à vossa protecção da infra-estrutura".

O passo seguinte, prossegue o soba, é pegar a mão direita do representante do Governo e fazer-lhe a entrega da tesoura. Assim ele estará "autorizado" a inaugurar o empreendimento. Esse ritual, explica o soba, visa "prevenir o desabamento da obra e outros acidentes malignos".

Disputas entre sobas

Nos últimos tempos, segundo Miguel Vingo Filho, muitos cidadãos querem ser sobas ou seculos. "Basta organizar uma pequena comunidade na localidade onde reside e se auto-denomina logo autoridade tradicional".

É uma situação que a ASAT quer banir, pois no dizer do seu representante máximo na província do Uíge, a luta para ascender ao cargo de soba indicia crise de valores e o amor exacerbado ao dinheiro proveniente dos subsídios que o Governo dá aos sobas. "Muitos caíram na vingança e na cobiça para ocupar a posição tradicional, mesmo sem conhecimento das regras e ritos. Mas isso vai acabar, com o novo levantamento

que vai acabar com o novo levantamento que vai ser feito na província", garante soba vingo.

Mucaba guardião

Dados do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado atestam que até 2014 a província do Uíge possuía 7.359 sobas, número que precisa ser reajustado. Entre os municípios por si já visitados, na qualidade de responsável provincial da ASAT, o soba Miguel Vingo considera o de Mucaba como "o que mais guarda e ainda cumpre muitos dos rituais deixados pelos ancestrais".

Miguel Nvingo disse querer ver recuperado este domínio através de um trabalho de retransmissão e "insinuação" das práticas tradicionais perdidas ao longo dos tempos por conta da guerra e do advento da globalização.

Soba Vingo está a efectuar urna digressão que o levará aos 16 municípios da província do Uíge, para abordar os seus colegas, os regedores, sobas e alguns mais velhos "conhecedores das artes que mantinham a segurança e o respeito ao poder das lideranças no seio dos clãs, aldeias e povoações"

Com algum desencanto o soba grande prossegue: "A figura da autoridade tradicional perdeu valor, nas comunidades já não se faz sentir o poder tradicional, tudo porque o poder cultural do soba foi confundido com o poder da Administração Local do Estado. O soba nunca foi e nunca será funcionário do Estado, mas sim representante da autoridade tradicional dos povos nativos".

Tradição por resgatar

Na visão do "soba grande" do Uíge, da província, nos últimos anos, regrediu muito em termos tradicionais. Soba Vingo fala da "mistura" da autoridade tradicional com a política e do surgimento de "muitos sobas oportunistas", sem o conhecimento profundo da tradição. Ele estima que actualmente, num universo de 100 sobas, apenas dez dominam o usos e costume locais, sobretudo "a capacidade para resolver problemas familiares, óbitos, retirar pragas, entre outras".

Para Miguel Vingo Filho, uma autoridade tradicional séria "tem poder tradicionalmente comprovado e aceite, não pode ser uma pessoa dada ao álcool e a outros comportamentos negativos, mas sim respeitada pelo povo que dirige. Deve conhecer a tradição local, no caso contrário é um administrativo ou soba emprestado".

O soba Miguel vingo de fende a sensibilização e retransmissão dos hábitos e costumes às novas

gerações. Quer que se investigue "aqueles sobas que foram introduzidos na ordem tradicional por força da guerra, mesmo sem terem domínio do poder tradicional, e que se procurem os mecanismos da sua substituição ou invalidação da autoridade que detêm, para devolver o poder aos autóctones que conhecem e guardam os segredos ancestrais".

Transmissor de valores Segundo afirma ainda, a autoridade tradicional deve cumprir o papel de transmissor de valores culturais e morais aceitáveis na convivência social, e com isso ajudar no fortalecimento das instituições do Estado, "que hoje se debatem com grandes problemas ligados a ausência dos valores culturais e morais em todas as suas vertentes".

Soba Vingo tem o seu credo assente numa filosofia. "Queremos materializar o pensamento do primeiro presidente, António Agostinho Neto que defendia o retorno às tradições".

As autoridades tradicionais, no entendimento do líder da SAT, são como que "juizes de base", a quem recai a responsabilidade de dirimir conflitos conjugais ou familiares e repreender pessoas que tenham violado princípios comuns nas suas comunidades.

"Hoje, por tudo por nada, os cidadãos recorrem ao Serviço de Investigação Criminal para formalizar queixas-crime. Julgamos nós que há situações que podem ser resolvidas no fórum tradicional", diz o soba grande do Uíge, exemplificando com as situações de briga de crianças, o roubo de um cacho de banana e as acusações de feitiçaria, que muitas vezes desembocam em mortes.

5.11 Desenvolvimento passa pela municipalização dos Serviços

Jornal de Angola

18 De Maio de 2019

Texto: Garrido Frago

O desenvolvimento harmonioso e sustentável do território e das comunidades passa, necessariamente, pela descentralização de poderes, autarquias e municipalização dos serviços, declarou ontem, em Luanda, o Vice-presidente da República, na abertura do VI Diálogo Estratégico sobre Poder Local e Ordenamento Territorial.

Bornito de Sousa lembrou, a propósito, que foi incrementado o processo de desconcentração administrativa no país, com a transferência de competências, recursos humanos e financeiros para os municípios. O ciclo, referiu, fecha com a

aprovação dos Planos de Desenvolvimento Municipal e a implementação das Leis sobre a Comunicação da Fixação e Alteração de Residência, das Comissões de Moradores, assim como sobre a Toponímia, que conduzirá às primeiras eleições autárquicas, agendadas para o próximo ano.

Para o Vice-Presidente da República, o ordenamento do território, feito através de planos urbanos e rurais, implica, necessariamente, a intervenção das autarquias locais, comunidades rurais, pessoas colectivas e singulares.

"Dado que a maior parte dos Municípios em Angola apresenta características mistas, isto é urbanas e rurais, o seu desenvolvimento sustentável e harmonioso só é possível com a coordenação e compatibilização, de modo a que sejam definidos, com clareza e sem ameaças, as cidades ou centros urbanos e o respectivo perímetro de expansão, e as áreas de desenvolvimento rural dos respectivos municípios", afirmou o Vice-Presidente.

Bornito de Sousa defendeu mais acções com vista à redução das assimetrias entre territórios e à criação de condições para a melhoria sustentada da qualidade de vida das populações.

O Vice-Presidente considerou o evento, realizado pelo Instituto Pedro Pires (IPP) de Cabo Verde com a parceria da Academia BAI, uma "iniciativa feliz", por ter proporcionado oportunidade de ouvir experiências de eminentes personalidades de várias latitudes sobre o poder local e ordenamento territorial,

Bornito de Sousa reconheceu Cabo Verde como "uma referência" em matéria de desconcentração e descentralização administrativa e ordenamento do território, incluindo de democracia e boa governação, Enalteceu papel de "grande relevo" do antigo Presidente cabo-verdiano Pedro Pires e da sua instituição na promoção dos valores democráticos e da cidadania no continente africano.

Pedro Pires

Em declarações à imprensa, à margem da conferência, o antigo Chefe de Estado cabo-verdiano falou da experiência do seu país em matéria de ordenamento do território e autarquias • salientando que Angola e Cabo Verde apresentam realidades bastante diferentes, sendo o primeiro um país com grande extensão territorial e milhares de habitantes' enquanto o segundo é um pequeno arquipélago.

A experiência que podemos falar são apenas resultados, referiu Pedro Pires, que considerou útil todo o processo realizado no seu país, Acrescentou

que as autarquias trouxeram melhorias nas condições de vida das populações e permitiram o contacto directo entre as pessoas e as lideranças locais, As autarquias, explicou, colocam a liderança locais numa situação de desafio, m que terão de dar respostas à solicitações e necessidades das populações. Para Pedro Pires, um dos aspectos importantes do poder local é a possibilidade da intervenção das populações na gestão das localidades.

Questionado sobre qual deve ser o melhor modelo de autarquias para Angola, Pedro Pires respondeu: "Fazem - me sempre essa pergunta. Mas modo. As pessoas podem pensar que estou aqui a defender a posição do Governo angolano. Longe disso. Estou aqui apenas para reflectir sobre uma realidade, do meu ponto de vista".

O antigo Presidente de Cabo Verde sublinhou que a institucionalização do poder «local coloca uma questão que é da transição. "O facto dessa transição não ser automática leva-nos a pensar na sua gradualidade", afirmou, acrescentando que "do meu ponto de vista deve - e perspectivar a transição como um fenómeno que vai levar alguns anos, tendo como perspectiva o médio prazo para se conseguir consolidar todo o sistema e as Instituições "

Carga partidária.

O presidente da bancada parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, considerou "um risco" o debate sobre poder local e ordenamento do Território no país, por achar que há uma excessiva carga partidária à volta do assunto.

"Vejo um risco este debate em Angola. Está excessivamente partidarizado. Temos na Assembleia Nacional o desafio (de aprovação) da Lei das autarquias. A aprovação na generalidade diz no que os muros partidários podem pôr em causa os interesses das populações", afirmou. O político considera que, em matéria de desenvolvimento do território e poder local, se deve ter em conta o homem como elemento central.

5.12 As administrações municipais e os cidadãos

Jornal de Angola
20 De Maio de 2019

Tem-se dito que a vida começa nos municípios. Importa, entretanto, que se continue a trabalhar para que, enquanto não tivermos autarquias, os municípios possam resolver os seus problemas básicos.

Há na verdade problemas básicos que podem ser resolvidos nos municípios. Não se pode perceber, por exemplo, que não se consiga terraplenar estradas em diferentes bairros, por onde passam diariamente, e em muitos casos, muitas centenas de viaturas. Alguém já perguntava no passado se temos falta de areia e tratores para terraplenar estradas. No passado faziam-se obras megalómanas, com custos avaliados em muitos milhões de dólares, deixando-se para segundo plano ações que podiam contribuir para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

É importante que se avance sem hesitações para a desconcentração financeira, de modo a que as administrações municipais possam decidir autonomamente sobre as prioridades na solução dos problemas das suas circunscrições.

É necessário, entretanto, que, para se estabelecerem as prioridades, as administrações municipais conheçam profundamente os problemas das circunscrições que dirigem. Se um administrador municipal não se preocupar em conhecer os problemas da circunscrição que dirige, dificilmente fará boas opções, ou até, na pior das hipóteses, nada fará para a melhoria das condições de vida.

Governar é estar permanentemente atento à vida das pessoas. Quem é governante deve ter informação sobre como vivem os governados e trabalhar para que os problemas sejam resolvidos com celeridade. Há problemas simples de resolver e que até não implicam elevados custos. Será também necessário que as administrações municipais se dotem de quadros competentes para que possam executar uma série de tarefas complexas que exigem elevado conhecimento técnico.

Pensou-se durante muito tempo que era desprestigiante trabalhar numa administração municipal, quando até há municípios no nosso país com mais população que vários países do mundo. Que se criem condições que possam incentivar particularmente quadros superiores a irem trabalhar nas administrações municipais.

Com a desconcentração administrativa e financeira e com o conseqüente aumento das competências das administrações municipais, importa que haja recursos humanos bem preparados para os novos desafios, na perspectiva de os cidadãos usufruírem de melhores serviços. Que o processo de desconcentração administrativa e financeira esteja virado efectivamente para construção de uma vida melhor para os municípios e para a transformação dos municípios em lugares bons para se viver.

5.13 Académico advoga difusão nas línguas das comunidades

Jornal de Angola

22 De Maio de 2019

Texto: Victória Quintas

A abordagem das comunidades rurais sobre o processo de implementação das autarquias locais deve ser feita na língua falada naqueles meios, para evitar a deturpação dos conteúdos, defendeu ontem, na cidade do Huambo, o académico Carlos Teixeira.

O docente universitário, que falava na palestra sobre "As contribuições do Ensino Superior na implementação das autarquias em Angola", promovida pela Universidade José Eduardo dos Santos, disse que, apesar de faltarem cerca de seis meses do ano marcado para o início da implementação das autarquias locais, as universidades devem promover actividades com impacto nas comunidades.

"Acho que a academia deve estar à frente dos acontecimentos, porque sabemos, há muito, que este é um modelo organizacional administrativo resultante da Constituição", disse o jurista. A realização de eleições autárquicas de forma gradual, referiu Carlos Teixeira, apresenta todas as vantagens, por se tratar de um processo novo e que a própria Constituição estabelece. "Nem todas as municipalidades reúnem os requisitos para avançar com o processo, de modo que devemos aprender com a realidade de cada região", disse o professor universitário.

"As autarquias devem ser realizadas de acordo com a realidade de cada província e de cada municipalidade, tendo em conta que o conceito de autarquia nasce de uma aproximação de vizinhança' identidade, interesses e de cultura", acrescentou Carlos Teixeira.

Lembrou que as assimetrias existentes, mesmo no processo da implementação das autarquias vão subsistir. Para ultrapassá-las, dependerá da habilidade dos agentes políticos, dos programas a serem apresentados, tendo em conta a geografia humana e técnica, para a realização dos programas de desenvolvimento.

5.14 Plano concretiza acções em todos os municípios

Jornal de Angola

22 de Maio de 2019

Texto: João Dias

"Todos os municípios do país passam a contar, em breve, com o Plano Integrado de 'Intervenção' para a concretização de acções e programas nos domínios da Educação, Saúde, Energia e Águas, vias de comunicação, saneamento básico e segurança pública.

Ontem, o Conselho de Governação Local, que realizou em Malanje a sua primeirareunião ordinária sob orientação do Presidente João Lourenço, apreciou memorando no qual são apresentados os fundamentos sobre a preparação e estruturação do Plano Integrado de Intervenção a ser operacionalizado pelos órgãos da Administração Local do Estado.

O programa, segundo o comunicado final lido pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, dá ênfase especial às principais necessidades dos 164 municípios. Para tal, a sua execução deve ser concretizada por meio da transferência de algumas responsabilidades do Governo Central aos governos provinciais e destes para as administrações municipais, aprofundando o reforço da desconcentração administrativa.

Após quase seis horas de reunião, o ministro Adão de Almeida lembrou que a preparação do Plano envolveu a auscultação dos 164 municípios, com levantamento das necessidades mais urgentes nos domínios dos recursos técnicos, tecnológicos e humanos.

Finanças locais

O Conselho de Governação Local apreciou o relatório de balanço da implementação do Regime Financeiro Local. O documento descreve o grau de execução do referido regime por via do Portal do Município, uma plataforma informática através da qual é feita a arrecadação de receitas comunitárias e multas, visando o seu posterior retomo na totalidade para as administrações municipais e distritos urbanos como contraprestação dos serviços por eles efectuados.

Até agora, o Portal do Município permite a prestação de 490 serviços e a arrecadação de receitas comunitárias, tendo sido já implementado em 124 municípios e 32 distritos urbanos. Durante a reunião, os membros do Conselho de Governação Local avaliaram um memorando sobre a implementação do

Programa de Financiamento Ampliado (EFF), a vigorar entre 2019 e 2021, no quadro de um acordo alcançado como Fundo Monetário Internacional (FMI).

O objectivo é estabelecer o reequilíbrio das contas fiscais, a garantia da solvabilidade externa e a eficiência na alocação de divisas, bem como o reforço da resiliência do sector financeiro. Além disso, o EFF visa o reforço da resiliência da governação corporativa, dos direitos de propriedade, do combate à corrupção e a redução do risco associado às empresas públicas.

Logística dos medicamentos

O Executivo pretende, a curto prazo, garantir que toda a população beneficie do abastecimento permanente de medicamentos essenciais de forma segura, eficaz, com qualidade e a melhores preços.

Para tal, o Conselho de Governação Local analisou o memorando sobre os desafios da logística de medicamentos que tem o propósito de garantir o abastecimento e a permanente disponibilidade e acessibilidade de medicamentos essenciais, seguros, eficazes, de qualidade e a melhores preços.

Para os membros do Conselho de Governação Local, será fundamental, entre outros desafios, que se cumpra e se faça cumprir, a todos os níveis, as leis, normas e regulamentos vigentes, a construção do Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade, bem como a promoção de compras agrupadas e a recepção descentralizada dos fármacos.

Outra questão crucial apontada durante a reunião tem a ver com a promoção e capacitação dos recursos humanos envolvidos na cadeia logística, a admissão de profissionais de farmácia para o preenchimento de vagas nos depósitos provinciais de medicamentos e a promoção e supervisão das boas práticas de gestão a todos os níveis da cadeia logística.

Em face disso, o Conselho de Governação Local defendeu a necessidade da existência de um alinhamento institucional entre Ministério da Saúde e os Órgãos de Administração Local do Estado, no processo de aquisição dos medicamentos, desde que a racionalização das despesas seja assegurada.

Na reunião, o órgão auxiliar do Titular do Poder Executivo recomendou também aos governos provinciais o cumprimento de um conjunto de normas sobre vigilância epidemiológica, que consiste na recolha e análise sistemática e continua dos dados de doenças, factores determinantes e consequências. O objectivo é gerar informação e promover o seu uso para a tomada de medidas visando a melhoria da saúde pública.

5.15 A intervenção nos municípios e a responsabilidades dos quadros

Jornal de Angola
23 de Maio de 2019«

O Governo decidiu avançar brevemente para a concretização da desconcentração administrativa, que se vai traduzir no reforço de competências das administrações municipais, que receberão, dos governos provinciais algumas responsabilidades, na perspectiva da execução de programas ao nível dos sectores da Educação, Saúde, Energia e das Águas.

A desconcentração administrativa vai ser efectuada no quadro de um plano de intervenção em todos os municípios do país, o que pode constituir um passo importante em direcção à melhoria das condições devida das populações de todo o território nacional e à redução das assimetrias entre diferentes regiões do país.

Por se tratar de um plano a ser executado em municípios com diferentes realidades e graus de desenvolvimento, importa que se estabeleçam as devidas prioridades, no sentido, por exemplo, de haver uma maior atenção àquelas circunscrições onde há maiores carências de recursos humanos, técnicos e tecnológicos.

Temos um país extenso e todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene, devem poder beneficiar das acções e programas que vão ao encontro da satisfação das suas necessidades. Há municípios do país em que falta quase tudo, sendo importante que aí se faça sentir a intervenção do Estado, que é uma pessoa de bem e que tem o dever de promover progresso para todos.

O facto de todos os municípios do país (164) estarem abrangidos pelo referido plano de intervenção diz bem da vontade do Executivo de se concentrar na resolução dos problemas dos cidadãos, vivam eles no campo ou nas zonas urbanas.

Geralmente, fazem-se em Angola bons planos, traçam-se metas, mas muitas vezes falha-se na execução das acções, não se assistindo resultados, mesmo depois de se ter gasto muito dinheiro. Que se aprenda com eis erros do passado, e se realizem as tarefas constantes do plano de intervenção com elevado sentido de responsabilidade, salvaguardando-se sempre o interesse público.

Que os servidores do Estado que estarão envolvidos na execução do plano de intervenção em todos os

municípios estejam conscientes de que a sua missão vai exigir deles muito trabalho. Há complexos problemas por resolver no país, pelo que os quadros que hão-de trabalhar nos municípios devem estar inteiramente disponíveis para trabalharem em prol da promoção do bem comum e do reforço das instituições, que devem ser eficientes. Que todas as regiões do nosso país se constituam em bons lugares para se viver. A qualidade de vida deve chegar a todos os angolanos. Que os quadros, médios e superiores, estejam à altura da dimensão do trabalho que se pretende realizar em todos os municípios do país.

5.16 Gestão Municipal

Jornal Economia e Finanças
24 De Maio de 2019
Texto: Mateus Paulo Congo

Robin Sharma na sua obra "Sabedoria e liderança" faz uma advertência que todos devemos/ devíamos colocar bem notório a gestão das nossas vidas, mas, essencialmente, na gestão da coisa pública. Diz aquele autor que "quando fazemos as mesmas coisas todos .os dias não podemos obter resultados diferentes. Para mudarmos os resultados, temos de mudar o que fazemos, ou seja, temos de transformar a forma como lideramos". Gosto tanto da primeira parte quanto da última, pois daí se podem retirar lições de incomensurável valor. Primeiro, porque podem ser lições adaptáveis ao nosso quotidiano, isto é, vida pessoal enquanto seres preocupados com a adaptabilidade às mudanças em nossas vidas; . segundo, porque serve e muito bem para o contexto recente que vivemos e que pretendemos seja a nova realidade de Angola.

A aprovação dos Decretos Presidenciais n.º 40/18 de 09 de Fevereiro, Diploma que estabelece o Regime de Financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado e n.º 47/18 de 14 de Fevereiro, que estabelece o Regime Aplicável às Taxas, Licenças e outras Receitas Cobradas pelos Órgãos da Administração Local do Estado e respectiva Tabela, são talvez, "o não querer fazer as mesmas coisas todos os dias", cujo interesse só pode ser "obter resultados diferentes". Para isso, urge a necessidade de se mudar o que se faz ou mais do que isso, mudar quem faz, o que necessariamente, significará transformação, da forma como se lidera. É nesse particular onde melhor se encaixa a questão supra, que é transversal à larga maioria dos municípios do país.

A especificidade de que falo refere-se ao facto de o novo regime financeiro ter argumentos suficientes para a inversão do estágio de desenvolvimento angolano.

Muito recentemente estive num workshop orientado pelo grupo técnico afecto ao Ministério das Finanças, cujo enfoque relacionou-se com a implementação do Portal do Município - um instrumento inovador e bastante útil para o novo normal que se pretende para o país, e a gestão dos órgãos da Administração Local do Estado. O certame visou o esclarecimento do funcionamento do Portal do Município, por outro lado, tornar mais claro o teor e os desdobramentos práticos dos Decretos nºs 40/18 e 47/18, de 09 e 14 de Fevereiro, respectivamente. O que aguçou a minha curiosidade em saber se a gestão deste novo regime financeiro estaria nas mãos de outros gestores, ou se seriam os mesmos que ajudaram a colocar o país nos piores lugares do ranking de desenvolvimento do globo.

Se o novo regime financeiro traz consigo inovações na estratégia de desconcentração financeira que é a antecâmara da descentralização que se pretende implementar a partir de 2020. O que pode ser positivo quando se pensar na estratégia de desenvolvimento do país, seria de todo expectável, melhor dito, recomendável e prudente, que a lógica da continuidade que mais parece premiar os infractores e péssimos gestores do erário público em anos e ou períodos governativos anteriores, desse lugar à lógica da ruptura.

A lógica da ruptura não é senão a injeção de gente nova e com ideias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Essa gente, preferencialmente, distanciada dos círculos viciosos da corrupção e compadrio, ou aqueles cujos resultados na gestão municipal estivessem aquém do programado. Podendo ou não estar ligados ao circuito

partidário dos camaradas, contudo, salvaguardando, entre outros, os factores competência, rigor e comprometimento com a intenção de ser um "general do desenvolvimento", como solicitou o então candidato à presidência da República João Lourenço, ou seja, o comprometimento em encabeçar a ideia de não mais adiar o desenvolvimento do país. Gente capa z de alinhar na mesma direcção de coragem e pragmatismo do Titular do Poder Executivo. Gente que sentiria na pele o sofrimento dos povos nas diferentes aldeias que configuram cada um dos municípios desta vasta Angola. Deviam privilegiar o mérito. Deviam entregar a gestão dos municípios àqueles que têm

capacidades objectivas de aplicar o "corrigir o que está mal e melhorar o que está bem".

O novo regime financeiro dos Órgãos da Administração Local do Estado traz consigo intenções interessantes como é o caso do Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM). O FEM, sem olhar às receitas consignadas para cada município dentro do Orçamento Geral do Estado (OGE), salvaguarda aos cofres das Administrações Municipais, um total de kz 25.000.000 (Vinte e cinco milhões de kwanzas) por mês. Para o que se convencionou chamar de "Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento". Entregar esse valor - que deverá ser somado às receitas provenientes das taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da administração local do Estado e às receitas inscritas no OGE_ Com todas as maiores facilidades do que no anterior regime; às mãos dos anteriores gestores municipais, verdadeiros infractores e péssimos gestores do erário público, mais não pode ser senão entregar o ouro ao bandido. Ou então premiar as más práticas ou em último rácio, o início de novas cabalas em cuja liderança recairá aos que detêm poder para refazer o que de mal foi feito, pelo que espero não ser por aí.

5.17 Intervenção nos municípios tem plano integrado

Jornal Economia e Finanças
24 De Maio de 2019

Um memorando sobre a preparação e estruturação de um plano integrado de intervenção nos municípios, com incidência nos sectores da educação, saúde, vias de comunicação, saneamento básico, energia, águas e segurança pública foi aprovado esta semana, em Malanje, durante a reunião do Conselho de Governação. Paralelamente à reunião do

Conselho de Governação local, o Titular do Poder Executivo manteve encontros separados com membros da sociedade civil, com os quais abordou questões relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico da província. Segundo a Angop, o Presidente J030 Lourenço constatou o grau de desenvolvimento das obras da Centralidade de

Malanje, onde estão a ser erguidos 212 apartamentos, e do Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar (ISTAM), obras concluídas em 2017, para a formação de quadros que deverão assegurar a investigação científica e o desenvolvimento do país.

O Conselho de Governação Local é o órgão auxiliar e colegial do Presidente da República na formulação de políticas e acompanhamento da execução das

políticas de governação de administração do Estado a nível local.

Com periodicidade semestral, o Conselho de Governação é presidido pelo Presidente da República, coadjuvado pelo Vice-Presidente, Bornito de Sousa. Dele fazem parte ministros de Estado, ministros, governadores e outras entidades ligadas à matéria de governação local.

5.18 Nova divisão administrativa para Cacuo em concertação

Jornal de Angola

30 De Maio de 2019

Texto: Augusto Panço

A divisão administrativa no município de Cacuo pode, nos próximos dias, ser alterada para uma possível reintegração de bairros retirados a favor de outros municípios ou, na pior das hipóteses, na fragmentação da circunscrição em dois, ao invés de um.

Num encontro de concertação, realizado na segunda-feira, entre o administrador municipal, Augusto José, e parceiros sociais com representação na referida circunscrição administrativa, debateu-se sobre duas opções. Das propostas apresentadas, a primeira tratou -se da possibilidade da reintegração de bairros afastados a favor de outros municípios, a segunda de uma nova divisão administrativa de Cacuo, passando para dois municípios.

As discussões em tomo da divisão administrativa resultam de uma orientação emanada Superiormente, alegando que Cacuo tinha até ontem, terça-feira, 28, de apresentar propostas acerca do assunto em referência.

Municípios contactados pela reportagem do Jornal de Angola defenderam o regresso a antiga divisão administrativa, assim como o surgimento de um segundo município no sentido de dar-se maior e melhor assistência aos habitantes .

O administrador municipal, Augusto José, agradeceu aos presentes, pelo facto de se terem apresentado em grande número e disse que se tratou apenas do primeiro de muitos encontros do género até que se chegue a um consenso. Relativamente primeira proposta, . o administrador disse que, para isso, Cacuo teria de reaver toda a extensão territorial perdida a favor dos municípios do Cazenga e de Icolo e Bengo, assim como para o Distrito Urbano do Sambizanga.

Quanto ao segundo ponto, Augusto José informou que o município de Cacuo seria repartido em dois, o que quer dizer que a comuna da Funda passaria a município e integraria o Distrito Urbano do Sequele, próprio concelho e a área conhecida como Ponto 3. Explicou que, o actual município de Cacuo passaria a integrar os distritos urbanos dos Mulenvos de Baixo, do Kicolo, a Própria sede e Kifangondo. Disse que a divisão seria feita no antigo limite colonial, em defesa da sua própria história.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 “Cidades sustentáveis” dominam debate em Luanda

Jornal Economia e Finanças

3 de Maio de 2019

Texto António Eugénio

O desenvolvimento sustentável das cidades, a contratação de empreitadas, fiscalização e impacto ambiental, estará no centro de um debate do primeiro fórum de urbanismo, a ser realizado no dia 8 em Luanda, disse ao JE, o director-geral da ASPIC, ligado à consultoria de projectos, Lutumba Simão.

Confirmou que o encontro terá como objectivo a busca de soluções para os problemas urbanísticos, a concepção de um modelo de planeamento urbano que harmonize os aspectos sociais, económicos e ambientais.

A promotora do certame considera a fiscalização como o guardião da implementação efectiva destas cidades sustentáveis, vai merecer um campo de discussão, mais amplo face às inúmeras irregularidades que se têm registado na execução das obras.

O primeiro fórum de Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável vai congrega prelectores nacionais e internacionais como do Brasil e outros, e contará com a presença de políticos, diplomatas, e agentes ligados ao ramo da construção. Para já, a Aspica projecto e consultoria é uma empresa nacional que actua no mercado angolano, com uma equipa multidisciplinar composta por profissionais experientes e comprometidos com os interesses dos clientes e parceiros, com actuação em diversos segmentos e ramos de actividade, com destaque para a construção civil e gestão e projectos.

De igual modo, actua na elaboração de projectos de obras públicas e privadas, fiscalização de obras, gestão de empreendimentos e inspecções técnicas respectivamente.

Ajudar o Executivo

A empresa pretende estar alinhada com a estratégia do Governo, na implementação de infra-estruturas, aumento da produção nacional e a diversificação da economia para o crescimento sustentável do país.

O arquitecto Jacinto Sucar, em entrevista ao JE, considera que a realização destes fóruns pode ajudar

a melhorar a qualidade das obras infra-estruturais em curso no país, que em sua opinião muitas delas carecem de fiscalização.

"Acho uma medida acertada destes eventos, há obras no país que não têm qualidade nenhuma e com pouca durabilidade face à fragilidade e ineficácia da fiscalização rigorosa para o desenvolvimento sustentável", apontou. O arquitecto defende rigor no concurso das empreitadas, fiscalização, uso de material consistente, e o acompanhamento sério para que se evite a existência de obras "descartáveis" em toda a extensão territorial.

Lembrou que em muitas regiões do país muitas obras alegadamente terminadas, concreta, mente casas, muitos proprietários estão a abandonar por falta de serviços básicos, segundo a fonte, tudo isto está a acontecer por causa de uma débil fiscalização.

O ambientalista Basílio Sandala, alertou para a necessidade, de se acautelar os pressupostos ambientais, para que as novas cidades em construção ofereçam qualidade de vida aos moradores e proporcionem um desenvolvimento sustentável.

"As cidades actualmente apresentam temperaturas altíssimas devido a acção do homem que devastou as florestas, destruiu o meio ambiente e como consequência o aquecimento é de grande dimensão e insuportável. Temos de prevenir isto", disse.

6.2 A revisão e actualização de rendas à luz da lei do arrendamento urbano

Jornal de Angola

04 de Maio de 2019

Texto: Sebastião Vinte e Cinco

A definição de regras para a estipulação dos termos e condições dos contratos de arrendamento é um mecanismo de política habitacional de suma importância económica e social na medida em que, de regra, o número de proprietários/possuidores de prédios urbanos é inferior ao de pessoas com necessidade de habitação, por se tratar de um bem, nas mais das vezes, extremamente oneroso para o bolso do cidadão comum. Ou seja, uma situação de não limitação da liberdade contratual em matéria de arrendamento proporcionaria, naturalmente, desequilíbrios grosseiros que levariam a parte mais forte no contrato, a excessos.

O freio aos senhorios, em tese as partes mais fortes nos contratos de arrendamento, no caso de Angola tem a forma externa de lei e foi revista pelo diploma

publicado a 23 de Outubro de 2015 com o n.º 26/15, que, substituindo o Decreto n.º 43.525, também conhecido por Lei do Inquilinato, que vigorou de 1961 a 2015, trouxe como novidade a redução da penalidade pelo atraso no pagamento das rendas para um valor muito abaixo do anteriormente legislado.

Ao abrigo da legislação anterior o atraso no pagamento da renda era sancionado com o dever de pagamento do dobro do devido, actualmente e atendendo à realidade económica dos angolanos e à dedução lógica, de que quem não paga o devido em princípio não terá capacidade financeira para pagar o seu dobro, fixou o dever do inquilino pagar adicionalmente a quantia que vier a corresponder ao juro legal, nesse momento não superior a oito por cento.

Se por um lado a supressão da sanção anteriormente acolhida pela lei veio aliviar os inquilinos de um sacrifício patrimonial substancial, por outro trouxe à liça um verdadeiro meio de correcção da desvalorização da moeda nacional que é a actualização anual das rendas.

A actualização de rendas é um tema controverso do ponto de vista prático e tem sido um factor de distanciamento entre as partes nas relações locativas, porque, tendo em conta a constante desvalorização do Kwanza desde o início da crise económica, financeira e cambial que assola o país, os senhorios, para efeitos de preservação do poder de compra das rendas, tendem a actualizar as rendas, o que raramente merece o acolhimento dos inquilinos, que, querendo poupar, nem sempre se colocam hipoteticamente na posição daqueles.

A natureza nevrálgica deste tema, actualização de rendas, agrava-se e torna-se cada vez mais fonte de litigância pelo facto de até ao momento, volvidos mais detrs anos desde o início da vigência da Lei do Arrendamento Urbano, não terem sido aprovados pelo Executivo os coeficientes de actualização de rendas a que alude o artigo 39.º, n.º 1 do diploma legal em apreço.

Na ausência de fixação dos coeficientes referidos na lei, e porque a natureza tem horror ao vazio, os operadores económicos, maxime empresas que na posição de senhorios se dedicam ao negócio do arrendamento, não se dispensam de lançar mão de mecanismos como a consideração das avaliações solicitadas às empresas da especialidade como referências para a fixação de novas rendas em sede de actualizações sob pena de incorrerem em prejuízos causados pela omissão do Estado-Administração.

O recurso às avaliações ou relatórios da especialidade, pelos senhorios, pode ser considerado como uma forma de correcção dos preços corroídos pela desvalorização constante da moeda nacional e vem servindo de lembrete ao Executivo para a necessidade de fixar os coeficientes de actualização de rendas. Em cumprimento deste comando legal tudo indica que o Decreto Presidencial n.º 29/19, de 28 de Fevereiro, por via do qual os ministros das Finanças, da Economia e Planeamento e do Ordenamento do Território e Habitação ficaram investidos de poderes para procederem à fixação dos coeficientes de actualização de rendas, veio atender à necessidade de preenchimento do vazio legal que, uma vez colmatado, certamente contribuirá para a estabilização do mercado do arrendamento e das relações locativas, bem como terá o condão de prevenir os litígios decorrentes das actualizações de rendas com recurso aos mecanismos privados acima mencionados.

6.3 Planos directores promovem desenvolvimento sustentável

Jornal de Angola

09 De Maio de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

O Executivo vai aprovar, com carácter de prioridade, 71 planos directores até 2022, com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável de cidades e municípios de todo o país, anunciou ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Manuel Pimentel.

O secretário de Estado falava durante o I Fórum de Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável, realizado no Memorial António Agostinho Neto, organizado pela empresa de construção civil e fiscalização Aspif.

Manuel Pimentel esclareceu que um plano director traz efeitos positivos directos na melhoria da vida das populações, conforme estabelecem as metas traçadas pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

O dirigente sublinhou que as cidades sustentáveis são as que implementam políticas públicas, que respeitam e preservam o meio ambiente, que fazem o uso eficiente e sem desperdícios da água, utilização de energias renováveis, melhoramento do tráfego urbano e recuperação das zonas urbanas degradadas.

"Até ao momento já foram ratificados pelo Titular do Poder Executivo dez planos directores dos municípios de Benguela, nomeadamente, Benguela, Lobito, Baía Farta, Balombo, Bocoio, Catumbela,

Caimbambo, Chongorói, Cubal e Ganda. Estão em fase de aprovação pela Comissão Interministerial para o Ordenamento do Território e do Urbanismo 9, concretamente, nos municípios das províncias do Bié (5), Huambo (2), Uíge (1) e Lunda-Sul (1)", indicou o responsável.

Manuel Pimentel referiu que, para a execução de um plano director, o Ministério, no âmbito das suas atribuições estatutárias, vai estar cada vez mais presente no apoio técnico aos órgãos da administração local, responsáveis pela execução das políticas de ordenamento do território, bem como exercer maior acompanhamento e fiscalização das referidas políticas.

O responsável garantiu que o Plano Director de Luanda está em execução e decorre num processo normal. "As fases estão a ser cumpridas, já estão elaborados os da Quissama, Viana e do Icolo e Bengo. Estes planos vão servir para dar resposta aos problemas da chuva, saneamento e eliminar com o crescimento desordenado das cidades", disse.

O secretário de Estado referiu que o desenvolvimento sustentável das cidades constitui uma preocupação de todos os países da ONU, cuja manifestação está patente nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, que pretende tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

O responsável acrescentou que, obedecendo a Nova Agenda Urbana estabelecida em 2016, na III Conferência das Nações Unidas para a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável, com intuito de garantir melhor qualidade de vida dos cidadãos, Angola tem registado uma pressão sobre os principais centros urbanos, com maior incidência nas sedes capitais das províncias e, sobretudo, as situadas ao longo do litoral.

"Com vista a mitigar os efeitos negativos e reverter o actual quadro, o Ministério tem dinamizado a elaboração de instrumentos de ordenamento do território em todo o país, nomeadamente, planos directores municipais, urbanísticos, bem como planos de ordenamento rural", referiu o secretário de Estado.

O secretário de Estado do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação salientou que a concretização destes desafios deve ser assumida por todos, para o bem-estar das gerações vindouras, o que exige um envolvimento na construção de cidades sustentáveis.

6.4 71 planos directores podem ser aprovados até 2020

Jornal Mercado

10 de Maio de 2019

O Governo poderá aprovar, com carácter prioritário, 71 planos directores, até 2020, anunciou, nessa quarta-feira, em Luanda, o secretário de Estado do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Manuel Pimentel.

O responsável avançou esta novidade no discurso de abertura do 1º fórum de "Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável", no Memorial António Agostinho Neto (MAAN), realizado pela empresa de consultoria na área de construção civil e gestão de projectos, ASPIF..

O fórum reuniu instituições públicas responsáveis pela contratação pública, planeamento urbano e entidades privadas que actuam em diversos sectores, com destacadamente, a construção civil, elaboração de projectos, fiscalização de obras e imobiliário.

A prelectora e arquitecta, Nayibe Florez Bzunartea, que falou sobre a "Importância do Planeamento Urbano para o Desenvolvimento Económico", defendeu que o evento foi uma oportunidade muito importante de partilhar experiências, de fazer mais visível a importância do planeamento do urbanismo num país e numa cidade que tem muito potencial de melhorar.

"A vocação económica, por sua vez, é muito importante para o desenvolvimento das sociedades e também das cidades ao desenvolvimento físico e social das cidades. O esforço de encontrar o potencial que tem uma área económica, tem se ter em conta qual é a população que lá se encontra, as indústrias e negócios que lá existem, bem como as suas potencialidades", recomendou a especialista.

Nayibe Florez Bzunartea referiu que é preciso olhar também para a formação das pessoas, pois elas representam os futuros empregados. "Com tudo isso, se vai ver qual é a situação actual, quais as oportunidades que já têm as conexões com outros territórios que podem ser interessantes ou com outros bairros/cidades que podem fazer com que nós possamos começar a desenvolver com sucesso", comentou.

De acordo com o engenheiro António Venâncio, quando se vai realizar uma empreitada de grande porte como obras públicas, a exemplo do novo

aeroporto internacional, "o que se deve primeiramente fazer não é ir à busca de um empreiteiro (tal como o fizemos), mas de um projectista, o autor do projecto (arquitecto), o pensador e ele vai trabalhar connosco, durante as seis fases do projecto, na terceira, o projectista deve estar ao lado do dono da obra. Mas na ausência do projectista, o empreiteiro tenderá a fazer aquilo que lhe apetece.", observou.

O Primeiro Fórum de Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável pretende reuniu 150 pessoas, que se juntarão aos prelectores nacionais e internacionais, com destaque para a participação de Lourdes Brasil dos Santos Argueta, pós-doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Nayibe Florez Bazunarte, doutora em Projectos Urbanísticos; António Venâncio, engenheiro.

6.5 Planos Directores vão regular custos nos Municípios

Jornal de Economia e Finanças
10 de Maio de 2019

Os Planos Directores Municipais (PDM) regulam o uso adequado do património edificado e das infra-estruturas nos municípios de forma eficiente e sem desperdício informou, na quarta-feira, em Luanda, o Secretário de Estado do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Manuel Pimentel.

Em declarações à imprensa à margem do I Fórum de Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável, o responsável referiu que a implementação de medidas define as fases e que valores poderão ser envolvidos nos custos desta execução.

"Na verdade é um instrumento indispensável de gestão municipal, no qual se reflectem as directrizes essenciais do desenvolvimento económico, social e urbanismo", sublinhou Manuel Pimentel.

Acrescentou que, com a elaboração destes PDM, e evita, de forma directa, os investimentos às "escuras", por serem programas que facilitam a gestão do território tanto na utilização de energias renováveis, melhoramento do tráfego urbano, saúde e água.

O ministério está a trabalhar com o intuito de alcançar as metas conquistadas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (PDN), que prevê a aprovação e implementação em todo território o total de 71 PDM.

Para tal, salientou, está em curso a elaboração dos PDM dos municípios da Kissama, Icolo e Bengo, bem como Viana já concluído com breve ratificação pelo Executivo.

"Nos demais município se está a envidar esforços no sentido de também verem elaborado e aprovados os seus Planos", disse.

Até ao momento já foram ratificados os planos de 10 município de Benguela, nomeadamente Lobito, Baía Farta, Balombo, Bocoio, Catumbela, Caimbambo, Chongorói, Cubal e Ganda.

6.6 Executivo quer Luanda ao nível das grandes cidades Africanas

Jornal de Angola
12 de Maio de 2019
Texto: João Dias

O Executivo tem o desejo de ver Luanda a equiparar-se, no futuro, às grandes cidades do continente africano, com um nível de infra-estruturas capazes de atrair e incentivar o investimento privado nacional e estrangeiro, anunciou ontem o ministro da Construção e Obras Públicas.

O ministro Manuel Tavares de Almeida, que falava durante a inauguração, pelo Presidente da República, do Viaduto de Ligação entre Camama e a Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", disse que, para tal, estão a ser criadas as condições para que o objectivo seja, concretizado o mais breve possível.

A estratégia para elevar a capital do país deve ser suportada pelo Programa Especial de Obras Públicas para a Cidade de Luanda (PEOPL), que prevê a construção de 40 viadutos, dos quais oito já se encontram construídos e quatro em construção, designadamente nó do Novo Aeroporto de Luanda, da UGP, Elevado do Cazenga e o da Corímbo.

O ministro da Construção e Obras Pública lamentou, entretanto, o facto do PEOPL não estar a ser executado de modo mais célere, em virtude da crise que o país atravessa. O viaduto ontem inaugurado faz partedoPEOPLevisa concorrer para a mudança da imagem de Luanda, com a execução de projectos em consonância com o Plano Director de Luanda e as normas da SADC, que estabelecem vias principais com cruzamentos desnivelados.

A via que liga o Camama ao viaduto faltará executar o alargamento de 1100 metros da estrada que vai à Via Expressa, passando pela Administração de Camama. Com isso, pretende-se construir uma via de serviço

para responder à demanda da zona comercial e deixar a via do Camama livre para o trânsito.

O ministro da Construção e Obras Públicas prometeu ainda resolver a drenagem local, para evitar que a estrutura do viaduto seja afectada pelas águas das chuvas.

Manuel Tavares de Almeida reconheceu que só a construção de drenagem não será suficiente para conter o arrastamento de barro pelas águas pluviais. Por isso, disse ser necessário um trabalho de asfaltagem de cerca de três quilómetros nessa zona.

Construído em oito meses, o viaduto evoluiu 152 trabalhadores' dos quais 142 angolanos e dez estrangeiros. Conta com uma extensão total de 282 metros, constituído por rampas de acesso, avenida com 202 metros e tabuleiro de 80 metros de comprimento.

O Viaduto de Ligação Camama/ Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", cujo custo não foi revelado, conta com duas faixas de rodagem e bermas, o que totaliza 9,3 metros de largura.

Melhorar a mobilidade "Com a construção dos viadutos pretendemos evitar cruzamentos ao mesmo nível ao longo das vias principais", disse o ministro da Construção e Obras Pública, para quem o viaduto ontem inaugurado vai melhorar a qualidade da mobilidade na capital e a redução do tempo de deslocação dos utentes no seu dia-a-dia.

Segundo a engenheira Rosária Kiala, membro da Comissão de Gestão do Instituto de Estradas de Angola (INEA), o que se pretende é melhorar a integração dos eixos viários estruturantes, no quadro do Programa Especial de Obras Públicas para a Cidade de Luanda (PEOPL), proporcionando uma melhoria no sistema viário de circulação de toda a Região Metropolitana de Luanda.

Até agora, disse, Luanda conta com oito nós de ligação' designadamente o de Cacucacua Via Expressa, ligação com a Estrada Nacional (EN) 100-Luanda-Kifangondo, EN230, com a ligação à Fidel Castro, Ligação Camama, Boa vista, Unidade Operativa e o viaduto inaugurado ontem.

Ao longo da via que liga Camama ao Viaduto, faltam esgotos, passadeiras, quebra-molas e ruas (travessas) precisam ser asfaltadas para que, em tempos de chuva, a areia não deslize para a rua asfaltada.

Muitos moradores mostram-se satisfeitos com a conclusão da obra, que trouxe asfalto e iluminação pública à rua, embora receiem que não venha a ser

concluído o que falta: trabalhos de drenagem, sinalização das passadeiras e quebra-molas.

"Está tudo bem. Partiram a minha casa, mas indemnizaram devidamente. Receio pelas crianças na rua, pois duvido que os taxistas respeitem o limite da velocidade. Uns quatro quebra molas ao longo da via seria bom", pediu Jacinto António, que vive no Camama há 21 anos.

A cidade do Dundo, na província da Lunda-Norte, acolhe, a partir de amanhã, o primeiro conselho consultivo do Ministério da Construção e Obras Públicas, que decorre sob o lema "Obras de emergência".

Segundo uma nota do Ministério da Construção e Obras Públicas, durante o encontro, com duração de três dias, vai ser feita uma síntese das principais realizações do sector no ano passado, bem como a apresentação das principais acções para o ano em curso, à luz do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

O estado da contratação e realização de obras de emergência é uma antevisão dos domínios de intervenção do Ministério da Construção e Obras Públicas em situações de emergência são alguns dos pontos a serem analisados no primeiro conselho consultivo do sector.

Os trabalhos vão ser orientados pelo ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida.

O último conselho consultivo do Ministério da Construção e Obras Públicas realizou-se em Dezembro do ano passado, no Lubango, província da Huíla.

Na ocasião, o ministro Manuel Tavares de Almeida informou que, para o ano em curso (2019), estavam inscritos, no Programa de Investimentos Públicos, 330 projectos focados na construção e reabilitação de infra-estruturas sociais, num valor de 197 mil milhões, 287 milhões, 791 mil e 455 kwanzas.

Manuel Tavares de Almeida disse que constavam dos projectos a reabilitação das estradas entre Cabo Ledo e Lobito, Auto Dondo e Waku Kungo, Maria Teresa e Dondo, Lucala e Cacuso, Malanje e Saurimo e entre Dundo, Saurimo e Luena. Na região sul do país disse, a prioridade recai para a estrada que liga Huambo ao Lubango, a conclusão dos troços entre Cuirna e Cusse, Caconda e Chipindo, Caconda, Chicomba, Cuvelai, Matala, Cuvelai, Quipungo e entre Matala e Freichel.

"Os referidos troços estão associados ao chamado Triângulo do Milho e todo potencial agrícola da Matala", disse o ministro da Construção, que anunciou ainda a restauração do troço entre Lubango e Cuvango e a conclusão da via entre Cuchi e Cutato (Quando Cubango) para estabelecer-se a futura ligação entre Cuvango e Menongue.

6.7 Camazigo em vias de ser requalificado

Jornal de Angola

19 De Maio de 2019

Arão Martins

Filipe Alfredo, 51 anos, é pai de 14 filhos e vive no Camazingo há quatro décadas. Oriundo do município de Quipungo (120 quilómetros a leste da cidade do Lubango), revelou ser conhecedor da história deste mítico bairro. "Sou de Quipungo e instalei residência no bairro Camazingo, em companhia do meu falecido pai, na altura cozinheiro de primeira classe do Grande Hotel da Huíla", disse.

Explicou que a primeira casa a surgir no bairro a do seu pai, de nome Paulo Mujanga, que está situada ao lado da famosa Oficina do Bruto. "Além da nossa moradia, havia uma única casa de dois quartos feita de tábuas, que albergava os funcionários do Grande Hotel da Huíla", disse, acrescentando que, na altura, havia muitas zonas baldias na cidade do Lubango, mas em função da localização, o bairro Camazingo era preferência de muitos trabalhadores.

A casa de tábuas, feita ao lado de uma figueira com mais de 50 anos, era o ponto de concentração dos moradores, para conviverem e saborearem o macau, a bebida tradicional, na companhia do funge de massango com peixe fresco.

O alastramento do bairro Camazingo derivou da guerra que obrigou, sobretudo a população dos municípios do Norte da província (Caluquembe, Chicomba e Caconda) a abandonar as suas zonas de origem.

Filipe Alfredo disse que na tradição dos povos desta região os filhos constroem a sua casa ao lado da dos pais. "Ao filho do sexo masculino, quando casa, é-lhe cedida uma parcela, ainda que pequena, ao lado da casa do pai, para erguer a sua moradia. É desta forma que o bairro Camazingo se alastrou".

O patriarca lembrou ainda: "O nosso pai tinha o seukimbo no Quipungo. Mas depois de conseguir o emprego no Grande Hotel da Huíla, viemos parar ao seu lado, para podermos frequentar a escola".

Localização privilegiada

O surgimento do bairro explica-se em função da localização geográfica. Quem vive no Camazingo está numa posição privilegiada, para chegar, em pouco tempo, ao Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) e à Universidade Mandume ya Nde-mufayo (UMN). É fácil sair do bairro para o Instituto Politécnico de Economia e a Escola do Magistério Comandante Liberdade.

Daí o facto de professores do ensino primário e secundário, e do superior, bem como estudantes, optarem por viver no bairro. Lá vivem também responsáveis de diversas instituições, enfermeiros, pastores de igrejas, canalizadores, carpinteiros, agentes da polícia, militares, entre muitos outros profissionais.

Espelho do bairro

Ana Isabel antiga fundista internacional, é uma figura incontornável e de fácil identificação no bairro Camazingo. Além de ser a coordenadora do bairro, as performances alcança das ao longo da sua carreira desportiva, na arena nacional e internacional, fazem dela uma figura famosa.

Enquanto os adultos hesitam ou escusam-se em identificar logo de primeira a residência de Ana Isabel, o mesmo não acontece com os de menor idade, que, sem hesitar, indicam o caminho de difícil acesso até a casa da antiga atleta, que por sinal, está à margem do rio Mukufi, sujeita a todos os riscos.

A participação de Ana Isabel em campanhas de sensibilização, quer do partido MPLA, como em acções de mobilização porta-a-portas sobrecuidadas de prevenção da malária contribuem mais ainda para que ela seja uma das figuras mais famosas do bairro.

O repórter do caderno Fim-de-semana do Jornal de Angola, depois de ser recebido pela antiga fundista, á na sala de estar divisou uma rachadura numa das paredes, que demonstra o desequilíbrio do terreno.

Ana Isabel reconheceu o estado crítico do bairro. Afirmou que, nela, a preocupação de ter uma casa em local seguro é antiga. "Estou atrás de uma casa desde 2002. Foi-me atribuída uma casa pelo Ex-presidente da República José Eduardo dos Santos, em Luanda, mas ficou apenas pela documentação", explicou, acrescentando: "Varia vezes, na Huíla, fiz a entrega da documentação a várias entidades governamentais, mas até hoje a casa só está no papel. Já fiz várias exposições ao governo da Huíla e continuo a espera. Vou continuar a lutar, é uma oferta do Presidente da República, por tudo que já fiz em prol do país, na área do desporto".

Vida difícil

Moradora há 18 anos, Ana Isabel disse que o bairro tem muitos problemas básicos. "Temos problemas de acesso às nossas casas e existem as ravinas que já engoliram várias casas. Estamos mal, aqui . no Camazingo. Há casos em que quando morre alguém, . é preciso fazer passar a urna em cima da casa e das cabeças das pessoas, para poder ir até à estrada", lamentou.

A antiga fundista reconheceu , que , no passado, o índice de criminalidade era elevado, mas com a criação da comissão de moradores e a colaboração permanente com a polícia, na denúncia "dos que procuram inviabilizar a ordem e a tranquilidade pública", mudou para melhor o figurino.

Quem vive no bairro, salientou Ana Isabel, tem a Maternidade e a sede do governo provincial próximos. "Camazingo devia ter o nome de Futungo", brincou ela.

Bebedores de macau

O macau é muito procurado pelos consumidores de bebidas alcoólicas, que vão desde o roboteiro e os funcionários públicos até aos responsáveis de diversas áreas.

Feito de massambala, é a bebida que motivava os antigos funcionários do Grande Hotel da Huíla a reunirem se e a conviverem no bairro."Os trabalhadores do Grande Hotel, por na maioria serem da tribo Humbi, eram os principais apreciadores dessa bebida fermentada", disse urna nossa fonte.

"Os apreciadores de Macau diminuíram consideravelmente, comparativamente ao passado no bairro Camazingo e na cidade do Lubango", frisou a: famosa vendedora Cassovina Tchikongo, 50 anos.

Natural do município da Humpata,Cassovina Tchikongo vive no Camazingo há 21 anos.

"No passado, muitos funcionários públicos compravam macau. Por causa da medida do Governo, de proibir os trabalhadores de beberem bebidas alcoólicas, os clientes diminuíram consideravelmente. Antigamente, o macau rendia muito, sobretudo à hora do almoço, o que é diferente actualmente, já que os maiores consumidores são apenas as pessoas do bairro ou transeuntes", lamentou Casso- vinha Tchikongo.

Fátima Mbumba concilia a venda de macau com a feitura de balaios e esteiras. Apesar do pouco lucro, é no Camazingo onde consegue tirar, por dia, entre mil e 3 mil kwanzas.

Apesar da fraca procura, Fátima Mbumba disse ser-lhe impossível abandonar o negócio, já que"é dele que conseguimos sustentar a família e comprar material escolar para as crianças que frequentam aulas em diferentes instituições escolares".

O carvão vegetal, obtido a partir da queima de árvores ou da carbonização da madeira' é um combustível em abundância no mercado situado no coração do bairro. Nesse mercado sobressaem as chapas de zinco, os paus de diversas tipologias e os produtos agrtcolas (repolho, tomate, cenoura, alho e cebola). O pequeno mercado ajuda bastante os moradores, na medida que, quem tiver apenas 100 kwanzasnecessitar de sal, farinha de milho ou peixe, tem a possibilidade de adquirir o que precisa.

6.8 Angola concorre a um dos lugares no conselho Executivo do UN-Habitat

Jornal de Angola
24 de Maio de 2019

Angola é candidata a um dos dez lugares reservados aos países africanos no Conselho Executivo do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN- Habitat), um órgão criado recentemente no quadro das reformas na organização. A eleição acontece durante a primeira assembleia - geral do UN - Habitat, que se realiza na próxima semana (entre os dias 27 e 31), em Nairobi, Quénia. Em entrevista ao Jornal de Angola, Syanga Abílio, embaixador angolano no Quénia e representante permanente junto dos Escritórios da ONU neste país africano, exprimiu confiança na eleição de Angola, devido, sobretudo, ao trabalho de "caça ao voto" , iniciado há um mês.

Senhor embaixador, qual é o objectivo da primeira assembleia-geral da UN-Habitat?Interessa dizer que embora a UN - Habitat exista desde 1978, somente este ano realizará a sua primeira assembleia - geral no novo formato de governação, fruto de um trabalho árduo, seguido de reformas introduzidas com a liderança da actual directora executiva do UN - Habitat, Ms Maimunah Mohd Sharif (da Malásia), sob supervisão do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Com esta primeira assembleia histórica, pretende-se criar oportunidades para formar alianças estratégicas que promovam uma urbanização sustentável em assentamentos humanos e, ao mesmo tempo, mobilizar apoios políticos e financeiros.

Como é que o senhor embaixador caracteriza a actual tendência mundial sobre o assentamento

populacional, principalmente da população que vive nas cidades ou centros urbanos?

De acordo com os indicadores que possuímos, devo dizer que desde 2010 que a população que vive nas cidades ou centros urbanos aumentou e continuará a aumentar constantemente, ou seja, neste período, o crescimento populacional será de mais de 3 bilhões de pessoas. O mundo está a urbanizar-se rapidamente e todos os assentamentos serão afectados. Desde 2007, a população nas cidades aumentou em 50 por cento, em 2030 aumentará em 60 por cento e em 2050 aproximadamente em mais de 66 por cento. Por isso, será necessário trabalhar com as cidades e outros assentamentos humanos para promover um modelo sustentável que tenha em conta a inclusão das pessoas, a promoção da prosperidade, o combate à pobreza e a melhoria das condições de vida das populações. Temos que ter em conta que a urbanização é o motor para o crescimento e prosperidade. Os desafios que existem ainda hoje nas áreas urbanas são sobejamente conhecidos e temos que enfrentá-los. Como são por exemplo as questões ligadas à pobreza, o saneamento básico, as construções sem o devido acompanhamento' alterações climáticas' poluição etc ...

Qual é a situação de Angola no que concerne aos assentamentos humanos?Primeiro, gostaria de dizer que encontramos também nas nossas cidades alguns desafios similares aos de outras cidades do mundo. No caso angolano, na minha opinião, o agravamento das condições de vida nos centros urbanos é consequência do êxodo rural massivo ocorrido após o fim do conflito armado, tendo as pessoas abandonado os seus locais de origem, dirigindo-se para os grandes centros urbanos, o que provocou um aumento exponencial da população urbana. Esta situação reduziu a capacidade de respostas em tempo útil dos problemas que afectam hoje as nossas cidades, como por exemplo construção de habitações em locais inadequados. Felizmente, o Governo tem trabalhado no sentido de encontrar soluções sustentáveis mediante a concepção de programas e projectos habitacionais que visam alterar o quadro actual. Contudo, penso que Angola está no bom caminho em relação aos planos de urbanização e através dos programas de requalificação dos assentamentos actuais que sofreram uma forte pressão ao longo de muitos anos.

O que é que o nosso país tem beneficiado do UN-Habitat?

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação tem trabalhado junto do UN-Habitat enquanto agência de suporte técnico para os programas dos assentamentos humanos. Mesmo com

o suporte técnico verificado, para nós, é importante que nos fortaleçamos para que possamos aproveitar cada vez mais e melhor os recursos disponíveis a nível do UN-Habitat, que nem sempre são financeiros. Outros sim, os desafios existentes nas nossas cidades não dependem somente dos planos de urbanização. Estes, por si só, exigem esforços de carácter transversal, como por exemplo o asseguramento da disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, conforme estipula o objectivo 6 da Agenda 2030 que considera a água parte integrante e está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três dimensões: ambiental, económica e social.

Quais são as principais reformas que foram introduzidas no programa de assentamentos humanos (UN-Habitat)?Para além de uma gestão mais orientada no sentido da optimização dos custos, as principais reformas têm a ver com o novo sistema de governação do UN-Habitat, que prevê uma estrutura máxima que é a Assembleia do UN-Habitat, passando a ser o órgão máximo de decisão mundial referente à urbanização sustentável, com a participação universal em substituição do Conselho de Governação limitado a 58 membros. Outra reforma consiste na criação do Conselho Executivo com 36 membros, assim distribuídos: 10 assentos para África, 8 para Ásia - Pacífico, 4 para Europa do Leste, 6 para América latina e Caraíbas e 8 para Europa Ocidental. Este Conselho Executivo é importante porque os membros terão direito de voto nas decisões a serem tomadas para a implementação dos projectos a nível do UN-Habitat. Angola candidatou-se para ocupar um lugar dos 10 assentos reservados para os países africanos. Desde o mês passado, que iniciámos um trabalho diplomático a nível dos embaixadores da SADC acreditados em Nairobi, solicitando apoio à nossa candidatura. Pelo trabalho efectuado, estamos confiantes que poderemos conseguir o lugar de membro do Conselho Executivo durante os trabalhos da Assembleia Geral.

Como será representada a delegação angolana à primeira assembleia-geral do UN-Habitat?

De acordo com as indicações recebidas de Luanda, a delegação angolana será chefiada pela ministra de Ordenamento do Território e Habitação' Ana Paula de Carvalho. Para além de mim, na qualidade de embaixador e representante permanente de Angola junto dos Escritórios da ONU em Nairobi, integram ainda a delegação directores, chefes de departamentos e técnicos do Ministério de Ordenamento do Território e Habitação. São esperados cerca de dois mil delegados, entre os quais representantes de

governos. Temos igualmente indicações da participação de alguns Chefes de Estado.

7. TERRA

7.1 Bairros ao redor da centralidade constam do plano de requalificação

Jornal de Angola
06 de Maio de 2019
Texto: Roque Silva

O Governo Provincial de Luanda vai requalificar 16 dos 22 bairros que circundam a cidade do Sequele, em Luanda, mediante um plano urbanístico e de ordenamento do território, soube, ontem, o Jornal de Angola de uma fonte da Administração Municipal de Cacucaco.

A fonte, que pediu para não ser identificada, por alegar não ser a pessoa autorizada a falar à imprensa, embora seja conhecedora do processo de requalificação, adiantou que os bairros a requalificar estão legais, alguns dos quais localizados a norte e a nordeste do Distrito Urbano do Sequele (do lado direito para quem sai da cidade do Sequele em direcção a Via Expressa) e outros na comuna da Funda.

Ainda não existe um horizonte temporal para o arranque das obras, mas a fonte garantiu que o projecto contempla a construção de equipamentos sociais, como escolas, centros e postos de saúde, redes de esgotos, de água potável e de energia eléctrica, arruamentos e equipamentos de telecomunicações.

A requalificação vai ser feita nos bairros Ponto Três, Trinta, Mbêmbua, Cazulo, Catando, Cowboy, Havemos de Voltar, Camikuto 1, Calilongue, Sepa, Mulundo e nos projectos de loteamentos Vila Verde, Vila das Ideias e Kativa, localizados a norte do Distrito Urbano do Sequele e a sul da comuna da Funda, além do Rio Seco, Mayé -Mayé, a nordeste, e Tande 1, a sul.

A fonte deu ênfase ao facto de no bairro Rio Seco terem sido já feitas algumas obras, que não especificou, realidade extensiva ao bairro Mayé-Mayé, encontrando-se este em melhores condições por ter já água potável, energia eléctrica e rede de esgotos.

No Mayé-Mayé, habitado por famílias provenientes da zona da Boavista, no âmbito de um processo de realojamento, ainda faltam arruamentos e outras infra-estruturas sociais.

O bairro Tande 1, de acordo com a fonte, é uma zona que, apesar de ter sido construída de forma anárquica, entra no processo de requalificação por ter uma escola construída pelo Fundo de Apoio Social (FAS), projecto que é executado depois de autorizado pela Administração Municipal.

A fonte disse haver bairros que não dispõem ainda de serviços básicos por "teimosia dos moradores", por terem construído, de forma anárquica e sem autorização, em locais reservados à construção de outras estruturas imobiliárias, comportamento tipificado como "transgressão ao plano urbanístico."

"Muitos desses bairros são

antigos e vão passar por um processo de requalificação, apesar de haver obras feitas à margem do plano urbanístico e em horários que impossibilitam a fiscalização", acentuou a fonte.

"A situação financeira do país faz com que a construção do Sequele não esteja ainda concluída, razão pela qual a cidade não dispõe até agora, por exemplo, de semáforos", explicou a fonte, que disse não estar ainda concluída a primeira das três fases do projecto urbanístico.

7.2 Construção anárquicas nas reservas fundiárias

Jornal de Angola
06 de Maio de 2019

Quando lhe foi perguntado sobre o destino dos restantes seis dos 22 bairros que circundam a cidade do Sequele, a fonte sublinhou que são bairros ilegais e esclareceu que a decisão de serem desactivados ou não depende do Executivo, por estarem numa reserva fundiária do Estado.

Os seis bairros ilegais são Tande II, Vila Canaã, Terra Nova, Sombra dos Imbondéiros, Merengue e Bênção de Deus, construídos, segundo a fonte, "pela calada da noite", a sul do Distrito Urbano do Sequele.

No espaço onde estão os seis bairros ilegais, havia apenas lavras, que mais tarde desapareceram com a construção de casebres, por camponeses e "invasores de terrenos", quando se aperceberam da construção de prédios que deram origem à cidade do Sequele, habitada desde 2013.

A fonte criticou a postura dos proprietários de casebres por tentarem forçar uma indemnização ou realojamento e denunciou a continua "venda clandestina de terrenos, por indivíduos que se protegem uns aos outros.

Quando eram lavras, os proprietários foram contabilizados e o número era reduzido, frisou a fonte, que disse haver "documentos que comprovam isso." A fonte adiantou que o crescimento dos bairros ilegais está a preocupar as administrações de Cacucaco e Distrital do Sequele porque os moradores vivem em condições impróprias, fruto da existência de "um conjunto de problemas sociais."

"Os bairros ilegais que surgiram e cresceram à volta da cidade do Sequele são um problema que deve ser resolvido pelo Executivo, se decide, ou não, pela requalificação ou desactivação, com a promessa, ou mo, de realojamento das famílias noutras áreas habitacionais", reiterou a fonte.

A reserva fundiária que está na origem da construção do Sequele tem aproximadamente 33.100 hectares, 14 mil dos quais reservados para a criação do Distrito Urbano do Sequele, sendo de 206 hectares a extensão ocupada pelos bairros legais, incluindo a cidade do Sequele e aproximadamente 100 invadidos pela população que construiu os seis bairros ilegais.

O Jornal de Angola contactou a administradora interina do Distrito Urbano do Sequele, Níria Marques, para conferir a veracidade das informações prestadas pela fonte, tendo a responsável remetido a entrevista para uma outra ocasião.

7.3 Conflitos de terra são muito frequentes

Jornal de Angola
10 De Maio de 2019
Texto: Lourenço Bule

O conflito de terras, envolvendo particulares e as administrações municipais, lidera a lista de denúncias que a população fez chegar ao primeiro assessor do Provedor de Justiça, que trabalhou durante três dias na província do Cuando Cubango.

Makaya Castelo José disse, em entrevista exclusiva ao Jornal de Angola, que numa breve consulta popular que efectuou aos municípios do Cuito Cuanavale, Menongue e Cuchi constatou-se que os problemas relacionados com a titularidade de uma parcela de terra têm sido os principais focos de conflito entre as

autoridades tradicionais, agricultores, madeireiros e as administrações municipais.

Verificou-se que as autoridades tradicionais não possuem Instrumentos técnicos ou legais que lhes permita ceder parcelas de terras e quando assim acontece é susceptível de degenerar em conflitos, porque a parcela que cede a outrem, para o exercício de uma actividade, não tem limites ou croquis de localização, porque só as administrações municipais podem emitir estes dispositivos legais básicos. Realçou que os conflitos de terra constatados no Cuando Cubango são de difícil solução, visto que muitos dos implicados no problema não têm documentos que comprovam a sua legitimidade, emitido pelas autoridades administrativas.

"Temos dificuldades em resolver casos do género, visto que os próprios queixosos têm dificuldades em identificar os supostos acusados, porque não os conhecem, tudo porque saem de vários pontos do país, chegam numa determinada aldeia, identificam um terreno e ocupam aleatoriamente", disse.

Makaya Castelo José explicou que no Cuando Cubango existem vários casos de pessoas que vivem durante vários anos num determinado espaço e posteriormente aparece um novo proprietário, situação que a curto prazo a Provedoria de Justiça dará o devido tratamento jurídico-legal.

"No Cuando Cubango existem ainda vários casos de conflitos de terra entre os cidadãos, situação que obriga urgentemente a implementação da Provedoria de Justiça na província", disse Makaya José. Salientou que o Provedor de Justiça é um parceiro para a resolução de problemas específicos que afligem os cidadãos, concretamente no que diz respeito à defesa dos seus direitos, liberdades e garantias.

Questionado sobre a implementação dos serviços da Provedoria de Justiça no Cuando Cubango disse que tudo depende do Governo Provincial e que haja candidatos, de preferência juristas ou bacharéis do curso de Direito e que não sejam funcionários públicos.

"Durante as sessões de esclarecimento vários populares manifestaram o interesse de ver implantados no Cuando Cubango os serviços da Provedoria de Justiça, para verem salvaguardados os seus direitos, interesses, liberdades e garantias", disse.

Makaya Castelo José apontou como desafios a curto prazo a aprovação da Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, em conformidade com a Constituição da República de Angola (CRA), e a posterior expansão dos seus serviços nas 18 províncias do país.

7.4 Idoso desalojado de casa onde vivia há 44 anos

Jornal de Angola

11 de Maio de 2019

Texto: Arão Martins

José Quessasso, 73 anos, foi despejado, no passado dia 29, de uma residência onde vivia há 44 anos, no bairro Dr. António Agostinho Neto, no Lubango, alegadamente por orientação do Tribunal.

O idoso, antigo auxiliar de limpeza do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) na Huíla e reformado em 2002, disse que ocupou o terreno em 1975, para posteriormente construir a moradia.

"Ao longo deste período, ninguém se pronunciou como proprietário do terreno, para agora ser surpreendido com a orientação de despejo", lamentou, para acrescentar: "Vivo nesta habitação, de três quartos, casa de banho e duas salas de estar, construída por mim, há mais de 40 anos e não percebo' quem reclamou o terreno ou a casa, para me deixarem ao relento. Não sei quem está a me desalojar. Depois de 1975 ninguém me apareceu a reclamar o terreno".

Segundo o idoso "o que está e causa parece ser o terreno, por estar bem localizado e não a casa". José Quessasso diz ter recebido a orientação de despejo do tribunal no dia 29 de Abril deste ano. "Lembro-me que fui encontrado a dormir. Acordaram me para receber ordem de despejo".

Informou que é pai de cinco filhos, todos nascidos na casa, uma das quais com 44 anos. "Encontrei a zona baldia, com muitas pedras. Fui à Administração Municipal do Lubango e solicitei a legalização do terreno", explicou o idoso, que possui 43 netos, acrescentando muitos dos seus haveres, como televisores, geleiras, arcas frigoríficas e outros equipamentos, quebrarem e/ou ficaram sem funcionar.

Segundo José Quessasso, depois de solicitar a legalização do terreno, o espaço foi medido pelos fiscais da Administração Municipal, que autorizaram a construção da moradia. "Não construí anarquicamente. Fui autorizado pela Administração Municipal".

O coordenador do bairro Dr. António Agostinho Neto, zona nº6, Zeca Barreto, explicou que o caso do desalojamento da família alastra -se há algum tempo, pois há dois anos foi veiculada uma notícia na televisão a dar conta do litígio do espaço.

"Há dois anos, num programa da Televisão Pública de Angola (TPA), houve uma notícia que dava conta de um litígio nesta zona. Mas o que sabemos, e a vizinhança confirma, o cidadão vive aqui há mais de 40 anos. Nós testemunhamos isso e o nosso espanto é acordarmos com o cenário. Todos ficamos surpreendidos", disse.

Idoso recebe ajuda

O administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, explicou que está - se perante uma decisão do poder judicial, Armando Vieira referiu que a Administração Municipal do Lubango não pode interferir. Frisou que quando os cidadãos vêm os seus

direitos lesados existem mecanismos apropriados constantes na Constituição, para recorrerem e o que fizemos é mostrar o nosso lado humano e solidarizar -se com a família afectada.

"Negociámos com a família e arranjámos um espaço, que é propriedade da administração. Vamos colocar a família a viver temporariamente na habitação que encontramos, para depois, a nível do Governo Provincial da Huíla, ver - se a possibilidade de se arranjar uma outra habitação, onde possam viver de forma definitiva".

Armando Vieira referiu que este é um processo que já tem os seus antecedentes. "Segundo o que apuramos viviam quatro pessoas no mesmo espaço. Alguns já se retiraram também pela força do Tribunal e este era o único cidadão que insistia em viver ali", explicou.

O administrador do Lubango reconheceu que é desagradável e pouco abonatório ver um idoso ao ar livre. "Viemos, na qualidade de gestores do município, mostrar a nossa solidariedade, o nosso lado humano e felizmente encontramos sensibilidade e compreensão da parte do mais velho e em conjunto com a família alojá-lo na residência da Administração Municipal do Lubango", informou.

Acrescentou que provisoriamente o idoso e sua família vão viver numa casa que tem dois quartos e em função dos seus rendimentos, que vêm de reforma, tem condições para continuar a viver normalmente.

7.5 Moradores à beira do rio Malanje vão ser realojados nas “500 casas”

Jornal de Angola

15 de Maio de 2019

Texto: Eduardo Cunha, Venâncio

Victor e Francisco Curibingana

As populações residentes à beira do Rio Malanje, onde vão decorrer os trabalhos de desassoreamento, serão realojadas no Projecto SOO Casas, já concluído na área urbana do bairro social da Carreira de Tiro, garantiu o governador Norberto dos Santos "KwataKanawa".

O governante, que falava durante uma visita ao local onde será feito o dessareamento, disse que as 500Casas "foram construídas exclusivamente para realojar as populações que residem ao longo da beira do rio Malanje", porque as suas residências vão ser demolidas.

Kwata Kanawa alertou que "não vão ser aceites cartas de habitantes de outras localidades a solicitarem residências no Projecto 500 Casas, cuja via de acesso já foi reabilitada.

Segundo o governador, o Projecto das 500Casas carece ainda de infra-estruturas básicas, como energia e água. As residências foram construídas para as famílias que vivem próximo do rio, pelo que os habitantes de outras localidades devem escusar de formular pedido ao Governo Provincial para a obtenção de casas", alertou,

Visita a outros empreendimentos

O governadorde Malanjevisitou, igualmente, as obras da centralidade da Carreira de Tiro, onde estão a ser construídos 200 apartamentos de várias tipologias, a antena da TPA, localizada no Quéssua, o novo sistema de captação de água no Quissol, a Casa da Juventude e a escola especial na Catepa ..

Kwata Kanawa disse que as obras da centralidade estão em bom andamento, garantindo que o Ministério do Território e Urbanismo "vai efectuar brevemente" a segunda tranche do pagamento dos trabalhos.

Projecto custa 4S milhões de dólares

O Projecto de Desassoreamento do rio Malanje, orçado em 45 milhões de dólares, arranca no dia 31 do corrente, e será concluído em 12 meses, garantiu Kwata Kanawa.

"Quando as obras estiverem concluídas a cidade de Malanje terá uma imagem bem melhor", disse, apelando a empreiteira chinesa CAMC, que está a realizar os trabalhos para recrutar grande parte da mão-de-obra na província.

Os trabalhos de desassoreamento visam, fundamentalmente, restabelecer as condições de escoamento no caudal do rio, para que a cidade possa suportar, sem constrangimentos, as cheias provocadas pelas elevadas precipitações pluviais.

" Estas obras vão garantir qualidade de vida às populações dos bairros limítrofes, concretamente de Camona, Cahála, Caxito e Cafucufuco", adiantou o governador.

A par dos trabalhos de desassoreamento vão ser realizadas obras de drenagem pluvial nas margens do rio, reparação e beneficiação do açude, que tem uma extensão de 100 metros.

Vai ser substituído o descarregador das cheias e serão instaladas comportas metálicas de controlo do caudal

O Governo de Malanje, augura, com as obras na margem do rio, minimizar o impacto ambiental provocado pelo assoreamento de detritos presos pelo açude, segundo o director do Gabinete Provincial para Infra-estruturas e Serviços Técnicos, Miguel Correia.

7.6 “Transferência dos moradores é para já”

Jornal de Angola

19 De Maio de 2019

Pelo menos 600 famílias que vivem no bairro Camazingo vão, nos próximos tempos, ser transferidas para a zona da Quilemba, no quadro do programa de requalificação daquela zona. O governador províncias da Huíla, Luis Nunes, que garantiu o facto, explicou que o processo de transferência deste bairro é antigo e que o seu cumprimento deverá ser, em breve, um facto.

Luis Nunes salientou que as condições de habitabilidade do bairro são pouco dignas e as famílias abrangidas vão ser priorizadas pelo governo a terem acesso a uma moradia na Centralidade da Quilemba, de modo a permitir que o processo de requalificação do Camazingo seja feito com sucesso.

Segundo o governador, o processo de recadastramento das famílias que vivem na zona decorreu com sucesso. O trabalho, referiu, foi desenvolvido pela administração municipal do Lubango e outros órgãos afins. O objectivo é

"desenvolver acções que visam melhorar, além das condições de vida dos habitantes, a imagem do Lubango".

O Lubango, afirmou Luis Nunes, actualmente virou "um verdadeiro canteiro de obras e este processo deve ser abrangente, para conferir melhor qualidade de vida aos cidadãos".

Disse que o processo de recadastramento identificou um número considerável de funcionários públicos a residir no bairro e o governo provincial está a viabilizar o registo destes funcionários para terem casa na Centralidade da Quilemba e efectuarem o pagamento regular conforme os parâmetros exigidos legalmente. Informou que a transferência do bairro Camazingo é parajá. "A zona vai ser requalificada, o que vai ajudar a aproveitar o espaço para a construção de infra-estruturas de impacto social e outras instituições", disse. "Temos de tirar as populações que construíram as suas moradias no prolongamento das ruas e no leito do rio", sublinhou.

Armando Vieira, administrador municipal do Lubango, informou que o trabalho de cadastramento dos habitantes do. Camazingo está concluído e já foi remetido ao governo provincial.

"Como sabem, não é a primeira vez que se efectuou o cadastramento. Fizemos pela terceira ou quarta vez o cadastramento, para reconfirmar o número exacto de pessoas que vivem neste local. A qualquer momento daremos a conhecer os passos seguintes", disse.

O gestor do Lubango reconheceu que o bairro Camazingo é conhecido também como um dos pulmões económicos da cidade, por lá existirem vários empreendimentos económicos, mas, segundo disse, "há uma estratégia do governo provincial da Huíla, na pessoa do governador Luís Nunes, que visa reaproveitar o espaço para melhor rendimento e interesse público".

Armando Vieira deu a conhecer que está em curso o processo de loteamento de algumas zonas, para onde, no quadro do programa de fomento habitacional e auto-construção dirigida, serão transferidas as pessoas que não forem para a Centralidade da Quilemba.

A coordenadora do bairro Camazingo, Ana Isabel, solicitou maior diálogo com os moradores, para a determinação dos moldes de transferência. "Há aqui

muitos professores, agentes da Polícia Nacional, dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e dos Serviços Penitenciários, além de militares das Forças Armadas Angolanas, entre outros", referenciou.

Ana Isabel agradece ao Governo Provincial da Huíla, por "ter se lembrado" de requalificar o mítico bairro do Camazingo.

Além de tirar o brilho da cidade do Lubango, segundo Ana Isabel, Camazingo é um bairro sem saneamento básico e com construções desordenadas.

A antiga fundista felicitou as pessoas que se disponibilizaram em deixar o local a qualquer momento, sem criarem obstáculos, como aconteceu em anteriores casos semelhantes. "Sair dessa zona é uma bênção, porque quando chove os moradores correm riscos", disse.

O programa de requalificação é bem-vindo para o morador João Tchombole, apesar de mostrar -se céptico quanto ao local de transferência. "Todas as casas foram sinalizadas, mas não temos uma informação exacta do local de transferência. Ainda estamos numa confusão, mas a transferência é bem vinda e confiamos no Governo por ser pai. Queremos é que nos levem para zonas seguras, para evitar as mortes por hipertensão arterial", afirmou.

7.7 Famílias transferidas para locais seguros

Jornal de Angola

29 De Maio de 2019

Texto: Eduardo Cunha

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca entregou 25 casas ao Governo Provincial de Malanje, à luz do projecto de reassentamento da população directamente afectada pelos níveis de água da albufeira no município sei de Cacusó.

Para além das 25 casas do tipo T - 3, construídas ao longo de três anos pelo Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca, os futuros moradores do bairro "Vila dos Pescadores" vão contar com um posto de saúde, um centro comunitário, residência para os enfermeiros e uma escola com três salas de aula.

O director do projecto, Elias Daniel, disse ser o começo de um programa que vai abranger mais de 110 famílias identificadas numa das margens do rio Cuanza, o que vai perfazer um total de 600 pessoas que vão ser beneficiadas com o referido programa de reassentamento. Elias Daniel disse que, nesse

momento, está em construção uma vila com equipamentos sociais, além de um posto médico, escolas e um posto policial. "Estamos também a dar áreas de cultivo às populações, porque elas tinham uma fonte de rendimento e queremos que mantenham o seu padrão de vida", disse.

As obras da vila, de acordo com Elias Daniel, decorrem em ritmo acelerado e as casas podem ser entregues até Julho do ano em curso.

O administrador municipal de Cacuso, Caetano Tinta, agradeceu o gesto da Hidroeléctrica de Laúca, pois, como disse, vem dar resposta a muitas preocupações da população, que passa a ter melhores condições de acomodação.

João Fernando, um dos beneficiários, disse que as condições actuais conferem maior dignidade, pois, no passado, além do perigo das águas, dada a proximidade com o rio, as suas anteriores casas eram feitas de material descartável.

7.8 Executivo Simplifica atribuição de títulos de terra

Economia e Finanças
31 De Maio 2019

O Executivo criou um programa denominado "Minha Terra" para a simplificação do processo de atribuição de títulos às cooperativas agrícolas e titulação dos terrenos das comunidades rurais, anunciou terça-feira, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho.

Falando na reunião da 1ª Assembleia da UN-Habitat, a ministra lembrou que o programa "Minha Terra" está enquadrado no âmbito da gestão fundiária e do cadastramento, que deve ser implementado pelo Executivo nos próximos tempos.

Ana Paula de Carvalho anunciou que, no domínio das infra-estruturas urbanas, devem ser construídos dez novos centros urbanos, dos quais um já se encontra em construção. No domínio da habitação, lembrou que em 2018 foram construídas, com recursos públicos, 8.433 moradias, já habitadas e distribuídas por cinco províncias.

Segundo a ministra, ainda este ano devem ser construídas 4.850 moradias, distribuídas por três províncias. O Executivo, lembrou, aprovou o PND 2018-2022, documento alinhado com as agendas globais, incluindo a nova Agenda Urbana. Para o sector, sublinhou a responsável, estão estabelecidas

metas no domínio do ordenamento do território e urbanismo, devendo-se aprovar e ratificar 72 instrumentos de ordenamento do território, dos quais 11 já se encontram aprovados e ratificados.

A ministra anunciou, igualmente, que o país deverá estar dotado de 472 cartas cartográficas de referência e actualiza das, na escala 1/100 000. Destacou a parceria e assistência técnica que Angola beneficia da UN-Habitat, uma agência especializada da ONU dedicada à promoção de cidades mais sociais e ambientalmente sustentáveis.

"A UN-Habitat tem sido um parceiro importante para o Governo angolano, dando assistência técnica, com destaque para a Política Nacional do Ordenamento do Território, em fase de conclusão, e a Política Nacional de Habitação, que está a iniciar", disse.

Angola, acrescentou, vai continuar a dar passos para a implementação da nova Agenda Urbana e em particular o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 EPAL com dificuldade para abastecer capital

Jornal Economia e Finanças

3 De Maio de 2019

Texto Adérito Veloso

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) está a gerir um défice de mais de 650 mil metros cúbicos (m³) por dia, situação que resulta nas grandes restrições e paralisações no fornecimento de água à província de Luanda.

Segundo dados da empresa pública a que o JE teve acesso, actualmente a Epal tem uma capacidade instalada de 690 mil metros cúbicos (m³) por dia. Nas últimas semanas, Luanda tem registado várias restrições provocadas por este défice, numa altura em que as estimativas apontam que cada pessoa deveria ter um consumo médio de água diária de 200 litros.

Melhorias para breve

Para reverter este quadro de dificuldades, a empresa pretende desenvolver, ainda este ano, os projectos de água Quilonga Grande e Bitá, que uma vez concluídos poderão aumentar a capacidade, actual de produção de 550 metros cúbicos (m³), para 1.200.000 m³ dia.

A fonte indica que o projecto Bitá reforçará a distribuição de água no Camama, Cabolombo (zona verde), Mundial, Ramiros e no futuro o centro de distribuição da Maianga, enquanto Quilonga Grande, com captação no Bom Jesus, vai reforçar a distribuição nos zangos, novo aeroporto, km 30, zona industrial de Viana, Capalanga e Centralidade do Sequele.

O projecto do Quilonga Grande e Bitá são novos sistemas, com novas. Captações, tratamento, reserva e distribuição, a construção da totalidade destes sistemas terá, sem qualquer sombra de dúvida, um impacto enorme do acesso à água em Luanda.

Os consumidores cadastrados têm uma dívida à Epal que ronda os cerca de 60 mil milhões de kwanzas, com as localidades do Cazenga, Luanda e Viana a liderarem com as maiores dívidas.

Actualmente, a empresa pública conta com 1.600 trabalhadores, dos quais mais de 350 afectos à Confederação Geral de Sindicatos Livres de Angola (CGSILA) decidiram avançar com uma greve, que já dura quase dois meses.

A questão salarial é um dos pontos que divide os grevistas e a entidade patronal, sendo que os trabalhadores exigem um salário mínimo a rondar os 150 mil kwanzas, contra os actuais 59 mil.

Outras reivindicações prendem-se com o aumento do subsídio de alimentação e transporte, atribuição de seguro de saúde (trabalhadores e agregado familiar).

Qualidade da água

Nos últimos meses, a água que tem sido distribuída pela Empresa, Pública de Águas de Luanda (EPAL) tem sido de muito má qualidade, segundo relato de clientes.

Os moradores das centralidades do Kilamba, KK 5.000, Sequele e outras localidades da província queixam-se pela água "turva" que tem jorrado nas suas torneiras. Maria António é moradora do projecto habitacional do KK5.000. Em entrevista ao JE, a nossa interlocutora disse temer pela sua saúde.

"A água que está a ser consumida aqui, na nossa cidade e que vem da Epal poderá nos trazer sarna, infecção urinária e cólera. Assemelha-se mais com lama do que água. Isto é muito grave, e a Epal não nos diz nada", desabafou.

Abastecimento de água

O Plano estratégico da empresa pública prevê para o período 2018/2022 a cobertura de 85 por cento em toda a extensão da província. Para assegurar os vários, projectos são necessários cerca de 3 mil milhões de dólares.

O Plano revela que a região de Luanda continua a registar um crescimento demográfico acentuado o que contribui para que as infra-estruturas da província fiquem sobrecarregadas, e o sistema de abastecimento de água da cidade não seja excepção.

"Muitos esforços têm sido feitos no reforço, reabilitação e ampliação dos sistemas existentes, sendo que há a destacar os projectos de Bitá e Quilonga que se apresentam neste momento como os projectos mais importantes no abastecimento de água à cidade de Luanda", destaca a fonte.

Dados apontam que a maior "fatia" do investimento dirigiu-se para o reforço da capacidade de fornecimento de água da zona Sul e Leste de Luanda, numa altura em que foi garantida parcialmente a cobertura financeira para a construção dos novos sistemas com recurso a linha de crédito da China.

Projectos em "curso A nível do abastecimento de água para a província de Luanda o destaque recai para

o projecto que já tem financiamento garantido, com realce para as Estações de Tratamento de Água (ETA) de Cacuaco e Candelabro e Luanda Sudeste-Cassequel.

Está também em curso a reabilitação das ETAs de Luanda Sudeste e Sul, a rede de distribuição e ampliação do sistema de abastecimento de água Km 44, Capari, Bom Jesus, Benfica II e Cabire. Está em execução a construção do Centro de Distribuição (CD) da Sapu, Aeroporto, Candelabro e condutas adutoras, Morar e instalação de condutas adutoras, CD da Vila Flor e a conduta da ETA do Kilamba.

O plano prevê ainda a execução e reabilitação do CD do Marçal, construção da rede de distribuição de água do Bita Tanque Vacaria, implantação de redes de distribuição e ligações domiciliárias nas novas redes, implantação de redes terciárias e ligações domiciliárias, redes existentes.

8.2 Cidade do Soyo privada do abastecimento de água

Jornal de Angola

03 De Maio de 2019

Texto: Jaqueline Figueiredo

Habitantes da cidade do Soyo, na província do Zaire, estão privados do abastecimento de água potável desde o passado dia 29, devido à greve decretada pelos trabalhadores da empresa privada Consmavu-Lda, gestora da Estação de Tratamento de Água (ETA) do município.

Os grevistas reclamam o pagamento de dez meses de salário em atraso, por parte da empresa Consmavu-Lda, na qualidade de gestora contratada pelo Governo Provincial do sistema de captação, tratamento e abastecimento de água aos habitantes do Soyo.

Os trabalhadores haviam apresentado: no passado dia 12, um caderno reivindicativo à Administração Municipal, no qual solicitavam "a intervenção das autoridades competentes para a solução", até dia 28 de Abril, do problema salarial.

Consumado o prazo estipulado no caderno reivindicativo, o trabalhador da Consmavu-Lda decidiu paralisar o fornecimento de água potável à cidade do Soyo, até lhes serem pagos os dez meses de salários em atraso.

O porta-voz dos trabalhadores, Roberto Madalena Alberto, disse ao Jornal de Angola que o colectivo de funcionários, decidiu paralisar os trabalhos, não exige

aumento salarial, mas apenas o pagamento dos dez meses em atraso. "Nós só estamos a reclamar os dez meses de salários em atraso, imaginem se tivéssemos que reclamar um aumento salarial. o que não é o caso!... Apenas, queremos que nos sejam pagos os ordenados em atraso, por isso estamos abertos ao diálogo", sublinhou Roberto Madalena Alberto.

O porta-voz dos trabalhadores da Consmavu-Lda, no Soyo avançou que, segundo a informação que obtiveram do empregador, o Governo Provincial do Zaire não lhes paga há vários meses, facto que impossibilita a empresa de honrar os compromissos assumidos com os trabalhadores.

"O problema salarial já se arrasta há vários anos. Segundo o nosso empregador, o Governo do Zaire não está a pagar os contratos, situação que levou a empresa a não ter capacidade de continuar a garantir os salários. Já em Maio de 2017 tínhamos paralisado os trabalhos e o ex-governador, Joanes André, prometeu que poderia resolver a situação dos atrasados, só que, infelizmente, não resolveu", explicou Roberto Alberto.

A falta de salários, segundo contou, agudizou a situação social das famílias e muitos trabalhadores são obrigados a assistir, impotentes, à expulsão dos seus filhos das escolas, por incumprimento no pagamento das propinas.

O responsável da empresa Consmavu-Lda, Manuel Ganga, reconhece ter salários por pagar aos funcionários, "mas não se trata de dez meses. Alguns trabalhadores têm por receber quatro e outros cinco meses."

De acordo com o empresário, a sua empresa não pode continuar a endividar-se para garantir os salários dos funcionários, sem que o governo garanta o cumprimento dos contratos, sob pena de vir a ter problemas com os credores.

"O governo só pagou três meses, daí a dificuldade em pagar salários aos trabalhadores. Nós, enquanto empresa, vínhamos assumindo os salários, através de empréstimos, mas como não há garantias até ao momento por parte das autoridades não temos como continuar a assegurar os ordenados dos trabalhadores da ETA no Soyo. Estamos a aguardar. Tão logo o Governo do Zaire pague, nós vamos cumprir com o nosso papel, enquanto empregador", frisou.

De salientar que, até ao momento, as autoridades do município ainda não se pronunciaram, estando os habitantes a enfrentar sérios problemas para encontrar água para o consumo.

8.3 Estudantes criam sistema pré-pago de abastecimento de água potável

Jornal Expansão

3 De Maio de 2019

Texto Alexandre Lourenço

Um grupo de estudantes do Instituto Médio de Telecomunicações (ITEL) e do Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação (ISUTIC) desenvolveu um sistema pré-pago de fornecimento de água potável.

O sistema, composto por um software e um contador, vai permitir aos clientes da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) pagar, consultar o nível de água no reservatório e o mapa das agências em todas as partes de Luanda.

O projecto, criado em 2014, foi desenvolvido pelos estudantes João Tchali, finalista do curso de electrónica e telecomunicações, no ITEL, Welviria Xavier, Maura Firmino, estudantes do 5.º ano do curso de electrónica e telecomunicações no ISUTIC, e Mateus Tiago, professor e coordenador do grupo.

"A EPAL ainda funciona com os contadores analógicos e, algumas vezes, os consumidores reclamam de terem pagado um valor que não se conjuga com que consumiram, então, foi desenvolvido este sistema pré-pago com o intuito de se implantar nas residências de modo a fazer a racionalização da água potável, a consulta e o pagamento de acordo com o que o cliente consumiu", explica Mateus Tiago.

Os contadores instalados nas residências dos clientes da EPAL permitem que os utentes pesquisem a quantidade de litros de água nos seus reservatórios e a inserção dos números de recarga.

Para além dos contadores que serão instalados nas residências, os clientes terão ainda acesso a um software, que poderá ser baixado e instalado nos seus telefones, que lhes vai permitir fazer a compra da recarga, o carregamento e a consulta. Os clientes vão ainda receber notificações, em caso de ausência de água no reservatório, entre outras funções.

"As recargas têm várias quantidades: há de 10 mil litros, 2 mil litros, sucessivamente. É um sistema que permite ao cliente pagar o que consumiu e o que quer", reforça o coordenador, acrescentando que estão a envidar esforços, no sentido de trabalhar com a Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), como objectivo de facilitar a compra de recarga através do software desenvolvido.

Mateus Tiago garante que, desde que se faça a industrialização do sistema, não haverá problemas na distribuição dos contadores porque o sistema vai simplesmente substituir os contadores analógicos da empresa de água, utilizando as mesmas condutas e a mesma identificação dos clientes registados na base dados da EPAL.

Com poucos detalhes, o coordenador revelou que o sistema denominado Empresa Fornecedora de Água Potável (EPAL), foi desenvolvido com display, teclado matricial, micro controlador, entre outros.

Mateus Tiago conta que a instituição está a organizar os processos para o registo da marca no Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI).

Apesar de lamentar o pouco aproveitamento dos projectos desenvolvidos no País por parte dos estudantes, o coordenador acredita no sucesso do projecto depois do contacto mantido com a empresa pública de águas.

"Depois de apresentarmos o projecto num programa de rádio, semanas depois recebemos a visita de alguns responsáveis da EPAL, mostrando interesse no sistema e penso que já estão a ser feitas as negociações com a instituição", conta.

O grupo de estudantes que desenvolveu este sistema foi distinguido na 11ª edição dos prémios 35 Graus na categoria de ciências e tecnologias.

"Quando a pessoa sente que o seu esforço foi reconhecido há mais motivação e dedicação, por isso estamos agradecidos e motivados para outros desafios".

Entre vários projectos, o grupo tem em carteira a "casa inteligente" que permite conectar todo o material electrónico de casa a partir do telefone.

8.4 Banco Mundial promete financiar projecto Bita

Jornal de Angola

04 De Maio de 2019

Texto: Victorino Joaquim

O Banco Mundial (BM) vai garantir o financiamento do projecto de produção e distribuição de água potável Bita (em Luanda), quando dentro de dois meses se reunir no "Angola Day" para aprovar novos empréstimos avaliados em 1,2 mil milhões de kwanzas para programas de desenvolvimento no país, prometeu ontem o director executivo da instituição financeira, Fábio Kantczuk.

O brasileiro lidera uma missão de dez directores executivos do BM que conclui hoje uma avaliação, iniciada quinta-feira, de projectos em curso e em preparação para obterem financiamento do banco multilateral.

As declarações foram proferidas no fim de uma reunião em que o Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) apresentou o projecto Bita, que vai fornecer água a zona sul e sudoeste de Luanda"

"Fábio Kantczuk considerou, ao falar à imprensa no fim da reunião, que "o projecto tem um grande potencial", posto que "vai permitir que as famílias deixem de obter a água distribuída por camiões-cisterna, que são bastante caros, para passarem a usufruir de água canalizada."

"É um caminho correcto.

Daqui a dois meses, o Banco Mundial vai reunir em Conselho para garantir o investimento neste projecto", afirmou Fábio Kantczuk. De acordo com números oficiais disponíveis no Jornal de Angola, o financiamento previsto para o Bita é de 473 milhões de dólares.

O presidente do Conselho de Administração da EPAL, Diógenes Diogo, descreveu a situação do fornecimento de água de Luanda com variáveis como a população de província, de oito milhões de habitantes, e um défice de 710 mil metros cúbicos de água potável por dia, face às necessidades de consumo de 1,2 milhões de metros cúbicos. O défice é tido, algumas vezes, como o centro das restrições impostas sobre o abastecimento, o que Diógenes Diogo afirmou que se procura solucionar com a implementação do projecto Bita.

Diógenes Diogo falou também sobre os altos níveis de dívidas contraídas pelos consumidores, lembrando que apesar de a companhia ter adoptado oito tarifas para a cobrança, entre as quais se destaca a doméstica, a social, a industrial e a de serviços, "há consumidores que não pagam com regularidade o consumo."

A EPAL, prosseguiu, ainda não efectua em cem por cento o tratamento de águas residuais, o que ainda é da responsabilidade do Governo Provincial de Luanda, além que, nas zonas mais carenciadas, o abastecimento mais frequente é feito por camiões-cisterna, a preços especulativos.

Na apresentação do projecto, o administrador executivo da EPAL, Manuel da Cruz, definiu o Bita como um novo sistema, com novas captações, tratamento, reserva e distribuição, "sem qualquer

sombra de dúvida, com impacto enorme no acesso à água em Luanda."

Com o início das obras previsto para Janeiro, o projecto envolve a construção de quatro centros de distribuição e um de tratamento de água que vão produzir, depois da conclusão até 2023, 258.200 metros cúbicos de água potável para abastecer toda a zona sul e sudoeste de Luanda, beneficiando mais de 1,700 milhões de famílias do Camama, Cabo-lombo (Zona Verde), Mundial e Ramiros.

O BM empregou 1.069 milhões de dólares em mais de 19 projectos de impacto económico e social em Angola entre 1998 e 2017, tendo oito em execução pelo valor de 1.044 milhões.

Apesar dos investimentos já realizados no país, a instituição financeira internacional dispõe-se a ajudar Angola a implementar projectos nos domínios da agricultura, energia, auxílio ao relançamento do sector produtivo privado, produção estatística e promoção do investimento para redução das importações.

8.5 Benguela quer melhorar gestão de recursos hídricos

Jornal de Angola

04 de Maio de 2019

Texto: António Gonçalves

Os caudais dos rios, particularmente as bacias hidrográficas do Cacongo, na Ganda, e o rio Catumbela podem beneficiar, em breve, de barragens, com zonas de acomodação das águas, para melhorar a utilização dos recursos hídricos, segundo o vice-governador de Benguela para o Sector Técnico e Infra Estruturas.

Leopoldo Muhongo disse que foi recentemente criado um gabinete de gestão dos recursos hídricos, para permitir que a província de Benguela aproveite melhor a água das chuvas, fazendo com que não haja dificuldades em tempo seco.

"Por se assistir em algumas épocas chuvosas, tanto no rio Cavaco como no Coporolo um excesso de água que flui, sem proveito, para o oceano Atlântico, o que em períodos de seca representa grandes dificuldades, foi criado esse gabinete, que vai permitir também que se melhore a questão da energia".

O referido gabinete, ainda de acordo com o vice-governador, vai fazer com que os fluxos dos caudais sejam melhor aproveitados, do ponto de vista do fornecimento da água. o que vai permitir que, do ponto de vista da agricultura, haja melhores

rendimentos, bem como potenciar o sector do turismo, na perspectiva da geração de postos de trabalho.

O governante, que falava durante uma conferência de imprensa, reconheceu que a província de Benguela não tem capacidade de armazenamento de água, porque foi concebida para atender uma determinada demanda populacional.

"Nós não temos capacidade de armazenagem, porque o Projecto de Águas de Benguela foi concebido para atender uma determinada demanda populacional e o não acompanhamento dos fluxos demográficos, que continuam a crescer, resulta hoje, como é natural, em dificuldades para fornecer este produto à população", argumentou.

De acordo com o governante, associa-se a isso o facto de o Governo Provincial ter necessidades financeiras elevadas para aumentar os níveis de água colocada à disposição dos consumidores.

8.6 Camiões-cisternas de água atenuam impacto da seca

Jornal de Angola

04 de Maio de 2019

Texto: João Dias, Vladimir Patra e Garrido Frago

O Executivo vai construir, em breve, 11 sistemas de água na localidade do Curoca, comuna do Tômbwa (Namibe), para minimizar a prolongada estiagem que afecta há quase 8 anos mais de 3 mil famílias, anunciou ontem o administrador comunal, Alexandre Nhuca.

À imprensa depois da visita que o Presidente da República efectuou à comuna do Curoca, o administrador anunciou que, além da construção dos 11 sistemas de água no quadro das acções de emergência, a administração comunal deve recuperar mais três sistemas de água.

Sem entrar em detalhes, o responsável disse que os sistemas devem abranger também a localidade do Iona. Para tal, estão já disponíveis 200 milhões de kwanzas e mobilização das empresas para o concurso público está feita, para que imediatamente seja minimizado o impacto da seca.

"Este é um programa de emergência e a qualquer momento as empresas que passarem pelo concurso podem aparecer para iniciar com as obras", referiu, acrescentando que esta é uma solução provisória enquanto a definitiva ainda não surgiu.

Para Alexandre Huca, uma solução definitiva para o combate à seca no Curoca e Virei passa pelo aproveitamento do potencial do rio Cunene, que dista a 200 quilómetros da localidade.

O administrador sublinhou que uma solução desta envergadura seria definitiva, porém muito cara. "A administração entende que este problema pode ser resolvido de forma definitiva, aproveitando o rio Cunene. O município do Tômbwa é o único da província que tem um rio permanente, que é o rio Cunene. Mas deste rio nada aproveitamos, infelizmente. É o momento de começarmos a pensar muito seriamente em encontrarmos uma solução definitiva a partir deste rio", disse Alexandre Huca, acrescentando que técnicos dizem que é possível transferir água do rio Cunene para o rio Curoca ou utilizando o rio como fonte para a produção de pasto na região.

Quanto ao gado morto, o responsável disse não ter e dados senão os que apontam 1 para a morte de apenas quatro cabeças de gado, podendo ser mais, pois trata-se de uma população que pratica inevitavelmente a transumância. "Há muito gado do Tômbwa que está na Bibala à procura de pasto", indicou.

Garantias do Presidente

uma visita a um dos locais afectados pela seca, a comuna do Curoca, município do Tômbwa, o Presidente da República, João Lourenço, garantiu, enquanto Titular do Poder Executivo, que vai envidar esforços para que sejam encontradas soluções imediatas para a situação que afecta as mais de 3 mil famílias que vivem na localidade.

Acompanhado da primeira-dama da República, Ana Dias Lourenço, e de alguns ministros, o Presidente da República caminhou pela comuna e recebeu explicações do administrador Alexandre Nhuca, bem defronte do "Lago Seco do Carvalhão", o único espaço com alguma vegetação. "Acreditamos em resultados positivos dessa visita. Recebemos algumas garantias de apoio e orientação de como trabalhar naquilo que ao nosso nível podemos fazer", disse o administrador municipal do Tômbwa. O Presidente da República deslocou-se ao Curoca para avaliar o impacto da seca prolongada que afecta a localidade.

Problema da seca

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, que acompanhou o Presidente da República na deslocação ao Namibe, disse ser importante resolver o problema da seca por afectar, em grande medida, não só a população sem acesso a quantidades

necessárias, como ser um problema para o gado que precisa de locais para beber. O ministro indicou que Namibe tem projectos de investimento no sector das Águas já realizado, com realce para a Estação de Tratamento de Água (ETA) e a de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), além de

recentemente terem sido postos em funcionamento os novos sistemas no Camucuiu e na Bibala.

"O grande problema é o Virei, que tem um projecto que precisa de ser retomado", sublinhou João Baptista Borges, que reconheceu alguns problemas no fornecimento de energia eléctrica no Namibe e Huíla, cuja solução passa pela construção da linha de alta tensão proveniente de Lauca e que passa pelo Huambo.

O ministro afirmou que estão a ser discutidos as formas de financiamento com o Banco Mundial e deixou claro que se trata de um projecto prioritário.

Um oásis verde sem águas

Se antes a população conseguia sobreviver com longos períodos sem chuva por causa da Lagoa do Carvalhão, hoje a sorte mudou por completo. A lagoa do Carvalhão, que assegurava alguma sobrevivência à população, evaporou-se, secou e deu lugar a um "pequeno oásis verde sem água no meio de extensa areia fina". O Carvalhão era tudo o que tinham as famílias pastoris e camponesas.

"É o Carvalhão que sempre fez com que houvesse vida aqui, na localidade. Há oito anos que a lagoa está sem água mesmo depois do desassoreamento que foi feito pelo qual se esperou que tivesse água do rio Curoca, mas não aconteceu", contou Alexandre Nhuca, reconhecendo o sofrimento da população local.

8.7 Mais água potável na região

Jornal de Angola

05 De Maio de 2019

Os habitantes do bairro Txizaínga 11, parte suburbana da cidade de Saurimo, na Lunda-Sul, contam com mais água potável, na sequência da inauguração de um sistema de captação, tratamento e abastecimento, que contempla furos artesianos instalados nos domicílios.

Junto de dezenas de barris de plástico e outros utensílios domésticos, perfilados à entrada do chafariz, o pequeno Lelé Vado, seis anos, acompanha com o olhar a disputa por lugares favoráveis na fila, minutos antes do corte da fita, partilhado entre o

vice-governador provincial para a Área Técnica, Evanerson Caputo, e o administrador de Saurimo, Filipe Neves Romão.

O enchimento da primeira banheira confirma a funcionalidade do sistema construído em três meses, pela empresa VAC Investimentos, Lda.

O sistema comporta duas bombas de sucção, accionadas por energia fotovoltaica, para alimentar quatro chafarizes, três dos quais instalados num raio de 200 metros.

O sentimento de alívio dominou as impressões expressas pelas adolescentes Eliana Flora e Marcelina Emília, que todos os dias carregavam à cabeça banheiras cheias de água comprada em casas de vizinhos.

O regedor de Txizaínga 11, Domingos Filipe, considera a disposição de água para os moradores "um passo importante dado pelo Governo" e projecta estratégias para proteger o sistema de actos de vandalismo.

O governador Daniel Neto apontou a conclusão de uma base para assentamento de um posto de transformação (PT) de 630 kva. Garantiu também que a iluminação para os mais de 40 mil habitantes do bairro mais populoso de Saurimo vai melhorar durante este ano.

8.8 Executivo estuda formas para o tratamento do lixo

Fonte: Jornal de Angola

07 De Maio de 2019

Autor: Edivaldo Cristóvão

O Executivo está preocupado com a quantidade de lixo produzido nos hospitais, devido ao risco de contaminação de doenças, afirmou o secretário de Estado da Saúde, admitindo que uma unidade sanitária com 800 camas pode acumular a mesma quantidade de resíduos recolhidas numa pequena cidade.

Leonardo Inocêncio falava durante o Primeiro Seminário sobre o Ambiente e Saúde na sua Gestão e Tratamento dos Resíduos Hospitalares Perigosos e não Perigosos, organizado pela Agência Nacional de Resíduos (ANR) e realizado na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP).

O secretário de Estado disse que a maior parte dos resíduos produzidos pelas unidades sanitárias são, na sua maioria, agulhas, pinças, lâminas, sistemas de

colecta de fluídos, vestuários e roupas de camas hospitalares.

Para se evitar a propagação de resíduos hospitalares, garantiu que o Ministério da Saúde e do Ambiente estão a trabalhar em conjunto na elaboração de um plano para contrariar tal situação, que considera preocupante.

O governante classificou o lixo produzido nos hospitais em quatro grupos, sendo o de nível um, que é o de uso comum retirado das residências, restaurantes e escritórios; os dois e três são os considerados de risco biológico contaminados que precisam de um certo tratamento antes de serem depositados no aterro.

O grupo quatro, considerado o mais perigoso, provém dos centros de hemodiálise, maternidades ou requisitados nas áreas onde há permanência de doenças como a Hepatite e o VIH. A nível dos hospitais públicos; disse, a preocupação da recolha dos resíduos prende-se mais com as unidades municipais, postos e centros de saúde, mas referiu que com as de referência a situação está controlada. Nestes hospitais de referência, continuou, existem empresas contratadas que fazem este acondicionamento em lugares separados que, posteriormente, são incinerados e depositados em aterros.

Saúde pública: O secretário de Estado do Ambiente, Joaquim Manuel, afirmou que os riscos que resultam da má gestão e tratamento dos resíduos hospitalares constituem problema ambiental e de Saúde Pública.

Nesta perspectiva, o Executivo adiantou-se na elaboração de leis sobre o assunto, com vista a melhorar o sistema de recolha, deposição, armazenamento, transporte, tratamento e eliminação do lixo, que serão fiscalizados e controlados pela Agência Nacional de Resíduos.

Em resposta ao plano de tratamento de resíduos, o Executivo pretende reduzir o nível de contágio a partir do lixo hospitalar, mas, para isso, deverá identificar modalidades que facilitem a expansão da informação e que promova a gestão e tratamento desse tipo de resíduos.

"Não são meros resíduos, mas sim restos produzidos durante a actividade hospitalar, que resultam do tratamento e prevenção de doenças de seres humanos ou animais que podem ser infecciosos com perfuro cortantes, químicos ou radioactivos. Refiro-me a agulhas, pinças, lâminas, sistemas de colecta de fluídos, assim como vestuário e roupas de camas hospitalares", explicou o secretário de Estado.

Joaquim Manuel alertou que esse tipo de materiais se não forem devidamente segregados ou separados no acto da deposição, tendo em conta a sua característica de perigosidade, representam risco imediato para a saúde de quem vai recolhê-los.

De acordo com o responsável e baseando-se na lei, o destino final dos resíduos hospitalares, resultantes de serviços de Saúde, é da responsabilidade das unidades produtoras até o envio destes para instituições de tratamento licenciadas.

"A lei prevê a transferência de competências em relação à gestão de resíduos hospitalares e de serviços de saúde para as empresas especializadas, desde que o contrato seja redigido de forma clara", disse.

O secretário de Estado do Ambiente considerou oportuno a discussão em torno da gestão do tratamento de resíduos hospitalares perigosos e não perigosos, sublinhando que as intervenções feitas pela Agência Nacional de Resíduos e as diversas denúncias de populares e órgãos de Comunicação Social são favoráveis.

O Primeiro Seminário sobre o Ambiente e Saúde na sua Gestão e Tratamento dos Resíduos Hospitalares Perigosos e não Perigosos, promovido pela Agência Nacional de Resíduos, serviu para promover um debate sobre a temática, de modo a transmitir o quadro legal vigente e as perspectivas da produção legislativa.

O tratamento, gestão de resíduos, procedimentos administrativos destinados à reutilização, reciclagem e sua valorização fazem parte do Decreto Presidencial nº 265/18 de 15 Novembro.

8.9 Executivo estuda formas para o tratamento do lixo

Fonte: Jornal de Angola

07 De Maio de 2019

Autor: Edivaldo Cristóvão

O Executivo está preocupado com a quantidade de lixo produzido nos hospitais, devido ao risco de contaminação de doenças, afirmou o secretário de Estado da Saúde, admitindo que uma unidade sanitária com 800 camas pode acumular a mesma quantidade de resíduos recolhidas numa pequena cidade.

Leonardo Inocêncio falava durante o Primeiro Seminário sobre o Ambiente e Saúde na sua Gestão e Tratamento dos Resíduos Hospitalares Perigosos e não Perigosos, organizado pela Agência Nacional de

Resíduos (ANR) e realizado na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP).

O secretário de Estado disse que a maior parte dos resíduos produzidos pelas unidades sanitárias são, na sua maioria, agulhas, pinças, lâminas, sistemas de colecta de fluídos, vestuários e roupas de camas hospitalares.

Para se evitar a propagação de resíduos hospitalares, garantiu que o Ministério da Saúde e do Ambiente estão a trabalhar em conjunto na elaboração de um plano para contrariar tal situação, que considera preocupante.

O governante classificou o lixo produzido nos hospitais em quatro grupos, sendo o de nível um, que é o de uso comum retirado das residências, restaurantes e escritórios; os dois e três são os considerados de risco biológico contaminados que precisam de um certo tratamento antes de serem depositados no aterro.

O grupo quatro, considerado o mais perigoso, provém dos centros de hemodiálise, maternidades ou requisitados nas áreas onde há permanência de doenças como a Hepatite e o VIH. A nível dos hospitais públicos; disse, a preocupação da recolha dos resíduos prende-se mais com as unidades municipais, postos e centros de saúde, mas referiu que com as de referência a situação está controlada. Nestes hospitais de referência, continuou, existem empresas contratadas que fazem este acondicionamento em lugares separados que, posteriormente, são incinerados e depositados em aterros.

Saúde pública: O secretário de Estado do Ambiente, Joaquim Manuel, afirmou que os riscos que resultam da má gestão e tratamento dos resíduos hospitalares constituem problema ambiental e de Saúde Pública.

Nesta perspectiva, o Executivo adiantou-se na elaboração de leis sobre o assunto, com vista a melhorar o sistema de recolha, deposição, armazenamento, transporte, tratamento e eliminação do lixo, que serão fiscalizados e controlados pela Agência Nacional de Resíduos.

Em resposta ao plano de tratamento de resíduos, o Executivo pretende reduzir o nível de contágio a partir do lixo hospitalar, mas, para isso, deverá identificar modalidades que facilitem a expansão da informação e que promova a gestão e tratamento desse tipo de resíduos.

"Não são meros resíduos, mas sim restos produzidos durante a actividade hospitalar, que resultam do tratamento e prevenção de doenças de seres humanos

ou animais que podem ser infecciosos com perfuro cortantes, químicos ou radioactivos. Refiro-me a agulhas, pinças, lâminas, sistemas de colecta de fluídos, assim como vestuário e roupas de camas hospitalares", explicou o secretário de Estado.

Joaquim Manuel alertou que esse tipo de materiais se não forem devidamente segregados ou separados no acto da deposição, tendo em conta a sua característica de perigosidade, representam risco imediato para a saúde de quem vai recolhê-los.

De acordo com o responsável e baseando-se na lei, o destino final dos resíduos hospitalares, resultantes de serviços de Saúde, é da responsabilidade das unidades produtoras até o envio destes para instituições de tratamento licenciadas.

"A lei prevê a transferência de competências em relação à gestão de resíduos hospitalares e de serviços de saúde para as empresas especializadas, desde que o contrato seja redigido de forma clara", disse.

O secretário de Estado do Ambiente considerou oportuno a discussão em torno da gestão do tratamento de resíduos hospitalares perigosos e não perigosos, sublinhando que as intervenções feitas pela Agência Nacional de Resíduos e as diversas denúncias de populares e órgãos de Comunicação Social são favoráveis.

O Primeiro Seminário sobre o Ambiente e Saúde na sua Gestão e Tratamento dos Resíduos Hospitalares Perigosos e não Perigosos, promovido pela Agência Nacional de Resíduos, serviu para promover um debate sobre a temática, de modo a transmitir o quadro legal vigente e as perspectivas da produção legislativa.

O tratamento, gestão de resíduos, procedimentos administrativos destinados à reutilização, reciclagem e sua valorização fazem parte do Decreto Presidencial nº 265/18 de 15 Novembro.

8.10 Falta Tudo no Curoca, mas o pior é viver sem água

Jornal de Angola

09 De Maio de 2019

Texto: João Dias

Na comuna do Curoca, tudo esta em falta. Sem escolas, hospitais, água, energia e infra-estruturas, um ambiente "hostil, infecundo e seco" compõe o retrato de uma localidade quase parada no tempo. O Curoca vive um dia de cada vez e sustém - se pela esperança, mesmo quando a seca aperta.

À rotina da seca ninguém se habitua. "Pode até faltar tudo, mas faltar água é o pior que nos está a acontecer há quase oito anos. Posso não, ter nada, mas não ter água é mesmo mau e você só sente isso quando a seca entra na sua rotina", afirmou Fernanda Tchiambo, ao *Jornal de Angola*. O Curoca dista quase 80 quilómetros do município sede.

Fernanda Tchiambo, 34 anos, enquanto caminhava no local onde o Presidente da República recebia explicações do administrador do Tômbwa, Alexandre Nhuca, conversou com a nossa equipa sobre os seus anseios e medos. Para ela, o futuro sem água é sombrio, pois a seca sempre simboliza fome e, miséria. Mas viu as suas esperanças insufladas com a visita do Chefe do Estado à sua terra.

"Desde que nasci, nunca vi uma coisa destas. Ver um Presidente vir cá visitar nos serve de consolo, apesar de tudo. Esta visita dá-me esperança e fé", disse. João Lourenço visitou o Namibe na passada sexta feira.

A jovem lembra que a situação agravou-se, quando o único sistema que abastecia a localidade avariou a sete anos. Sem o abastecimento regular de água potável, as doenças diarreicas "atacaram com força". No Curoca, a água que se consegue só dá para tomar banho, lavar roupa e, às vezes, cozinhar.

Água para beber depende do precário sistema de abastecimento instalado no local, que ora fornece água, ora não. A racionalização da "água limpa" que conseguem é "insana". Beber água potável e numa temperatura normal é um pequeno luxo, um privilégio que a todos escapa. Ainda assim, a vida segue, embora na "corda da sobrevivência". Conta -se que aos miúdos pede-se que não se ponham a brincar às corridas, para não elevarem o nível de sede e gastarem a pouca água conseguida. Coincidentemente, enquanto o Presidente da República visitava a pequena comuna do Curoca, o sistema "soltava" algumas gotas de água, para alívio de quem passou semanas inteiras sem o mínimo. Ficam divididos. Não sabem se acompanham a ilustre visita ou se aproveitam a linha de água que jorra de uma pequena elevação de betão.

"Hoje está a passar água.

É esta que está a sair aí que usamos para beber", afirmou Fernanda Tchiambo,' apontando para o pequeno sistema de betão do qual sobressaem dois tubos improvisados de torneira.

No Curoca, um sítio seco por entre falésias e pequenas montanhas despidas de qualquer vegetação, não há escolas, hospitais, centrais de tratamento de

água, tampouco espaços de lazer. Mas o pior é não ter água.

"Água é vida e a nós falta.

Estamos habituados a ir para cama esbranquiçados, com sede e sujeitos a problemas diarreicos. É Deus que nos tem segurado. Só pode", afirmou.

Mesmo com os lábios secos de sede, os calos ressequidos e a mão cheia de cieiro, Bemardo Ivumbi, um camponês que há muito aposentou a enxada, guarda a acesa esperança de dias melhores. "Sempre espera-mos ter água. Já estamos assim há muitos anos. Esta seca é mais velha do que meu filho cassule, tem quase oito anos" contou.

A cantoria dos meninos Feita a visita de constatação de quase uma hora e dadas explicações ao 'Presidente João Lourenço, a concentração de populares do Curoca foi-se desfazendo aos poucos. Os jornalistas, como é óbvio, prepararam-se para calcorrear mais 78 quilómetros de regresso ao município sede do Namibe.

Não muito distante do local da visita, uma dezena de crianças debaixo do sol abrasador, às vezes suavizado pela brisa fresca que vem do Norte, cantava aos pulos e com palmas:

"João Lourenço vinha, vimos João Lourenço, vimos o Presidente", num gesto de agradecimento e admiração. Afinal a localidade fica distante, isolada e é inóspita, apesar de albergar mais de três mil famílias. Ter a importante visita de um Presidente é sempre um marco a não esquecer.

8.11 Seca já ceifou vidas

OPAÍs

10 De Maio de 2019

Rei dos Kwanhamas disse à OPAÍs haver o registo de três mortes confirmadas e muitas pessoas feridas devido ao desabamento das cacimbas. Gerónimo Hailengue disse nunca ter visto uma seca como essa.

"Uma seca igual essa nunca vimos Já perguntamos aos mais-velhos que estão com 100 anos e dizem também nunca ter visto nada igual", afirmou

A autoridade tradicional confirmou também que as crianças têm estado a abandonar as escolas. Por isso, sugeriu que Angola colabore com a República da Namíbia para uma melhor solução da situação.

O Presidente da República, João Lourenço, também admitiu haver vítimas mortais por causa da seca, mas não precisou números.

No Sábado (4), o Chefe de Estado percorreu mais de 100 quilómetros de carro para deslocar -se ao município de Ombadja e constatar in loco o problema da seca, durante a sua visita de trabalho ao Cunene.

A primeira paragem do Chefe de Estado, que se fazia acompanhar da primeira-dama da República, Ana Dias Lourenço, e por alguns membros do Executivo, foi na localidade de Ombala Yo Murlgo". De seguida, o Presidente da República dirigiu -se à localidade de Oshiwanga. Foram cerca de 30 quilómetros de estrada "picada" percorridos de carro para chegar até a referida região. No local João Lourenço foi recebido por uma população que dizia sentir-se esquecida.

No final da visita o Presidente da República garantiu que o governo não está indiferente diante do sofrimento da população afectada pela seca, que abrange também as provindas da Huila, Cuando Cubango e do Namibe.

8.12 Seca no Cunene: Quando a água é pouco, primeiro bebem os animais

O País

10 De Maio de 2019

Texto: Rila Berta e Jacinto Figueiredo

Não é preciso andar muitos quilómetros a partir da cidade de Ondjiva para encontrar pessoas que vivem com as consequências da seca. A comuna de Okambanda é uma destas zonas rurais distanciadas alguns quilómetros da cidade e que tem famílias a sofrerem com a falta de água.

Na referida comuna vive Luciano Francisco, 61 anos, um antigo militar das FAPLA, que foi reformado em 1989, por ter perdido um dos olhos em combate. Encontramo-lo deitado, à sombra no quintal, mal conseguia ficar em pé. Ao lado uma garrafa com um líquido, que nos parecia ser um sumo, talvez por isso perguntamos se era o mata-bicho, mas rápida mente respondeu que era a sua "água de beber".

Esforçou-se e ficou sentado, só assim foi possível ver a sua estatura física: muito magro, com o esqueleto a marcar na pele. Não era preciso ser especialista em saúde para ver que aquele homem precisava, com urgência, de cuidados médicos redobrados, mas ele e o filho, José, de 22 anos, disseram que já tinham

melhorado, "porque já estiveram piores". Justificaram a melhor a exibindo uma receita médica que lhe foi prescrita, em Abril, com uma medicação que lhes custou 13 mil kwanzas, dos 23 mil que recebe mensalmente de pensão.

Luciano Francisco tem 28 cabeças de gado, mas teve de abrir mão e entregá-las a alguém para a transumância, por causa da seca. Com um agregado familiar composto com mulher e 8 filhos, vive actualmente do cultivo de massango, cuja lavra é cuidada pela filha, sendo que a sua esposa está internada há meses. Os outros filhos de Francisco trabalham na cidade de Ondjiva.

A ajuda é urgente

À semelhança de Francisco, 176 mil famílias estão afectadas pela seca e precisam de ajuda urgente para contrapor esta situação que perdura há já algum tempo. Aliás, Nangula Felismina Ndapunikwa, 19 anos, na companhia da irmã, Felicidade Ndapunikwa, de 10 anos, é, também, uma das muitas que precisam desta ajuda. Encontramo-las a tirar água dum pequeno charco lamacento, denominado "Omuheke",

Era a primeira de quatro viagens que pretendiam efectuar com baldes de, aproximadamente, 20 litros à cabeça. "A primeira água é para dar aos animais e só depois vamos reservar para beber, comer e lavar a roupa", explicou.

Questionamos a razão de priorizar os animais, respondeu-nos que tem sido sempre assim quando há seca.

À nossa reportagem disseram que só podem beber da água, que é visivelmente salobra, depois de saírem do recinto, ou seja do "Omuheke", em cujo lago também é proibido tomar banho.

Os charcos maiores são denominados de "Chimpacas" ali também é permitido que a pessoa entre no meio do charco e acarrete água, mas é expressamente proibido beber directamente ou tomar banho. Os animais também entram neste último lago e bebem da mesma água que as pessoas.

Cenário diferente: em Osbiwanga,

Aqui, a população consome a água que tira de "furos" (buracos, alguns com 17 metros de profundidade e outros com 30 metros) que são construídos rusticamente.

Em conversa com OPAÍS, o soba da região, Cristino Matias, explicou ser necessário um grupo de homens para tirar água dos furos, utilizando, para o efeito, um vasilhame que depois é puxado através de uma corda

por outras pessoas que ficam em cima desta mesma chimpaca. Entretanto, para pessoas como Laura Sebastião, uma mãe de quatro filhos, que vive só com os filhos, porque o esposo trabalha na África do Sul, é obrigada a entrar ela mesma no buraco e pedir ajuda aos vizinhos para puxarem a corda. "Quando não tens quem te ajude, não interessa se é homem ou mulher, tens de ser tu mesma a entrar no buraco, senão não tens água", explicou.

Preço do gado reduz de 60 mil para 1500 kwanzas

"Às vezes é preferível ver o gado a morrer do que vender por um valor tão baixo", disse, visivelmente triste, José Mário Hihanguí, um ancião que se dedica à agricultura e à criação de gado.

José Hihanguí somava 55 cabeças de gado, das quais 6 morreram por causa da seca. A possibilidade de comercializar os bois para não ter de vê-los morrer está completamente descartada, sendo que o preço deste animal, a maior riqueza da região, reduziu drasticamente.

Explicou que uma nema (vaca jovem em idade fértil) que anteriormente poderia facilmente ser comercializada por entre os 45 mil kwanzas e os 60 mil, hoje custa entre os 5 mil e os mil e 500 kwanzas. Este empresário agro-pecuário defendeu que a solução imediata para resolver o problema da seca no Cunene passa pela implementação de furos de até 500 metros em diferentes localidades.

Encontramo-lo à beira da Estrada Nacional nº 105 na companhia de quatro sobas e um administrador distrital, rigorosamente vestidos de 'traje formal. Aguardavam, logo pela manhã de Sexta-feira, 3, por uma boleia que os levaria ao Aeroporto II de Novembro, onde, por volta das 18 horas, desembarcaria o Presidente da República, João Lourenço, que efectuou uma visita de trabalho de dois dias ao Cunene.

A meio da conversa, o soba grande da comuna da Môngua lamentou o facto de a população estar a perder a confiança nas autoridades tradicionais, por estes não conseguirem dar resposta às preocupações apresentadas.

Benjamim Hisidivali disse que a situação está a tornar-se incontrolável. As crianças estão a preferir abandonar as escolas para apoiar os pais na transumância do gado. o soba foi mais longe e disse que a seca e a fome estão a obrigar as pessoas a emigrar de uma região para outra "conforme acontecia no tempo da guerra".

Face à situação da estiagem prolongada que afecta esta região, defendeu que as autoridades competentes a declarassem como "zona de calamidade".

Animais mortos

Durante a nossa ronda pela periferia de Ondjiva, o que nos saltou à vista foi termos encontrado um boi imponente sentado entre os arbustos, sem que se incomodasse com a nossa presença.

Apercebemo-nos depois que estava doente e não conseguia levantar-se, e tinha feridas nas patas.

Esperança renovada

O Chefe de Estado admitiu que nos próximos meses, até Outubro, período em que termina o Cacimbo, o quadro que se verifica no Namibe e no Cunene venha a agravar-se, por isso, orientou que o programa de emergências seja reforçado.

Um pacote financeiro no valor de 200 milhões de dólares foi aprovado em Abril para solucionar problemas estruturantes ligados aos efeitos destrutivos da seca.

Entretanto, o conjunto de obras a edificar, no âmbito das verbas disponibilizadas, deve durar aproximadamente quatro anos. Deste modo, o Presidente da República orientou que sejam atendidas as situações de emergência que surgirem.

Para a população do Cunene, a visita do Presidente da República fez acender uma luz no fundo do túnel. É que os habitantes da província dizem terem sido esquecidos pelo antigo Executivo.

"Desde 2002 que não vem um Chefe de Estado ao Cunene", dizia uma mulher no Aeroporto 11 de Novembro.

"Quando ouvimos que o Presidente viria aqui, não acreditamos", disse Laura Sebastião. A jovem, que é mãe de 4 filhos, disse ter noção de que a visita do Chefe de Estado não resolve os problemas que a sua farrúlia e os habitantes do Cunene enfrentam, mas devolve a esperança. "Quer dizer que não fomos esquecidos", afirmou.

Até 30 de Abril, cerca de um milhão e 100 mil cabeças de gado estavam afectadas pela seca no Cunene, sendo que até a semana passada 26 mil cabeças morreram de fome e sede. A informação foi avançada na noite de Sexta-feira pelo governador Virgílio Tyova, quando apresentava o relatório da situação actual da seca e da fome na região, ao Presidente da República, João Lourenço, no Cunene.

Os números apresentados indicavam ,também, haver 175 mil famílias afectadas pela seca, bem como o encerramento de 13 escolas pela mesma situação.

8.13 Gestão de tratamento de água no Kilamba é dada privado

Jornal de Angola

15 de Maio de 2019

Texto: Manuela Mateus

A empresa chinesa Citic vai assumir, por um peno do de seis meses, a gestão dos sistemas da Estação de Tratamento de Água (ETA) e Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da cidade do Kilamba que está habitada desde 2012.

Os técnicos da empresa chinesa, que construiu as duas estações da cidade do Kilamba, localizada no município de Belas, província de Luanda, vão monitorar todo o sistema usado para manter a qualidade e o fornecimento de água potável aos moradores da cidade do Kilamba e dar formação aos técnicos da EPAL e do Governo Provincial de Luanda.

A transferência temporária da gestão das estações da EPAL para a Citic consta de um memorando de entendimento, assinado na segunda-feira, entre o Ministério da Energia e Águas e a Citic, cerimónia que se realizou na cidade do Kilamba.

Por força do memorando, a Citic vai também reparar e recuperar os equipamentos danificados, a fim de garantir que as duas estações funcionem com eficiência, 24 sobre 24 horas. Na cerimónia

de assinatura do memorando, o ministro da Energia e Águas declarou que a formação vai permitir, no futuro, que os técnicos nacionais possam operar sem limitações as máquinas integradas no sistema de tratamento da água fornecida aos moradores da cidade do Kilamba.

João Baptista Borges acentuou que o acordo estabelecido é "um pacto muito genérico", pelo que é preciso que "as entidades envolvidas concluam, num prazo de dez dias úteis, os acordos específicos para a formação" de técnicos das duas estações de tratamento de água potável e residual.

O ministro da Energia e Águas adiantou que o memorando põe fim aos "constrangimentos que causaram inúmeras dificuldades ao abastecimento de água potável". Que ocorrem desde Março. "Esse acordo serve para responder a algumas preocupações que afligem os moradores da cidade do Kilamba e

concomitantemente ao Executivo que não esteve indiferente aos problemas vividos pela população", sublinhou o ministro João Baptista Borges.

O governante tranquilizou' por outro lado, os habitantes da cidade do Kilamba com a informação de que a cobrança do consumo de água, por estimativa, tem os dias contados, porque a EPAL está já orientada a fazer leituras aos contadores para realizar as cobranças pelo que se consome efectivamente, uma vez que já "há condições" para o efeito na cidade do Kilamba, que tem 22 mil apartamentos.

"Temos de eliminar as estimativas", reconheceu o ministro da Energia e Águas, que defendeu a introdução de um ciclo comercial de leitura aos contadores, que cumpra as fases de "leitura, facturação e cobrança". reclamação reiteradamente feita pelos moradores da cidade do Kilamba.

O ministro da Energia e Águas deu ênfase à necessidade de a EPAL dar "resposta pronta e rápida às reclamações dos cidadãos", indo ao encontro das preocupações. Ainda sobre a cidade do Kilamba, o ministro reconheceu a necessidade de preservar as condições e qualidade da nova urbanização da província de Luanda e acentuou que "não podemos deixar a cidade do Kilamba deteriorar-se, por força das nossas limitações".

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação disse, momentos antes da assinatura do memorando de entendimento, que o principal objectivo é passar alguns serviços, como é o caso da ETA e da ETAR, para a EPAL e o Governo Provincial de Luanda.

O governador da província de Luanda, Sérgio Luther Rescova, que esteve presente na cerimónia, louvou o esforço do Ministério da Energia e Águas para controlar e melhorar a qualidade da água potável fornecida aos moradores da cidade do Kilamba, facto que espera ser extensivo às restantes urbanizações da província de Luanda.

Sérgio Luther Rescova garantiu que a Unidade Técnica de Luanda está "disponível, preparada e orientada" para, em colaboração com a EPAL e a CITIC, dar início a um "processo mais estruturante" de passagem de responsabilidade, que envolva quadros nacionais, que na sua opinião "podem ganhar experiências com a empresa chinesa, para que possam, paulatinamente, dar continuidade à manutenção do equipamento.

8.14 Vice-Presidente visitou a estação de tratamento de água do Kilamba

Jornal de Angola

17 de Maio de 2019

Texto: Adelina Inácio

A água que é actualmente distribuída à população de Luanda é potável e encontra-se em “perfeitas condições de consumo”, garantiu ontem, ao Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, o presidente Do Conselho de Administração da Empresa Pública de águas de Luanda (Epal).

Na qualidade de coordenador do conselho Nacional de Águas, o Vice-presidente visitou ontem a estação de bombagem do Bitá e de tratamento de águas do Kilamba, no município de Belas, para avaliar a qualidade das água que é distribuída à população luandense, em virtude de, nos últimos dias, as torneiras, sobretudo das habitações das centralidades do Sequele e Kilamba, terem jorrado água turva.

Do presidente do Conselho de Administração da Epal, Diógenes Diogo, e outros responsáveis do sector, Bornito de Sousa recebeu garantias de que a água agora distribuída, quer nas referidas centralidades, quer noutras localidades de Luanda, tem qualidade e obedece aos padrões de consumo.

“A situação esta regularizada e estamos a trabalhar para que a mesma não se repita. Peço desculpas pelos constrangimentos causados. Não contávamos, foi obra da natureza”, declarou.

Diógenes Diogo esclareceu as causa que estiveram na base da coloração da água na centralidade do Kilamaba.”A água que chega ao Kilamba é proveniente do rio Luenje, um afluente do Kwanza. Devido Às enchentes provocadas pelas enxurradas que se abateram sobre Luanda, o Luenje percorreu uma grande extensão de pântanos de detritos do fundo do rio”.

Outra situação, acrescentou o PCA da Epal, foi verificada no ponto de captação do rio Bengo, que abastece a estação de tratamento de Kifangondo.” Daí as pessoas que mais reclamaram terem sido as das duas centralidades”, afirmou.

Na estação de bombagem do Bitá, Bornito de Sousa obteve breves explicações sobre o processo de captação de água a partr do rio Luenje, enquanto na de tratamento do Kliamba, defronte aos edifícios do KK-5000, visitou as áreas de tratamento, filtração e recepção de amostras, e mateve um encontro de

trabalho com os responsáveis da Epal, liderados pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

8.15 Camazigo em vias de ser requalificado

Jornal de Angola

19 De Maio de 2019

Arão Martins

Filipe Alfredo, 51 anos, é pai de 14 filhos e vive no Camazingo há quatro décadas. Oriundo do município de Quipungo (120 quilómetros a leste da cidade do Lubango) ,revelou ser conhecedor da história deste mítico bairro. "Sou de Quipungo e instalei residência no bairro Camazingo, em companhia do meu falecido pai, na altura cozinheiro de primeira classe do Grande Hotel da Huíla", disse.

Explicou que a primeira casa a surgir no bairro a do seu pai, de nome Paulo Mujanga, que está situada ao lado da famosa Oficina do Bruto. "Além da nossa moradia, havia uma única casa de dois quartos feita de tábuas, que albergava os funcionários do Grande Hotel da Huíla", disse, acrescentando que, na altura, havia muitas zonas baldias na cidade do Lubango, mas em função da localização, o bairro Camazingo era a preferência de muitos trabalhadores.

A casa de tábuas, feita ao lado de uma figueira com mais de 50 anos, era o ponto' de concentração dos moradores, para conviverem e saborearem o macau, a bebida tradicional, na companhia do funge de massango com peixe fresco.

O alastramento do bairro Camazingo derivou da guerra' que obrigou, sobretudo a população dos municípios do Norte da província (Caluquembe, Chicomba e Caconda) a abandonar as suas zonas de origem.

Filipe Alfredo disse que na tradição dos povos desta região os filhos constroem a sua casa ao lado da dos pais. "Ao filho do sexo masculino, quando casa, é-lhe cedida uma parcela, ainda que pequena, ao lado da casa do pai, para erguer a sua moradia. É desta forma que o bairro Camazingo se alastrou".

O patriarca lembrou ainda: "O nosso pai tinha o seu kimbo no Quipungo. Mas depois de conseguir o emprego no Grande Hotel da Huíla, viemos parar ao seu lado, para podermos frequentar a escola".

Localização privilegiada

O surgimento do bairro explica-se em função da localização geográfica. Quem vive no Camazingo está numa posição privilegiada, para chegar, em pouco tempo, ao Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) e à Universidade Mandume ya Nde-mufayo (UMN). É fácil sair do bairro para o Instituto Politécnico de Economia e a Escola do Magistério Comandante Liberdade.

Daí o facto de professores do ensino primário e secundário, e do superior, bem como estudantes, optarem por viver no bairro. Lá vivem também responsáveis de diversas instituições, enfermeiros, pastores de igrejas, canalizadores, carpinteiros' agentes da polícia, militares, entre muitos outros profissionais.

Espelho do bairro

Ana Isabel antiga fundista minternacional, é uma figura incontornável e de fácil identificação no bairro Camazingo. Além de ser a coordenadora do bairro, as performances alcança das ao longo da sua carreira desportiva, na arena nacional e internacional, fazem dela uma figura famosa.

Enquanto os adultos hesitam ou escusam-se em identificar logo de primeira a residência de Ana Isabel, o mesmo não acontece com os de menor idade, que, sem hesitar, indicam o caminho de difícil acesso até a casa da antiga atleta, que por sinal, está à margem do rio Mukufi, sujeita a todos os riscos.

A participação de Ana Isabel em campanhas de sensibilização, quer do partido MPLA, como em acções de mobilização porta-a-portas sobre cuidados de prevenção da malária contribuem mais ainda para que ela seja uma das figuras mais famosas do bairro.

O repórter do caderno Fim-de-semana do Jornal de Angola, depois de ser recebido pela antiga fundista, á na sala de estar divisou uma rachadura numa das paredes, que demonstra o desequilíbrio do terreno.

Ana Isabel reconheceu o estado crítico do bairro. Afirmou que, nela, a preocupação de ter uma casa em local seguro é antiga."Estou atrás de uma casa desde 2002. Foi-me atribuída uma casa pelo Ex-presidente da República José Eduardo dos Santos, em Luanda, mas ficou apenas pela documentação", explicou, acrescentando: "Varia vezes, na Huíla, fiz a entrega da documentação a várias entidades governamentais, mas até hoje a casa só está no papel. Já fiz várias exposições ao governo da Huíla e continuo a espera. Vou continuar a lutar, é uma oferta do Presidente da República, por tudo que já fiz em prol do país, na área do desporto".

Vida difícil

Moradora há 18 anos, Ana Isabel disse que o bairro tem muitos problemas básicos. "Temos problemas de acesso às nossas casas e existem as ravinas que já engoliram várias casas. Estamos mal, aqui . no Camazingo. Há casos em que quando morre alguém, . é preciso fazer passar a urna em cima da casa e das cabeças das pessoas, para poder ir até à estrada", lamentou.

A antiga fundista reconheceu , que , no passado, o índice de criminalidade era elevado, mas com a criação da comissão de moradores e a colaboração permanente com a polícia, na denúncia "dos que procuram inviabilizar a ordem e a tranquilidade pública", mudou para melhor o figurino.

Quem vive no bairro, salientou Ana Isabel, tem a Maternidade e a sede do governo provincial próximos. "Camazingo devia ter o nome de Futungo", brincou ela.

Bebedores de macau

O macau é muito procurado pelos consumidores de bebidas alcoólicas, que vão desde o roboteiro e os funcionários públicos até aos responsáveis de diversas áreas.

Feito de massambala, é a bebida que motivava os antigos funcionários do Grande Hotel da Huíla a reunirem se e a conviverem no bairro."Os trabalhadores do Grande Hotel, por na maioria serem da tribo Humbi, eram os principais apreciadores dessa bebida fermentada", disse urna nossa fonte.

"Os apreciadores de Macau diminuíram consideravelmente, comparativamente ao passado no bairro Camazingo e na cidade do Lubango", frisou a: famosa vendedora Cassovina Tchikongo, 50 anos.

Natural do município da Humpata,Cassovina Tchikongo vive no Camazingo há 21 anos.

"No passado, muitos funcionários públicos compravam macau. Por causa da medida do Governo, de proibir os trabalhadores de beberem bebidas alcoólicas, os clientes diminuíram consideravelmente. Antigamente, o macau rendia muito, sobretudo à hora do almoço, o que é diferente actualmente, já que os maiores consumidores são apenas as pessoas do bairro ou transeuntes", lamentou Casso- vinho Tchikongo.

Fátima Mbumba concilia a venda de macau com a feitura de balaios e esteiras. Apesar do pouco lucro, é no Camazingo onde consegue tirar, por dia, entre mil e 3 mil kwanzas.

Apesar da fraca procura, Fátima Mbumba disse ser-lhe impossível abandonar o negócio, já que "é dele que conseguimos sustentar a família e comprar material escolar para as crianças que frequentam aulas em diferentes instituições escolares".

O carvão vegetal, obtido a partir da queima de árvores ou da carbonização da madeira' é um combustível em abundância no mercado situado no coração do bairro. Nesse mercado sobressaem as chapas de zinco, os paus de diversas tipologias e os produtos agrtcolas (repolho, tomate, cenoura, alho e cebola). O pequeno mercado ajuda bastante os moradores, na medida que, quem tiver apenas 100 kwanzas e necessitar de sal, farinha de milho ou peixe, tem a possibilidade de adquirir o que precisa.

8.16 EPAL

Jornal de Angola
21 De Maio de 2019

NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente da República, João Lourenço, exonerou ontem, por decreto, as entidades que integravam o Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas (EPAL-EP) e num outro decreto nomeou os novos integrantes.

De acordo com uma nota da Casa Civil do Presidente da República, cessaram funções Diógenes Orsini Flores Diogo como presidente do Conselho de Administração e os administradores executivos Pedro Manuel Sebastião, Ana Eduarda Assis de Almeida, Adão Manuel da Silva e Manuel Silva Lopes da Cruz, bem como os administradores não executivos Domingos António Candeia e Armando João, este último, entretanto, reconduzido no cargo. Para o novo Conselho de Administração da EPAL-EP foram nomeados Fernando João Cunha (presidente), Alberto Miguel Manuel, Ângelo Sebastião Filipe, Manuel Silva Lopes da Cruz e Kubikiladia Bemardete Garcia (administradores executivos). Além de Armando João, foi nomeada para o cargo de administradora não executiva Celeste de Jesus Sequeira Bragança.

8.17 Cuito sem aterro sanitário

Jornal de Angola
21 De Maio de 2019
Texto: José Chaves

A forma como o lixo recolhido na cidade do Cuito é tratado constituiu um atentado ao ambiente e à saúde

pública, reconheceu ontem o chefe do Departamento do Ambiente na província do Bié.

Raimundo Kufa acrescentou que a falta de um aterro sanitário e de uma incineradora inviabiliza a realização de um trabalho moderno e eficaz, na recolha e tratamento de resíduos sólidos no Cuito.

"Até os resíduos hospitalares são queimados ou expostos às águas pluviais, sem o mínimo de cuidados ambientais, correndo o risco de afectarem os lençóis freáticos da região", sublinhou Raimundo Kufa, acrescentando que o lixo recolhido na cidade do Cuito e nos bairros periféricos é depositado ao relento, na zona do quilómetro 12, na comuna do Cunje, próximo de residências.

Segundo Raimundo Kufa, apesar do apoio dado pelo Governo Provincial à empresa responsável pela recolha do lixo na cidade do Cuito, consubstanciado em meios técnicos para auxiliar no trabalho de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, o que trouxe melhorias significativas nas acções de limpeza na cidade e arredores, existem ainda muitas insuficiências que devem ser superadas.

Raimundo Kufa disse que o tratamento de resíduos sólidos exige a aplicação de técnicas e métodos que permitem a recolha selectiva dos resíduos tóxicos e não tóxicos, até à fase de reciclagem, sem afectar os ecossistemas. "Isso não acontece no nosso seio. É urgente inverter o quadro, sob pena de causarmos danos irreversíveis ao ambiente."

O responsável provincial do Bié do Departamento do Ambiente defendeu maior educação ambiental às populações dos meios urbanos e aos funcionários das empresas que lidam com o saneamento básico.

Raimundo Kufa disse que o Governo Provincial deve fomentar o surgimento de empresas especializadas no ramo, com competências técnicas e científicas comprovadas.

Ainda de acordo com Raimundo Kufa, as empresas de recolha de resíduos tóxicos devem equipar-se com meios mais adequados às quantidades e ao tipo de lixo produzido na região.

"É necessário que o Governo construa verdadeiros aterros sanitários, onde serão reciclados ou incinerados os resíduos", apelou Raimundo Kufa.

A cidade do Cuito e as áreas periféricas albergam mais de 400 mil habitantes, que produzem mais de 20 toneladas de lixo por dia.

8.18 Consumidores de energia vão migrar para o pré-pago

Jornal de Angola

22 De Maio de 2019

Texto: Rodrigues Cambala

Daqui a três anos, 97 por cento dos consumidores de electricidade vão estar inseridos no sistema pré-pago. A ENDE (Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade) prevê, até 2022, baixar a percentagem dos consumidores do seguimento pós-pago para três por cento.

O director comercial da ENDE, Marcos Balanca, disse que o sistema pré - pago está implementado em quase todo o país, faltando a província da Lunda-Sul, cuja instalação está prevista para este ano.

A empresa conta, no país, com 1.519.520 clientes, sendo 400 mil do sistema pré-pago. "A instalação do pré-pago tem algumas especificidades e exige uma rede melhor que no pós-pago", admitiu, afirmando que o investimento para a instalação dos contadores pré-pagos é ligeiramente superior ao pós-pago. Este momento, está em curso o projecto de 300 mil ligações no sistema pré pago em Luanda e outras cem mil nas demais províncias do país.

Marcos Balanca explicou que o processo de negociação dos PT (postos de transformação) privados com os prestadores particulares está em curso, com vista garantir a boa gestão dos equipamentos.

Sobre as constantes reclamações dos clientes do sistema pré pago, que alegam existir cobranças fora do consumo, o director comercial confirmou haver descontos ligados aos encargos de potência.

Marcos Balanca esclareceu que existem diferentes seguimentos de consumo e cada um está enquadrado numa tarifa específica. A ENDE tem tarifas para baixa tensão doméstica (baixa renda e a doméstica social), sem encargos.

Na baixa renda, o preço de venda de energia, fornecida a uma tensão inferior a 1 kw (baixa tensão), para consumo doméstico com potência contratada igual a 1,3 kva, é fixado em 2,46/ kwanzas quilowatts/hora. Esta tarifa é aplicada a clientes cujo consumo médio mensal do período a facturar seja inferior ou igual a 120kw'h.

No seguimento doméstico social, o preço de venda de energia eléctrica, fornecida a uma tensão inferior a 1kw (baixa tensão), para consumo doméstico com

potência contratada igual a 3 kw, é fixado em 3 kwanzas quilowatts/hora.

A tarifa é aplicada a clientes cujo consumo médio mensal do período a facturar não seja superior a 200 quilowatts/hora.

A maior parte dos clientes está no seguimento doméstico geral e especial (monofásicos e trifásicos). O doméstico geral tem um consumo superior a 3 kw e inferior ou igual a 9,9 kw, e o doméstico especial um consumo superior a 9,9 kw, cujos valores a pagar resultam de uma fórmula matemática.

"Temos estado a informar os nossos clientes sobre a existência da taxa de encargo, que varia entre 20 e 30 kwanzas, por dia."

O director comercial afirmou que os do seguimentos já têm uma fórmula e com dois tipos de facturação. a pós-paga e pré-paga.

"Os clientes pós-pago têm a componente fixa, que é independente do consumo", disse. o sistema pré pago, o cliente paga, na altura da aquisição de energia, uma taxa de encargo de potência. "Quando o cliente adquire a energia, primeiro, faz-se o desconto desta taxa e o que restar é para a compra de energia."

Marcos Balanca reconheceu que, no sistema pré pago, a componente de encargo não tem sido bem entendida pelos clientes.

Ao dizer que alguns encargos ocorrem por dívida, Marcos Balanca admitiu que clientes com baixo consumo podem solicitar à empresa para mudar de seguimento.

8.19 Mbanza Kongo reforça abastecimento de água

Jornal de Angola

24 De Maio de 2019

Fernando Neto

A capacidade de abastecimento de água potável aos habitantes da cidade de Mbanza Kongo e bairros periféricos vai ser aumentada de 110 para 1.050 metros cúbicos por hora, com a entrada em funcionamento, em Agosto, da nova Central de Captação, Tratamento e Distribuição de Água (ETA), construída no rio Lueji.

O crescimento demográfico registado na cidade de Mbanza Kongo, desde 1964, data da construção da antiga ETA, levou o Executivo a aumentar a capacidade do abastecimento de água potável, para satisfazer a demanda.

DiasonamaNsoki, responsável do departamento de abastecimento de água do Governo Provincial do Zaire, disse ao Jornal de Angola que a capacidade de armazenamento do novo sistema de água passa de 450 para três mil litros de água, repartidos em um reservatório elevado de mil litros e outro de dois mil litros.

Em termos globais, o novo sistema de água, que recebe visitas constantes das autoridades, possui capacidade para tratar mais de mil metros cúbicos. A rede de distribuição de água à cidade de Mbanza Kongo é composta por um ramal de 95.5 quilómetros de extensão, além das condutas adutoras, que asseguram o transporte de água até a ETA, sendo uma com 1,9 quilómetros e outra com dez.

Até ao momento, foram já montadas cinco mil torneiras e respectivos contadores em vários bairros da cidade de Mbanza Kongo.

Segundo Diasonama Nsoki, o projecto prevê efectuar 15 mil ligações domiciliárias na cidade de Mbanza Kongo e em bairros periféricos. "Em termos de engenharia de construção civil, as obras foram executadas a 90 por cento, enquanto a execução da engenharia mecânica e electromecânica estão na ordem dos 95 por cento", disse o responsável do departamento de Águas do Governo do Zaire.

As obras da ETA de Mbanza Kongo, iniciadas em Setembro de 2016, tinham a previsão de conclusão para Outubro de 2018. A data de inauguração da nova ETA já foi prorrogada duas vezes. A segunda vez, marcada para Abril deste ano, foi alterada, em virtude da chegada tardia das 17 moto-bombas que sustentam o sistema de bombeamento da ETA. Apesar de não revelar o orçamento da obra, a fonte garantiu que a empreitada está paga a cem por cento.

"A população pode ficar calma, uma vez que as 17 motobombas já estão a ser instaladas na Central de Captação de Água do rio Lueji, situado nos arredores da cidade de Mbanza Kongo", disse.

O empreendimento, que vai reforçar a capacidade de abastecimento de água à cidade de Mbanza Kongo constitui o primeiro de grande dimensão desde a era colonial, no município sede do Zaire.

O projecto possui equipamento e tecnologia de ponta, que permite cumprir os parâmetros exigidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Direcção Nacional das Águas.

População satisfeita

A população da cidade de Mbanza Kongo manifestou-se alegre ao tomar conhecimento

da inauguração, em Agosto próximo, da nova Estação de Tratamento de Água, que vai resolver um dos principais problemas que a região enfrenta. O consumo de água potável vai melhorar a vida da população, em termos de saúde, uma vez que na província registam-se imensos casos, sobretudo em crianças, de doenças como febre tifóide e diarreias agudas.

António Massamba Lelo, 35 anos, residente no bairro 11 de Novembro, na zona vulgarmente conhecida como Cuimba, onde foi montado um chafariz acoplado com uma lavandaria, que funcionou apenas em 2010, diz que para trás ficarão os tempos em que eram obrigados a percorrer longas distâncias em busca de água.

O municípe acrescenta que em 2010 foram montados, em vários bairros periféricos da cidade de Mbanza Kongo, vários pequenos sistemas de captação e abastecimento de água à população, actualmente quase todos inoperantes.

Na província do Zaire, refira-se, o Programa Água para Todos atingiu uma execução de 67 por cento, com mais de 100 furos artesianos abertos, acoplados com chafarizes. Dos sistemas em referência, apenas funcionam um reduzido número em Mbanza Kongo, ao passo que nos dos municípios do Tomboco, Cuimba e Nóquia água deixou de jorrar nas torneiras.

Florinda João Figueiredo, mãe de sete crianças, residente no bairro 11 de Novembro, zona das 15 casas, disse à nossa reportagem que acarreta água para o consumo diário numa cacimba localizada na ribanceira do Banda Mar, com muitos riscos à saúde.

"Na minha casa já colocaram o contador e as torneiras há alguns meses. Isso é um alívio, deixarei de depender da água de cacimba e da chuva", disse.

Segundo o responsável do departamento de abastecimento de água do Governo do Zaire indivíduos desconhecidos têm vandalizado as válvulas magnéticas (torneiras de passagem de água) dos contadores instalados nas residências. "O material, feito de bronze, é muito procurado para o fabrico de mascotes, colares, anéis e brincos. As autoridades policiais envidam esforços para deter e responsabilizar os meliantes".

8.20 Viana e Cacuaco estão sob restrição

Jornal de Angola

24 De Maio de 2019

Texto: Roque Silva

Algumas zonas dos municípios de Viana e de Cacuaco estão, desde quarta - feira, sob restrição no abastecimento de água potável, devido a uma avaria registada na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Candelabro, localizado no bairro de Kifangondo, em Cacuaco.

O porta-voz da Empresa Pública de Águas (EPAL) esclareceu ontem ao Jornal de Angola que a avaria decorreu na tarde de terça - feira, quando o disjuntor geral que alimenta o transformador eléctrico da ETA Candelabro danificou.

Domingos Paciência disse que a avaria paralisou as duas fases em funcionamento da referida estação e como consequência tem limitado o fornecimento de água no Pólo Industrial de Viana, Condomínio Vida Pacífica, Depósito de Medicamentos, Comando da Brigada Especial de Trânsito (BET), no município de Viana.

As restrições estendem-se a Centralidade do Sequele e aos Distritos Urbanos dos Mulenvos de Cima e de Baixo, no município de Cacuaco, e parte do Panguila, município de Caxito, Bengo. O porta-voz da EPAL não indicou um prazo para a normalização do abastecimento de água potável àquelas zonas de Viana e de Cacuaco, mas garantiu que tudo está a ser feito para se repor o normal fornecimento, o mais breve possível, mediante os trabalhos de recuperação do sistema eléctrico por técnicos especializados.

A Estação de Tratamento de Água de Candelabro está em obras de execução da sua terceira fase por uma empreiteira chinesa. Com a conclusão, que deverá acontecer em 2020, vai beneficiar aproximadamente um milhão de habitantes de Cacuaco e arredores, do município do Cazenga e da comuna do Marçal. A terceira fase da ETA Candelabro tem como objectivos aumentar a capacidade de produção de água potável de 120 mil para 210 mil metros cúbicos.

8.21 Dois mil milhões em furos de água na Huíla

Jornal de Angola

31 De Maio de 2019

Texto: Arão Martins

Os dois mil milhões de kwanzas disponibilizados pelo Governo central estão a ser aplicados na abertura de nove pontos de água na localidade da Taca, município dos Gambos, seriamente afectado por uma prolongada seca, revelou na quarta - feira o governador provincial da Huíla,

Luis Nunes, que se deslocou aos Gambos para constatar os efeitos da seca, que está a provocar uma grave crise alimentar e um inusitado movimento de milhares de cabeças de gado dos municípios fronteiriços do Cunene 1 e Namibe para a área da Taca, 1 uma das poucas com reservas de água e algum pasto para . os animais, indicou que o montante consta de um programa de emergência e deve ser executado num "curto espaço de tempo" para mitigar a situação.

A seca afecta 42 mil pessoas nos Gambos, segundo o administrador municipal, Elias Sova, que garantiu que um sistema de água será, igualmente, construído na Embala do Rei. "Das 152 bombas de água disponíveis, }2 estão avariadas e a sua recuperação vai permitir alargar o abastecimento a mais famílias e animais", disse.

Elias Sova explicou que os pontos de água vão ser acoplados a painéis solares, num programa que abrange todo o vale do Chimbolelo, onde estão a ser instaladas, igualmente, oito infra-estruturas para atender toda população circundante.

"Esses pontos de água serão, também, acoplados com sistema de bebedouros, lavandaria e tanques de água que vão funcionar com sistemas solares", disse, indicando que, na Taca, outros dez pontos, há muito avariados, serão recuperados tal como as vias de acesso às zonas mais críticas com elevada concentração de gado, como Lupanga e Tchingandji.

"Essa via não está em condições, carece de trabalhos de terraplanagem para que as máquinas sejam levadas em total segurança" , afirmou Elias Sova, notando que a Taca constitui - se na principal reserva de água

e pastos para os animais da localidade e dos municípios do Virei e Curoca, no Namibe e Cunene, respectivamente.

Elias Sova disse que devido à transumância, a Taca recebeu, desde Maio, mais de cinco mil cabeças de gado, trazendo grande pressão sobre as reservas de água e pastos.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Seguranças Privados continuam a...matar

Folha 8

04 de Maio de 2019

Pelo menos duas pessoas morreram e três ficaram feridas, na província da Lunda Norte, na sequência de disparas de armas de fogo efectuados por um agente da segurança privada e um da polícia nacional, revelou fonte policial. Segundo o comunicado de imprensa da delegação provincial do Ministério do Interior, o facto ocorreu na madrugada do 30.04, na localidade de Calonda, município do Lucapa.

A primeira vítima mortal foi um garimpeiro alvejado por disparas de um agente de uma empresa de segurança privada, por alegadamente este ter invadido um espaço restrito. O mesmo funcionário fez vários disparas e atingiu também um colega da segurança, que ficou ferido.

De acordo com a Polícia, a situação gerou tumultos com alguns habitantes daquela localidade, que queriam fazer justiça pelas próprias mãos, tendo a polícia sido chamada a intervir.

Da acção policial para dispersão dos populares, refere o comunicado, resultou a morte de um menor de 10 anos, "vítima de uma bala perdida a cerca de 150 metros do local da arruaça e dois feridos ligeiros".

"Destruição de viaturas, do imóvel do comandante da polícia local, das instalações do comité comunal do MPIA, partido no poder em Angola, e fogo posto aos escritórios da empresa de segurança privada DSL foram alguns dos resultados da arruaça dos populares", lê-se.

"Neste momento, a situação está calma e controlada, na medida em que foram detidos cerca de 40 cidadãos por desacato às autoridades policiais, bem como o agente da empresa de segurança", que está "sob custódia do Serviço de Investigação Criminal (SIC)", concluiu.

Recorde-se que o Ministério do Interior anunciou a compra, por 2,5 milhões de euros, de armas letais e não letais para distribuir pelas empresas privadas de segurança, no âmbito do Projecto de Desarmamento da População Civil, segundo autorização presidencial.

De acordo com um despacho assinado pelo Presidente da República, com data de 20 de Novembro de 2018, a autorização para o negócio resulta da "sensibilidade intrínseca" (seja lá o que isso quer dizer) a este projecto, em curso, de desarmamento, "no que concerne às especificidades e rigor dos equipamentos" necessários.

"Considerando a necessidade de se garantir a continuidade de implementação do Projecto de Desarmamento da População Civil, de acordo com a política pública de retirada gradual de armas de guerra, em posse das empresas de segurança privada, substituindo-as por armas de autodefesa de menor calibre", lê-se no documento.

Além de autorizar o lançamento do concurso, o mesmo despacho aprova a minuta de contrato de aquisição, a ser feita pelo Ministério do Interior, no valor de 898.326.000 kwanzas (2,5 milhões de euros). A comercialização destas armas, letais e não letais, será feita pelo Ministério do Interior, junto das empresas privadas de segurança.

Os vigilantes das empresas privadas de segurança vão continuar a usar armas de fogo, como pistolas e espingardas semiautomáticas, mas passam a estar obrigados a frequentar um curso específico e ostentar uma carteira profissional. Pois!

Em causa está o regulamento, de finais de Setembro de 2017, que coloca em prática a Lei das Empresas Privadas de Segurança, aprovada em 2014, mas que estava por regulamentar. Define que apenas podem ser admitidos como trabalhadores de segurança privados quem tiver entre 18 e 55 anos, formação escolar mínima equivalente ao primeiro ciclo do ensino primário e com "preparação técnica adequada".

O regulamento define ainda que para o exercício das suas funções, o pessoal de segurança privada "deve ser titular de carteira profissional", emitida pela Polícia Nacional após frequência do correspondente curso de formação profissional, de 60 dias e com uma actualização obrigatória a cada três anos. Está (isto é ...) igualmente previsto que estes vigilantes possam usar, além de rádio de comunicação, cacetes de protecção, algemas, coletes antibala e cassetetes, também gás pimenta, pistolas eléctricas não letais, e armas de fogo de defesa, "mediante autorização do Comando Geral da Polícia Nacional".

As empresas privadas de segurança, contrariamente ao que chegou a ser previsto, podem fazer uso e porte de pistolas semiautomáticas de calibre não superior a 7,65 milímetros (mm), revólveres de calibre inferior a nove mm e espingardas semiautomáticas de calibre não superior a 7,65 mm.

As empresas que exercem ainda a actividade de transporte de bens e valores podem fazer uso de carabinas de repetição de calibre 38 mm, espingardas de calibre 12 mm, 16 mm ou 20 mm e pistolas semiautomáticas de calibre 38 mm. Contudo, todo o armamento e munições a adquirir devem ser solicitados, por requerimento, à Polícia.

9.2 Registados novos casos de violência

Jornal de Angola

11 de Maio de 2019

Texto: Eduardo Cunha

O Gabinete Provincial da Acção Social Família e Igualdade de Género de Malanje registou, entre Janeiro e Março do ano em curso, 168 casos de violência doméstica, dos quais 27 estão pendentes, 59 foram resolvidos e 12 encaminhados aos órgãos da Justiça.

Os dados foram apresentados durante a Conferência Provincial da Família e Igualdade de Género, onde foi destacado, também, o registo de 51 casos ligados ao incumprimento da mesada, por parte dos progenitores.

O vice-governador de Malanje para o sector Económico Político e Social, Domingos Eduardo, referiu que o Governo Provincial está preocupado com os índices de casos de violência nas famílias, divórcios e separações, motivados, na sua maioria, pela fuga à paternidade.

"O processo de mudança de atitude e de comportamentos deve começar em primeira instância no lar", disse o vice-governador de Malanje, que chamou a atenção das famílias no sentido de serem os principais actores deste processo, adoptando comportamentos e atitudes que dignifiquem a sociedade, com base no amor ao próximo, solidariedade, cumplicidade e respeito pela convivência social.

O director provincial em exercido do Gabinete de Acção Social Família e Igualdade de Género, Mauricio Cudijiquila, disse que o objectivo fundamental do encontro é saudar o 15 de Maio, data consagrada internacionalmente à família, bem como

engajar a sociedade nas acções tendentes à moralização familiar.

O encontro visou também promover os principais desafios e competências familiares, bem como a consciencialização das futuras gerações.

9.3 Acção Social regista 132 casos de violência doméstica

Jornal de Angola

17 De Maio de 2019

Texto: Weza Pascoal

O gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, no Cuando Cubango, registou do Janeiro a Abril do ano em curso, 132 casos de violência doméstica, dos quais 46 foram resolvidos e oito resultaram em divórcio, informou ontem, ao jornal de Angola na cidade de Menogue, a responsável do conselho de Aconselhamento Familiar.

Maria Cambinda disse que os outros casos que ficaram sem solução pacificamente, foram encaminhados para o Serviço de Investigação Criminal (SIC) e para a Procuradoria Geral da República (PGR). Trataram-se de questões relacionadas com o incumprimento de mesada, ofensas morais, chantagens e agressões.

Segundo a responsável, em igual período do ano passado foram registados 124 ocorrências, das quais 49 foram resolvidas, 11 resultaram em separação, seis encaminhados à PGR, dois ao SIC, um à Procuradoria Militar e igual número ao Sobado, assim como, 54 ficaram pendentes.

Fez saber que um grande número de casos de incumprimento de mesada e ofensas corporais, têm sido cometidos por efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), razão pelo qual tem ministrado palestras nestas instituições sobre as consequências da violência doméstica.

Maria Cambinda apontou a falta de meios e transporte como a principal dificuldade que assola a instituição que dirige. "Por falta de meios rolantes não conseguimos expandir os trabalhos nas zonas recônditas da província", informou.

Sublinhou que a violência doméstica é um mal que contribui para a desintegração das famílias, o núcleo fundamental de qualquer sociedade. "Este mal coloca em risco o futuro das crianças e da própria sociedade, pois quem cresce em lares conflituosos tende a ser violento", disse a responsável.

9.4 Violência contra homens com tendência a aumentar

Jornal de Angola

23 de Maio de 2019

Texto: Tatiana Marta

Pelo menos 39 casos de violência doméstica contra homens foram registados, desde Janeiro do ano em curso., na província do Huambo, revelou ontem, ao *Jornal de Angola*, a chefe de Departamento Provincial para Política Familiar do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Aldina Chiteculo Sicato acrescentou que o número de queixas de violência doméstica contra homens tende a aumentar, por motivos de ciúmes, falta de confiança e desentendimento no lar, considerando que muitas mulheres procedem desta maneira como meio de controlo e demarcação de limites na relação,

Os homens que denunciam os casos, disse, já estão fartos da convivência no lar.

A divulgação da Lei Contra Violência Doméstica tem permitido despertar a consciência da sociedade, contribuindo para a mudança de atitude por parte de muitas famílias," afirmou.

A denúncia de casos de violência, de que são vítimas os homens, recai também numa expressiva mudança de atitude, pois existem muitos casos de violência que estão registados no departamento, mas na condição de anonimato.

As mulheres, apontou, têm pouca tendência para expressar os sentimentos em resposta a violência dos homens e, algumas vezes, quando reagem, em retaliação, acabam sendo mais agressivas. No ano passado, o Departamento para Política Familiar registou, durante o primeiro semestre, 238 caso de violência doméstica.

9.5 Casos de violência contra criança aumentam no país

Jornal de Angola

27 De Maio de 2019

Texto: Mário Clemente

Um total de 1.290 casos de violência contra a criança foram registados no país, durante o primeiro trimestre deste ano, deu a conhecer na cidade de Caxito, província do Bengo, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Faustina Alves, que falava na abertura da semana nacional de reflexão sobre a protecção da criança contra a violência, sublinhou que o acto marca o início das jornadas do mês da criança, que começa a 1 de Junho ..

A governante considerou preocupante os casos de violência contra a criança em Angola, uma vez que o INAC registou, em 2018, um total de 4.771 ocorrências, 2.238 das quais relacionadas com a fuga à paternidade. Faustina Alves informou que tem havido um "árduo trabalho de sensibilização das famílias realizado pelas instituições que integram o Sistema Nacional de Protecção da Criança".

Faustina Alves lembrou que os casos que no passado eram assunto tabu e reservados exclusivamente à família, hoje são denunciados e levados a julgamento. "A Constituição da República de Angola, no artigo 359, consagra os direitos da criança como fundamentais", disse. Acrescentou que "a família, a sociedade e o Estado estão constitucionalmente obrigados a criar condições para a educação integral e harmoniosa da criança, protecção da saúde física e mental, assim como o seu pleno desenvolvimento".

A ministra encorajou as pessoas a denunciarem e a reportarem actos de violência contra a criança, especialmente no seio da família.

"É na família onde mais se violam os direitos da criança e onde assistimos arrepiantes a violações à sua dignidade. Não podemos continuar a assistir crianças serem abusadas sexualmente muitas vezes pelos próprios progenitores, vizinhos e pessoas próximas à família", frisou.

O INAC, com o apoio do UNICEF, está a trabalhar na actualização da Proposta de Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Criança, um documento que vai servir de base à articulação e coordenação do trabalho de prevenção e combate à violência, particularmente com a realização das acções nos municípios.

O representante do UNICEF, Abubacar Sultan, disse que a prevenção e combate à violência contra a criança está entre as maiores preocupações da instituição e de vários parceiros das Nações Unidas, porque quer seja violência física quer verbal ou psicológica provoca inúmeros danos ao menor, que podem durar toda a vida.

10. AMBIENTE

10.1 UNICEF diz que é pouca a ajuda para seca no sul

Jornal de Angola
02 de Maio de 2019

O Fundo das Nações Unidas para a Infância alertou ontem para a "inadequada resposta humanitária" destinada a combater os efeitos da seca no sul de Angola, sinalizada como uma emergência desde Janeiro de 2019.

"A seca em Angola continua a ser exacerbada pelas chuvas irregulares e abaixo da média, e pela inadequada resposta humanitária para corresponder às necessidades mais urgentes' em particular nas províncias do sul: Cunene, Huíla e Namibe", referiu o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) num comunicado ontem divulgado.

- Em Janeiro de 2019, o Presidente João Lourenço decretou estado de emergência para aquelas três províncias que, desde então, registaram um aumento na necessidade de ajuda humanitária.

O UNICEF avança que, entre Janeiro e Março deste ano, o número de pessoas a necessitar de ajuda humanitária para os seis meses seguintes subiu de 249.884 para 857.433, o que a agência das Nações Unidas diz "sublinhar um maior aumento da deterioração das condições".

Nos primeiros três meses do ano, o UNICEF adianta ter detectado 43.578 crianças em situação de malnutrição, em especial nas províncias da. Lunda-Norte, Huíla, Cunene, Bié e Namibe.

O UNICEF afirma necessitar de 9,92 milhões de dólares para a implementação da sua acção humanitária de resposta à seca em 2019 e que desde o início do ano não recebeu qualquer verba para o programa. O documento refere que 141.600 pessoas necessitam de água potável e cerca de 2,3 milhões sofrem de insegurança alimentar.

O Presidente da República, João Lourenço, vai constatar in loco, nos próximos dias, os efeitos da seca no Namibe e Cunene.

10.2 Apresentados programas para conter efeitos da seca

Jornal de Angola
03 De Maio de 2019
Texto: Domingos Calucipa

O combate aos efeitos da seca na província do Cunene está a ser feito através de dois programas financiados pelo Governo Central, esclareceu sábado, na localidade de Ombala-yo-Mungo, município de Ombadja, o ministro da Energia e Águas .

O primeiro, disse João Baptista Borges, é emergencial e está avaliado em mais de três mil milhões de kwanzas. O mesmo consiste na exploração de águas subterrâneas, através da recuperação de furos de águas inoperantes e a abertura de novos nas zonas críticas, bem como a aquisição de camiões cisternas e tanques plásticos para a distribuição do líquido nas comunidades rurais.

O segundo programa, referiu, é mais estruturante e está orçado em mais de 200 milhões de dólares e a sua execução vai levar cerca de três anos.

João Baptista Borges disse ainda que o programa de acções estruturantes de combate aos efeitos da seca foi iniciado no dia 11 de Março, com a autorização, pelo Titular do Poder Executivo, do lançamento do concurso público para a construção de duas barragens hídricas e a transferência de caudal do rio Cunene. O programa e a estratégia da sua execução foram apresentados sexta-feira ao Presidente da República' durante a visita à província do Cunene.

De acordo com a descrição, o projecto de transferência de caudal resume-se na construção de uma captação no rio Cunene, sistema de bombagem, conduta pressurizada, canal aberto a partir da localidade de Cafu até Cuamato e dez represas, vulgarmente denominadas chimpacas, no município de Ombadja.

O programa prevê ainda a construção de um canal adutor a partir de Cuamato até a zona de Ndombondola, assim como outro canal do mesmo ponto até à sede do município de Namacunde e um conjunto de 20 chimpacas.

O trabalho consiste na construção da captação de água na margem esquerda do rio Cunene na localidade de Cafu, a estação de bombagem com um caudal de dois metros cúbicos por segundo, constituída por três bombas de capacidade de um metro cúbico por segundo cada, bem como uma conduta pressurizada de cerca de dez quilómetros de comprimento.

Os canais para as localidades de Cuamato, Ndombondola e Namacunde vão ter uma extensão de 47,56 e 55 quilómetros, respectivamente, ao passo que as chimpacas terão uma profundidade de cinco a seis metros e uma dimensão de 50 metros de largura e 100 de comprimento, além de serem equipadas com bombas solares, tanques elevados, unidades de tratamento, fontanários e lavandarias e bebedouros para o gado.

A barragem de Calucuve vai ser construída no rio Cuvelai e terá uma capacidade de armazenamento de 100 milhões de metros cúbicos de água. A mesma vai sustentar um canal que vai levar água às localidades de Mupa, Evale e às proximidades da cidade de Ondjiva, num percurso de 111 quilómetros. Nesse percurso vão ser construídas 44 represas para abastecer a população e o gado, bem como para a prática da agricultura.

Já a barragem de Ndúe vai ser erguida no rio Caiundo e terá capacidade de retenção de 145 metros cúbicos de água e uma altura de 26 metros. Esta vai canalizar o líquido às localidades de Luanda, Ionde e Embundo, nas zonas Sul do Cuvelai e Leste do município do Cuanhama.

O objectivo, de acordo com o Ministério da Energia e Águas, é satisfazer as necessidades domésticas de água de aproximadamente 235 mil habitantes, que representa cerca de um terço da população da bacia do Cuvelai. Prevê também atender necessidades de cerca de 250 mil cabeças de gado, bem como a irrigação de uma área estimada em cinco mil hectares para garantir a actividade agrícola das populações.

10.3 Nem a seca trava o mercado

Jornal de Angola

03 de Maio de 2019

Miguel Gomes Ondjiva

Há produtos importados, roupa de fardo, cebola da Namíbia e tomate ao dobro do preço habitual. Ontem, no mercado Oshiomukuyo, arredores da cidade de Ondjiva (Cunene), tudo corria normalmente apesar do feriado dedicado aos

trabalhadores e do início do mês com os assalariados a fazerem contas à vida.

As roupas baratas estendidas nas tendas rivalizavam com os sapatos usados espalhados pelo chão, preços mais baixos de um lado e outras grifes do outro. A dona do espaço, Sofia Chionga, 43 anos, é natural do Huambo, mas há 18 anos que fixou residência em Ondjiva e no mercado Oshiomukuyo.

"Só se espantamos e já estávamos aqui em Ondjiva", contou entre um sorriso e outro, sem grandes pormenores para não remexer nas memórias em arquivo. Vende o par de sapatos que custa 1000 a 2000 kwanzas enquanto é ajudada por uma das filhas.

Sobre o número de rebentos que já trouxe ao mundo, Sofia Chionga primeiro questiona: "que está mesmo vivo? Então, são nove", todos a viver na cidade capital da província do Cunene. Ao lado da barraca, vão passando laranjas em início de época, muito tortulho e algum tomate.

Os produtos frescos não abundam e aqui não há como dar a volta ao problema da seca, da falta de chuva, já lá vão quase três anos, e de um ciclo agreste da natureza que acaba por ser um assobio de alerta. A pobreza pode ser evitada mas, sem chuva no próximo ano, será tudo mais complicado. "Estamos aqui só a remediar porque melhor é que a vida não está", disse Sofia Chionga.

"A caixa de tomate, por exemplo, está a custar entre 8 e 10 mil kwanzas quando, em tempo normal, poderia rondar os 2000 kwanzas. Sem chuva, os homens também ficam sem trabalho, porque as fazendas e o serviço na agricultura ou noutras actividades quase desaparecem", explicou, sempre com um sorriso, mas com um olhar de profundo lamento. Sobre os preços do tomate importante para adocicar molhos em diferentes registos para acompanhar o funje Carolina Sendji, 36 anos e sete filhos, natural da Caconda (Huíla), alinha na certeza de Sofia Chionga.

"A caixa de tomate está mesmo a custar de 8 a 10 mil kwanzas. Tudo por causa da falta de água e de chuva. Neste caso, a caixa de tomate rondaria os 4000 kwanzas, às vezes, poderia chegar aos 4500 kwanzas", disse ao Jornal de Angola.

Bichas e mais bichas

Se o mercado estava em registo normal apesar da seca, outros serviços essenciais registavam enchentes acima do habitual: os postos de abastecimento de combustível e a rede Multicaixa.

O início do mês de Maio assinala a entrada dos salários nas contas dos trabalhadores por conta de

outrem, mas a falta de gasolina começa a ser um problema nacional. O jovem Gasolina, "ganhei este apelido porque gosto de trabalhar e faço tudo de forma muito rápida", explicou, de 27 anos, natural do Lubango

(Huíla), é ajudante de camionista e explica que foi necessário passar a noite no posto de abastecimento, no Lubango, para atestar o camião e encarar as cinco horas de viagem até Ondjiva. No Lubango, também há falta de combustível. Todas estas questões parecem não aquecer muito Eurico, de 23 anos e pai de uma filha, apesar de se manter solteiro, natural da Matala (Huíla).

Ao longo da conversa, foi possível concluir que uma boa parte dos produtos vendidos no mercado são provenientes da Huíla

(Matala, Lubango, Caconda), frescos, embalados ou importados.

"Estou em Ondjiva porque terminei o ensino médio na Matala, mas lá não há emprego", disse, ao mesmo tempo que não reconhece o potencial agrícola da região natal. "A agricultura paga muito pouco, tipo 500 kwanzas por dia.

Na verdade, preferia viver no Lubango. Tenho lá família. Aqui, estou apenas a remediar. Gostava muito de ser professor ou de encontrar um trabalho que pague mensalmente", explicou Eurico.

A seu lado, estão cobertores e colchas penduradas e esticadas ao pouco vento. O jovem comerciante está já a antecipar o Cacimbo.

10.4 Pesca artesanal no Uíge será legalizada este ano

Jornal de Angola

04 de Maio de 2019

Texto: Valter Gomes

O Ministério das Pescas vai implementar, a partir deste ano, um processo de legalização da pesca artesanal, anunciou, ontem, na cidade do Uíge, o director técnico do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura.

Henriques Gonçalves disse que a iniciativa visa ordenar a pesca, que actualmente é feita de forma desordenada. "O Executivo pretende, através das administrações locais, organizar e apoiar as médias e pequenas associações de pescadores artesanais".

O responsável garantiu que o Ministério tem o propósito de transformar o sector numa verdadeira fonte de rendimentos' arrecadação de receitas,

autossustento das famílias, bem como o desenvolvimento da pesca no país.

Henrique Gonçalves realçou que a pesca artesanal organizada é uma actividade económica que gera rendimentos e pequenos empregos para os cidadãos, sobretudo nas zonas rurais, pelo que os administradores municipais devem cumprir com as orientações da Direcção Nacional das Pescas, "para que esta actividade seja bem organizada e legalizada à nível dos municípios".

Henriques Gonçalves fez tais pronunciamentos no fim de uma acção de formação promovida pelo Ministério das Pescas e do Mar, destinada aos administradores municipais adjuntos para a Área Social, directores provinciais, chefes de repartições municipais da Agricultura, Pecuária e Pescas na província do Uíge.

Os formandos foram capacitados sobre os métodos e técnicas a serem aplicadas na passagem de licenças para o exercício da actividade piscatória artesanal, inspecção e fiscalização das pescas bem como os métodos e técnicas de processamento do pescado. Pretende-se com este processo, que está a ser promovido ao nível do país, reduzir a fome e a pobreza. No seio das famílias, a integração da pesca artesanal na cadeia de abastecimento alimentar, organização do sector para que possa também oferecer aos cidadãos empregos e autossustento.

O director do Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, Eduardo Gomes, em nome da maioria dos formandos, aplaudiu a iniciativa e disse que "a medida não só vai ajudar na arrecadação de receitas para os cofres do Estado, mas também melhorar o exercício da mesma actividade".

10.5 Desalojados pelas chuvas recebem apoio

Jornal de Angola

05 De Maio de 2019

Pelo menos 150 famílias da aldeia do Tange, província do Uíge, desalojadas pela chuva, que se abateu sobre a região no passado dia 1, receberam sexta - feira bens alimentares e outros produtos de primeira necessidade, entregues pelo governador Pinda Simão.

Do donativo, segundo a Angop, constam produtos como arroz, massa e óleo alimentar, feijão, conservas de peixe, sal, açúcar, cobertores, roupa usada, utensílios de cozinha, sabão, chapas e cimento para a reconstrução das casas.

Em declarações à imprensa, o governador disse que os bens entregues, apesar de serem poucos, visam minimizar a carência das Vítimas das chuvas.

Esta acção, sublinhou, tem o objectivo de responder de imediato ao apelo das famílias que viram as suas casas destruídas e os seus bens perdidos devido a chuva ..

Aconselhou as famílias sinistradas a não insistirem em construir moradias em locais de risco, de forma a evitar novas calamidades.

O soba da aldeia, José Luís, agradeceu a oferta e solicitou às autoridades da província mais chapas e material de construção, para a reconstrução das habitações.

Segundo o director provincial do Uíge do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, João Cassua, a chuva que caiu nos últimos dias na circunscrição, acompanhada de ventos fortes, destruiu 32 casas na aldeia do Tange e 13 na povoação de Calumbo.

10.6 Presidente de República recomenda reforça das medidas de emergência

Jornal de Angola

05 De Maio de 2019

Texto: Garrido Fragoso, Quinito

Kanhameni e Adelaide Mualimusi

O Presidente João Lourenço defendeu ontem, na cidade de Ondjiva, Cunene, uma "solução definitiva" para o problema da seca que afecta o sul dos país.

"O Governo tomou algumas medidas de carácter de emergência para fazer face à situação da seca, mas precisamos de encontrar soluções definitivas, que não se resolvem, como é óbvio, num só dia", afirmou o Chefe de Estado à imprensa no aeroporto local, no final da visita de dois dias ao Cunene.

Os programas de Emergência e Estruturantes aprovados devem ser executados num período de cerca de três anos e meio, indicou o Chefe de Estado, para quem "até lá temos de ir atendendo as situações de emergência que vão surgindo nos próximos anos".

Para este ano, acrescentou, o Governo está preocupado com o que vai acontecer, sobretudo, nos próximos quatro a cinco meses até ao início das próximas chuvas.

o Chefe de Estado disse acreditar que até lá o quadro observado no Namibe e Cunene pode agravar-se, recomendando, por isso; o reforço do programa de emergência para evitar mais perdas de vidas humanas e do gado na região.

O Presidente João Lourenço lembrou que dentro de dias inicia a época seca, acrescentando que a situação será mais severa. -o clima' vai oferecer situações mais adversas para as populações e o gado, o que significa que a resposta do Governo deve ser mais efectiva" , afirmou.

"Estamos perante uma situação crítica. A seca deste ano é bastante severa. As populações, como consequência da estiagem, estão a sofrer bastante", reconheceu o Chefe de Estado, salientando que o Governo não está indiferente à situação, razão da sua presença nas províncias do Namibe e Cunene e sinal de que o Executivo está atento ao que se passa em todo o Sul do país.

Poços em Oshiwanga

O Presidente da República visitou ontem a povoação de Oshiwanda, no município de Ombandja, cem quilómetros de Ondjiva, onde constatou as "condições precárias" dos poços de água artesanais (de 20 a 30 metros de profundidade) , a partir dos quais as populações locais retiram água para consumo e dar de beber aos animais.

Em Oshiwanda, a administradora municipal de Ombandja, Albertina José, explicou as dificuldades por que passam as populações para retirar água dos poços.

O Chefe de Estado, acompanhado da Primeira Dama, Ana Dias Lourenço, e de alguns membros do Executivo e do Governo local, manifestou-se comovido coma situação.

Antes de visitar a povoação de Oshiwanda, João Lourenço fez uma curta paragem em Ombala Yo Mungu, também localizada no município do Ombadja, onde fez a entrega de algumas toneladas de sal comum, sais minerais, feno e duas viaturas cisterna de água para mitigar os efeitos da seca na região.

Em Ombala yo Mungu, o Chefe de Estado recebeu explicações do ministro da Agricultura sobre o processo de transumância na região. Marcos Nhunga salientou que dada a escassez de água, o gado procura melhores pastos no município do Cuvelai, nas margens do Rio Cunene, e em determinadas zonas da vizinha província. da Huíla.

Marcos Nhunga explicou que nesta fase emergencial, o departamento ministerial que dirige adquiriu 52 toneladas de feno, 100 de milho, e alguma quantidades de farelo de milho para alimentar o gado debilitado na província, onde as autoridades já contabilizam cerca de 20 mil cabeças mortas.

Ao Presidente da República foi ainda informado que o feno adquirido de alguns fazendeiros de Samba Cajú (Cuanza-Norte), Huambo e Uíge, é transportado pela Casa de Segurança da Presidência da República e entregue ao Governo Provincial do Cunene, que faz a distribuição por conhecer melhor as áreas afectadas pela estiagem.

O ministro da Agricultura e Florestas advertiu, a propósito, para a necessidade de criação de projectos estruturantes que permitam produzir mais feno, como tanques banheiros, mangas de vacinação, bebedouros e outras infra-estruturas que concorram para a obtenção de mais água.

"Não podemos apenas depender de projectos emergenciais. Devemos pensar sempre na solução dos problemas sem contar com a chuva", referiu Marcos Nhunga, salientando que o pelouro que dirige também trabalha na mobilização dos fazendeiros locais para a produção de maior quantidade de feno, assim como de massango e milho.

O ministro informou que além do projecto em curso na província do Cunene para a construção de infra-estruturas de assistência ao gado bovino, também decorre o de formação sanitária e outro ' para a abertura de 15 furos de água em diferentes comunas mais afectadas pela seca, este último financiado pela União Europeia no valor de 700 milhões de euros.

Marcos Nhunga defendeu, para a feitura e forragem do 1 feno, o aproveitamento da Barragem de Culueque, no município de Ombandja, por possuir já algumas infra-estruturas, incluindo uma grande fazenda.

10.7 Juntos na busca de soluções para mitigar os males da seca

Jornal de Angola

09 De Maio de 2019

Texto: Garrido Fragoso

Cunene é das províncias do país que sofre com a seca. Uma realidade dura demais para a população, de tal modo que o Presidente da República efectuou, na semana passada, uma visita para constatar "in loco" os efeitos da estiagem na região. O mal afecta

171.488 famílias e já provocou a morte a cerca de 20 mil cabeças de gado bovino.

Preocupado com a situação, João Lourenço visitou Ombala Yo Mungu, município de Ombadja, e de lá percorreu mais trinta quilómetros até à povoação de Oshiwanda, onde teve um mais amplo contacto com a população afectada.

Em Oshiwanda, o Presidente João Lourenço viu de perto a forma precária como as populações retiram água dos poços, com 20 a 30 metros de profundidade, para consumo e dar de beber ao gado. A tarefa é também realizada por mulheres e crianças. Há relatos de algumas mortes na povoação, que ocorrem durante o processo e, sobretudo, no decurso da construção dos poços.

Durante as visitas a Ombala ya Mungu e Oshiwanda, o Presidente João Lourenço manifestou a sua solidariedade para com o sofrimento das populações que vivem uma "difícil realidade" social económica.

Apesar das dificuldades por que passam, receberam de forma "calorosa" o Chefe de Estado.

"Sim senhor. Isso é que é Presidente. É um bom gesto o Presidente da República deslocar-se até aqui, para ver de perto os nossos problemas", conversavam duas jovens de Oshiwanda, na sua língua materna. Aliás, é difícil encontrar naquelas paragens populares que se expressam na Língua Portuguesa.

Para a população local, os estudos, as compras, a assistência médica e medicamentosa e a actividade laboral, tudo é feito na Namíbia. Logo pela manhã, homens e mulheres, dirigindo viaturas "volante à direita", deixam às primeiras horas do dia Oshiwanda (cerca de quatro quilómetros da fronteira com a Namíbia) com destino ao país vizinho.

Depois de cumprirem as responsabilidades laborais, regressam ao final da tarde às suas residências, vedadas e circundadas por grandes extensões de terreno, para não permitir interferência dos vizinhos e de estranhos nos seus assuntos. A moeda predominante nestas paragens é o rand sul-africano. Alguns, sobretudo adolescentes, desconhecem o kwanza.

Diferenças

Trinta quilómetros separam Ombala Yo Mungu de Oshiwanda. Quanto mais nos aproximamos da última localidade, as populações apresentam-se com melhor aspecto, em termos de qualidade de vida (bem vestidos, crianças exibindo bom aspecto nutritivo,

etc.). Mas ao longo dos primeiros quinze quilómetros, até Oshiwanda, a realidade social das populações apresenta-se diferente.

O percurso da sede capital (Ondjiva) até Oshiwanda é feito em mais de cem quilómetros. Durante o trajecto, observa-se, com muita facilidade, a deslocação de grandes manadas, sobretudo de bovinos e caprinos, à procura de pastos (quase inexistentes) e poços contendo água avermelhada, acumulada durante as chuvas do ano passado. É desta água que os pastores e animais (bois, cabritos e até burros) socorrem-se para matar a sede. Mas a regra já esta estabelecida: primeiro, bebe o gado e só depois os donos do rebanho.

Foi-nos confidenciado, ou melhor, já é público, que ser detentor de gado bovino na localidade. Tornou-se numa questão cultural Cunene é das províncias com o maior efectivo de gado bovino nos pais.

"Se você não é detentor de cabeças de bois no Cunene toma -se uma pessoa insignificante' mesmo que detenha um cargo de destaque no Governo, contou um cidadão residente há mais de quarenta anos na Ombala Yo Mungu.

Este criador de gado influente na província solicitou o anonimato apenas para manifestar a incredulidade em relação aos métodos encontrados para apoiar o processo de transumância na região e o receio de que o dinheiro autorizado pelo Chefe de Estado (mais de três mil milhões de kwanzas) para acudir as questões imergências provocadas pela estiagem venha a ser desviado. Disse ter comprado feno, quando este produto foi adquirido com o dinheiro do Estado, no quadro da assistência aos criadores da região.

O processo de transumância leva os pastores a caminharem centenas de quilómetros com as manadas à busca de melhores pastos nas margens do Rio Cunene e nalgumas regiões da província vizinha da Huíla, afirmou o criador. Acrescentou que, apesar das autoridades locais optarem por colocar feno nas zonas de convergência, este método algumas vezes redonda em fracasso.

“Algumas vezes, colocam nas zonas de convergência feno sem água. O gado debilitado de tantas caminhadas, depois de consumir o produto, acaba por morrer”, afirmou.

São incontáveis Os danos provocados pela falta de água na província do Cunene, que detém um dos maiores rios do país (Cunene) e dos mais importantes lençóis freáticos sob a idade de Ondjiva, sede capital da província. Nesta cidade, escava-se cerca de dois

metros e encontra-se água com abundância. A prova está nas folhas muito verdes da maioria das árvores espalhadas pelos diferentes cantos da cidade. Quanto mais nos afastamos da zona urbana em direcção ao meio rural, mais dificuldade as populações têm de encontrar o precioso líquido.

A verba de 200 milhões de dólares também concedida pela Presidência da República vai permitir a construção de um sistema de transferência de água, a partir do Rio Cunene, na localidade do Cafú, para a zona de Shana (localidade de Cuamato e Namacunde), algumas barragens hídricas, e adoptar um programa integrado inter-provincial e inter-municipal nos corredores de transumância.

Entre as acções a curto e médio prazos, destaque para a criação de um banco de alimentos (feno, milho, sal, farelo e fármacos para os animais), construção e reabilitação de furos, bebedouros, mangas de vacinação do gado, tanques-banheiro e construção desassoreamento de novas chimpacas.

10.8 Afectados pela estiagem beneficiam de mais apoio

Jornal de Angola
10 De Maio de 2019
Carlos Paulino

O Gabinete Provincial do Cuando Cubango da Acção Social e Igualdade de Género recebeu do ministério de tutela 61 toneladas de produtos de primeira necessidade para apoiar as mais de 350 mil pessoas afectadas pela estiagem, nos nove municípios que compõem a província.

Em declarações ao Jornal de Angola. a directora do Gabinete Provincial da Acção Social e Igualdade de Género, Maria Camué, disse que do donativo fazem parte produto como arroz. açúcar. massa, óleo alimentar, feijão. sal, conservas e sabão. entre outros meio .

Realçou que os produtos são insuficientes para satisfazer as necessidades das mais de 350 mil pessoas. Correspondentes a 70 mil famílias afectadas pela estiagem a nível da província do Cuando Cubango.

A directora do Gabinete Provincial da Acção Social e Igualdade de Género acrescentou que e aguarda, nos próximos dia , chegada de mais produtos ao Cuando Cubango.

Maria Camué sublinhou que neste momento os município mais afectado pela estiagem são o Cuangar,

Calai, Dirico e Rivungo, por e encontrarem numa arca afecta ao de certo do Kalahari, onde a temperaturas podem atingir o 40 graus Celsius.

Salientou que constitui uma grande preocupação do Governo da província e em particular do sector que dirige apoiar as mais de 350 mil pessoas que se encontram a viver em situação de extrema pobreza, devido à falta de chuva.

"Urge a necessidade de mobilizarmos todos os meios necessários e fazê-los chegar, o mais rápido possível, às famílias sinistradas a nível dos nove municípios da província", defendeu. Segundo Maria Camué, os meios que a sua instituição está a receber fazem parte da lista de necessidades que o Governo local apresentou, aquando da visita do secretário de Estado para a Reinserção Social, Lúcio do Amaral, no mês passado, para avaliar a situação da estiagem. Durante três dias de trabalho no Cuando Cubango, Lúcio do Amaral visitou alguns campos agrícolas afectados pela seca, nos municípios de Menongue, Culto Cuanavale e Cuchi, onde os camponeses perderam toda a produção, por causa da estiagem.

10.9 Mortes no Cunene valem perda de mais de KZ 27 Milhões

Jornal Economia e Finanças
10 de Maio de 2019

Vinte e sete milhões 354 mil e 600 kwanzas é o valor estimado dos prejuízos económicos causados pela morte animal na província do Cunene, de Outubro até meados de Abril, estando o gado bovino a representar 90 por cento desta cifra.

Segundo cálculos efectuados pela Angop com base no relatório do Governo Local referente a este período, o montante resulta da multiplicação do total de 19 mil 572 gado morto (entre bovinos, caprinos e suínos), pela venda da cabeça a 200 kwanzas e sete meses de seca.

Com 17.995.600 kwanzas, o Curoca é o município mais atingido, seguindo-se o Cahama com kz 3.635.800, o Cuanhama com 3.357.200 kwanzas, Namacundi com kz 861 mil, Ombadja com 835.800 kwanzas e o Cuvelai com 669 mil e 200 kwanzas, num total geral de 436 localidades.

"Esses números traduzem-se praticamente na morte do bovino, visto que em cada 100 bois, apenas morre hipoteticamente um porco ou cabrito", de acordo com o governador do Cunene, Vigílio Tyova, para quem "os prejuízos podem ser bem maiores a julgar com o gado morto não contabilizado".

Aliás, segundo este governante (quando apresentava, sexta-feira, os efeitos da seca na província ao Presidente da República, João Lourenço.), essa cifra (19.539) aumentou na última semana para 26.267, numa altura em que já se encontram afectados cerca de um milhão e 100 mil bovinos.

Até Outubro passado, os danos pelas mortes (se calculados em montantes monetários) tendem a ser bem mais assustadores, a julgar pelas previsões da ausência de chuva nos próximos cinco meses e pelo total de bovino afectado pela estiagem até Abril: 907 mil 572 cabeças.

Por força da prolongada problemática da seca no Cunene, muitos bois estão a ser despachados ao preço irrisório de 50 mil kwanzas, contra o valor mínimo real de 200 mil kwanzas, como sinal de depreciação da principal riqueza do povo e maior activo económico da província.

Enquanto isso, oito a 12 mil kwanzas são os preços mínimos do cabrito nesse tempo de seca, a nível de todo o Cunene, contra os kz 15 a 20 mil praticados na época chuvosa.

Já o porco é comercializado entre quatro e dez mil kwanzas, independentemente da estação do ano.

Neste momento, para salvar o gado mais fragilizado que circula pelas rotas de transumância, o Executivo, por intermédio do Ministério da Agricultura e Florestas disponibilizou para o Cunene (no mês passado) 120 toneladas de feno, sal comum e sais minerais.

De igual modo, esse ministério comprometeu-se em comprar mil animais (basicamente o boi desfalecido), sendo uma parte para a recuperação e outra para o matadouro.

A par da morte de animais, a seca comprometeu a presente campanha agrícola na província, que previa colher 180 mil toneladas de cereais diversos. E por não existir produção nos campos estão afectados directamente 175 mil famílias, totalizando 880 mil pessoas.

No âmbito do plano de emergência contra a fome, a província do Cunene recebeu 412 toneladas de bens alimentares de primeira necessidade, mas ainda assim, segundo Vigília Tyova, precisa pelo menos 400 mil toneladas de massango, milho, massambala e peixe seco, para apoiar a população durante um ano.

10.10 Seca no Cunene: Quando a água é pouco, primeiro bebem os animais

O País

10 De Maio de 2019

Texto: Rila Berta e Jacinto Figueiredo

Não é preciso andar muitos quilómetros a partir da cidade de Ondjiva para encontrar pessoas que vivem com as consequências da seca. A comuna de Okambanda é uma destas zonas rurais distanciadas alguns quilómetros da cidade e que tem famílias a sofrerem com a falta de água.

Na referida comuna vive Luciano Francisco, 61 anos, um antigo militar das FAPLA, que foi reformado em 1989, por ter perdido um dos olhos em combate. Encontramo-lo deitado, à sombra no quintal, mal conseguia ficar em pé. Ao lado uma garrafa com um líquido, que nos parecia ser um sumo, talvez por isso perguntamos se era o mata-bicho, mas rápida mente respondeu que era a sua "água de beber".

Esforçou-se e ficou sentado, só assim foi possível ver a sua estatura física: muito magro, com o esqueleto a marcar na pele. Não era preciso ser especialista em saúde para ver que aquele homem precisava, com urgência, de cuidados médicos redobrados, mas ele e o filho, José, de 22 anos, disseram que já tinham melhorado, "porque já estiveram piores". Justificaram a melhor a exibindo uma receita médica que lhe foi prescrita, em Abril, com uma medicação que lhes custou 13 mil kwanzas, dos 23 mil que recebe mensalmente de pensão.

Luciano Francisco tem 28 cabeças de gado, mas teve de abrir mão e entregá-las a alguém para a transumância, por causa da seca. Com um agregado familiar composto com mulher e 8 filhos, vive actualmente do cultivo de massango, cuja lavra é cuidada pela filha, sendo que a sua esposa está internada há meses. Os outros filhos de Francisco trabalham na cidade de Ondjiva.

A ajuda é urgente

À semelhança de Francisco, 176 mil famílias estão afectadas pela seca e precisam de ajuda urgente para contrapor esta situação que perdura há já algum tempo. Aliás, Nangula Felismina Ndapunikwa, 19 anos, na companhia da irmã, Felicidade Ndapunikwa, de 10 anos, é, também, uma das muitas que precisam desta ajuda. Encontramo-las a tirar água dum pequeno charco lamacento, denominado "Omuheke",

Era a primeira de quatro viagens que pretendiam efectuar com baldes de, aproximadamente, 20 litros à cabeça. "A primeira água é para dar aos animais e só depois vamos reservar para beber, comer e lavar a roupa", explicou.

Questionamos a razão de priorizar os animais, respondeu-nos que tem sido sempre assim quando há seca.

À nossa reportagem disseram que só podem beber da água, que é visivelmente salobra, depois de saírem do recinto, ou seja do "Omuheke", em cujo lago também é proibido tomar banho.

Os charcos maiores são denominados de "Chimpacas" ali também é permitido que a pessoa entre no meio do charco e acarrete água, mas é expressamente proibido beber directamente ou tomar banho. Os animais também entram neste último lago e bebem da mesma água que as pessoas.

Cenário diferente: em Osbiwanga,

Aqui, a população consome a água que tira de "furos" (buracos, alguns com 17 metros de profundidade e outros com 30 metros) que são construídos rusticamente.

Em conversa com OPAÍS, o soba da região, Cristino Matias, explicou ser necessário um grupo de homens para tirar água dos furos, utilizando, para o efeito, um vasilhame que depois é puxado através de uma corda por outras pessoas que ficam em cima desta mesma chimpaca. Entretanto, para pessoas como Laura Sebastião, uma mãe de quatro filhos, que vive só com os filhos, porque o esposo trabalha na África do Sul, é obrigada a entrar ela mesma no buraco e pedir ajuda aos vizinhos para puxarem a corda. "Quando não tens quem te ajude, não interessa se é homem ou mulher, tens de ser tu mesma a entrar no buraco, senão não tens água", explicou.

Preço do gado reduz de 60 mil para 1500 kwanzas

"Às vezes é preferível ver o gado a morrer do que vender por um valor tão baixo", disse, visivelmente triste, José Mário Hihanguí, um ancião que se dedica à agricultura e à criação de gado.

José Hihanguí somava 55 cabeças de gado, das quais 6 morreram por causa da seca. A possibilidade de comercializar os bois para não ter de vê-los morrer está completamente descartada, sendo que o preço deste animal, a maior riqueza da região, reduziu drasticamente.

Explicou que uma nema (vaca jovem em idade fértil) que anteriormente poderia facilmente ser

comercializada por entre os 45 mil kwanzas e os 60 mil, hoje custa entre os 5 mil e os mil e 500 kwanzas. Este empresário agro-pecuário defendeu que a solução imediata para resolver o problema da seca no Cunene passa pela implementação de furos de até SOO metros em diferentes localidades.

Encontramo-lo à beira da Estrada Nacional nº 105 na companhia de quatro sobas e um administrador distrital, rigorosamente vestidos de 'traje formal. Aguardavam, logo pela manhã de Sexta-feira,³, por uma boleia que os levaria ao Aeroporto II de Novembro, onde, por volta das 18 horas, desembarcaria o Presidente da República, João Lourenço, que efectou uma visita de trabalho de dois dias ao Cunene.

A meio da conversa, o soba grande da comuna da Môngua lamentou o facto de a população estar a perder a confiança nas autoridades tradicionais, por estes não conseguirem dar resposta às preocupações apresentadas.

Benjamim Hisidivali disse que a situação está a tornar-se incontrolável. As crianças estão a preferir abandonar as escolas para apoiar os pais na transumância do gado. o soba foi mais longe e disse que a seca e a fome estão a obrigar as pessoas a emigrar de uma região para outra "conforme acontecia no tempo da guerra".

Face à situação da estiagem prolongada que afecta esta região, defendeu que as autoridades competentes a declarassem como "zona de calamidade".

Animais mortos

Durante a nossa ronda pela periferia de Ondjiva, o que nos saltou à vista foi termos encontrado um boi imponente sentado entre os arbustos, sem que se incomodasse com a nossa presença.

Apercebemo-nos depois que estava doente e não conseguia levantar-se, e tinha feridas nas patas.

Esperança renovada

O Chefe de Estado admitiu que nos próximos meses, até Outubro, período em que termina o Cacimbo, o quadro que se verifica no Namibe e no Cunene venha a agravar-se, por isso, orientou que o programa de emergências seja reforçado.

Um pacote financeiro no valor de 200 milhões de dólares foi aprovado em Abril para solucionar problemas estruturantes ligados aos efeitos destrutivos da seca.

Entretanto, o conjunto de obras a edificar, no âmbito das verbas disponibilizadas, deve durar aproximadamente quatro anos. Deste modo, o Presidente da República orientou que sejam atendidas as situações de emergência que surgirem.

Para a população do Cunene, a visita do Presidente da República fez acender uma luz no fundo do túnel. É que os habitantes da província dizem terem sido esquecidos pelo antigo Executivo.

"Desde 2002 que não vem um Chefe de Estado ao Cunene", dizia uma mulher no Aeroporto 11 de Novembro.

"Quando ouvimos que o Presidente viria aqui, não acreditamos", disse Laura Sebastião. A jovem, que é mãe de 4 filhos, disse ter noção de que a visita do Chefe de Estado não resolve os problemas que a sua farrúlia e os habitantes do Cunene enfrentam, mas devolve a esperança. "Quer dizer que não fomos esquecidos", afirmou.

Até 30 de Abril, cerca de um milhão e 100 mil cabeças de gado estavam afectadas pela seca no Cunene, sendo que até a semana passada 26 mil cabeças morreram de fome e sede. A informação foi avançada na noite de Sexta-feira pelo governador Virgílio Tyova, quando apresentava o relatório da situação actual da seca e da fome na região, ao Presidente da República, João Lourenço, no Cunene.

Os números apresentados indicavam, também, haver 175 mil famílias afectadas pela seca, bem como o encerramento de 13 escolas pela mesma situação.

10.11 “Há 857 mil pessoas afectadas pela seca no Cunene”

Jornal de Angola

13 de Maio de 2019

Texto. Moisés da Silva

Siga na Integra a entrevista, que traz, em detalhe, o quadro actual da seca no Cunene e as medidas do Governo para contrapor os efeitos desse fenómeno natural:

O Cunene é uma das quatro províncias do Sul de Angola que enfrentam o problema da seca. Esta província está sem chuva desde Outubro de 2018. Qual é a dimensão do problema?

A seca é um fenómeno cíclico na província do Cunene. Podemos dizer que os registos de seca começaram por volta de 1995. Mas desde essa altura que nunca enfrentamos uma seca como hoje. O problema do Cunene também já era conhecido no

período colonial. A seca está relacionada com a proximidade do deserto do Namibe e do deserto do Kalahari, na República da Namíbia. Este contexto faz com que o Cunene enfrente longos períodos sem chuva ou de grandes cheias quando se verificam elevados níveis de pluviosidade. Temos estado a trabalhar no sentido de mitigar os efeitos da seca junto das comunidades.

Que números pode avançar relativamente aos efeitos directos da seca?

Os efeitos são variados. Primeiro' as comunidades ficam carentes de água para as pessoas, para o gado e para a agricultura. O Cunene ainda depende muito das chuvas para ter água. Quando não chove, as populações não conseguem produzir nada. Como sabem, a agro-pecuária tem um grande peso económico na província e tem extensões de terra muito férteis. Mas quando não chove as populações não podem colher o que plantam, situação que provoca um cenário de insegurança alimentar.

Mas tem outros efeitos sociais. Quais?

Por exemplo, dificulta e até inviabiliza as aulas, porque quando há seca surge o fenómeno da transumância (movimento de gado de uma zona que não tem água nem pasto para outra com estas condições). É uma prática cultural que envolve crianças com idade escolar. Isto faz com que, até agora, tenhamos cerca de nove ou dez escolas encerradas, porque os alunos foram à transumância ou porque não têm água. Temos ainda muitas outras escolas que, não estando encerradas, registam diminuição de estudantes. Também há doenças que resultam da falta de água, por isso é que se costuma dizer que água é vida e sem ela gera - se um conjunto de constrangimentos.

Quais são, até ao momento, os municípios mais afectados?

Embora não disponha agora dos números, os municípios mais afectados pela seca são o Curoca e Ombadja, que estão distantes das fontes de água. Mas, de uma forma geral, todos os municípios, cada um à sua dimensão, estão afectados.

Há registo de mortes de pessoas devido à falta de água?

Tive conhecimento da morte de uma criança. A mãe saiu para procurar água e, por demorar muito tempo, bebeu água ardente, segundo o Rei de Ombala yo Mungu. No dia 18 de Abril, uma cidadã estava a escavar numa chimpaca e foi soterrada, igualmente como consequência da falta de água. Há outros dois

registos do ano passado, segundo o comando da Policia Nacional.

Até que ponto o problema da seca afectou as projecções para a campanha agrícola na província?

A seca afectou muito a campanha agrícola. Este ano, não teremos bons resultados. A campanha na província está comprometida na totalidade, porque não temos colheita. É uma situação claramente negativa.

Quais eram as metas estabelecidas para a campanha agrícola?

Agora não tenho os dados, mas havia metas estabelecidas por ocasião do lançamento da campanha, em Outubro ou Novembro. Aqui começou mais tarde, porque as chuvas também iniciaram mais tarde. Independentemente disso, as metas não serão alcançadas.

Quais são as consequências da estiagem no dia-a-dia das instituições públicas e privadas da província?

Em relação às instituições, a escassez obriga as pessoas a beberem água não tratada. Temos 178 mil famílias afectadas, o que perfaz 857 mil pessoas afectadas pela seca a nível do Cunene, onde estão mapeadas cerca de 436 localidades críticas. Por falta de água, estão afectadas, neste momento, 276 escolas, onde estão matriculados 54 mil e 490 alunos. Em consequência, nove escolas estão paralisadas. Em relação ao gado, está severamente afectada cerca de um milhão e 100 mil bovinos, sendo que, neste período, morreram 26 mil e 267 animais.

As indústrias locais ressentem-se deste problema?

Não temos indústrias no Cunene. Esse é um assunto que precisamos de resolver, porque não temos uma zona industrial. E isto porque não temos energia eléctrica suficiente e sem energia nada se faz em relação às indústrias. Há projectos que visam a instalação de uma estação fotovoltaica e o aumento da nossa capacidade de produção energética a nível provincial.

Que medidas o Governo provincial tem adoptado para fazer os alunos regressarem às escolas?

Se os alunos não vêm às aulas, nós não temos como fazê-los voltar, se não resolvermos primeiro o problema da água. Ademais, eles vão com os pais e outros familiares às zonas de transumância, para cuidarem do gado. Estamos a pensar em criar condições de recepção destes alunos em zonas de transumância, com a construção de escolas lá onde estiverem ou integrando-os nessas escolas. Antes das

visitas que efectuei, julgava que fosse um projecto viável, porque foi sugerido pelo Sindicato dos Professores e por outros agentes do sector da educação. Mas, na prática, depois da visita, verifiquei que não seria possível, porque eles não ficam concentrados num só local. A única forma de evitar o encerramento de escolas por falta de alunos é, de facto, resolvermos o problema da água para as pessoas, para o gado e também para a agricultura.

o que está a ser feito neste sentido?

Estamos a implementar medidas de emergência no quadro do Plano de Acção de Emergência. O que se pretende é aumentar (com camiões cisterna) a captação, transporte e distribuição de água para as populações rurais. Vamos comprar 20 a 25 camiões para distribuir, em média, um por cada comuna. Nós temos 20 comunas a nível da província do Cunene. Pretendemos

comprar, também, reservatórios de água. Mas temos aumentado o número de reservatórios de água para serem fixados em zonas de convergência de maior concentração populacional. Como sabem, aqui as populações vivem muito dispersas. Estamos a falar de reservatórios com capacidade de cinco a dez mil metros cúbicos para cada um. Queremos comprar tractores

que possam depois puxar cisternas de água para os municípios de difícil acesso, onde os camiões não vão poder passar, por não haver estradas em condições. E, sendo uma emergência, não podemos esperar que as estradas estejam boas. Vamos comprar camiões Unimog ou Kamaz que podem ser adaptados com cisternas, para atingirem zonas de difícil acesso, por causa das pedras e estradas que estão em mau estado ou por causa da areia.

Nós temos aqui, na zona Leste dos municípios do Cuanhama e de Namacunde, localidades em que um carro normal não pode ir por causa da areia. Portanto, temos que encontrar viaturas adaptadas para esse tipo de terreno. Onde não for possível utilizar camiões cisterna poderemos usar tractores, sobretudo nas áreas com muita areia. Vamos também recuperar cerca de 168 furos que estão inoperantes.

O Governo Provincial do Cunene já adquiriu os meios de trabalho para recuperar os furos de água?

Já estamos no processo de compra, mas, como sabem, há procedimentos que devem. Ser observados, mesmo tratando - se de uma iniciativa ' de emergência. Esta compra, devido ao seu valor, tem de ser efectuada por concurso público. De qualquer forma, como temos as verbas já disponíveis, dez camiões cisterna já se encontram por aqui e também só estamos à espera de concluir os processos

simplificados de concurso para começarmos a adquirir outros meios. Também investimos em material de apoio, através do orçamento dos próprios municípios. Refiro-me aos 25 milhões de kwanzas mensais' que são transferidos directamente para as administrações' no âmbito do Programa de Combate à Pobreza .

No quadro do plano de emergência, está prevista a construção de novos furos de água. De que forma esta medida será implementada?

O Programa de Emergência prevê a recuperação de 168 furos, numa média de 28 furos por município. É pouco, mas se conseguirmos recuperar este número de furos a nossa capacidade aumentará significativamente. Se eu tenho um furo, não preciso de ter grande frequência de camiões; os furos colmatam as necessidades de água das pessoas e do gado. Por isso é que nas zonas onde existirem muitos furos também não vamos colocar muitos reservatórios. À medida que vamos recuperando os furos, aumentaremos também os reservatórios nas localidades onde eles não existem. Este é um processo, por isso é que os reservatórios terão um carácter móvel. Quer dizer, estão aqui agora, mas depois, se fizermos um furo. ao lado, com água suficiente para dar à população, então movimentamos esses reservatórios de 10 ou 20 mil litros e enviamos para outra área mais distante. São enormes distâncias que a população . percorre diariamente para ir buscar água.

Os camiões reflectem o número total de comunas? Nós temos 20 comunas e estamos a falar em 25 camiões, porque precisamos de ter uma reserva, visto que um camião pode acidentar ou ter algum problema mecânico. Entretanto, o Presidente da República já autorizou que, no próximo ano, em vez de se declarar o estado de calamidade natural no Cunene, o orçamento provincial deve contemplar verbas para dois programas permanentes de emergência, que vão atender, por três ou quatro anos, os programas de Emergência Contra a Fome e o de Emergência Contra a Seca. O programa de Emergência Contra a Seca vai suceder às acções de emergência em curso, porque, no próximo ano, vamos ter o mesmo problema de seca e de fome. Em relação às medidas estruturantes, está prevista a construção de três barragens, num prazo de três ou quatro anos. Esperemos que não haja estrangulamentos de natureza financeira, porque os 200 milhões de dólares anunciados são, sobretudo, para arrancar com as obras. O concurso público foi lançado no dia 3 de Abril e a conclusão está prevista para o dia 3 de Maio. Há uma centena de concorrentes envolvidos, entre empresas nacionais e estrangeiras.

Quantas empresas são de direito angolano?

A maior parte. Não tenho o número fixo, porque este processo está a ser conduzido pelo Ministério da Energia e Águas, que lançou o concurso e vai fazer as avaliações das propostas. O Governo Provincial do Cunene tem um membro na comissão de propostas, que é o vice-governador para a área das Infra-estruturas. As barragens vão demorar quatro anos para estarem concluídas, se não houver constrangimentos de natureza financeira. É por isso que, nos próximos três anos, estes dois programas devem estar obrigatoriamente contemplados no orçamento da província do Cunene.

Concretamente, em que acções serão aplicados os 200 milhões de dólares?

Esses 200 milhões de dólares têm a ver com o arranque da construção das barragens. Algumas empresas já compraram o caderno de encargos e vão ter um mês para apresentar as propostas. Depois, caberá à comissão de avaliação apurar os vencedores. As barragens são, sobretudo, uma forma de garantir água para o gado e para a agricultura. Porque, em relação às pessoas, a solução ainda passa pelo aumento de furos, com a recuperação dos 168 e a abertura de novos furos. Vamos também desassorear as chimpacas (reservatórios de água a céu aberto), no âmbito do plano de emergência, para permitir que haja água para o gado.

10.12 Cacimbo prolonga a seca no sul

Jornal de Angola

15 de Maio de 2019

Texto: Osvaldo Gonçalves

As temperaturas já têm caído, as madrugadas menos quentes, os dias começam a nascer mais tarde e a pôr-se mais cedo. Afinal, hoje, 15 de Maio, começa o Cacimbo, a estação seca, que se prolonga até Agosto. a momento seria de algum' desafogo, se não estivesse o país a atravessar uma estiagem severa, que afecta mais de um milhão de pessoas em seis das 18 províncias, sobretudo as do Centro Sul.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelou que, devido à seca, cerca de 500 mil crianças estavam em risco e 43 mil a precisar de ajuda urgente. Aquela agência fez notar que várias regiões da Húala, Namibe e Cunene estavam a viver a pior seca de todos os tempos.

Nas visitas efectuadas a 3 e 4 do corrente ao Namibe e Cunene, para se inteirar da situação "in loco", o Presidente da República, João Lourenço, admitiu a

necessidade de o Governo reforçar o Programa de Emergência de Combate à Seca no Cunene, para acautelar o agravamento do fenómeno, que causou a morte de pessoas e animais desde Outubro de 2018.

O maior receio é que a situação se tome mais grave na estação seca. "Estamos preocupados com os próximos meses, sobretudo os próximos quatro ou cinco meses, até Outubro, que é quando começam as chuvas no país. E, até lá, acreditamos que este quadro, que observamos no Namibe e Cunene, vai agravar-se", afirmou o Chefe de Estado.

O Executivo tomou algumas medidas com carácter de emergência, para fazer frente à situação e o Presidente aprovou, a 2 de Abril, um pacote financeiro de 200 milhões de dólares para solucionar os "problemas estruturantes" ligados aos "efeitos destrutivos" da seca que assola o Cunene. Orientou às autoridades locais para que "desencadeiem, de imediato, os procedimentos de contratação, por concurso público", dos serviços para a edificação de um conjunto de obras com aquele fim. Além do Cunene, a seca afecta o .Quando Cubango, Huíla, Namibe, Benguela e Cuanza-Sul, cujas populações registam carência de água e alimentos.

Coma entrada do Cacimbo, são também reforçados os alertas para a prevenção das diversas doenças mais frequentes nesta época do ano, com destaque para as de fórum respiratório, como pneumonia, asma, gripe e bronquite.

Os maiores cuidados estão virados para as crianças e os idosos, a quem se recomenda o uso de agasalhos, máscaras faciais e óculos de sol, além da ingestão de líquidos, como água, sumos, chás e outros. Pais e encarregados de educação devem redobrar os cuidados com as crianças, incluindo a higiene dos recém-nascidos.

Atitudes simples podem prevenir os desconfortos típicos da estação. Médicos e especialistas recomendam que sejam mantidas limpas as roupas de cama, em especial os cobertores, a limpeza dos móveis com panos húmidos para a retirada do pó, o aproveitamento dos dias ensolarados, evitar-se o contacto com o fumo do cigarro, o uso de soro fisiológico para a limpeza dos olhos e narinas.

É também aconselhável evitar aglomerações em lugares fechados e pouco arejados, a lavagem constante das mãos e que sejam retiradas as carpetes e cortinas dos quartos de pessoas alérgicas. A um nível mais abrangente, chama-se a atenção para a realização de queimadas anárquicas e a exposição à poeira resultante de obras.

10.13 Entrepósitos florestais vão 'apertar o cerco ao comércio de madeira'

Jornal EXPANSÃO

17 de Maio de 2019

Texto: José Cassanda

Um decreto presidencial publicado esta semana em Diário da República cria os entrepostos de produtos florestais nas províncias do Bengo, Benguela, Cabinda, Cuando Cubango, Luanda e Moxico, com vista a facilitar o controlo, fiscalização e comercialização interna e externa destes produtos.

Este decreto resulta de um outro publicado a 23 de Julho do ano passado, que estabelece o Regulamento Florestal, que determina a obrigatoriedade dos produtos florestais destinados à exportação transitarem por entrepostos existentes no País.

Estes entrepostos ficam sob gestão e supervisão do Ministério da Agricultura e Florestas, através do Instituto do Desenvolvimento Florestal. Os entrepostos têm como competência receber os produtos florestais, em especial as madeiras provenientes das áreas de exploração florestal e das unidades de semi-transformação, mas também facilitar a actividade de fiscalização e controlo dos produtos florestais, bem como a sua

origem e qualidade.

A criação destas estruturas tem também como objectivo facilitar a comercialização dos produtos florestais, e simplificar os processos de certificação do licenciamento para exportação dos produtos florestais pelos serviços competentes do Estado.

Vão também prestar serviços integrados relacionados com as operações de carregamento, descarga, empilhamento, tratamento fitossanitário, inspecção, contentorização e selagem e transportação de madeira. Com excepção da inspecção e selagem dos contentores, estes produtos (relativos à alínea e do artigo 4.º) podem ser "terceirizados a entidades privadas na base de um concurso público".

Integram os entrepostos florestais vários serviços do Estado, como o Instituto de Desenvolvimento Florestal/Ministério da Agricultura e Florestas, a Administração Geral Tributária / AGT) /Ministério das Finanças, a Polícia Fiscal/Ministério do Interior, e a Direcção Nacional do Comércio Externo/Ministério do Comércio.

Os entrepostos devem manter 'actualizado num livro de registo de entrada e saída informação como a identificação do proprietário dos produtos, o tipo, a origem e a quantidade, a data de entrada saída e qual o destino.

10.14 Seca endinheirada

Jornal Economia e Finanças

17 De Maio de 2019

A seca ou estiagem é um fenómeno climático causado pela falta de chuva numa determinada região por um período de tempo muito grande. A água disponível não é suficiente para satisfazer as necessidades das pessoas, dos animais e muito menos das plantas.

A causa mais habitual é a falta de enxurradas, existe, em tempos de seca, uma desigualdade entre a disponibilidade natural de água e a procura. Afecta gravemente a agricultura (não existe água suficiente para o desenvolvimento dos cultivos) e a criação de gado (os animais ficam desidratados) e causa perdas milionárias à economia.

Por aqui surge a questão. Qual é o balanço relativamente aos prejuízos financeiros com o drama da seca no Cunene, Namibe e Huíla? Em 2016, segundo uma avaliação conjunta do Governo e das Nações Unidas, nestas províncias foram acima 700 milhões de dólares.

A verdade é que a situação da seca no Sul se manteve e quase ou nada foi feito para que este mal deixasse de continuar a trazer a desgraça e a miséria às regiões afectadas. Hoje, estamos em 2019 e, ao invés, de estarmos a falar de ganhos económicos que poderiam derivar das zonas constantemente afectadas, estamos a falar de calamidade, devastação e miséria.

As reportagens da imprensa pintaram um quadro completamente desolador e que exige urgência na sua solução. Pois, os últimos anos de seca consecutiva no Sul do país deixaram as famílias sem reserva alimentares, com impacto mais acentuado nas populações vulneráveis, quer no campo da saúde, por causa da má nutrição, e uma população bovina que se vai dizimando por carência de água e de pasto. As transumâncias nem sempre reflectem o mitigar do problema.

O fenómeno da transumâncias, derivada dos efeitos da estiagem, tem contribuído negativamente no aumento da taxa de abandono escolar, além do agravamento da violência de género. As soluções não

se podem fazer esperar. os esforços emergenciais devem persistir; assim como a implementação de outras soluções como doações de bens alimentares e acções de capacitação.

É verdade que a solução não passa apenas na distribuição de alimentos, através de campanhas de assistência humanitária. Mas a tomada de medidas emergenciais valem a pena pois a desgraça corrói e as fissuras na vida das pessoas em situação de calamidade são cada vez mais enormes.

Traçar e executar medidas eficazes para minimizar os efeitos da seca a figura-se um desafio oportuno. O repto foi lançado com a visita do Presidente da República ao Namibe e Cunene. Manifestou preocupação com o facto de os próximos cinco meses continuarem a ser de estiagem, uma vez que marcam a época seca (Cacimbo) em Angola. Face à realidade, admitiu, a resposta do Governo também seria mais efectiva, com carácter de emergência, para uma solução definitiva.

E as soluções definitivas começam a ser desenhadas. Um pacote financeiro fixado em duzentos milhões de dólares foi já aprovado pelo Presidente da República para solucionar problemas estruturantes ligados aos efeitos destrutivos da seca na província do Cunene.

Oxalá que haja responsabilidade no uso dos fundos alocados e que num futuro breve traduza na prática o esforço financeiro público. Chega de testemunharmos impávidos e serenos populações a morrerem devido à seca e ter toda sua estrutura económica abalada.

10.15 Combater a seca ou aprender a viver com ela?

Novo Jornal

24 De Maio de 2019

Texto: Fernando Pacheco

Um dos aspectos mais valiosos da Faculdade de Agronomia - o nome oficial não era esse, mas isso é outra história, algo bizarra - onde estudei no Huambo, entre 1969 e 1974, era a preocupação dos jovens professores, na esmagadora maioria portugueses, de ajudarem os alunos a conhecerem bem o território angolano e as características dos agricultores e da população rural de Angola. Era obrigatória, por exemplo, a realização de viagens de estudo às regiões mais importantes do ponto de vista agronómico.

Foi nessa condição que tive o primeiro contacto com a região a que o agrónomo Cruz de Carvalho,

fundador e primeiro director da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola e a pessoa considerada na altura melhor conhecedora da Angola rural (1), designou de Complexo do Leite ou da Ordenha, pelo facto de essa actividade, criação de gado bovino e consequente extracção de leite, ser a mais importante para a economia, mas também para a cultura e para a vida dos habitantes da região.

O professor Carlos Portas, que foi Secretário de Estado da Reforma Agrária em Portugal depois do 25 de Abril, explicou-nos nessa viagem a importância da região, da necessidade de se saber tirar partido das condições humanas e ambientais sem agredir a cultura dos habitantes e de se saber aproveitar as potencialidades dos solos dos vales dos rios Bero e Giraúl, no Namibe, comparativamente à insignificância dos solos do Huambo - que ainda hoje representam um mito revelador da nossa ignorância generalizada.

Foi na região sul que se deu início à primeira revolução nos transportes em Angola, um dos maiores obstáculos ao crescimento económico da então colónia portuguesa, com o aparecimento dos carros de bois trazidos pelos boers do território que hoje é a Namíbia. Não é de estranhar que toda a região seja uma das melhores estudadas do país, por investigadores desde o Padre Carlos

Estermann ao veterinário Adriano Gomes - "esquecido" e desaproveitado pelo Ministério da Agricultura lá no Lubango -, passando por Júlio Morais, José Correia, Joaquim Santos, Ruy Duarte de Carvalho e o já citado Eduardo Cruz de Carvalho, para além de estudos realizados para variadíssimos planos, desde o renomado plano do Cunene ainda no tempo colonial, até a outros no tempo em que Lopo do Nascimento foi governador, ou comissário, da província da Huíla.

Hoje sabe-se, ou dever-se-ia saber, por exemplo, que a região é semiárida, o que significa que chove muito pouco, entre quase nada no deserto do Namibe até cerca de 500 milímetros nas zonas mais pluviosas - em termos comparativos nas regiões mais chuvosas de Angola' chega-se a 2.000 mm -, com precipitações concentradas normalmente em dois ou três meses, e que isto não permite o crescimento dos capins que servem de pasto ao gado, apesar da sua boa qualidade. Sabe-se também que é isso que determina que o tipo de assentamentos humanos seja muito disperso, quase se resumindo a uma família, nos conhecidos ehumbo, pois não pode haver concentração de animais para além de um certo limite (no Norte e Leste os aldeamentos são geralmente de muito maior dimensão). Sabe-se ainda que, no tempo seco, os pastores levam o seu gado para as zonas de

evanda, isto é, as margens dos rios que são alagadas com as chuvas e onde o pasto nasce rapidamente quando o rio volta ao seu curso normal. Essas transumâncias, ou seja, a mobilidade dos animais, que nos anos sem chuva se tornam mais necessárias e mais longínquas, apresentam-se como uma das pouquíssimas soluções para quem preservar o gado é quase tudo na vida.

O que os estudiosos da região demonstraram foi que o aumento das "farms", a partir da década de 60, com um sistema de criação de gado moderno que faz recurso ao parqueamento com uso de arame, impedindo a tal mobilidade, introduziu um poderoso factor de perturbação, afectando a quantidade de pasto disponível e obrigando a mais mobilidade. A desmatção de extensas áreas das "farms" para permitir o crescimento dos capins só veio aumentar a perturbação.

Perante estas dificuldades, tal como no antigo plano do Cunene, o Executivo procura soluções das do tipo "soviético", isto é, com recurso a grandes projectos de engenharia, como eu tanto tenho criticado por implicarem geralmente riscos de desvios, ou seja, corrupção, dificuldades de gestão e efeitos ambientais negativos.

Estas opções são mais difíceis de entender pelo facto de o país estar a enfrentar uma crise enorme com a dimensão da dívida e a falta de divisas, e ainda com as fragilidades institucionais em termos de meios humanos, de falta de domínio de regras e procedimentos e dos efeitos devastadores da corrupção que tomou conta do país.

Existem hoje experiências no sul da Huíla, inspiradas no Nordeste brasileiro, que indicam que outras soluções mais baratas, mais fáceis de implementar e de gerir e mais de acordo com os processos de descentralização em curso, poderiam ser encaradas. Numa altura em que se prepara a implementação das autarquias, isso faria todo o sentido, pois seria um modo de permitir o desenvolvimento local e a criação de emprego, e, no fim, uma maior inclusão da população e consequente sustentabilidade. Tais soluções estão mais alinhadas com a ideia avançada pelo Presidente João Lourenço de trabalhar com o povo e não para o povo. Até porque as soluções que "comerão" a maior fatia dos 200 milhões de dólares atribuídos pelo Presidente apenas favorecerão uma pequeníssima parte desse povo.

O Presidente João Lourenço tem sido mal aconselhado nas suas opções no domínio da economia e da protecção social. Continua a ser muito popular, mas tem de pensar nos efeitos causados por decisões que instalam dúvidas em muitos dos seus

apoiantes, como a construção de • um novo centro político-administrativo quando a cidade de Luanda está cheia de edifícios por acabar que poderiam resolver os problemas mais urgentes; os mal explicados casos da compra de aviões e do concurso da quarta operadora de telecomunicações; as nomeações para cargos importantes de pessoas cujo passado recente não é de elogiar e que os põe no mesmo patamar que os "marimbondos" que se pretende combater, entre outros. O Presidente tem de ter em conta o velho ditado que diz que "a mulher de César não pode apenas ser honesta. Tem de parecer também que o é". E pensar numa frase que ouvi há tempos de um apoiante seu: o Presidente JL tem feito coisas boas, mas tem um problema. Gasta demasiado dinheiro com coisas que podem ser importantes, podem ser necessárias, mas seguramente não são prioritárias.

l)Tenho insistido, até agora sem que alguém me ligue, na necessidade de Angola reconhecer e homenagear este e outros homens da ciência e do saber que tanto fizeram por ela, ainda que, infelizmente, nem sempre se saiba aproveitar o conhecimento por eles legado.

PS. A proposta de revisão do OGE para 2019 apresenta um significativo corte na despesa destinada à Agricultura. Não só no montante, mas também na percentagem em relação ao valor total da despesa. A atenção à agricultura, mais uma vez, parece ser uma na teoria e outra na prática.

Podem ser necessárias, mas seguramente não são prioritárias. _

Membro do OPSA

NOTA DO DIRECTOR: Na edição passada, por lapso do director deste jornal, foi repetido o artigo do Eng. o Fernando Pacheco referente ao mês de Abril. Aqui está o artigo correcto. As nossas desculpas ao articulista e aos leitores.

10.16 ONU disponibiliza 6,4 milhões de dólares para vitaminas da seca

Jornal de Angola
29 De Maio de 2019

As Nações Unidas vão disponibilizar 6,4 milhões de dólares para apoiar comunidades que sofrem com a seca no Sul do país, através do Fundo Central de Resposta a Situações de Emergência (CERF).

Segundo um comunicado da organização, divulgado ontem, em Luanda, os fundos, a aplicar em projectos nas províncias do Cunene, Huíla, Bié e Namibe vão beneficiar cerca de 565 mil pessoas.

O apoio da ONU, a ser implementado por UNICEF, FAO, UNFPA e OMS, vai incidir nas áreas de Nutrição, Água e Saneamento, Agricultura e Segurança Alimentar, Saúde e Protecção.

Segundo o documento, 44% do total do Fundo de Emergência concedido será direccionado à Nutrição, 1,7,8% à Água e Saneamento e o restante dividido entre os projectos de Saúde, Segurança Alimentar e Agricultura e Protecção.

O impacto da seca no Sul tem levado à deterioração rápida dos meios de subsistência: da população. Segundo dados do Governo Provincial do Cunene, o número de pessoas que precisam de ajuda humanitária na província aumentou, este ano, de cerca de 250 mil, em Janeiro, para cerca de 860 mil em Março, o que representa já 80 por cento do total da população da província.

A ONU estima que 2,3 milhões de pessoas não estão em condições de satisfazer as suas necessidades nutricionais nas quatro províncias mais afectadas, sendo que cerca de 490 mil são crianças com menos de 5 anos. O Fundo de Emergência (CERF) apoiará também a saúde e protecção de cerca de 37 mil mulheres grávidas.

As Nações Unidas consideram que seriam necessários cerca de 92 milhões de dólares para fazer frente à situação de emergência no sul do país. Os 6,4 milhões disponibilizados representam apenas 6,9% do total das necessidades estimadas. O Fundo de Emergência (CERF) será implementado imediatamente e durante os próximos seis meses pelas Nações Unidas e Governo, com o objectivo primordial de responder a esta crise e reduzir o número de pessoas em risco de vida.

No Cunene, o Fundo será implementado nos municípios da Cahama, Cuanhama, eu-roca, Cuvelai, Namacunde e Ombadja, a Huíla beneficiam os municípios do Lubango, caconda, caluquembe, Cacula, Ghibia, Chicomba, Chipindo, Gambos, Humpata, lamba. Cuvango, Matala, Quilengues e Quipungo. No Namibe serão apoiadas as comunidades do Namibe, Bibala, Cumucuiu, Tómbwa e Virei, enquanto no Bié beneficiam as populações dos municípios do Chinguar, Catabola e Cuito.

Segundo o documento, a acção humanitária será monitorizada pela Equipa de Gestão de Desastres da ONU em Angola, liderada pelo coordenador residente, Paolo Balladelli, e pelo U ICEF.

Ontem mesmo, Paolo Balladelli partiu em missão oficial para o Sul do país, para encontros com as

autoridades provinciais e parceiros. Hoje, o coordenador da ONU estará na província do Cunene e amanhã, na Huíla, A ONU reconhece que as intervenções a curto prazo não solucionam as perdas causadas pelas secas recorrentes que afectam a região Sul do país. Neste contexto, e com o apoio técnico do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Governo desenvolveu, recentemente, o Quadro de Recuperação Pós-Seca (QRS) 2018-2022. Além das medidas de recuperação de curto prazo, o QRS também propõe medidas sustentáveis de médio e longo prazo para reduzir a vulnerabilidade e o risco associado da população local a futuras, secas, inundações e ao crescente impacto das mudanças climáticas.

O Fundo Central de Resposta a Situações de Emergência (CERF) foi criado, em 2005, pelas Nações Unidas com o objectivo de responder, de forma imediata e ágil, a situações de crises humanitárias em todo o mundo. O CERF é gerido pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), que é o principal órgão da ONU para fazer frente a crises humanitárias.

10.17 ONU disponibiliza 7% do valor necessário para combater a seca

Jornal Expansão

31 de Maio de 2019

Texto Faustino Diogo

As Nações Unidas (ONU) vão disponibilizar 6,4 milhões USD para apoiar mais de quinhentas mil pessoas afectadas pela seca nas províncias de Huíla, Bié, Namibe e Cunene, através do Fundo Central de Resposta a Situações de Emergência (CERF, na sigla em inglês) para nos próximos seis meses minimizar os efeitos que a seca no Sul do País está a provocar nas populações.

Para responder à actual situação de seca, a ONU considera que serão necessários 92 milhões de USD. Os 6,4 milhões disponibilizados pelo CERF representam, assim, 6,9% do total das necessidades estimadas.

A disponibilização do montante que será aplicado no combate à malnutrição, distribuição de alimentos e águas à população foi anunciada pelo representante da ONU em Angola durante a sua visita, esta semana, na província do Cunene.

Paolo Balladelli adiantou que dos 6,4 milhões USD, 44% vão para o fundo de emergência do programa de combate à malnutrição, 27,8% serão destinados a

projectos de água e saneamento e os restantes 28,2% vão para a saúde, segurança alimentar e agricultura.

A ONU estima que 2,3 milhões de pessoas não estão em condições de satisfazer as suas necessidades nutricionais nas quatro províncias mais afectadas, sendo que cerca de 490 mil são crianças com menos de cinco anos.

Segundo dados do Governo provincial do Cunene, o número de pessoas que precisam de ajuda humanitária nessa província aumentou de cerca de 250 mil, em Janeiro, para cerca de 860 mil em Março, o que representará 80% do total da população da província. Para a garantia da implementação do dinheiro cedido pela ONU estarão envolvidos neste processo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

O actual Fundo de Emergência (CERF) beneficiará cerca de 25% do total de 2,3 milhões de pessoas que as Nações Unidas estimam estarem a ser afectadas pela seca e insegurança alimentar no Sul do País.

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Angola na rota comercial

Chinesa

Jornal Economia e Finanças

3 De Maio de 2019

Texto Pedro Peterson

Embaixador da República da China em Angola, Gong Tao, afirmou, em Luanda, que o seu país está disponível para ampliar a cooperação económica com Angola além das tradicionais linhas de crédito.

A afirmação foi feita à saída duma audiência concedida pelo Ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, onde foram abordados, entre outros temas, a cooperação entre os dois países, com principal destaque para primeira edição da Exposição Económica e Comercial China-África, que será organizada pelo Ministério do Comércio daquele país de 27 a 29 de Junho do corrente ano, em Changsha, Hunan.

Na qualidade de convidada de honra, Angola leva uma delegação chefiada pelo Ministro do Comércio, onde integram representantes de outros departamentos ministeriais, órgãos de promoção do comércio e investimento, câmaras de comércio e associações empresariais.

As relações diplomáticas Angola e China datam de há 36 anos. O gigante asiático continua a ser o primeiro parceiro comercial de Angola e o primeiro importador do petróleo angolano.

A economia da China é a segunda maior do mundo. É a nação com o maior crescimento económico dos últimos 25 anos, com a média do crescimento do PIB em 10 por cento por ano.

O comércio de Angola com a China atingiu um valor de USD 4.752 milhões entre Janeiro e Fevereiro deste ano, um aumento de 2,89 por cento, que é devido ao crescimento das exportações de Luanda para Pequim, muito provavelmente petróleo bruto, de acordo com os dados dos Serviços de Estatísticas das Alfândegas Chinesas, citados pelo Fórum Macau.

As empresas chinesas exportaram, de Janeiro para Fevereiro, bens no valor de USD 266 milhões de dólares (menos 31,23% que em igual período de 2018) e importaram produtos no valor de USD 4.486 milhões (mais-6,02%). No entanto, no mês de Fevereiro, o comércio entre os dois países retraiu-se,

em comparação com o de Janeiro, situando-se em USD 2.174 milhões, menos 15,6 por cento que no primeiro mês do ano. As compras de Pequim a Luanda ficaram nos 90,2 milhões de dólares, tendo Angola vendido à China bens avaliados em USD 2.084 milhões.

A balança comercial com a China mantém-se francamente favorável a Angola. O Brasil continua a ser o principal parceiro da China, não só entre os países de língua portuguesa, como em termos mundiais, com as trocas entre os dois países a atingirem 17.354 milhões de dólares entre Janeiro e Fevereiro, mais 19,75 por cento que em igual período do ano passado. Segue-se Angola, Portugal e Moçambique.

13.2 260 mil chineses nos projectos de infra-estrutura em Angola

Jornal de Angola

10 De Maio de 2019

Texto: Adério Quizunda, André dos Anjos e Gabriel Bunga/Pequim

A China explicou a presença de 260 mil chineses em Angola pela necessidade de mão-de-obra qualificada nos projectos de edificação de infra-estruturas, numa conferência consagrada à cooperação com África em que a decisão do aperfeiçoamento da qualidade das relações entre Pequim e o continente foi declarada "um desafio."

O director-adjunto do Departamento dos Assuntos Africanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China proferiu estas declarações na abertura de uma conferência internacional da comunidade China - África sobre a "nova Rota da Seda e a Cooperação da Média", que decorre em Pequim de 7 a 21 de Maio.

Li Chong afirmou que a China "nunca quis enviar um número tão considerável de trabalhadores chineses para Angola", mas o momento de reconstrução do país exigia muita mão-de-obra e, pela urgência que se impunha, as empresas chinesas recrutaram vários trabalhadores para virem trabalhar para o país.

Nos últimos dez anos, disse Li Chong para definir as trocas entre Luanda e Pequim, as relações entre Angola e a China basearam-se fundamentalmente na construção de infra-estruturas, um processo parcialmente inviabilizado pela crise financeira, que conduz à procura de novas áreas de cooperação.

O responsável chinês, que já trabalhou em Angola e na Guinéu Bissau, reconheceu que a China tem de melhorar a cooperação com os países africanos para

que 'as políticas públicas resultantes da ajuda chinesa sejam eficientes e beneficiem os povos africanos de forma qualitativa.

Li Chong prometeu, no discurso de abertura do encontro, que o seu Governo vai elevar a qualidade e a eficiência da cooperação com os países africanos e reconheceu a preocupação da comunidade internacional face à questão das dívidas entre África e a China, considerando que, em muitos casos, as preocupações "não correspondem à verdade."

A procura de financiamento para garantir o desenvolvimento económico, sublinhou, é comum a todos os países do mundo e não é uma questão exclusiva entre os países africanos e a China. Li Chong notou que, em matéria de empréstimos, o mais importante é saber gerir o risco de crédito e que o seu país tem assumido uma atitude responsável, com, a preocupação de verificar se o risco é controlado ou não.

"Se não concedermos empréstimos, podemos impedir o desenvolvimento. É preciso que os países africanos resolvam a questão dos riscos. A dívida não se resolve com a penalização da cooperação e a viabilidade de qualquer empréstimo é analisada com muita atenção, sem a qual o crédito não é concedido", declarou.

Li Chong acrescentou que o seu Governo não pode aceitar a ideia segundo a qual "diplomacia da China é uma 'diplomacia de empréstimos'. A nossa posição é que não forçamos os países africanos a receber financiamentos que afectem as suas soberanias. A maneira de resolver a questão é de discutir em conjunto e não olhar para interesses políticos. O futuro entre África e a China é o da procura de desenvolvimento de qualidade."

Referiu a cooperação com África como "abrangente", envolvendo projectos comuns ao continente e outros, para países de forma isolada, contando-se sectores como o da construção, intercâmbio cultural, melhoria da qualidade de vida e criação de postos de trabalho.

A China, lembrou, adopta políticas de igualdade na relação com os países africanos, não obstante o volume de negócios que cada país possa ter com o gigante asiático, atando depois os exemplos de Angola, que conta com volumosos empréstimos chineses, e a Guiné-Bissau, onde os fluxos decapital chinês são mais exigüos.

Os números apontam para dez mil bolsas de estudo do Governo chinês a favor de estudantes africanos por ano, desde que esse processo iniciou, em 1956, ao mesmo tempo que, depois de 1963, mais de 200

milhões de africanos tenham beneficiado de tratamento de médicos chineses.

A Nova Rota da Seda

O director-adjunto definiu a Nova Rota da Seda, a estratégia económica chinesa de longo prazo, como uma opção de desenvolvimento comum à China e a África numa ordem mundial caracterizada pela injustiça.

O diplomata considerou, para explicar a Nova Rota da Seda, que a China compreende que tem maior potencial para 'o desenvolvimento económico e social, na medida em que houver prosperidade em África e em outros continentes.

Li Chang indicou, que 37 países africanos já aderiram a iniciativa, assinando memorandos bilaterais.

13.3 China anuncia fundo para o sector económico

Jornal de Angola

10 De Maio de 2019

Texto: Bernardino Manje

O embaixador da China em Angola, GongTao, convidou ontem o sector público e privado angolano a beneficiar": se do Fundo da Rota da Seda, com vista ao investimento e financiamento nos sectores económico e comercial.

O diplomata chinês fez este anuncio em Luanda, durante um almoço com jornalistas angolanos, naquele que pode ser considerado como o primeiro encontro com profissionais da comunicação social, desde que foi acreditado pelo Presidente João Lourenço, no dia 17 do mês passado.

O fundo, que se enquadra na política de cooperação internacional da China, vulgo "Iniciativa do Cinturão e Rota", está avaliado em 40 mil milhões de dólares, sendo que 65 por cento do capital é detido pela Administração Estatal de Câmbio, através da Buttonwood Investment Holding Company

As restantes percentagens são da China In estment Corporation (arrav s da Seres In estm nt o. Ltd.). com 15 por cento, o Banco de Importação e Exportação da China com 15 por cento e o Banco de Desenvolvimento da China, com cinco por cento.

Segundo o embaixador, os países que mais se têm " beneficiado do Fundo da Rota da Seda são os banhados pelo Oceano Indico, tendo apontado, a titulo de exemplo, o Paquistão e os países da costa do

leste africano. Mas, segundo Gong Tao, a China está disponível para alargá-lo à costa ocidental africana.

O diplomata falou das excelentes relações de cooperação entre o seu país e Angola e prometeu contribuir para o seu aprofundamento. Bastante fluente na língua portuguesa, graças à sua passagem por Portugal, onde foi o "segundo homem" da Embaixada chinesa, entre 1988 e 1991, Gong Tao afirmou que Angola é um parceiro estratégico da China, lendo revelado que, no ano passado, o país foi o principal fome dor de petróleo para a China. O diplomata fez igualmente uma referenda ao conflito económico entre a China e os EUA admitindo que o mesmo tem implicações globais.

13.4 China anuncia novo mecanismo de financiamento a Angola diferente das linhas de crédito

Expansão

10 De Maio de 2019

Texto: Faustino Diogo

Angola pode concorrer a financiamentos do fundo da Rota da Seda, que tem disponíveis entre 30 a 50 mil milhões USD para a construção de infra-estruturas em vários países, anunciou o embaixador chinês no País, Gong Tao.

Angola aderiu ao projecto "Uma Faixa e Uma Rota", em Setembro de 2019, com a assinatura de um memorando durante a visita oficial do Presidente da República, João Lourenço, ao país de Xi Jinping, podendo, a partir daí, candidatar projectos.

"É um fundo aberto a todos os países que participam na iniciativa "Uma Faixa e Uma Rota" e Angola, durante o seu processo de desenvolvimento e construção, para além de financiamentos no âmbito dos acordos de cooperação bilateral, pode usar os fundos da Rota da Seda", disse Gong Tao, durante um encontro com jornalistas, em Luanda.

O diplomata esclareceu que o fundo tem disponíveis até 50 mil milhões USD, variando em função das candidaturas.

"O valor total do fundo está entre os 30 e os 50 mil milhões USD, mas é um fundo com valor volátil. Se for necessário podemos injectar fundos frescos para as necessidades", explicou Gong Tao, que disse desconhecer se Angola já apresentou projectos.

A preferência na disponibilização de fundos, segundo o embaixador chinês, recai em iniciativas viradas para

infra-estruturas públicas e projectos de investimento, que podem também beneficiar o sector privado.

O mais importante, segundo o diplomata, é que o fundo está virado para projectos internos dos países, mas também para projectos transfronteiriços, com impacto em mais do que um.

Durante o encontro, o embaixador chinês garantiu que o seu país olha agora para uma cooperação bilateral mais equilibrada e com vantagens recíprocas.

"A China e Angola são parceiros de uma cooperação 'win-win'. Ao longo deste anos, os dois países têm conseguido enormes frutos no âmbito de um mecanismo de financiamento. Neste momento, Angola e China encontram-se numa fase importante de transformação económica", considerou Gong Tao.

O projecto "Uma Faixa e Uma Rota", lançado por Pequim em 2013, pretende construir, com a ajuda de mais de 120 países e 29 organizações internacionais, uma malha ferroviária e auto-estradas para ligar a região oeste da China à Europa e Oceano Indico, cruzando a Rússia e a Ásia Central, e uma rede de portos em África e no Mediterrâneo, que reforçarão as ligações marítimas das cidades do litoral chinês.

O projecto abrange ainda a construção de aeroportos, centrais eléctricas e zonas de comércio livre, visando dinamizar o comércio e indústria em regiões pouco integradas na economia global.

13.5 Conferência estabelece compromissos para a cooperação

Jornal de Angola

10 De Maio de 2019

O primeiro dia da conferência, que decorre na Universidade da Comunicação da China, ficou marcado com discursos oficiais dos Professores Zhang Yanqiu, directora do Centro de Pesquisa da Comunicação em África e do Instituto de Estudos de Comunicação da Universidade da Comunicação da China, Li Shu, director do Instituto de Estudos de Comunicação da Universidade da Comunicação da China, Wang Wenyuan, chefe adjunto da Divisão de Intercâmbio e de Cooperação Internacional da Universidade da Comunicação da China, bem como do professor Fodé Mané, representante dos académicos africanos e reitor da Universidade Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau.

Fodé Mané sublinhou em nome de todos os representantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a importância da 'cooperação no sector da comunicação nos domínios académico e profissional; considerando a realização da conferência uma forma de potencializar as relações entre os países lusófonos de África. Reiterou a necessidade de a China estabelecer acordos de intercâmbio e mobilidade para profissionais e a projecção das acções de pesquisa.

Os representantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, depois da sessão se abertura, reuniram com o vice-reitor da Universidade da Comunicação da China, Duan Peng, que garantiu a disponibilidade da Universidade da Comunicação da China em estabelecer acordos de parceria no domínio da formação de quadros nos graus de licenciatura, mestrado e doutoramento. O responsável chinês disse que a UCC também está disponível para cooperar em estágios profissionais e ensino de línguas.

Participam na conferência representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No primeiro dia da conferência, os participantes visitaram vários departamentos da Universidade da comunicação televisiva, da universidade, a imponente biblioteca e o Museu da Media.

Até 21 de Maio, é debatida "A iniciativa um Cinturão e uma Rota e a cooperação sino-africana", "A lógica histórica desenvolvimento da transformação da media chinesa", "O fórum de cooperação China-África: oportunidades e desafios da cooperação sino-africana", "As relações económicas e comerciais entre a China e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o fórum de cooperação económica e comercial", "A cooperação entre os media chineses e africanos: conquistas, caminhos e expectativas" "A cooperação sino-africana, imagem nacional e o desenvolvimento da comunicação.

13.6 Chineses propõem fábrica de carros

Jornal de Angola
12 De Maio de 2019

A Câmara de Comércio Internacional de Guangdong (urna província chinesa) declarou-se capaz de mobilizar investimentos para a implantação de uma unidade de montagem de automóveis no Huambo.

O vice-presidente da agremiação empresarial chinesa, William Wang, considerou à imprensa, depois de um

encontro com a Câmara de Comércio e Indústria do Huambo, que a província dispõe de condições favoráveis para a implementação de qualquer indústria e, também, para desenvolver a agricultura, pecuária, turismo, mineração, educação, bem como a formação de quadros e de empresas, domínios que constituem, também, as áreas de interesse dos associados.

As empresas de Guang-don, 67 mil das quais estão filiadas à Câmara, podem ainda entrar na edificação de fábricas para a produção de botijas de gás, elevadores e equipamento médico.

Por sua vez, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Huambo, Castilho Noé, disse que parcerias da dimensão evocada por Willliarn Wang propiciam criação de postos de trabalho.

Este tipo de cooperação, segundo o responsável da organização com duas mil empresas associadas, enquadra-se nas estratégias da recuperação do título de segundo parque industrial do país depois de Luanda, e na época colonial atingido pelo Huambo.

O Huambo conta com mais de 200 unidades fabris em funcionamento, o que envolve a exploração de inertes, fabrico de bebidas, plásticos, colchões e carteiras. Possui ainda o Pólo de Desenvolvimento Industrial da Caála, localizado numa área do município adjacente aos Caminhos de Ferro de Benguela.

Esta localização é uma mais-valia, porquanto, muitos investidores, especialmente estrangeiros, podem transportar as matérias-primas e demais bens do Porto do Lobito, na província de Benguela, para o Huambo, em pouco tempo e sem constrangimentos

13.7 Continente africano precisa de experiência da China

Jornal de Angola
13 De Maio de 2019
Texto: Gabriela Bunga

Os países africanos precisam de inspirar-se na experiência de renovação tecnológica da China, defendeu, em Beijing, o zimbabweano e docente da Universidade de Westminster, do Reino Unido, Wiston Mano, quando falava sobre "A nova disputa digital em África por gigantes globais da tecnologia desafios e respostas", na Conferência Internacional sobre a Nova Rota da Seda, dirigida académicos e jornalistas dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), entre os quais angolanos.

O também director do centro de Pesquisa da Comunicação na África da universidade de Westminster considera que África precisa de entender melhor o actual ambiente marcado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Wiston Mano disse ser possível reformular as leis referentes às comunicações para que se adaptem ao momento actual. Wiston Mano defendeu a eliminação do vazio que existe entre a inovação tecnológica e a regulamentação.

Em termos tecnológicos Wiston Mano admitiu que a muitas coisas que estão a ocorrer de forma positiva em África, através de fortes investimentos em tecnologia de informação, mas lamentou o facto de existirem muitos conteúdos produzidos e difundidos nas plataformas digitais mas que não são valorizados nem monitorizados.

A dependência dos sistemas multinacionais de tecnologias de informação e comunicação, parece ser uma espécie de “colonialismo digital”, considerou Wiston Mano, para quem a dependência dos países Africanos a plataformas digitais como Google, Facebook, whatsapp e outras ocidentais é o exemplo concreto que existe uma espécie de “colonialismo digital”. Wiston Mano entende que é preciso repensar os sistemas de comunicação implementados nos países africanos.

O académico Zimbabweano entende que as grandes companhias de tecnologias de informação disputam o mercado africano, considerado virgem, mas os naturas do continente não têm condições para competir.

Durante a sua intervenção Wiston Mano disse para se movimentar a África é preciso ter em conta as inspirações chinesas e indianas e vencer o desafio de electrificação do continente para garantir a implementação dos projectos tecnológicos. “é preciso pensar a politica de inovação, para se evitar os monopólios”, disse o académico, sublinhando que a África precisa de fazer uma migração digital.

Wiston Mano entende que é preciso que os países africanos se inspirem nas experiências chinesas de revolução tecnológica, com a criação de sistemas tecnológicos de comunicação próprios.

“A China, por exemplo, tem uma estratégia, de comunicação independente dos países ocidentais as grandes companhias de comunicação ocidentais, como a Google, Facebook, WhatsApp, Twiter e outras plataformas electrónicas não entram na China devido à grande “muralha cibernética” erguida por este país”, disse.

A Conferencia Internacional sobre a nova rota da Seda decorre de 07 a 21 deste mês na Universidade de Comunicação da China.

“Revolução” na China

A maior revolução que a China vive actualmente é a tecnológica, considera Ji Deqiang, professor da Universidade da Comunicação do “Gigante Asiático”.

O académico investigador do Centro Nacional de Pesquisa da Inovação de Comunicação da Universidade, disse que nos dias que correm na China todos os serviços estão a ser digitalizados.

A China para contrapor os sistemas de comunicação ocidentais criou suas próprias plataformas no lugar do Google, a China tem o Baidu, no Facebook criou a Tencet, no Amazon tem Alibaba. Com, para contrapor o Youtube tem a Youku, para competir com a Urber tem a Didi, no lugar do Sportify tem a QQ music e no lugar no WhatsApp tem uma super rede social We chat.

We chat tem mais funcionalidades no dia-a-dia das pessoas, desde as trocas comerciais até aos simples jogos de diversão, disse Ji Deqiang, esclarecendo que, com a plataforma pode-se transferir dinheiro com um “simples scanner” de um código. Com isso, 70% dos pagamentos na China são feitos por via de We chat.

A economia é quase totalmente digitalizada. DESDE o simples vendedor de rua as grandes empresas, as transacções são feitas por via electrónica. “Todas as companhias de tecnologias na China são poderosas”, afirmou Ji Deqiang, para quem, num curto espaço de tempo, a China pode criar a sua própria internet, desligando-se assim, definitivamente, do ocidente.

Ao contrario do que acontece nos países africanos, disse, a grande barreira tecnológica criada aos sistemas de comunicação ocidentais na China fazem com que, por exemplo os conteúdos pornográficos e críticos ao estado Chinês não circulem nas redes sociais Chinesas.

Segundo ainda o académico investigador, na China para ter acesso as plataformas electrónicas ocidentais é preciso utilizar um mecanismo electrónico denominado VIPN que permite o acesso restrito ao Facebook, Google, WhatsApp e outras controladas por Norte Americanos e Europeus.

13.8 China disposta a colaborar no combate à corrupção

Jornal de Angola

15 De Maio 2019

Texto: Gabriel Bunga

A colaboração da China no combate à corrupção em Angola depende apenas das autoridades angolanas, afirmou segunda-feira, em Beijíng, o embaixador reformado da China Wang Hua.

Ao falar sobre "Os 40 anos de reforma e abertura e experiências da China", na conferência Internacional sobre a Nova Rota da Seda, que decorre na Universidade da Comunicação da China, de 7 a 21 de Maio, dirigida a académicos e jornalistas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Wang Hua disse que a China, actualmente, quer estabelecer relações bilaterais de forma limpa e que o Presidente Xi Jinping deixou clara a necessidade de uma cooperação bilateral e multilateral transparente.

A China, acrescentou, está preocupada com a sua imagem que, durante muitos anos, esteve associada a casos de corrupção nos empréstimos que concede aos países em vias de desenvolvimento.

WangHua disse que Angola e a China têm boas relações e que a parte chinesa está disposta a colaborar com os angolanos no combate à corrupção. O diplomata sublinhou que é necessário estabelecer -se mecanismos de cooperação, neste domínio, que garantam a participação dos dois lados na pesquisa, estudo, prevenção e aplicação de sanções aos infractores, na base de instrumentos jurídicos a acordar.

13.9 Chineses “assaltam” agro-pecuária no Huambo

Jornal Economia e Finanças

17 De Maio de 2019

Justino Victorino

A agro-pecuária é, além do comércio, agricultura e indústria, um dos sectores em que um grupo de empresários chineses, membros da Câmara Internacional do Comércio de Guang Dong, manifestou interesse de cooperar com o governo da província do Huambo com vista a dinamizar a cadeia produtiva e económica da região.

A intenção foi expressa por William Wang durante um encontro de que manteve com a governadora do Huambo, Joana Lina Cândido, por considerar que "a província possui solos aráveis e recursos hídricos"

pelo que, indicou, "podem viabilizar a implementação de futuras parcerias " entre os empresários" angolanos e chineses.

O vice-presidente da Câmara Internacional do Comércio de Guangdong avançou que, do encontro mantido com a governadora e empresários locais recebeu informações detalhadas, das potencialidades da região do planalto central, pelo que considerou as terras aráveis para qualquer investimento, em grande escala, para desenvolver actividade agropecuária.

A parceria entre os dois países, explica William Wang, estará substanciada em duas propostas, sendo a primeira no ramo da modernização da indústria, transformação de produtos agro-pecuários e conservação, e a segunda na agricultura, comércio, hotelaria e turismo.

A China, disse o vice-presidente, está disposta a disponibilizar máquinas para viabilizar o processo de transformação e conservação dos produtos do campo, como a conservação do milho, arroz, produção de leite, transformação da carne, entre outros derivados alimentícios, assim como uma cooperação alargada às áreas científica, recursos minerais e transmissão do conhecimento.

A deslocação ao Huambo. Realçou William Wang, serviu também para estreitar as relações de cooperação com as entidades governamentais, de modo a facilitar o contacto com os empresários de diversas províncias da China, sobretudo os de Guang Dong, que lidera a produção local, com 67 mil empresas associadas.

Em função das potencialidades constatadas, o vice-presidente assegurou que, nos próximos tempos, vai se trabalhar nos mecanismos de reforço dessas intenções para que os empresários chineses possam materializar efectivamente esta cooperação.

A Câmara do Comércio Internacional da província de Guang Dong conta com empresas que actuam em diversos ramos. Por este facto, o seu vice-presidente deslocou-se ao Polo de Desenvolvimento Industrial da Caála, onde estão implementadas 174 indústrias, entre ligeiras, pesadas e médias, para um diagnóstico. Passou ainda pelas fábricas de concentrados e frutas tropicais, para produção de sumo, todas situadas na área industrial da China, mas que, nesta altura, estão paralisadas devido a falta de financiamento.

Cooperação salutar

Baldílio Vaz considerou salutar a iniciativa da Câmara do Comércio Internacional da província de Guang Dong em investir no Huambo, reconhecendo que a

China está doptada de alta tecnologia e com uma vasta experiência em diversos ramos da indústria transformadora, agropecuária e agricultura.

A parceria com a China, na óptica do chefe de Gabinete de Comércio, Indústria e Recursos Minerais da província do Huambo, abre excelentes perspectivas no relançamento das actividades na região no âmbito do processo de "diversificação da nossa economia, com maior aposta no sector agrícola, de forma a garantir a segurança alimentar e permitir a criação de mais empregos," frisou, durante o encontro mantido com William Wang.

13.10 Dois em cada três barris de petróleo angolano são encaminhados para a China

Jornal EXPANSÃO

17 De Maio de 2019

Texto: José Cassanda

As vendas do petróleo bruto angolano estão a concentrar-se, uma vez que para a China já segue 65% da nossa produção, uma percentagem que continua a aumentar. Se juntarmos mais cinco destinos-Índia, Espanha, Estados Unidos, Africa do Sul e Portugal, podemos dizer que apenas seis países representam mais de 86% das exportações

Angola exportou o ano passado 23,7 mil milhões de dólares em petróleo para a China, que para um preço médio de referência de 70,6 USD por barril, corresponde a quase 336 milhões de barris. Esta enorme quantidade justifica-se porque uma parcela muito importante serve para pagar a linha de financiamento com aquele país, e apenas o restante obedece a uma venda comercial. Em 2017, Angola encaminhou para a China 349 milhões de barris, que para um preço médio de 54 dólares por barril, gerou um volume de negócios de 19,2 milhões USD.

Isto numa altura em que a produção em Angola está a diminuir, sendo que as exportações caíram dos 575,5 milhões de barris em 2017 para 517,6 milhões em 2018, uma quebra de 9%. Esta tendência mantém-se há três anos, sendo que, de acordo com a proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado para 2019, se prevê a venda 526 milhões de barris com um preço médio de 55 dólares por barril. Os dados dos primeiros quatro meses do ano mostram que, relativamente à quantidade, a meta terá alguma dificuldade em ser alcançada, embora o desvio deva ser pequeno. Quanto ao valor, os estudos internacionais apontam para um preço médio por barril em 2019 a rondar os 65 USD, o que pode

significar um valor aproximado de exportação para este ano a rondar 33,8 mil milhões de dólares.

Na análise ao ano de 2018 destaque para a posição da Índia que consolida a segunda posição nas compras do crude angolano, pois cresceu 0,4% no peso total das exportações em valor, e para a queda das importações da Africa do Sul. Note-se, ainda, o aumento exponencial das exportações para Portugal, que quase quadruplicou as compras ao nosso País. Importante também referir que em 2017 os seis principais destinos valiam 81,2% do total, e em 2018 já valem 86%.

O fenómeno da concentração das nossas exportações de cru de pode vir a acentuar-se nos próximos três anos, tendo em conta os compromissos assumidos pelo Estado no financiamento da economia, mas também pelas características dos operadores que estão em Angola.

No final de 2017, quase 60% das <lívidas ao estrangeiro eram garantidas por petróleo, mas o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao abrigo do financiamento de 3,7 mil milhões USD ao País, FMI impõe a não contratação de novos empréstimos garantidos por petróleo.

13.11 Financiamento da China para Pólo industrial em negociação

Jornal EXPANSÃO

17 De Maio de 2019

Texto: Faustino Diogo

O Executivo está a negociar com a China uma linha de financiamento de 80 milhões de euros para aplicação no Pólo de Desenvolvimento Industrial de Fútila (PIF) em Cabinda.

A informação foi avançada segunda-feira 14 pelo secretário de Estado da Indústria, Ivan Magalhães do Prado, durante a tomada de posse da nova comissão instaladora do Pólo, sob gestão do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA).

"Estão em curso negociações entre o Ministério das Finanças e uma empreiteira chinesa de construção civil, visando a obtenção de um crédito de 80 milhões de euros, de uma linha de financiamento da China, para aplicação no projecto", disse o responsável.

Quanto à comissão que agora tomou posse, o secretário de Estado da Indústria referiu que as expectativas passam por obter mais dinamismo na execução das obras do projecto de desenvolvimento do Pólo.

Em Julho de 2017, a então ministra da Indústria, Bernarda Martins, afirmou que a primeira fase das obras de construção do PIF, iria ficar concluída em Outubro do ano passado, o que não veio a acontecer. esta altura, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola assumiu a gestão do PIF em substituição da empresa angolana Benfin S.A. que foi afastada pelo Decreto Presidencial n0126/18, de 25 de Setembro.

João Lourenço justificou a medida por considerar que o contrato entre o Estado Angolano e a Benfin S.A. "não atingiu os objectivos para o qual foi celebrado, visto não estarem as obras concluídas conforme os prazos previstos, com claros prejuízos para o interesse público e expectativas jurídicas criadas", lê-se no documento. Assim o Presidente da República orientou o Ministério da Indústria a negociar e proceder à rescisão daquele contrato de concessão para a conclusão e exploração do Pólo.

Lourenço orientou também o Ministério da Indústria a criar condições necessárias para assegurar a continuidade de exploração do Pólo e proceder ao lançamento de concurso público para a sua concessão a uma entidade privada que disponha de capacidade financeira para a sua exploração.

Situado na planície do Malemba, cerca de 30 quilómetros a norte da cidade de Cabinda, o Pólo Industrial de Fútila ocupa uma área de 2345 hectares, dos quais 112 hectares correspondem à primeira fase. O projecto do Executivo será erguido em três anos e quando estiver concluído deverá receber diversas fábricas.

13.12 Chefe de Estado anula contratos do Projecto Marginal da Corimba

Jornal de Angola
18 De Maio de 2019

Os contratos para a implementação do Projecto Marginal da Corimba, cifrados em 1305 milhões de dólares, foram anulados por sobre facturação, num Despacho Presidencial publicado quarta - feira em Diário da República, ao qual o Jornal de Angola teve acesso.

A empreitada preconizava um Contrato de Dragagem, Reclamação de Terra e Preparação da Costa, celebrado por um valor algo superior a 615 milhões de dólares com a Urbinveste Promoção de Projectos Imobiliários, da empresária Isabel dos Santos.

O outro, de pouco mais de 690 milhões de dólares, era um Contrato de Concepção, Projecte e Construção, Execução e Conclusão subscrito com um consórcio integrado pelas empresas Landscape Promoções e Projectos Imobiliários e a China Road and Bridge Corporation.

Além da sobre facturação, os contratos, aprovados pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos em 2016, foram anulados por representarem "serviços onerosos para o Estado" e imporem "contraprestações manifestamente desproporcionadas", violando os "princípios da moralidade, da justiça, da transparência, da economia e do respeito pelo património público, subjacentes à contratação pública", de acordo com o Despacho Presidencial publicado na quarta - feira.

O Presidente da República autoriza, no diploma, o ministro da Construção e Obras Públicas a renegociar e assinar novos contratos com as empresas Van Oord Dredging and Marine Contractos BV e China Road and Bridge Corporation (Sucursal em Angola), detentoras do financiamento externo para a empreitada.

A nova negociação afasta a Urbinveste da empreitada e deve basear-se nos limites dos valores dos projectos iniciais, mediante procedimento de contratação simplificada.

Perdas da Urbinveste

Em Abril último, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação reverteu a favor do Estado um terreno adjacente ao Estádio 11 de Novembro anteriormente cedido à empresa Urbinveste, por falta de aproveitamento útil e efectivo.

A titular do pelouro, Ana Paula de Carvalho, assinou naquela altura o Despacho nº 125, a declarar extinto o título de direito de superfície nº 94 (folhas n89-DII), referente ao processo de concessão de terreno a favor da da Urbinveste.

Além da posse, revertem a favor do Estado todas as benfeitorias incorporadas no terreno, de acordo com o despacho da ministra.

Holandeses subcontratados

Em Abril de 2017, um gabinete holandês anunciou que foi escolhido pela Urbinveste . para elaborar o Projecto Marginal da Corimba, que se previa que fosse conquistar ao maruma área de 400 hectares para a construção de uma auto-estrada e marinas.

O Royal HaskoningDHV chegou a ser seleccionado pelo consórcio formado pelas empresas Urbinveste

Projectos Imobiliários e. Van Oord Dredging and Marine Contractos para desenhar o projecto técnico da obra que deve abarcar 10 quilómetros do litoral a sul de Luanda e servir para a construção da auto-estrada da Marginal da Corimba, além de um porto de pesca, marina e imobiliário.

Os prazos concediam, naquela altura, até Janeiro de 2018 para que o gabinete holandês entregasse o projecto detalhado da obra. A construção devia estar finalizada em 2019.

13.13 Embaixador chinês pede tratamento justo às empresas

Novo Jornal

24 De MAIO DE 2019

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, pediu, em Luanda, ao Governo um tratamento justo às empresas do seu país, proporcionando mais facilidades aos investidores. O pedido do diplomata foi formulado ao intervir' terça-feira, 21, na cerimónia de inauguração da fábrica de perfis de alumínio na Zona Económica Especial Luanda-Bengo, num investimento de cerca de 50 milhões de dólares.

Gong Tao, que se escusou a especificar o tratamento atribuído às empresas chinesas no país, revelou-se convicto de que a implementação de mais projectos, com suporte e apoio às empresas chinesas, pode facilitar o seu desenvolvimento futuro para que Angola possa efectivar a sua recuperação económica o mais rápido possível.

O diplomata reconheceu haver "esforços do Executivo angolano para melhorar o ambiente de negócios, atrair o investimento exterior e promover a reforma da economia".

Segundo o embaixador, a Citic Alumínio é um dos maiores investimentos chineses em Angola, que se alia a outras áreas como a agricultura, processamento, construção de automóveis e materiais de construção.

Refira-se que a fábrica de perfis de alumínio é uma propriedade da empresa Citic Constrution, que produzirá dez mil toneladas de perfis de alumínio por ano, devendo empregar 300 trabalhadores, servir o mercado angolano e exportar para a República Democrática do Congo e Namíbia.

HOTRÊNCIO SEBASTIÃO

13.14 Dinheiro da China na saúde

Economia & Finanças

31 De Maio de 2019

Texto: *Contreiras Pipa*

Um grupo de empresários chineses manifestou interesse em investir no sector de medicamentos e produtos de saúde no país.

A intenção foi manifestada durante uma mesa redonda que juntou membros da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos (DNME) e uma Delegação Chinesa organizada pela Câmara de Comércio da China, para Importação e Exportação de Medicamentos e Produtos de Saúde.

No encontro José Chimjamba, em representação do Presidente do Conselho de Administração da AIPEX, Licínio Vaz, apresentou a Lei de Investimento Privado, do registo das propostas de investimento e dos projectos em implementação na AIPEX, nomeadamente PROCIP e o PROEXPORT.

O encontro contou igualmente com a presença do vice-presidente da Câmara de Comércio da China, Wang Maochun, acompanhado por uma delegação composta de representantes de duas importantes empresas chinesas nas áreas de Fármacos e Seguro de saúde.

Wang Maochun disse na ocasião que, a Câmara de Comércio da China tem como objectivo internacionalizar os seus produtos e adquirir boa reputação no mercado angolano.

No entanto, José Chimjamba disse que a AIPEX tem cadastradas vinte (20) empresas no ramo farmacêutico, a Câmara mostrou interesse em trabalhar com as empresas angolanas, investir em Angola, uma vez que já têm experiência em alguns países africanos de trabalhar com empresas que têm projectos elaborados incluindo a formação dos trabalhadores, disse o responsável.

13.15 Trabalhadores Angolanos nas empresas Chinesas subiram em 10 anos

Jornal Expansão
31 de Maio de 2019

A situação geral do mercado de emprego em Angola está caracterizada por altas taxas de desemprego, incluindo uma alta taxa de desempregados que não estão à procura de emprego, alta incidência da informalidade no trabalho, e forte subemprego nas zonas rurais do País, onde geralmente para os mais vulneráveis o desemprego não é uma opção. Embora o motivo principal destes défices no mercado de trabalho seja a escassa oferta de emprego nos sectores mais formais e de maior remuneração, existe também um défice importante de qualificação da mão-de-obra, devido às baixas taxas de escolarização atendendo ao PIB per capita do País. A pesquisa qualitativa salientou o persistente défice de pessoal qualificado nos sectores da construção e industrial apesar do crescimento destes sectores nos últimos 15 anos. O sistema de ensino vocacional não tem gerado candidatos suficientes e com as competências relevantes. Portanto as empresas destes sectores ainda representam fontes muito importantes de mecanismos formais e informais de aquisição de competências e habilidades especificamente relevantes para as obras públicas e as fábricas de materiais de construção.

Desde 2002 tem havido uma criação substancial de emprego para não qualificados (NQ) e semi-qualificados (SQ), especialmente na construção/obras públicas. Porém, a maioria das empresas de construção e industriais consultadas para este estudo reportaram uma forte queda de emprego desde 2015 e especialmente em 2016 onde as empresas angolanas e outras empresas estrangeiras (OE) operavam ao mínimo da sua capacidade e com o pessoal permanente. Em contraste, várias empresas chinesas conseguiram arrancar novos projectos ou finalizar projectos em curso e assim contratar novos trabalhadores, devido à disponibilização de fundos adicionais gerados pela nova Linha de Crédito da China aprovada em 2015. Portanto, é de salientar o papel crucial do investimento público e das linhas de crédito para infra-estruturas na criação de emprego nas obras públicas. Destaca-se também o impacto da crise nas empresas industriais, por duas vias: (a) a falta de procura de materiais de construção, portanto queda da procura por parte das empreiteiras; (b) a falta de divisas com consequente impacto nas operações das empresas que ainda dependem de maneira significativa de importações de insumos intermédios, equipamento e peças para as máquinas.

O uso de trabalhadores nacionais

O processo de reconstrução vivido em Angola, especialmente nos primeiros anos, trouxe um número significativo de trabalhadores expatriados, vindos para cobrir o défice de mão-de-obra qualificada para obras de grande envergadura especialmente em contexto de forte pressão para a rápida execução dessas obras. Este estudo recolheu dados actualizados sobre a realidade do uso da mão-de-obra angolana nestes sectores durante o período dos inquéritos em 2016 e 2017. A pesquisa constatou o seguinte:

As taxas eram mais baixas no caso das empresas chinesas, tanto em obras públicas como fábricas mas não tão baixas como se diz com frequência (Quadro 2 abaixo). As empresas não chinesas também dependem, para posições de gestão e algumas técnicas, de pessoal expatriado. Estas taxas contrastam com as taxas verificadas em outros países africanos, especialmente na Etiópia, onde em média alcançam um nível superior, ao redor de 90% e onde praticamente não existe a contratação de trabalhadores estrangeiros para empregos não qualificados ou semi-qualificados.

As taxas de uso de trabalhadores nacionais (Angolanização) nas empresas chinesas têm aumentado de maneira considerável nos últimos 10 anos. Três factores principais explicam esta tendência: (a) à medida que as empresas se consolidam no mercado conseguem encontrar um número maior de trabalhadores aptos; (b) os custos com trabalhadores chineses têm aumentado muito; (c) mais recentemente o Executivo aumentou a pressão para uma maior angolanização.

Os melhores exemplos de uso de trabalhadores nacionais nas obras públicas (90% ou acima) vêm de empresas com longa experiência no mercado angolano e uma política de formação muito desenvolvida e directamente ligada à retenção dos trabalhadores mais experientes e com mais competências na empresa e no sector.

Condições de trabalho e padrões de emprego

Sobre os padrões e condições de emprego constatamos uma variação significativa por sector, tipo de trabalhador, origem dos mesmos e origem da empresa. Estas são as principais constatações:

01. Verificamos uma força de trabalho muito segmentada com três segmentos principais

I. Uma mão-de-obra SQ com mais experiência de trabalho e melhores qualificações nos sectores relevantes, muito mais concentrada nas empresas

angolanas e nas principais empresas estrangeiras não chinesas.

II. Uma mão-de-obra NQ mas com relações de emprego formais, com mais experiência de trabalho e maior duração de emprego nas empresas, sobretudo angolanas e a maioria das estrangeiras não chinesas.

III. Uma mão-de-obra migrante proveniente do Centro-Sul, NQ com escasso nível educacional e uma condição socioeconómica mais vulnerável, fortemente concentrada nas empresas chinesas, tanto em construção como em fábricas.

02. Em termos agregados e nominais, os salários mensais são relativamente maiores nas empresas não chinesas sobretudo para o grupo de NQ nas obras públicas e dos SQ nas fábricas. Para os grupos de NQ nas indústrias e de SQ nas obras de estradas não constatamos apenas diferenças salariais. No entanto, quando existem diferenças significativas nas comparações directas, são explicadas quando temos em conta os seguintes factores de controlo:

I. O grupo de competências a que o trabalhador pertence.

II. O nível de educação e experiência sectorial de trabalho do trabalhador.

III. O tempo de permanência do trabalhador na empresa (antiguidade).

IV. O nível socioeconómico e pobreza relativa do trabalhador.

V. O tamanho da empresa.

VI. A localidade de origem dos trabalhadores migrantes e se vivem em dormitórios da empresa.

VII. O protocolo de amostragem seguido nas empresas (salários mais elevados nas empresas onde apenas houve acesso aos trabalhadores permanentes e pessoal operário efectivo).

03. Em média as empresas chinesas pagam salários nominais relativamente mais baixos para algumas categorias de trabalhadores e oferecem menos "formalidade" no emprego mas também empregam trabalhadores mais vulneráveis, muitos deles migrantes do Centro-Sul do País, que conseguem poupar mais desses salários e enviar remessas para as localidades de origem pelo facto de terem comida e alojamento assegurados pelas empresas.

04. Portanto os trabalhadores das empresas chinesas, dadas as características acima indicadas, são mais recentes, mais jovens, com relações laborais ainda

mais informais e beneficiam menos de determinadas regalias (férias pagas, dispensa, etc.) mas recebem mais em termos de "salário social" pelos custos de manutenção derivados de residir em dormitórios da empresa (alojamento e comida pagas).

05. Sobre as relações laborais e negociação empresa-trabalhador existem algumas diferenças importantes por sector e origem da empresa. Em termos gerais a presença sindical é muito fraca (25% dos trabalhadores) embora as empresas da amostra sejam particularmente importantes nos sectores em que operam. A presença sindical é mais fraca no sector da construção e nos dois sectores é mais baixa nas empresas chinesas, que têm reputação de evitar os sindicatos no local de trabalho e preferem resolver as negociações com os trabalhadores de maneira individual e ad hoc. Isto é reflectido numa menor presença dos acordos colectivos mas empresas chinesas. No entanto, os dados do inquérito sugerem que a conflitualidade laboral e as greves não diferem entre empresas pela origem (menor nas empresas chinesas) e é mais marcante no sector industrial. Também não existem diferenças na sinistralidade.

13.16 Médico chinês atende pacientes com tradução de telemóveis na Huíla

Jornal OPAÍS

24 De Maio de 2019

Texto: João Katombela

Um médico asiático da Clínica Tyanyou China & Angola Hospital, localizada no sector de Camujengue, comuna da Arimba, município do Lubango, recorre à tradução de uma aplicação num telemóvel, de mandarim para português, para atender os pacientes.

A equipa de reportagem de OPAÍS constatou, no local, que o único médico de clínica-geral, que é de nacionalidade chinesa, não fala nem entende a língua portuguesa.

Nara de Fátima Neves Rebelo, representante da clínica, esclareceu que ele conta com o auxílio de uma tradutora, também de nacionalidade chinesa, para se comunicar com os pacientes. Todavia, segundo apuramos, a alegada tradutora, recorre a uma aplicação de tradução do Português para o Mandarim instalada no seu telemóvel.

Os pacientes desdobram-se para entender a mensagem que os especialistas lhes pretendem transmitir. No decurso da reportagem, encontramos uma paciente que está há sete dias a fazer tratamento

de acupuntura. A nossa interlocutora, que preferiu não ser identificada, contou que se comunica com o médico por gestos.

"Como o médico não fala português, ele me chama gesticulando com as mãos, coloca as agulhas e, depois, chama o enfermeiro para vir retirar", detalhou.

Violação aos direitos trabalhistas

Esta clínica, detida por sócios angolanos e chineses, é acusada de violar de forma reiterada a Lei Geral do Trabalho, coartando aos seus funcionários o direito a férias e subsídios. As principais vítimas serão quatro cidadãos nacionais, sendo dois enfermeiros, um técnico de laboratório e uma responsável pela manutenção da higiene do edifício. Estão entre cinco a um ano sem férias. Nem a folgas se têm direito.

Em declarações a OPAÍS, Paulino Ernesto Tchicambi, técnico de laboratório, funcionário da clínica há cerca de quatro meses, contou que até ao momento não tem folga efectiva e nem tem contrato de trabalho assinado.

"Nós temos uma forma de trabalho muito frustrante. Comecei a trabalhar a 15 de Março, sem contrato escrito", explicou.

Questionado sobre o sistema de remuneração, o nosso interlocutor, revelou que o salário lhe é pago regularmente, mas, ainda assim, deplora a falta de um contrato. Em seu entender, sem este, torna-se difícil conhecer em que se consubstancia o vínculo que mantém com a empresa e exigir os seus direitos.

"Nós não temos folga diária. Não temos férias, nem os respectivos subsídios. Como nunca vimos os contratos, não sabemos também se existe uma cláusula que fale deste aspecto, mais a lei é clara nisso" disse.

Falta de bio-segurança preocupa técnico de laboratório

Entre outras preocupações apresentadas por Paulino Ernesto

Tchicambi, técnico de laboratório, prende-se com a falta de segurança no seu local de trabalho.

Por trabalhar desprotegido com produtos infecto-contagiosos, Paulino Tchicambi teme que um dia seja infectado por qualquer doença decorrente do seu trabalho, por falta de segurança.

"Não tenho equipamento de segurança a 100 por cento. As normas de um laboratório dizem, por

exemplo, que o técnico deve ter avental, gorro, máscara e óculos, porque há pessoas que têm um fluxo de sangue com muita velocidade e ao fazer flebotomia (colheita de sangue pelas veias) o sangue pode sair em jacto e entrar nos olhos, e se está pessoa sofrer de qualquer enfermidade fica logo contaminado", adiantou.

13.17 Pesquisas da UCAN agradam a chineses

Jornal de Angola

29 De Maio de 2019

Texto: Gabriel Bunga

As pesquisas científicas realizadas por académicos e investigadores afectos à Universidade Católica de Angola (UCAN) sobre a China, têm estado a impressionar a comunidade científica daquele país asiático, que manifestou, em Beijing, o interesse em conhecer a instituição, bem como os seus homólogos angolanos.

Wang Chengan, professor da Universidade de Comunicação da China, revelou a novidade ao Jornal de Angola e disse que tem recebido de seus concidadãos que vivem em Angola boas referências da UCAN, relativamente ao trabalho que desenvolve em matérias de pesquisas sobre o seu país.

O especialista fez essa revelação depois de apresentar o tema "As relações económicas e comerciais entre a China e os países de língua oficial portuguesa e o Fórum de Cooperação e Comercial (Macau)", durante a conferência internacional sobre a "Nova Rota da Seda", dirigida a académicos e jornalistas dos PALOP, que decorreu na Universidade de Comunicação da China.

Wang Chengan disse que pretende estabelecer contactos com a Universidade Católica de Angola para que os dois países possam desenvolver mais a cooperação intercultural entre os povos, sobretudo nos domínios académico e científico.

Durante a palestra sobre "As relações económicas e comerciais entre a China e os países de língua oficial portuguesa e o Fórum de Cooperação e Comercial (Macau)", Wan Chengan defendeu a necessidade de os empresários angolanos e chineses reforçarem os laços de cooperação.

"É preciso que os empresários chineses prestem maior atenção ao programa de diversificação económica que está a ser implementado pelo Governo angolano", disse, sublinhando que a crise financeira que Angola vive deve ser encarada como

uma grande oportunidade para os empresários chineses investirem noutros sectores e não somente em infra-estruturas.

Angola e a China, disse, estão a enfrentar a economia mundial e é preciso trabalhar juntos. Especializado em Economia, apontou os sectores produtivos como sendo as principais áreas em que as empresas chinesas podem apostar mais. O académico e reformado diplomata chinês disse que é preciso explorar a produção de milho, mandioca, banana e os sectores turísticos em Angola.

Mais portos em Angola Sobre o impacto da Nova Rota da Seda, o académico apresentou imagens ilustrativas da costa marítima angolana, os portos comerciais, arte- sanais e turísticos existentes em todo o litoral angolano.

Apresentou também alguns locais onde acha que podem ser construídos novos portos que possam ligar a iniciativa chinesa de unificação da Ásia, África, Oceânia e Europa.

A China e Angola, disse, podem estabelecer cooperação no domínio dos portos ..

Aluno de um angolano Nascido a 27 de Julho de 1946, Wang Chengan licenciou -se em Língua Portuguesa em 1969, na Universidade de Comunicação da China, tendo admitido a sua ligação a Angola a partir de 1965, altura em que começou a ter aulas de língua portuguesa com um professor angolano, de quem se recorda apenas pelo nome de Sócrates.

"Chamávamos-lhe apenas por professor Sócrates, tinha bigode e era branco", descreve, sublinhando que o mesmo era muito exigente no tocante à pronúncia de palavras, diferenciação de vogais abertas e fechadas.

Wanh Chengan ouviu falar de Angola, pela primeira vez, há 54 anos, e de lá para cá "nunca mais esqueci do país do professor Sócrates" , que dizia nas aulas que Angola é um país com potencialidades em recursos naturais, com destaque para diamantes e petróleo.

"Angola entrou na minha memória" , disse, com a voz trémula a sinalizar os 73 anos de idade. Wanh Chegan revelou que foi aluno do professor angolano durante oito meses.

Já reformado, Wanh Chengan iniciou o seu percurso profissional em 1974, na diplomacia, como intérprete, em Cabo Verde, onde ajudava um grupo de chineses

que plantavam milho nas Ilhas do Sal, Boavista, Santa Catarina e Santiago.

O antigo aluno de um professor angolano, actualmente a ensinar Língua Portuguesa na Universidade de Comunicação da China: cumpriu a sua segunda missão diplomática na Guiné-Bissau e depois em São Tomé e Príncipe.

Trabalhou em países de língua oficial portuguesa durante 15 anos. A primeira e única vez que esteve em Angola foi em 2005 ou 2006, segundo ele, onde participou numa conferência sobre investimento, na qualidade de secretário-geral do Fórum de Cooperação Económica e Comercial China -países de língua oficial portuguesa (Macau).

Na China, existem 4.000 faculdades a ensinar a Língua Portuguesa, distribuídas em 40 universidades. "Há zonas na China em que a maioria das pessoas, além das línguas locais, fala a língua portuguesa", disse.

13.18 Angola é convidada à feira sino-africana

Jornal de Angola
31 De Maio de 2019

Angola figura entre os países convidados para a 1ª Exposição Económica e Comercial China-Africa, que se realiza de 26 a 28 de Junho em Changshan, na província chinesa de Hunan, noticiou ontem a Angop.

A informação foi avançada ontem, em Pequim, durante uma reunião que o embaixador de Angola, João dos Santos Neto, manteve com a directora - geral adjunta dos Assuntos Africanos do Ministério dos negócios Estrangeiros, Guo Haiyan.

Na reunião, realizada para analisar o fluxo de visitas de entidades oficiais entre Angola e a China, Guo Haiyan revelou que a delegação angolana ao certame já confirmou a presença com uma missão multisectorial que será liderada pelo ministro do Comércio, Ioffre Van-Dünen.

Os outros países convidados de honra para Expo Hunan2019. como também se designa o certame, são o Egipto, Costa do Marfim, Senegal, Tanzânia e Uganda.

A diplomata informou também que o Governo chinês realiza, em Julho, uma reunião de coordenadores do Forum de Cooperação Africa-China (FOCAC) em Pequim, na qual Angola estará representada por um secretário de Estado.

O embaixador considerou que, além da troca' de delegações que ocorre agora, a dinâmica da cooperação entre os dois países justifica que haja, nos próximos tempos, a troca de visitas regulares a nível mais alto.

Durante os meses de Abril e Maio, os dois países registaram um grande fluxo de visitas de entidades oficiais ligadas aos sectores do comércio, banca, transportes, tecnologias de informação, construção e obras públicas.

Angola é o principal parceiro económico da China em África e, nos últimos anos, as trocas comerciais entre os dois países têm acelerado bastante, mas o comércio ainda está muito concentrado no petróleo.

O volume de negócios entre Angola e China ultrapassou os 26 mil milhões de dólares norte-americanos em 2018, mas o gigante asiático prevê que esse valor cresce nos próximos tempos, dada a intensidade das relações bilaterais.

Com uma dívida de 23 mil milhões de dólares contratada nos últimos 15 anos, em função dos, via de regra, utilizados na edificação de infra-estrutura (com o que já passaram 260 mil operários chineses pelo nosso país), Angola exporta petróleo para o país oriental, obtendo em troca máquinas e equipamentos. Numa conferência realizada durante este mês em Pequim, representantes e empresariais chineses reconheceram a necessidade da elevação da qualidade dos projectos em que estão envolvidos.